UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

THIAGO ARAÚJO SANTOS

**AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA SOCIAL:
FEIRAS AGROECOLÓGICAS E INSUBORDINAÇÃO CAMPONESA NA PARAÍBA**

**SÃO PAULO
2010**

THIAGO ARAÚJO SANTOS

**AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA SOCIAL:
FEIRAS AGROECOLÓGICAS E INSUBORDINAÇÃO CAMPONESA NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre

Orientadora: Profa. Dra. Valéria de Marcos

**SÃO PAULO
2010**

Nome: SANTOS, Thiago Araújo.

Título: Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. (orientadora)_____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:** _____

Mais importante que escutar as palavras é adivinhar as
angústias, sondar o mistério, escutar o silêncio.

Dom Helder Câmara.

Assim acaba a história de uma viagem.
Você viu e entendeu.
Você viu um acontecimento comum,
Um acontecimento como ele é produzido cada dia.
E no entanto lhe rogamos,
Sob o familiar, descubra o insólito,
Sob o cotidiano, destaque o inexplicável.
Que possa toda coisa dita habitual lhe inquietar.
Na regra descubra o abuso.
E em toda parte onde o abuso se mostre,
Encontre o remédio.

Bertolt Brecht.

Dedico este trabalho à

Polena Peixoto,
minha amada companheira.

AGRADECIMENTOS

Estar grato é uma postura: saber-se num lugar, sentir-se constituído por relações que posicionam, interferem, fazem o ser (ser) como é.

Por esta razão, devo gratidão, em primeiro lugar, a José Geraldo de Moraes Santos e Genilda Araújo Santos, meus pais, que representam a célula primária de minha formação enquanto ser no mundo e como geógrafo. Sou grato aos incentivos e esforços tão essenciais a esta pesquisa, especialmente em seus primeiros passos.

À minha namorada, Polena Peixoto, sou imensamente grato por todo o incentivo e apoio prestados ao longo do tempo de realização desta pesquisa e mesmo antes. Nosso vínculo certamente manteve-me mais seguro para superar obstáculos que surgiram ao longo da realização deste trabalho, tornando o processo de construção desta dissertação muito menos desgastante. Agradeço, do mesmo modo, à sua família, especialmente à Fátima e Paulo, pela força que sempre me deram.

À Profa. Dra. Valéria de Marcos devo uma gratidão imensa. Sou grato por ela ter animado e instruído o meu interesse pela pesquisa, bem como pelo atencioso e competente trabalho de orientação. Agradeço-lhe ainda pelo incentivo e confiança em todo o processo de construção deste trabalho e pela inequívoca demonstração de amizade nos meus momentos de maior dificuldade, especialmente na minha chegada à cidade de São Paulo.

Devo uma gratidão imensa a todos os camponeses das feiras agroecológicas paraibanas estudadas e, particularmente, àqueles que participaram da elaboração deste trabalho: sendo entrevistados, expressando suas experiências, sucessos e angústias. Pela amizade, devo agradecer aos integrantes da feira agroecológica da UFPB: Luiz Damázio, Tina, Geraldo, Marcos Antônio, João Guerra, Naldo, Assis (Rainha dos Anjos), Assis Severo, Josefa, Gabriel, Sr. Zizo, Biu Moreira e todos os demais, com quem tive o prazer de conviver ao longo desses últimos cinco anos. Ainda da feira agroecológica da UFPB, não posso esquecer-me do apoio prestado a esta pesquisa por Luiz Sena e Flávio Junior, assessores técnicos e estudantes do curso de Geografia da UFPB. Da feira agroecológica do Bessa, agradeço enormemente a todos os entrevistados, particularmente a Heleno, Ana Cláudia, Sr. Nequinho, Folha, Dinho e Hiolanda. Da Prohort (feiras agroecológicas do Valentina e Bancários), agradeço imensamente a Walter de Souza, Rosiane Barbosa, Elisabete e Mazinho, além de todos os demais entrevistados. Em Campina Grande, sou muito grato ao apoio prestado pelos assessores técnicos Diógenes Fernandes e João Macedo, bem como pelos feirantes Paulo Ferreira, Marta e Orlando. No Sertão, agradeço à Emanuelle Alves, Socorro

Ferreira, José Felix, Chagas, Deíde, Nova, Antônio Tavares e Francisco Fernandes. Ainda no Sertão, pelas hospedagens, conversas e amizade, devo um agradecimento especial à Socorro Goveia, Alex Goveia e suas filhas Séfora e Débora, família pela qual tenho um grande apreço.

Ao Deputado Frei Anastácio, figura importante na história das lutas camponesas na Paraíba, agradeço pela entrevista concedida com atenção e obsequiosidade. Agradeço ainda ao amigo Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Jr. (UFPB) pelas sugestões de bibliografia e de dados. Ao Prof. Dr. Edgard Malagodi (UFCG), devo gratidão pela sua pronta disposição em conversar comigo sobre esta pesquisa, em Campina Grande, algo que muito contribuiu à construção deste trabalho. Ao estimado Prof. Dr. Paulo Adissi, pela sua essencial participação na minha formação acadêmica e, particularmente, como pesquisador. Aos companheiros André Duarte e Mariana Borba, assessores da feira agroecológica da UFPB, colegas do grupo GEA, pelas riquíssimas experiências de Extensão compartilhadas.

Aos Profs. Drs. Larissa Mies Bombardi e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, agradeço pelas inestimáveis contribuições para a pesquisa trazidas através de suas sugestões e críticas a meu relatório de qualificação.

Agradeço a todos os meus amigos do curso de Geografia da UFPB, entre eles à Lairton, Romero, Alexandre, Nirvana, Yure, Victor, Jorge, Igor, Mara, Kátia, Rafaela, Luanna e Shauane. Cabe aqui um agradecimento especial aos amigos Marcos Aurélio, Jackson Vital e Áurea Régia, pelo companheirismo e pela pronta disponibilidade em me ajudar com a aplicação dos questionários.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Geografia da USP, em especial Ana, que sempre se mostrou muito prestativa e competente, além de Selito, pelas agradáveis conversas no Laboratório AGRÁRIA.

No CRUSP, devo gratidão aos “porteiros”, em especial Rosângela e Joilson, pelo intocável bom humor com que me desejaram “bom dia” ao longo destes últimos três anos. Ainda no CRUSP, injustiça seria deixar de mencionar meus amigos, companheiros imediatos de ofício, cafés e cervejas: Paulo Alves, Fábio de Oliveira, Milton Schivani, Gustavo Freitas, Jáder Muniz, Carlos Pinzon, Weslem Liberato, Sérgio Izidoro, André Macedo e Francisco Macedo. As incontáveis experiências compartilhadas – acadêmicas ou não – serão, certamente, inesquecíveis. Agradeço ainda às minhas “irmãs de orientação”, Fernanda, Rosiete, Natália e Renata, bem como à amiga Livia Fioravanti, pelas trocas de experiências sobre nossas pesquisas.

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa de Mestrado, fundamental ao desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Tomando como base o instrumental analítico desenvolvido na Geografia, particularmente na Geografia Humana, esta dissertação apresenta uma análise de algumas feiras agroecológicas organizadas por camponeses de assentamentos e comunidades rurais localizadas na Paraíba. A investigação de aspectos relativos ao processo de formação das feiras agroecológicas analisadas, bem como de elementos específicos da organização, produção e comercialização, levou-nos a considerá-las enquanto uma estratégia configurada pelos camponeses e assessores técnicos com o propósito de viabilizar a superação de adversidades no processo produtivo e de circulação da produção agrícola. Desta maneira, como decorrência da própria investigação empreendida, as feiras agroecológicas foram equacionadas como produto de um esforço dos camponeses paraibanos dirigido à superação de mecanismos de subordinação ao capital comercial e industrial no campo. Ao constituírem-se como formas de *insubordinação camponesa*, as feiras agroecológicas estudadas contribuíram, em grande medida, para viabilizar um maior controle dessa parcela do campesinato sobre o trabalho familiar e seus frutos, materializando assim *frações territoriais* dotadas de importantes especificidades.

Palavras-Chave: campesinato; feiras agroecológicas; Agroecologia e Geografia; insubordinação camponesa; frações territoriais camponesas.

ABSTRACT

Taking as base the analytical instrumental developed in the Geography, particularly in the Human Geography, this work presents an analysis of some agro-ecological fairs organized by peasants of settlements and rural communities located in Paraíba. The investigation of relative aspects to the process of formation of the agro-ecological fairs analysed, as well as of specific elements of the organization, production and marketing, made us consider them as a strategy shaped by the peasants and technical advisers with the purpose of making feasible the overcoming of adversities in the productive process and, also, of circulation of the agricultural production. In this way, as a consequence of the undertaken investigation, the agro-ecological fairs were equated as a result of an effort of the peasants from Paraíba guided to the overcoming of mechanisms of subordination to the commercial and industrial capital in the countryside. Constituted as ways of *peasant's insubordination*, the agro-ecological fairs studied contributed, in great measure, to make feasible a major control of this portion of the peasantry on the familiar work and its products, materializing, in this manner, *territorial fractions* composed by important specificities.

Keywords: peasantry; agro-ecological fairs; Agro-ecology and Geography; peasant's insubordination; peasants territorial fractions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
 CAPÍTULO 1	
Campeinato, capitalismo e política: um breve excuro teórico.....	33
 CAPÍTULO 2	
O processo de formação das feiras agroecológicas paraibanas: traços de insubordinação camponesa.....	59
 CAPÍTULO 3	
Urindo elos, construindo coesão: a questão organizativa nas feiras agroecológicas paraibanas.....	121
 CAPÍTULO 4	
Feiras agroecológicas paraibanas: notas sobre produção e comercialização.....	158
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
 ANEXOS.....	209

INTRODUÇÃO

O objeto central de investigação deste trabalho são as feiras agroecológicas realizadas por camponeses de assentamentos e comunidades rurais paraibanas. Tratam-se, essencialmente, de espaços estabelecidos para a comercialização semanal de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos diretamente aos consumidores. Essas feiras agroecológicas têm em comum os fundamentos do seu processo organizativo. Este tem como alicerce os princípios da agroecologia utilizados na construção de estratégias a serem implantadas na produção e comercialização de alimentos produzidos com base no trabalho familiar. As reuniões, assembléias e demais atividades que estão por trás de tais feiras servem como instrumento de avaliação dos resultados das experiências utilizadas, mas também como mecanismo educativo e de formação política, através do qual são construídos e assimilados os valores que norteiam as propostas de produção e comercialização de alimentos oriundos das áreas de assentamentos e comunidades rurais envolvidas.

Para a realização deste estudo, selecionamos sete feiras agroecológicas paraibanas, de um total de dezesseis existentes atualmente no estado (ver Mapa 1 – *Feiras agroecológicas do Estado da Paraíba*). A delimitação de um recorte analítico respondeu à necessidade de circunscrever o objeto de modo a viabilizar uma análise mais aprofundada das questões que nos propomos a investigar, algo que, certamente, seria comprometido numa seleção mais abrangente. As feiras estudadas estão localizadas em três das quatro mesorregiões paraibanas: Litoral, Agreste e Sertão. No Litoral, incluem-se no nosso recorte de análise as quatro feiras agroecológicas realizadas no município de João Pessoa, nos bairros do Bessa (**Feira agroecológica do Bessa**), Cidade Universitária (**Feira agroecológica da UFPB**), Bancários (**Feira agroecológica dos Bancários**) e Valentina Figueiredo (**Feira agroecológica do Valentina**). Do Agreste, selecionamos a “**feira agroecológica regional**”¹, realizada no centro de Campina Grande. Na mesorregião do Sertão, incluímos na nossa investigação a feira agroecológica realizada no município de **Cajazeiras**² e a do município de **Aparecida**.

As áreas de produção (assentamentos e comunidades rurais) que abastecem as feiras agroecológicas estudadas estão localizadas nos municípios de **João Pessoa** (feira agroecológica do Valentina e dos Bancários); **Pitimbu** (feira agroecológica do Bessa); **Sapé e Cruz do Espírito Santo** (feira agroecológica da UFPB); **Queimadas, Massaranduba,**

¹ Esta feira é realizada por camponeses oriundos de vários municípios do Agreste Paraibano, razão pela qual se utiliza, de forma corrente, o termo “regional” para designá-la.

² Os mesmos produtores comercializam os alimentos agroecológicos em dois dias e locais distintos de Cajazeiras. Nas sextas-feiras, os camponeses vendem sua produção no antigo açougue municipal, área central da cidade. Quando a comercialização neste local é insuficiente para escoar toda a produção disponível, os feirantes comercializam seus produtos também aos sábados, na Rua Desembargador Boto, também no centro da cidade. Para os fins analíticos deste trabalho, quando mencionarmos a “feira agroecológica de Cajazeira”, estamos nos referindo, especialmente, à primeira delas.

Alagoa Nova, Lagoa Seca (feira agroecológica regional de Campina Grande); **Sousa e Aparecida** (feira agroecológica de Aparecida); **Cajazeiras e Bonito de Santa Fé** (feira agroecológica de Cajazeiras) (ver Mapa 2 – *Feiras agroecológicas estudadas e municípios das áreas de produção*).

Feiras Agroecológicas do Estado da Paraíba

Fonte: Dados coletados em trabalhos de campo por Thiago Araújo entre 2008 e 2010.
Org: Regiane Wosniak Bispo, 2010.

Feiras Agroecológicas Estudadas e Municípios das Áreas de Produção - Paraíba - 2010

As feiras agroecológicas são o resultado de um amplo processo de organização iniciado na produção agrícola, contando com a importante participação de assessores técnicos, que, junto com os camponeses, criam meios de valorização e difusão das práticas e experiências agroecológicas³. Como um “ponto de chegada” desse amplo processo, tais feiras instrumentalizam os camponeses na busca pelo afastamento ou rompimento total de antigas relações de subordinação às quais os mesmos encontravam-se submetidos no que se refere ao processo de produção e comercialização agrícola. Neste contexto, é comum que as transformações técnicas realizadas através da agroecologia sejam acompanhadas por um discurso político a elas correspondente, que mobiliza uma forte oposição em relação à agricultura “convencional” e ao agronegócio, entendidos como tipos de produção responsáveis por inúmeros problemas ambientais e sociais no campo. Tal compreensão é alimentada de forma recorrente em reuniões, assembléias e encontros, bem como em boletins informativos, visitas de intercâmbio e na relação estabelecida com outros sujeitos (vizinhos, clientes, professores e estudantes universitários, assessores técnicos, funcionários de instituições governamentais e bancos, etc.).

É o nosso propósito discutir esse processo tendo como alicerce as ferramentas teóricas da *Geografia*, mais especificamente da *Geografia Agrária*. Neste empreendimento não podemos abdicar também do contato – mesmo que parcial – com outros campos do conhecimento, tendo em vista a apreensão multidisciplinar que acompanha o tema.

Aproximações do tema de pesquisa

Esta dissertação é o produto de uma construção iniciada em meados de 2005, quando ainda cursávamos a graduação em Geografia, na Universidade Federal da Paraíba. No referido ano, tivemos nosso primeiro contato direto o tema investigado neste trabalho, quando, na ocasião, começamos a participar de um Projeto de Extensão Universitária intitulado “feira agroecológica do Campus I da UFPB: (re)construindo a relação produtor/consumidor”, sob coordenação da Profa. Dra. Valéria de Marcos, então docente do curso de Geografia da UFPB. Este projeto era parte de um projeto maior, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo José Adissi (Departamento de Engenharia de Produção da UFPB), cujo título era “feira

³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Igreja Católica, tem exercido um papel importante na construção e manutenção das feiras agroecológicas paraibanas, contando com a parceria de assessores vinculados a outras entidades, como a CÁRITAS Brasileira, Articulação do Semi-árido (ASA-PB), Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), Pólo Sindical da Borborema, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), etc.

agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”. Apesar das especificidades de cada um dos projetos citados, de uma forma geral, tínhamos por objetivo, através deles, encontrar caminhos para realizar melhorias no processo produtivo e de comercialização da feira agroecológica que é realizada semanalmente, desde o ano de 2002, no interior da UFPB.

A obtenção dos resultados esperados pelos projetos exigia de nós a compreensão da realidade em que estávamos atuando. Com base neste pressuposto foi organizado um grupo de estudos pela equipe, tendo como objetivo discutir estratégias de intervenção a partir de textos de diversos autores cujas reflexões passaram a embasar nossas ações⁴. A construção dessa base teórica se deu consorciada com a nossa participação em vários trabalhos de campo nos assentamentos rurais ligados à feira e em visitas semanais no local de comercialização na UFPB⁵. O encontro entre a *teoria* adquirida na universidade⁶ e a *prática* viabilizada pela vivência da Extensão Universitária nas áreas de produção e comercialização nos assentamentos nos instigou a continuar estudando a agroecologia, tendo como princípio norteador a sua compreensão no atual momento de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Foi assim que decidimos realizar a pesquisa da monografia de final de curso de bacharelado em Geografia (UFPB) sobre a feira agroecológica citada, o que nos levou a compreendê-la enquanto alternativa estabelecida para a superação das adversidades ligadas ao processo produtivo e de comercialização nas áreas de assentamentos rurais⁷. Os resultados obtidos e as leituras realizadas nos estimularam a aprofundar ainda mais a nossa busca por uma melhor compreensão da agroecologia na realidade do campo, no atual contexto social e econômico. É neste solo que esta dissertação está assentada.

⁴ Por meio deste grupo de estudo tivemos a oportunidade de ler e discutir documentos e projetos de ONG's, associações e cooperativas agrícolas de diversos lugares do Brasil. Nesse grupo de estudos pudemos também discutir textos sobre a *Pesquisa Participante, Diagnóstico Rápido-participativo* em assentamentos rurais, entre outros temas.

⁵ Ao longo do tempo de vigência dos projetos – e mesmo após o seu término – participamos também das reuniões anuais de avaliação da feira, onde são discutidos pelos camponeses feirantes e técnicos aqueles problemas mais gerais e planejadas estratégias a serem colocadas em prática no ano que segue. Destas, participamos das realizadas nos anos de 2006, 2007 e 2008 (neste último ano, já realizando a pesquisa de mestrado). Foi de fundamental importância também para nós a nossa participação no *IV Encontro Paraibano de Agroecologia*, realizado entre 8 e 10 maio de 2006, no município de Lagoa Seca-PB e, após o término do projeto, do *V Encontro Paraibano de Agroecologia*, sediado no mesmo município, nos dias 5 e 6 de novembro de 2009.

⁶ Teve grande relevância também nesse período a nossa participação, como ouvinte, em uma disciplina de Mestrado ofertada pela Profa. Dra. Valéria de Marcos, no ano de 2005, na UFPB. Nesta, tivemos a oportunidade de aprofundar a discussão sobre o campesinato e a questão agrária, bem como tomar conhecimento de outras experiências de produção alternativa na agricultura.

⁷ Este trabalho contou com a orientação da Profa. Dra. Valéria de Marcos (Departamento de Geografia/FFLCH/USP).

Delimitação de caminhos para a investigação: *métodos de pesquisa e métodos de interpretação*

Métodos de Pesquisa

Por *métodos de pesquisa*, entendemos o conjunto de técnicas mobilizado com o propósito de viabilizar a apreensão científica da realidade estudada. Em outras palavras, trata-se das ferramentas que o pesquisador dispõe no decorrer do processo de realização de seu trabalho, relacionando-se, mais diretamente, aos problemas operacionais da pesquisa⁸. No nosso estudo, mobilizamos um conjunto diverso de métodos de pesquisa com o propósito de empreender uma maior aproximação possível da realidade analisada. Desde o início da investigação, esperávamos, assim, nos alicerçar com um cabedal de informações suficientemente vasto e aprofundado para possibilitar o estabelecimento de conexões entre os elementos investigados na realidade, propiciando o alcance de respostas referentes às feiras agroecológicas ligadas ao nosso estudo.

Sendo os camponeses e assessores técnicos os principais sujeitos responsáveis pela construção e manutenção das feiras agroecológicas estudadas, são eles as principais “fontes” para esta pesquisa. De forma mais precisa, a referência empírica fundamental na construção deste estudo são as práticas sociais dos camponeses e assessores técnicos, bem como a compreensão que os mesmos manifestam diante das práticas e da realidade em que se inserem. Nesta perspectiva, não pudemos deixar de atribuir centralidade ao *trabalho de campo* como um importante recurso para a aquisição de informações sobre as feiras agroecológicas.

Realizamos, ao longo dos últimos cinco anos, incontáveis trabalhos de campo envolvendo as feiras agroecológicas estudadas⁹. No decorrer desse período, participamos de várias reuniões, assembléias, encontros, confraternizações de grupos, festas familiares.

⁸ Valemo-nos aqui da distinção feita por Robert Moraes e Messias da Costa (1984, p. 27) entre *método de interpretação* e *método de pesquisa*. Segundo os autores, “O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. [...] Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos”. Delimitaremos, mais adiante, algumas posições referentes ao *método de interpretação* que alicerça nosso estudo.

⁹ Entre 2005 e 2007, embora tenhamos realizado visitas pontuais em outras feiras agroecológicas ou unidades de produção, fizemos, predominantemente, trabalhos de campo relacionados à feira agroecológica que assessorávamos (UFPB), através do projeto de Extensão Universitária, já mencionado. Foi, contudo, a partir de 2007, que passamos a visitar com maior frequência as demais feiras agroecológicas inseridas no nosso recorte analítico.

Fizemos várias visitas a assentamentos e comunidades rurais, compartilhamos horas de conversas, tanto formais (no formato de entrevistas gravadas ou questionários) como informais, sobre temas tanto diretamente como indiretamente vinculados à pesquisa. Houve, também, muito espaço para conversas sobre outras questões alheias à pesquisa, mas que, em certa medida, fizeram parte do processo: estreitando vínculos, diminuindo distanciamentos, abrindo a possibilidade da revelação de informações que, de outro modo, permaneceriam obscuras.

Nossa relação com a maior parte dos camponeses e assessores técnicos ligados às feiras agroecológicas estudadas certamente não foi, até aqui, unidimensional. Raramente assumimos a posição unívoca de pesquisador, ou de cliente, ou de assessor¹⁰, ou de amigo. E, do mesmo modo, acreditamos que, ao longo deste processo, raramente fomos enxergados sob um único ponto de vista. Sob tais circunstâncias, em campo, nossas *observações* raramente foram completamente “passivas”. Embora tenhamos, por várias vezes, nos esforçado para nos “diluir” em meio aos demais participantes de uma reunião, de modo a apreender a sua dinâmica de forma mais “pura”, sem a incômoda presença de alguém “de fora”, por exemplo, éramos convidados a ajudar, sendo lançados “para dentro”, quando aos olhos dos participantes poderíamos participar em questões como interpretação de regimento, organização de pauta de assembléias, sistematização de informações, elaboração de atas, entre outras coisas. Da mesma maneira, a condição de cliente de algumas feiras agroecológicas¹¹, de freqüentador semanal dos locais de comercialização, não anulou, de modo algum, a posição de “observador”, municiando-nos, ao contrário, com um arsenal de experiências e situações que dificilmente seriam vivenciadas caso assumíssemos uma postura exclusiva de pesquisador. Esta relação multifacetada, a nosso ver, enriqueceu, em grande medida, o processo de pesquisa e de maneira nenhuma se constituiu como um obstáculo ao nosso trabalho.

Com efeito, é importante destacar que a nossa condição de pesquisador – e aí incluímos a manifestação dos nossos propósitos – foi, ao longo de todo o processo, deliberadamente assumida diante dos camponeses e assessores técnicos. Não foram coletadas informações às escuras, sem consentimento ou de forma desonesta, razão pela qual resolvemos manter, nesta dissertação – com pontuais exceções –, os nomes dos nossos entrevistados, que manifestaram livremente suas opiniões em seus depoimentos, sabendo que

¹⁰ No caso da feira agroecológica da UFPB, à qual prestamos assessoria através do Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental (GEA), coordenado pelo Prof. Dr. Paulo José Adissi.

¹¹ Especialmente daquelas feiras agroecológicas localizadas em João Pessoa, nossa cidade natal e onde moramos em parte considerável do período de realização desta pesquisa.

estavam sendo gravados, nos casos em que isso ocorreu. Quanto às “pontuais exceções”, referimo-nos aos casos em que os entrevistados revelaram informações que julgamos comprometedoras, caso fossem divulgadas com autoria, especialmente no sentido de expor os “informantes” a situações de constrangimento diante dos seus companheiros. Para o tratamento destes casos particulares, concordamos com Marcio Goldman (2006, p. 46), quando o mesmo afirma ser importante que “em certas ocasiões e para alguns informantes, o anonimato deva ser mantido – ainda que, por vezes, eles próprios exijam, clara ou discretamente, que seus nomes sejam mencionados”.

Nosso contato estabelecido com os camponeses e assessores técnicos deu-se, como mencionamos, em situações das mais diversas. Neste processo, além das observações realizadas em reuniões, assembléias e encontros, pudemos aplicar várias entrevistas semi-estruturadas¹² e questionários.

As entrevistas realizadas, em sua maioria, seguiram uma dinâmica de “conversa gravada”, tendo um caráter consideravelmente informal. Optamos por fugir, na medida do possível, dos roteiros “fechados”, nos quais as perguntas, seqüenciadas, indicariam um caminho de argumentação a ser cumprido, por parte dos entrevistados. Deste modo, os roteiros que elaboramos para as entrevistas nos serviram muito mais como um balizador geral, preferencialmente consultado *antes* das entrevistas, do que como uma referência fundante para a própria conversa. Entretanto, o caráter formal da entrevista eventualmente foi retomado pelos próprios entrevistados que, por vezes, manifestaram o esforço por transmitir – da maneira mais clara e direta possível – as informações a eles solicitadas, redobrando os cuidados com as palavras ditas e com o modo de dizê-las¹³.

Outra importante fonte para a aquisição de informações sobre as feiras agroecológicas paraibanas estudadas foi, sem dúvida, os questionários. O nosso objetivo através dos questionários foi o de obter uma caracterização geral dos camponeses participantes das feiras agroecológicas paraibanas inseridas em nosso estudo. Esta caracterização é composta por informações referentes à origem (cidade em que nasceu), idade, sexo, escolaridade, família, propriedade, participação, organização, capacitação, processo de trabalho, produção,

¹² Registramos em gravador um total de 30 entrevistas realizadas com camponeses, assessores técnicos e clientes de todas as feiras agroecológicas incluídas em nosso recorte analítico.

¹³ Como exemplo, basta mencionar que três entrevistados diferentes (dois camponeses e um assessor técnico) solicitaram-nos que parássemos a gravação para que eles pudessem “melhorar a qualidade” das informações que nos eram transmitidas, dando-lhes tempo para relembrar uma data, confirmar algo com outra pessoa, ou simplesmente repetir o que havia sido dito, de modo mais “preciso”. Nestes casos, acreditamos que a experiência com entrevistas submetidas em outras ocasiões, especialmente a jornalistas de rádio e televisão, sobre as próprias feiras agroecológicas, pode ter os incentivado para que evitem uma exposição “inadequada” das informações transmitidas.

comercialização e renda¹⁴. Além disso, destacam-se perguntas mais abertas sobre agroecologia, consumo de alimentos agroecológicos e relação com clientes. Acreditamos que os resultados advindos da aplicação dos questionários nos municiaram para a realização de uma análise mais consistente e, como consequência, para a obtenção de resultados mais seguros diante do problema de pesquisa. Aplicamos um total de 58 questionários junto a camponeses de todas as feiras agroecológicas ligadas ao nosso estudo, buscando, na definição da amostragem, respeitar, basicamente, uma proporção no número de participantes total de cada uma das feiras estudadas. Embora tenhamos, a partir dos questionários, gerado e utilizado uma base considerável de informações quantitativas referentes às feiras agroecológicas estudadas, o nosso propósito foi, fundamentalmente, mobilizá-los como um recurso adicional, isto é, como uma complementação às demais informações qualitativas obtidas através de outros métodos de pesquisa: consultas a boletins informativos, reportagens, entrevistas, observação direta, etc.

A análise de documentos ligados às feiras agroecológicas estudadas mostrou-se também bastante relevante na aquisição de uma base sólida de informações sobre a realidade analisada. Tivemos acesso a vários documentos¹⁵, tais como boletins informativos, panfletos, arquivos pessoais e reportagens de jornais, cuja análise e discussão revelaram-se proveitosas ao entendimento, especialmente, do processo organizativo das feiras agroecológicas estudadas.

O cabedal de informações disponíveis, fruto dos diversos *métodos de pesquisa* utilizados na nossa investigação, nos municiou para o estabelecimento de uma análise geográfica das feiras agroecológicas, aqui apresentada. As informações dispostas foram confrontadas com leituras de diversos autores. Procuramos, assim, responder à necessidade de dialogar com outras análises sobre temas direta ou indiretamente ligados à nossa discussão, bem como com abordagens mais gerais de interesse para nossa pesquisa. Assim, o referencial empírico pôde ser “inquirido”, no processo analítico, por meio do estabelecimento de mediações com discussões teóricas que consideramos proveitosas à compreensão da realidade investigada. Afinal, como lembrou o geógrafo Yves Lacoste (2006, p. 91):

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los

¹⁴ Estes temas foram articulados em 36 questões (Cf. Anexo 1 – Questionário).

¹⁵ Cf. Anexo 2 – Documentos.

eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Neste processo de articulação, descrito por Lacoste, a mobilização do “arsenal teórico” disponível é uma tarefa profícua. Este processo, entretanto, requer clareza e discernimento diante dos caminhos possíveis e coerência frente aos pressupostos assumidos. Assim, revela-se uma postura de grande importância a busca por uma delimitação acerca da “armação lógico-teórica da análise e reflexão”¹⁶ empreendida, algo que se estabelece, fundamentalmente, através dos *métodos de interpretação*.

Métodos de interpretação

Neste trabalho, a referência ao método – que aqui será empreendida – delineia-se como um breve posicionamento diante de questões que precedem e atravessam todo o processo de construção da pesquisa. Deste modo, a delimitação de uma posição de método inscreve-se num esforço pelo esclarecimento dos caminhos seguidos na pesquisa no que se refere “a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista” (MORAES; COSTA, 1984, p. 27). Robert Moraes e Messias da Costa destacam que o método apresenta-se como a expressão de sistemas filosóficos, possuindo uma abrangência maior que cada campo da ciência, isoladamente. Deste modo, traz para a discussão específica, orientações genéricas, experiências acumuladas, conceitos e categorias já lapidados que atuam como balizamentos gerais para a reflexão (MORAES; COSTA, 1984, p. 32).

O historiador marxista E. P. Thompson (1981, p. 49), já demarcando uma posição metodológica, destaca que, através do método, a realidade empírica pode ser “questionada”, mediante “um diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro” (THOMPSON, 1981, p. 49). Para o autor, os “fatos” e “evidências” são dotados de existência real, isto é, independem de nossa “consciência” para existir, mas só se tornam cognoscíveis segundo procedimentos que são e devem ser a preocupação dos vigilantes métodos. Neste posicionamento, assume-se a anterioridade da existência em relação à consciência e a exterioridade do mundo em relação ao sujeito do conhecimento (MORAES; COSTA, 1984, p. 50). Com efeito,

¹⁶ A este respeito, cf. Moraes (2002, p. 67).

Isto significa que o pensamento marxista avança colado à observação dos elementos da realidade, sem abrir mão da análise substantiva. Tal postura não representa um retorno ao empirismo – de tomar o concreto como o visível – pois à postura materialista se associa a lógica dialética que distingue a aparência e a essência dos fenômenos. O ser não se restringe à sua forma. A abordagem superficial de sua existência tangível não dá conta de seu conteúdo e do seu movimento (MORAES; COSTA, 1984, p. 50).

Esta perspectiva, aqui assumida, revela claramente um posicionamento de método, isto é, uma orientação diante do real que se encontra alicerçada num sistema filosófico específico “que tem na relação entre teoria e prática sua pedra angular” (MORAES; COSTA, 1984, p. 35). Trata-se, mais precisamente, do *materialismo histórico e dialético*: “Esse método de interpretação da realidade desenvolveu-se a partir das formulações originais de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo também denominado – à revelia do desejo de Marx – de ‘marxismo’” (MORAES; COSTA, 1984, p. 35).

Sob um prisma analítico geográfico, empreende-se a busca pela “totalização”¹⁷ através da discussão de um temário caro à Geografia¹⁸. Assim, “o objeto geográfico deverá ser um processo concreto que possua uma relativa autonomia de manifestação na própria realidade, sendo esta identidade específica vista como um segmento de uma totalidade maior” (MORAES; COSTA, 1984, p. 35). Em outras palavras, tal como delimitou Rui Ribeiro de Campos (2001, p. 87), uma análise geográfica realizada deste modo estabelecerá “as mediações pelas quais as partes específicas – as *totalidades parciais* – estão entre si relacionadas; as partes estão sempre se inter-relacionando e com determinações que, constantemente, variam e se modificam”. Cabe enfatizar que, com base no *materialismo histórico e dialético*, estuda-se não “coisas” ou “fatos”, mas, fundamentalmente, *processos*, isto é, “sua ótica é sempre a da formação do fenômeno ou evento” (MORAES; COSTA, 1984, p. 52). Detalhando o modo pelo qual estes *processos* são apreendidos mediante a perspectiva analítica do *materialismo histórico e dialético*, os autores afirmam:

Entendemos que o marxismo não apregoa a existência de um único campo de pesquisa, seja no estudo da natureza, seja no estudo da sociedade. Entendemos também que esse *método* de interpretação do real não propõe que se aborde todo o existente de uma única vez, numa caótica visão de totalidade. O

¹⁷ Sobre esta questão, Michael Löwy (1989, p. 16) afirma: “O princípio da totalidade como categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”.

¹⁸ Referimo-nos, neste momento, ao *materialismo histórico e dialético* enquanto um instrumento analítico (método de interpretação) profícuo à Geografia. Não se trata aqui, portanto, de refletir acerca da “geografia nas obras de Marx”, algo que pode ser encontrado, por exemplo, em Quaini (1979).

materialismo histórico e dialético trabalha, isto sim, com sucessivos e interpenetrantes procedimentos de abstração e concreção. Isto é, caminha da experiência para o abstrato (identificando e isolando problemas), e deste ascende para o concreto (pela inserção dos problemas tratados em processos mais amplos). A este segundo momento do processo cognitivo denomina-se totalização, que se constitui na elaboração do conjunto de mediações explicativas do problema tratado, incidindo aí as determinações apreendidas e exaurindo-o em suas manifestações históricas. O concreto é assim um resultado da reflexão: a realidade compreendida, e não a diretamente vivenciada (como supõe o positivismo). A compreensão dessa realidade deve, contudo, ser relativizada tanto historicamente (no sentido já exposto do conhecimento ser sempre aproximativo), quanto em função dos limites da pesquisa realizada. Abordamos a realidade a partir de um de seus segmentos, chegando assim à totalidade, por uma visão angular. A explicação global flui não da exaustão da análise e do esgotamento dos dados do real (como supõe o positivismo), mas pela relevância do processo investigado, isto é, sua qualidade hierarquizada no movimento. Para o marxismo, os processos reais são múltiplos e para se chegar à essência de seu movimento, temos de, inicialmente, isolá-los. Na famosa expressão de Marx, “O concreto é a síntese de múltiplas determinações, é a unidade do diverso” (MORAES; COSTA, 1984, p. 48).

Acerca do “ponto de chegada” deste “movimento do pensamento”, acima descrito, o próprio Marx (1999, p. 39-40), na sua famosa “Introdução à crítica da Economia Política”, delimita: “o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação”. Em outra passagem do mesmo livro, de forma ainda mais clara, o autor elucida, exemplificando:

Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 1999, p. 39).

Em sua crítica ao sistema filosófico de Hegel – no qual, segundo o autor, as idéias, os pensamentos, os conceitos produzem, determinam, dominam a vida real dos homens, seu mundo material, suas relações reais¹⁹ –, Marx observa que, com vistas à compreensão da realidade, devemos partir dos “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica” (MARX, 1996, p. 26-27). Tais condições materiais resultam da produção dos meios de vida de cada um desses indivíduos, isto é: “produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX, 1996, p. 27). Com efeito,

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de produzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 1996, p. 27).

As condições materiais de produção constituem-se, nesta perspectiva, uma importante referência analítica, isto é, mostra-se um ponto de partida para traçar as mediações na aproximação da realidade analisada. Com base neste prisma, tendo já estabelecido, brevemente, uma delimitação da posição metodológica assumida, situaremos, agora, nossa proposta de análise no âmbito da Geografia, apresentando, de forma sumária, o ponto de vista a partir do qual empreenderemos nossa investigação.

A Agroecologia na Geografia: elementos introdutórios para uma abordagem geográfica das feiras agroecológicas

A formulação teórica inicial relativa à agroecologia é o resultado de uma relação estabelecida entre Agronomia e Ecologia, das quais deriva. Isto explica o caráter técnico que fundamenta grande parte das publicações e trabalhos sobre o tema no século XX, em especial até meados da década de 70: tratava-se de desenvolver uma “ecologia aplicada à agricultura” (GLIESSMAN, 2001, p. 55). O avanço das discussões acerca da problemática ambiental num âmbito internacional repercutiu fortemente nos estudos sobre o tema. Um marco considerável

¹⁹ Cf. Marx (1996, p. 19).

foi a realização da *Conferência de Estocolmo*, convocada pela ONU, em 1972, cujo objetivo foi o de definir uma forma de desenvolvimento compatível com a sobrevivência física do planeta (MARCOS, 2007b, p. 100). Dois anos depois foi realizado o primeiro *Congresso Internacional de Ecologia*, onde foi desenvolvido um relatório intitulado “análise de agroecossistemas”, abrindo-se espaço para a incorporação dos “sistemas agrícolas” como áreas legítimas de estudo (GLIESSMAN, 2001, p. 56). Em um contexto de emergência das discussões sobre o *desenvolvimento sustentável*, a agroecologia constituiu uma importante fonte de contribuição “para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na agricultura” (GLIESSMAN, 2001, p. 56).

A incorporação do tema foi ampliada na Agronomia e fortalecida com os trabalhos de Miguel Altieri, pioneiro na formulação das bases científicas da agroecologia, divulgadas através do *Consortio Latinoamericano de Agroecología y Desarrollo* (CLADES) e das publicações realizadas em sua revista *Agroecologia e Desarrollo*. A partir da Ecologia destacam-se também os trabalhos de Stephen Gliessman, autor que procurou desenvolver os “fundamentos ecológicos” para o estabelecimento de uma “agricultura sustentável” e Victor Manuel Toledo, cuja elaboração teórica, na opinião de Sevilla Guzmán, chega a ser considerada “um novo paradigma” referente ao tema (GUZMÁN, 2006, p. 218).

Destaca-se aqui a influência exercida pelo instrumental teórico-metodológico desenvolvido em outros campos do conhecimento, notadamente nas ciências naturais²⁰. O *agroecossistema*, categoria fundamental da agroecologia, revela-nos o propósito *holista* que inspira fortemente vários trabalhos desenvolvidos neste campo. Nesta perspectiva, segundo Gliessman (2001, p. 61), um *agroecossistema* é “um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema”²¹. Mobilizando esta categoria, assumindo seu caráter “integrador”, Guzmán (2006, p. 224) afirma:

La agroecología contempla el manejo de los recursos naturales desde una perspectiva globalizadora; es decir, que tenga en cuenta los recursos humanos y naturales que definen la estructura de los agroecossistemas: sus factores sociales (étnicos, religiosos, económicos y culturales) y naturales (agua, suelo, energía solar, especies vegetales y animales). Su análisis implica, por tanto, una perspectiva sistémica contraria a la parcelación sectorial clásica de los

²⁰ Um exemplo disto é o do uso da *Segunda Lei da Termodinâmica* “para provar que, sob um ponto de vista energético, a agricultura convencional apresenta menor produtividade que a agricultura tradicional, sendo, pois, insustentável no médio e longo prazos” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Para ver tal aplicação cf., por exemplo, Martínez Alier (1998) e Gliessman (2001).

²¹ Segundo o autor, “o conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que o compõem” (GLIESSMAN, 2001, p. 61).

especialistas en las distintas ciencias tanto sociales como naturales (GUZMÁN, 2006, p. 224).

A utilização do enfoque *holista* para o entendimento do manejo dos recursos naturais supõe, para o autor, o questionamento da disjunção e parcelamento do conhecimento científico. Neste sentido, a separação e falta de comunicação entre as ciências sociais e naturais teria gerado a acumulação de saberes separados não apenas entre as categorias citadas, mas no interior de cada uma delas. Por sua vez,

El enfoque holístico de la agroecología implica una aproximación globalizadora al análisis de los recursos naturales lo que supone la ruptura de las etiquetas disciplinares de la ciencia y la utilización de un enfoque sistémico que permita capturar las interrelaciones entre los múltiples elementos intervinientes en los procesos artificializadores e la naturaleza por parte de la sociedad para obtener alimentos. La agricultura ha de ser contemplada como una intercesión de sistemas de naturaleza ecológica, social y económica. Sin embargo la vía para llevar a cabo un análisis sistémico y globalizador del manejo de los recursos naturales ha de partir necesariamente de la ecología (GUZMÁN, 2006, p. 224-225).

Nesta perspectiva, a aproximação teórica com a Ecologia enquanto uma alternativa à separação entre as ciências sociais e naturais é uma proposta claramente assumida. Tal posicionamento é compartilhado, por exemplo, por Martínez Alier, autor que critica os geógrafos por sua pouca atenção ao problema. Segundo ele, “os geógrafos não teriam nada a perder e em troca teriam muito que ganhar profissionalmente ao se converterem em *ecólogos humanos* e em gestores do meio ambiente” (ALIER, 1998, p. 76). O autor, lamentando, afirma que a Geografia “não tem estudado de maneira satisfatória o fluxo de energia e materiais nos ecossistemas humanos”.

Robert Moraes (2002, p. 53) identifica as recentes tendências *holistas* – que guiam grande parte dos trabalhos da agroecologia e que têm influenciado fortemente as ciências humanas – como uma revivência trazida especialmente pela temática ambiental. Um pressuposto assumido é o de que a sociedade pode ser epistemologicamente assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados nas ciências naturais²². Esse posicionamento – tão caro ao discurso positivista comtiano, como

²² Sobre esta questão, Cf. Löwy (2003, p. 17).

demonstrou Michael Löwy²³ – é com frequência associado ao empenho pela interdisciplinaridade na ciência, notadamente na agroecologia²⁴.

Por este caminho, a diversidade de elementos inseridos no campo teórico da agroecologia tornar-se-ia inteligível por meio da conexão de saberes produzidos em distintas áreas do conhecimento²⁵. É nesta perspectiva que emerge a busca pela afirmação da agroecologia enquanto *ciência*. O estatuto almejado seria obtido por meio da articulação de vários elementos “recolhidos de diversas ciências, que se fazem necessários para sua construção enquanto enfoque científico: um novo paradigma” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 15). A construção desse novo paradigma é entendida como o meio de operacionalizar a transição do “atual modelo da agricultura convencional para estilos de agricultura sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 22).

Um risco existente nesse tipo de abordagem é o de tratar a problemática ambiental por um viés que lhe retira ou enfraquece sua dimensão social, assumindo-se uma ótica *naturalista*²⁶. Nesta perspectiva, o homem pode ser visto, em grande medida, como fator de alteração do equilíbrio de um meio, sem se falar de *sociedade*, “mas apenas da ‘ação antrópica’, uma variável a mais num conjunto de fatores basicamente naturais; a relação homem natureza, assim, sendo concebida sem a mediação das relações sociais” (MORAES, 2002, p. 53). Por este caminho, a agricultura é analisada a partir dos seus *efeitos ambientais*, mas pouco estudada enquanto um processo social, isto é, como uma particularidade da configuração de relações sociais sob uma formação econômica e social específica. Do mesmo modo, a emergência de movimentos sociais de camponeses é tratada mais como manifestação da “consciência” social referente à necessidade da transição de um modelo ambientalmente inviável ao “sustentável” do que como uma crítica social dirigida ao capitalismo.

²³ “Este axioma da ‘homogeneidade epistemológica’ entre as ciências sociais e as ciências naturais remete, em última análise, à pressuposição essencial do discurso positivista comtiano: a rigorosa identidade entre sociedade e natureza, a dominação da vida social por ‘leis naturais invariáveis’” (LÖWY, 2003, p. 24).

²⁴ Moraes (2002, p. 50), abordando o problema da interdisciplinaridade, defende a “necessária anterioridade do desenvolvimento disciplinar da pesquisa ambiental, ante o trabalho interdisciplinar”. Para o autor, “sem uma base disciplinar, a interdisciplinaridade vira uma palavra vazia, e é somente a partir dos resultados obtidos na pesquisa disciplinar que o trabalho interdisciplinar pode avançar. Um cabedal (ou vários) acumulado por diferentes disciplinas constitui a matéria-prima para uma fértil empresa inter ou transdisciplinar. Por isso, num primeiro momento a discussão sobre a questão ambiental deverá trafegar nos limites dos marcos disciplinares. Há uma anterioridade que não anula as tendências imediatas do trabalho interdisciplinar, mas que, do ponto de vista lógico coloca a formação e a pesquisa disciplinares como prévias: o interdisciplinar alimentando-se do disciplinar”.

²⁵ Cf., por exemplo, Guterres (2006, p. 93), para quem a agroecologia corresponde a um “enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano”.

²⁶ Tal como alertado por Robert Moraes (2002).

Na concepção aqui assumida a realidade estudada será equacionada sob uma perspectiva distinta. Sem que abdicuemos, necessariamente, do contato com construções teóricas empreendidas sob o ponto de vista até aqui discutido, realizaremos uma análise mais focada nos aspectos especificamente sociais referentes ao tema. Avocamos, pois, a concepção segundo a qual a Geografia Humana tem como propósito aprofundar o entendimento da “espacialidade da vida social, vista como uma mediação particularizadora na compreensão da história de uma sociedade concreta” (MORAES, 2000, p. 28). Nesta perspectiva, à Geografia cabe viabilizar a apreensão de uma dada visão angular da história, dedicada ao deslindamento de uma dimensão específica de seu movimento: a espacial. Com efeito,

Neste ponto da argumentação, não dá para fugir de uma tautologia: **as ciências sociais estudam fenômenos e processos sociais**. Logo, o objeto de qualquer campo disciplinar que se aloque nesse domínio deverá obedecer este requisito, e a posição metodológica assumida obriga a essa localização. Portanto, **o recorte a ser buscado pela geografia humana está circunscrito ao universo da vida social**. Adiantando mais: **deve ser um processo social universal, e com identidade (autonomia) em suas manifestações empíricas, conforme demandam a abstração e o corte ontológico**. E, expressar a dimensão espacial da totalidade social, conforme demandam a concreção e a afinidade com o temário clássico da geografia (MORAES, 2000, p. 27, Grifo nosso).

Deste modo, utilizaremos como mediação ao entendimento da realidade estudada, prioritariamente, o instrumental teórico-metodológico oriundo da Geografia Humana, circunscrevendo, pois, o objeto de análise no âmbito do temário geográfico²⁷. Entretanto, a abordagem a ser aqui empreendida atravessa zonas de interseção com tradições de pensamento já consolidadas no âmbito acadêmico da agroecologia. Este é o caso da importante tradição dos *Estudios Camponeses* (Peasant Studies), responsável por uma nova configuração da produção científica da Sociologia Rural²⁸. Tendo à frente no seu processo de

²⁷ A este respeito, Manuel Correia de Andrade (2008, p. 30) delimita: “Cabe à Geografia, estudando as relações entre a sociedade e a natureza, analisar a forma como a sociedade atua, criticando os métodos utilizados e indicando as técnicas e as formas sociais que melhor mantenham o equilíbrio biológico e o bem-estar social. Ela é uma ciência eminentemente política, no sentido aristotélico do termo, devendo indicar caminhos à sociedade, nas formas de utilização da natureza. Daí admitirmos que a Geografia é eminentemente uma ciência social, uma ciência da sociedade”.

²⁸ Para uma sistematização do processo de criação e desenvolvimento desta tradição, cf. Sevilla Guzmán (2006), especialmente o capítulo 2. O autor explica que “En noviembre de 1975, el profesor Teodor Shanin organizó en la Universidad de Manchester una reunión de especialistas internacionales sobre temas relacionados con el campesinato para crear un instituto internacional de estudios campesinos con diferentes ramas regionales que permitieran una investigación sistemática con el enfoque teórico de los *estudios campesinos*. De allí salió una comisión negociadora del Internacional Working Party for Peasant Studies compuesta por M. Kiray, A. Palerm, T. O. Ranger, T. Shanin e E. Wolf, que trabaja para institucionalizar la nueva orientación teórica de la Sociología Rural” (GUZMÁN, 2006, p. 37).

criação autores como Theodor Shanin, os estudiosos vinculados a esta tradição são fortemente influenciados pela obra de Alexander Chayanov, especialmente pelo legado teórico por este deixado para o estudo do campesinato. Tais autores compartilham a idéia de que os fenômenos produzidos na agricultura se configuram como manifestações parciais do processo geral de desenvolvimento do capitalismo (GUZMÁN, 2006, p. 37). Desta tradição, três autores dedicaram-se ao estudo da agroecologia: Angel Palerm, no âmbito da Ecologia; Sevilla Guzmán, a partir da Sociologia e Juan Martínez Alier, proeminente teórico da Ecologia Política.

A ênfase no estudo do campesinato e a consideração da possibilidade de sua permanência histórica no capitalismo²⁹ são elementos que podem definir uma aproximação teórica entre a tradição de *Estudos Camponeses* e alguns trabalhos realizados no âmbito da Geografia Agrária brasileira com os quais, de maneira geral, nos alinhamos. A influência compartilhada de autores como Alexander Chayanov e Theodor Shanin alimenta essa aproximação e cria um “solo teórico” comum, a partir do qual se comunga o enfoque analítico nas transformações recentes no campo com o desenvolvimento do capitalismo, considerando também as formas de resistência camponesa em meio a essa realidade.

Neste contexto, como afirmou Almeida (2006, p. 66), ganha destaque na Geografia a discussão acerca da *territorialização* da luta pela terra, na perspectiva de se pensar uma teoria da luta, que, segundo a autora, tem sido a contribuição mais significativa da Geografia Agrária e da Geografia como um todo³⁰. Nesta perspectiva, o *território* passa a constituir-se uma categoria de análise fundamental para o deslindamento teórico dos fenômenos investigados, mobilizando-se, neste processo, um instrumental teórico-metodológico orientado ao entendimento das dinâmicas características das relações sociais no campo³¹. Revelam-se, assim, de modo elucidativo, traços importantes da luta camponesa e abre-se espaço para a aclaração das manifestações de resistência por vezes empreendidas pelo campesinato no capitalismo. Entende-se, portanto, que, no atual contexto,

[...] a realidade no campo se apresenta de forma contraditória, fazendo emergir a luta de classes a partir do crescimento dos movimentos sociais de camponeses. O desenvolvimento de tais movimentos se realiza geralmente a partir de uma relação desigual de forças onde estes têm que enfrentar inimigos

²⁹ Discutiremos esta questão, mais detidamente, no Capítulo 1.

³⁰ Para Oliveira (2001, p. 10), a década de 1960 é um marco na Geografia Agrária brasileira. Este foi o momento em que – a partir de autores tais como Pasquale Petrone, Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde – a *Geografia Agrária* foi introduzida no debate político sobre as consequências do desenvolvimento capitalista no campo.

³¹ Realizaremos uma discussão mais aprofundada sobre *território*, no Capítulo 1.

geralmente mediante uma relação de poder. Assim, a conquista/efetivação de um *território camponês* pressupõe a superação de determinada condição de subordinação do campesinato ao capital (PAULINO, 2003, p. 349).

É, pois, a partir deste prisma que as feiras agroecológicas serão analisadas nesta dissertação. Considerando elementos das esferas da organização, produção e comercialização, relacionadas às feiras estudadas, empreenderemos uma análise que tem como base o entendimento dessas experiências como manifestação de uma resistência camponesa, isto é, como um esforço coletivo dirigido ao alcance de um maior controle sobre a produção e comercialização dos alimentos produzidos nas comunidades e assentamentos rurais. São, portanto, as nuances dessa estratégia particular mobilizada pelos camponeses, neste contexto, bem como os resultados e implicações a ela associados, que se constituem o interesse fundamental de nossa pesquisa.

Os capítulos da dissertação

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. Buscamos, através de cada um deles, atravessar questões consideradas relevantes ao entendimento das feiras agroecológicas estudadas. Nesta perspectiva, fruto de uma demanda da própria realidade em questão, procuramos aprofundar a análise acerca de aspectos da organização, produção e comercialização das feiras, buscando apreendê-las a partir de aspectos que se mostraram constitutivos para seu funcionamento e sua formação, bem como mediante a consideração de seu caráter dinâmico e processual.

No primeiro capítulo, apresentaremos alguns elementos que nortearão nosso percurso investigativo. Trata-se fundamentalmente de apresentar as principais categorias de análise mobilizadas no decorrer da nossa investigação, “contextualizando” problemáticas que consideramos relevantes ao entendimento da realidade estudada. Assim, iniciaremos uma breve discussão sobre o campesinato numa perspectiva teórica e, em certa medida, histórica, apresentando alguns traços que se mostram profícuos à compreensão do processo de formação das feiras agroecológicas. Interessa-nos, aqui, expor evidências de que, embora em importantes tradições teóricas os camponeses tenham sido considerados, em grande medida, sujeitos apolíticos e reacionários, certas práticas sociais por eles orientadas revelam um conteúdo fortemente crítico, indicando, por vezes, um caráter *insubordinado* das ações empreendidas por esses sujeitos. Nesta perspectiva, as feiras agroecológicas – ao se constituírem como uma prática coletiva direcionada à conquista da possibilidade de

comercialização da produção agrícola diretamente aos consumidores – configuram-se como uma estratégia dirigida à manutenção de uma condição de classe, tendo, por esta razão, um conteúdo político evidente.

Seguindo essa perspectiva, o capítulo 2 tem um caráter mais “historiográfico”. Através dele, buscamos, a partir de uma perspectiva diacrônica, localizar o processo de formação das feiras agroecológicas estudadas no âmbito das lutas camponesas, na segunda metade do século XX, particularmente na Paraíba. Tal empreendimento mostra-se relevante na medida em que, através dele, poderemos compreender aspectos relacionados à presença das entidades que assessoram, atualmente, as feiras agroecológicas paraibanas, observando como a questão da produção e comercialização agrícola vai ganhando espaço em meio às demais demandas políticas então já assumidas (conquista de assentamentos rurais, regularização da situação de posseiros, combate à violência no campo, etc.). Sob este prisma, nos debruçaremos, mais detidamente, sobre a história de cada uma das feiras agroecológicas estudadas, identificando e articulando evidências que consideramos importantes para o seu processo de estabelecimento.

Se o capítulo 2, como vimos, terá o propósito principal de identificar mediações explicativas do processo de formação das feiras agroecológicas estudadas (sua história), no terceiro capítulo discutiremos, de forma mais direta, traços que consideramos constitutivos do seu funcionamento: interessa-nos, pois, compreender como as feiras agroecológicas são mantidas. Assim, procuraremos identificar e analisar os mecanismos que são mobilizados pelos camponeses e assessores técnicos para a superação de dificuldades cotidianas associadas ao processo de organização das feiras, bem como o modo pelo qual os integrantes das feiras constroem e afirmam os limites da “prática agroecológica”, por eles assumidas.

No quarto e último capítulo, o enfoque recairá sobre questões ligadas, direta ou indiretamente, à produção e comercialização empreendida pelos camponeses ligados às feiras agroecológicas estudadas. Buscaremos versar sobre temas – mais ou menos articulados – que nos revelarão importantes especificidades desta forma particular de venda de alimentos. Deste modo, tendo como base a perspectiva da produção e comercialização agroecológica, examinaremos questões como relações de trabalho; caracterizaremos, brevemente, as unidades produtivas estudadas; relacionaremos as feiras agroecológicas com outros canais de comercialização, empreendendo um equacionamento de sua importância econômica e, por fim, abordaremos a questão dos preços dos alimentos comercializados e as particularidades que envolvem a relação estabelecida entre produtor e consumidor nas feiras agroecológicas.

CAPÍTULO 1

CAMPESINATO, CAPITALISMO E POLÍTICA: UM BREVE EXCURSO TEÓRICO

As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso.

Theodor Shanin.

A sagacidade dos camponeses é proverbial.

Eric Wolf.

O caminho a ser seguido neste capítulo possui dois trajetos escolhidos. No primeiro deles exporemos alguns dos principais pontos de tensão teórica e política relacionados ao lugar social do campesinato no capitalismo, visualizando perspectivas distintas e contraditórias que enfatizam ora potencialidades, ora limitações dos camponeses. Assim, identificaremos matrizes teóricas que inspiram e alimentam fortes debates, ainda existentes, sobre o tema. O segundo trajeto a ser seguido neste capítulo é aquele onde atravessaremos as formas de subordinação do campesinato no capitalismo, particularmente em meio às relações econômicas que os camponeses estabelecem ao lançarem ao mercado o fruto do seu trabalho familiar. São algumas das condições econômicas e sociais de inter-relacionamento dos camponeses com o restante da sociedade que esperamos expor aqui. Apesar de aparentemente descontraídos, os dois trajetos que seguiremos levam-nos a um destino em comum, que é o próprio objetivo deste capítulo: buscam evidenciar alguns parâmetros relevantes para o entendimento das formas de *insubordinação camponesa* frente às adversidades encontradas. Esta é a base e o ponto de partida – na concepção aqui assumida – para uma abordagem geográfica das feiras agroecológicas. O princípio aqui aceito é o de que as relações sociais constituem um alicerce fundamental para a compreensão da agroecologia e, particularmente, do processo de formação das feiras agroecológicas paraibanas. Consideramos, pois, ser necessário ir além dos aspectos eminentemente técnicos da prática agroecológica, identificando e dando relevo aos traços marcados pelas tensões, conflitos e alinhamentos em que estão envolvidos os camponeses.

Algumas considerações teóricas sobre o lugar social do campesinato no capitalismo

A busca pela evidência de elementos associados ao campesinato – sua lógica de produção e reprodução, seus conflitos, suas formas de atuação política, seu papel econômico, etc. –, é certamente um esforço que se insere em um campo de discussão permeado por fortes polêmicas e controvérsias, visíveis pelos intensos e frutíferos debates teóricos e políticos existentes há, pelo menos, mais de um século.

A seminal obra intelectual de Karl Marx é uma fonte produtiva de divergências e posicionamentos no campo científico e político, relacionados ao tema. Sua personalidade combativa e sua forte predileção pelo trabalho científico e intelectual incentivaram-no a dedicar praticamente toda sua vida à compreensão dos elementos constitutivos da sociedade

capitalista³². Entretanto, o produto desse esforço intelectual – suas principais obras – é ainda insuficiente para revelar, de forma conclusiva, a sua interpretação acerca do lugar social do campesinato no capitalismo. Uma evidência disto é a resposta a uma carta elaborada por uma jovem marxista russa, Vera Zassulitch, que lhe escrevera, em fevereiro de 1881, “para lhe perguntar se, em *O capital*, Marx dera a entender que a Rússia agrária teria que atravessar todas as etapas da exploração industrial capitalista para que pudesse vir a ter esperanças de uma revolução” (WILSON, 1986, p. 328). Tratava-se, por parte de Vera Zassulitch, de descobrir se na concepção de Marx a desintegração da comuna russa era ou não um requisito para o avanço do processo revolucionário naquele país, isto é, se o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente desestruturação do *Mir*³³ era uma etapa necessária sob o ponto de vista revolucionário na Rússia. Os diversos rascunhos que restaram³⁴ indicam a dificuldade que Marx teve para responder essa questão: “o próprio Marx não tinha muita certeza a respeito dos rumos históricos de sociedades em que prevaleciam ainda populações camponesas, como era o caso da Rússia de seu tempo” (MARTINS, 2008, p. 152).

Alguns marxistas, por outro lado, encarregaram-se de rastrear as evidências necessárias para fortalecer a hipótese segundo a qual, no capitalismo – em seu processo de desenvolvimento – não há espaço para o campesinato como classe social. Este foi o caso do russo Vladimir Ilitch Lênin, a partir de seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, e do alemão Karl Kautsky, através d’*A questão agrária*, ambos publicados em 1889, seis anos após a morte de Marx. Um pressuposto compartilhado pelos autores é o de que o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações *especificamente capitalistas* de produção no campo, o que geraria um processo de *diferenciação interna* no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses ricos), e os que se proletarizariam (camponeses pobres). Esse processo, portanto, culminaria com a *desintegração do campesinato* através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em capitalista ou em assalariado. O pensamento de Lênin converge,

³² Emblemático, neste sentido, é um trecho de uma carta enviada por Marx a Siegfried Meyer, escrita em 30 de abril de 1867, trecho este exposto por Edmundo Wilson (1986, p. 293) em seu rico trabalho historiográfico. O autor demonstra que “quando finalmente enviou os originais de *O capital* ao impressor, Marx afirma que seu livro é ‘a tarefa pela qual sacrifiquei minha saúde, minha felicidade na vida e minha família’”.

³³ Segundo Harding (1988, p. 71), a comuna russa ou *Mir* era “uma antiga comunidade de camponeses russos na qual a terra era de propriedade inalienável da *obshchina*, ou comuna, e periodicamente redistribuída em lotes às famílias pertencentes à comuna, em geral de acordo com o número de adultos do sexo masculino existente em cada família”. Havia, naquele contexto, uma importante concepção segundo a qual a comuna poderia ser a instituição embrionária de uma sociedade igualitária descentralizada, defendida inicialmente por Alexander Herzen e, posteriormente, por teóricos articulados na famosa corrente de pensamento que ficou conhecida como *Populismo Revolucionário* (HARDING, 1988, p. 71).

³⁴ Cf. Marx (2005).

em vários aspectos, com a análise feita por Kautsky acerca do campesinato e da questão agrária, apesar do fato de Lênin, até o momento da impressão de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, não ter tido acesso à obra de Kautsky. O livro *A questão agrária* só chegou às mãos de Lênin depois que boa parte do seu trabalho já estava impressa. Por esta razão este escreveu uma nota no prefácio da primeira edição da sua obra lamentando-se por não ter adquirido o livro de Kautsky antes³⁵. Lênin chega a afirmar no prefácio da primeira edição do seu livro que a obra de Kautsky, constituía-se, depois do Livro Terceiro de *O Capital*, “o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna” (LÊNIN, 1982, p.6).

Também Friedrich Engels, em seu famoso escrito *O problema camponês na França e na Alemanha*, publicado originalmente na revista *Neue Zeit*, em 1894, atribui ao campesinato – assim como Kautsky e Lênin – um papel marginal na sociedade, tanto econômica como politicamente. O conteúdo do texto é atravessado por um posicionamento crítico do autor perante a postura assumida no Programa Agrário do Partido Operário Socialista Francês³⁶, onde o campesinato fora tratado não como um *futuro proletário*, mas como um “camponês proprietário, tal como antigamente” (ENGELS, 1981, p. 64). Neste Programa, o partido propusera, entre outras coisas, “manter a posse dos pequenos camponeses sobre as glebas de terra que cultivam e protegê-los do fisco, da usura e das agressões dos grandes proprietários usurpadores” (ENGELS, 1981, p. 67). A perspectiva de Engels é a de que este esforço por “proteger” os camponeses é inútil e foge aos interesses revolucionários: “Que são o fisco, a usura e os grandes proprietários usurpadores emergentes, senão os instrumentos mediante os quais a produção capitalista leva a cabo este desaparecimento inevitável?” (ENGELS, 1981, p. 68). Trata-se, para Engels, de uma contradição criar meios para manter a propriedade da terra sobre o domínio camponês, tendo em vista a perspectiva do seu inevitável desaparecimento. Por outro lado, é importante que se diga que Engels não leva ao limite seu argumento a ponto de propor a *aceleração* do “processo inexorável” de desintegração do campesinato e tampouco assume como correta e desejável a proposta de expropriação violenta dos pequenos proprietários de terra. Ao contrário, o autor propõe um tratamento diferenciado entre camponeses e grandes proprietários, cabendo a estes o caminho da desapropriação (com ou sem indenização, a depender da circunstância) e àqueles a busca pela

³⁵ Lênin afirma: “Lamentamos profundamente a impossibilidade de utilizar no presente trabalho a magnífica análise do desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista oferecida por K. Kautsky em seu livro *Die Agrarfrage (A questão agrária)*” (LÊNIN, 1982, p. 6).

³⁶ Engels trata mais especificamente das medidas aprovadas pelo Partido em 1892 no Congresso de Marselha e Nantes.

canalização de sua produção individual e sua propriedade privada para o regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo, e proporcionando o auxílio social com esta finalidade (ENGELS, 1981, p. 64). De qualquer forma, não há na concepção assumida por Engels um lugar político específico para o campesinato, senão enquanto sujeito reconvertido em operário agrícola, isto é, desprovido dos traços próprios que definiam sua condição social. Em outras palavras, o camponês é um sujeito político apenas *em potencial*: torna-se revolucionário somente no momento em que deixa de ser camponês, quando proletariza-se.

A condição de negligência política imputada aos camponeses no campo teórico marxista tem sido fortemente alimentada por passagens do importante livro *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, escrito por Marx e publicado em 1852. O objetivo do autor foi o de demonstrar o modo pelo qual a luta de classes na França criou circunstâncias e condições para que Luís Bonaparte assumisse o poder em dezembro de 1851. O autor enfatiza que Bonaparte encontrou o apoio inesperado da “massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia que se precipitaram de golpe sobre a cena política” (MARX, 1997, p. 29). Bonaparte representou, pois, uma classe: “e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses” (MARX, 1997, p. 126). Isto porque estes camponeses seriam “incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados” (MARX, 1997, 128). O autor destaca que cada família camponesa é “quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (MARX, 1997, p. 128). Encontram-se, pois, sob forte condição de isolamento: “Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família” (MARX, 1997, p.128). Em outras palavras, “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 1997, p.128).

Apesar das evidentes e incisivas críticas empreendidas por Marx em relação ao campesinato francês da segunda metade do século XIX, sua análise demonstra ao mesmo tempo a sua aceitação acerca possibilidade da ação política camponesa e, desta maneira, da sua configuração enquanto classe social:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos

camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1997, p. 128).

Ao eleger como critério definidor de classe social a *ação política* fundamentada na oposição ancorada no modo de vida, interesse e cultura, o autor dinamiza o conceito de classe, atribuindo-lhe, em certo sentido, um caráter circunstancial. Em outra obra, *A Ideologia Alemã*, de 1845-46³⁷, o mesmo autor, junto com Engels, afirmara: “Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência” (MARX, 1996, p. 83). Neste sentido, a classe *acontece*, para usar as palavras de Thompson (2001, p. 277). Para este autor, baseado especialmente nos escritos históricos do próprio Marx, classe é uma “formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito” (THOMPSON, 2001, p. 179). Compartilhando da mesma perspectiva, o russo Theodor Shanin (2008, p. 36) afirma que “As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal. [...] A questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem”. Neste sentido, a posição assumida é a de que:

Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (THOMPSON, 2001, p.169).

Diante desta perspectiva, José de Souza Martins (2008) observa que “É curioso que os marxistas não tenham prestado atenção à razoável diversidade da concepção de ‘camponês’ em diversas obras de Marx”. Segundo o autor, “Por motivos que não estão claros, preferiu-se transformar o camponês de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* num clichê e raciocinar a partir do clichê e não a partir da análise ali contida” (MARTINS, 2008, p. 152). Em outro livro, Martins afirmara que é sob fortes suspeitas e descrédito que as lutas camponesas têm sido classificadas politicamente (MARTINS, 1986, p. 12). Com frequência, “a discussão

³⁷ Publicado integralmente pela primeira vez em 1932.

sobre a relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho à política e é melhor que assim permaneça” (MARTINS, 1986, p. 12). Entretanto, como demonstrou Shanin (1979, p. 227),

En la historia, **el campesinato ha actuado muchas veces políticamente como una entidad social del tipo de la clase**. Además, el campesinato de las sociedades industriales ha mostrado cierta capacidad para la acción política cohesiva, y no sólo cuando se enfrenta a los terratenientes tradicionales en obsoletas batallas de tipo pre capitalista; sus intereses comunes han empujado a los campesinos a conflictos políticos también con los grandes terratenientes capitalistas, con diversos grupos de habitantes de las ciudades y con el Estado moderno. (Grifo nosso)

A manifestação da capacidade de atuação política camponesa convida a uma apreciação teórica das motivações, condicionamentos e circunstâncias relacionadas a esse processo. Isto nos leva a buscar os elementos próprios da agricultura camponesa, isto é, identificar traços de sua racionalidade, compreender seus aspectos particulares. Alexander Chayanov, sem dúvida, foi o autor que deixou uma das mais relevantes contribuições a esse respeito, se empenhando em desvendar as especificidades do comportamento econômico presente na unidade de produção camponesa, bem como revelar os processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, através de uma intensa atividade de pesquisa sobre o campesinato russo, realizada na *Escola de Organização da Produção*, nas primeiras décadas do século XX³⁸.

Tal como evidenciou Baudel Wanderley (1998, p. 30), em seu trabalho sobre Chayanov, subjacente às explicações técnicas/agronômicas presentes na obra deste autor havia um forte componente político: a questão não era apenas entender o campesinato, mas “explicitar suas potencialidades”. Uma formulação de grande relevância em sua obra diz respeito à identificação de um balanço entre trabalho e consumo na unidade produtiva camponesa, ou seja, uma relação entre o esforço exigido para a realização de um trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Trata-se, por parte da família camponesa, de buscar o equilíbrio entre os dois elementos e, enquanto não se atinge este equilíbrio, a família tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. “Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio

³⁸ Nas palavras do próprio autor: “Simplemente aspiramos a comprender que es la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo. ¿Cuál es la morfología de este aparato productivo? Nos interesa saber cómo se logra aquí la naturaleza proporcional de las partes, cómo se logra aquí el equilibrio orgánico, cuáles son los mecanismos de la circulación y la recuperación del capital en el sentido de la economía privada, cuáles son los métodos para determinar el grado de satisfacción y de provecho, y cómo reacciona frente a las influencias de los factores externos, naturales y económicos que aceptamos como dados” (CHAYANOV, 1974, p. 36).

adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia dos seus efeitos econômicos” (CHAYANOV, 1981, p. 193). Deste modo, este ponto de equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho familiar camponês é alcançado, de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados; e de outro, pelo tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades que determinam a avaliação do consumo. Assim, todo acréscimo de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho (CHAYANOV, 1981, p.138). A teoria deste autor em muito se diferencia da perspectiva, já exposta, de alguns teóricos marxistas, particularmente de Lênin e sua teoria da diferenciação social do campesinato³⁹. Enquanto para Lênin, como vimos, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia dar-se-ia através da dissolução do campesinato mediante o seu processo de diferenciação interna – os camponeses transformar-se-iam, inevitavelmente, em proletários ou pequenos capitalistas –, para Chayanov a diferenciação e heterogeneidade do campesinato é parte constitutiva de uma lógica interna à sua reprodução⁴⁰. Em outras palavras, para o autor, a *suposta proletarização* pode ser entendida, em muitos casos, como uma possibilidade de reprodução camponesa, como um recurso para a manutenção da condição camponesa. Como evidenciou Paulino (2006, p. 50), nas situações favoráveis, em que as remunerações externas são consideradas vantajosas, “as atividades não agrícolas surgem como uma oportunidade de acumulação monetária, ao passo em que em condições desfavoráveis, de baixos salários, eles intensificam ao máximo as atividades dentro das próprias unidades”. Deste modo, “a diferenciação não era resultado da proletarização ou da acumulação como lógica capitalista, mas de mecanismos internos relativos ao (des)equilíbrio da família” (ALMEIDA, 2006, p. 73). É importante ressaltar que ao eleger como centro de sua investigação a unidade familiar camponesa, além de reconhecer como profícuas as

³⁹ Este debate foi de grande repercussão na política russa do final do século XIX e representava a polarização existente no período entre os “populistas” (que se autodenominavam Amigos do Povo), a quem Chayanov representava, e os “marxistas”, tendo Lênin como líder principal. Demonstrando os termos dessa divergência, Martins (1986, p. 15) afirma: “Os bolcheviques, que Lênin representava, tinham uma interpretação ocidentalizada do processo político russo, baseada nas formulações que, em *O Capital*, Marx desenvolvera sobre o capitalismo, na importância do crescimento e da ação política da classe operária. Já os populistas entendiam que a transformação social podia ocorrer sem que houvesse o desaparecimento da comunidade russa, o que implicava conceber os camponeses como uma força política e não como um fator de atraso político”.

⁴⁰ Para uma análise mais específica e aprofundada sobre os debates entre Lênin e Chayanov, cf. o importante artigo de Henry Bernstein (2009, p. 55-81).

complexidades associadas a tal objeto, sob o aspecto teórico, Chayanov demonstra seu interesse em legitimar o campesinato em um ponto de vista social e político⁴¹.

Capitalismo e subordinação camponesa: breves apontamentos

Pudemos expor sumariamente, nos parágrafos precedentes, algumas idéias que caracterizam importantes matrizes teóricas e políticas direcionadas ao entendimento do campesinato, enfocando posicionamentos acerca do seu lugar social no capitalismo. Esta breve referência a posições de alguns autores sobre os camponeses da Europa dos séculos XIX e XX, que temos realizado até aqui, pode parecer anacrônica e descabida em um estudo sobre feiras agroecológicas paraibanas existentes no início do século XXI. O que justifica este empreendimento? Quais as intenções subjacentes em uma investigação que promove esse tipo de “paralelo histórico”? Em primeiro lugar, colocamo-nos de acordo com Elisabeth Dore (1988, p. 43), para quem “O debate sobre a natureza do campesinato e seu papel político não perdeu sua atualidade: continua hoje mais ou menos nos mesmos termos em que foi travado na Rússia na primeira metade deste século⁴²”. Diante deste fato, consideramos extremamente proveitoso dispor do instrumental teórico existente, refletir acerca de sua validade e, criticamente, mobilizá-lo sempre que este tornar mais inteligível o fenômeno investigado. Evidentemente, “Não se trata de enquadrar a realidade atual numa determinada teoria construída no passado. Mas, a partir da realidade existente e de posse dos conhecimentos construídos, re-elaborar a teoria”, como sugeriu Fabrini (2003, p. 42). O “retorno” às matrizes que inspiram e alimentam debates políticos e teóricos ainda existentes, mostra-se, pois, como um recurso à compreensão mais aprofundada desses debates e, ao mesmo tempo, da realidade empírica que os fundamenta. Portanto, o fio condutor da transição aqui realizada, que brevemente cruzou séculos e realidades distintas, é “o campesinato enquanto fator político”, para usar o título de um famoso ensaio elaborado por Theodor Shanin. Trata-se, portanto, fundamentalmente de alertar para o fato de que a nossa busca por traços políticos da prática camponesa – que enxergamos como evidências nas feiras agroecológicas, como demonstraremos adiante – não é original e muito menos recente no interior do pensamento social agrário⁴³.

⁴¹ Para mais informações sobre a questão política na obra de Chayanov, cf. Baudel Wanderley (1998, p. 29-49).

⁴² A autora referia-se ao século XX.

⁴³ O termo “pensamento social agrário” foi largamente utilizado por Sevilla Guzmán em suas obras para definir uma perspectiva científica de onde emerge a discussão sobre as transformações sociais que acompanham o

Entretanto, certamente uma transposição acrítica de formulações, teorias e definições extemporâneas pode resultar em um nível de imprecisão que deve ser levado em conta. Um importante aspecto a ser observado, neste sentido, são as especificidades que caracterizam a realidade social dos camponeses nos diferentes momentos da história e, ainda, em diferentes lugares, num mesmo período. Um alerta a esse respeito foi dado por Martins (1986, p. 16), quando este identificou diferenças substanciais entre o campesinato russo do século XIX e o brasileiro do final do século XX:

Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lênin, um **campesinato estamental** baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era um **campesinato que não queria sair da terra**, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É **um campesinato que quer entrar na terra**, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. (Grifo do autor)

Dadas as suas singularidades espaciais e temporais, isto é, suas condições de relacionamento com a sociedade que o circunda, o camponês brasileiro deve, pois, ser investigado tendo como referência seus aspectos próprios. Diante disto, é igualmente coerente valorizar para fins teóricos – e com frequência políticos – a “autonomia epistemológica” das questões relativas ao campesinato, isto é, considerá-lo, quando as evidências nos guiarem nessa direção, enquanto um problema teórico autônomo, suficientemente específico para validar o desenvolvimento de um instrumental analítico que possa responder às suas questões enquanto objeto. Considera-se, assim, que a unificação conceitual que incorpora dentro dos mesmos limites teóricos os camponeses e os proletários, por vezes suprime as situações diferenciais em que ambos se encontram, podendo assim reforçar a interpretação sobre a incapacidade do campesinato em constituir-se em sujeito político, como lembrou Paulino (2008, p. 215). Na mesma direção, Martins (2002, p. 55) afirma que seu esforço foi sempre no sentido de enfatizar as mediações, a diferenciação e especificidade das categorias sociais como condição para o entendimento dos camponeses enquanto sujeitos de vontade social e

desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo. Para tal aplicação, Cf. Sevilla Guzmán (2005) e, em trabalho mais rigoroso e acabado, Sevilla Guzmán (2006).

política e sujeitos de possibilidades históricas, ao invés de diluí-los em categorias abrangentes e genéricas.

Aprofundando esse aspecto, Martins ressalta explicitamente a existência de importantes distinções entre as lutas travadas pelo proletariado urbano e pelos camponeses. Tais diferenças decorrem da própria condição social em que ambos se encontram, resultam do fato de que “O trabalhador da fábrica e o lavrador do campo vivem, em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes. São por isso classes sociais entre si diferentes” (MARTINS, 1982, p. 13). Isto porque o operário da fábrica é um trabalhador expropriado das ferramentas, máquinas, instrumentos e objetos de trabalho, tendo como condição de sobrevivência a venda de sua força de trabalho. Seu trabalho realiza-se mediante o interesse do capitalista, detentor dos meios de produção, a quem pertence o fruto do trabalho desde a origem. De forma distinta, “o trabalho do camponês é um trabalho independente, o que ele vende não é o trabalho, mas o seu fruto, fruto este que nasce como propriedade sua, não do capitalista” (PAULINO, 2008, p. 216). Neste sentido, “Enquanto a mercadoria do operário é a força de trabalho, a mercadoria do lavrador é o produto do trabalho” (MARTINS, 1982, p. 14). O autor explica este processo:

É através do mercado que a mercadoria perde sua individualidade, que ela se socializa. Ela só pode ser trocada quando o seu conteúdo, o trabalho, se torna equivalente do conteúdo de todas as outras mercadorias, quando a substância da mercadoria, que é o trabalho, se socializa pela troca. Quando o trabalhador vende diretamente a sua força de trabalho, essa socialização mediada pela troca o atinge diretamente. A mercadoria que aí nasce é produto do trabalho combinado, social, socializado, de muitos trabalhadores. Quando, porém, o trabalhador é proprietário dos seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas, sua terra, esse processo atinge o fruto do seu trabalho, mas não o atinge diretamente. Ele comparece perante a sociedade, perante o mercado, sozinho, dono das coisas que produziu, quando muito junto com a sua família, isolado e isoladamente. As suas condições individuais e familiares de trabalho, isoladas, produzem também uma consciência, uma visão de mundo, que reflete, que expressa esse isolamento. **Só uma força de fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social** (MARTINS, 1982, p. 14-15, grifo nosso).

Para Martins, o capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter seu trabalho, isto é, “que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários” (MARTINS, 1982, p. 15). Neste sentido, quando o capital, de fora da sua existência, “invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços,

somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe” (MARTINS, 1982, p. 6). Entretanto, o próprio Martins destaca que o quadro clássico de expansão do capitalismo mediante o processo de expropriação e proletarianização dos trabalhadores do campo, no Brasil, não se mostra de forma tão clara e simples. É preciso buscar as causas e explicar “como se dá a sujeição sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o lavrador seja expulso da terra” (MARTINS, 1982, p. 175).

As formulações de Marx sobre o processo de sujeição do trabalho ao capital são frequentemente mobilizadas como um recurso interpretativo para entender essa realidade, especialmente a partir das noções de *sujeição formal* e *sujeição real*. O fundamento por trás da incorporação destas noções é a busca pelo entendimento da articulação do grande capital com a pequena produção familiar camponesa ou com a produção agrícola em geral. Entretanto, conforme apontou Martins (1982, p. 173), esta opção teórica vem acompanhada por dificuldades muito claras: “Longe, porém, de resolver os problemas, parece que essa incorporação os complica um pouco mais” (MARTINS, 1982, p. 173).

A concepção da *sujeição formal* está assentada na idéia de que “Controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção, o capital estaria instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital” (MARTINS, 1982, p. 173). Na continuidade do processo, o capital assumiria o controle:

[...] não só do resultado do trabalho, mas também do modo de trabalhar, instituindo, por exemplo, linhas de produção em que já nenhum trabalhador fabrica um produto final, mas em que cada trabalhador executa apenas um aspecto, um segmento do trabalho empregado na produção de um objeto. O trabalhador se transforma num trabalhador coletivo. Nesse caso, o trabalho deixa de estar formalmente subjugado pelo capital e passa a estar realmente subjugado (MARTINS, 1982, p. 174).

Deste modo, na *sujeição formal* o trabalhador não perderia completamente o conhecimento e a habilidade para a fabricação dos objetos, podendo, ao menos teoricamente, recuperar a sua condição de artesão. Por outro lado, na *sujeição real* do trabalho ao capital, o conhecimento do trabalhador se restringiria a um pequeno aspecto da produção, sendo este apenas um segmento de trabalho que não possui nenhuma utilidade para o trabalhador caso ele viesse a se tornar autônomo (MARTINS, 1982, p. 174). Entretanto, Martins chama a atenção para o fato de que quando referimo-nos à produção camponesa, não estamos diante da separação do trabalhador dos seus meios de produção, isto é, o produtor familiar continua

proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho, não sendo um trabalhador assalariado. Nestes casos, nem há *sujeição formal* nem *sujeição real*. Ocorre, nesta perspectiva, a sujeição sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o camponês seja expulso da terra:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. **O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês** (MARTINS, 1982, p. 174, grifo nosso)

No que tange à grande propriedade, a tendência, como regra geral, é a ocorrência da unificação da figura do proprietário de terras e do capitalista. Para Martins, o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, etc. Por outro lado, onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1982, p.175).

Uma importante contribuição para o entendimento desse duplo processo foi dada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. O autor enfatiza que a partir da fusão estabelecida entre a indústria e agricultura, o capital desenvolve-se no campo através de dois caminhos. No primeiro deles, o capital monopolista se *territorializa* na agricultura, isto é, expropria o campesinato da propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, levando os camponeses à migração para as cidades, convertendo-os em assalariados nos ramos industrial, comercial ou de serviços, podendo ocorrer também a transformação do camponês em “bóia fria”, em assalariado do campo. Portanto, por este caminho, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude, onde o capitalista/proprietário de terra acumula, ao mesmo tempo, o lucro da atividade industrial e agrícola, como também a renda da terra gerada por essa atividade. No segundo caminho, por sua vez, ocorre a *monopolização do território* pelo capital monopolista, sem que ocorra a *territorialização* deste capital. Neste caso, o capital cria, recria e redefine as relações

de produção camponesa e familiar, abrindo espaço para o desenvolvimento da produção camponesa (OLIVEIRA, 2005, p. 478).

O que diferencia esta perspectiva teórica daquelas já discutidas neste capítulo – especialmente a de Lênin e Kautsky – é o fato de que, aqui, a existência concreta do campesinato não é entendida como um acidente, como um resquício histórico cujo desaparecimento é considerado inevitável, um produto pré-determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, os camponeses são interpretados como parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, já que neste processo são engendradas relações de produção não-capitalistas como recurso a sua expansão, isto é, como forma de garantir a *produção não capitalista do capital* (OLIVEIRA, 1990, p. 12). Neste sentido, sendo considerados “de dentro” do capitalismo, os camponeses alcançam um estatuto teórico de inteligibilidade no qual as suas formas de interrelacionamento com a sociedade constituem-se em um objeto profícuo ao deslindamento teórico. Como parte deste processo, práticas sociais que configuram *formas de resistência* podem ser identificadas e analisadas, desenvolvendo-se assim um instrumental analítico “aberto” ao entendimento da luta empreendida pelos camponeses em busca da superação dos obstáculos que os atingem:

Não se trata aqui, no entanto, de, em nome da lógica de reprodução da unidade camponesa, subtrair a lógica do capital. Na verdade, procuramos, ao pensar a reprodução camponesa como uma relação não-capitalista, situá-la no conjunto das contradições do capital. Não reduzindo, todavia, essa recriação camponesa a uma pura e simples determinação do capital. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Com o propósito de aclarar esta questão, valemo-nos da referência a uma forma bastante comum de *monopolização do território*. Trata-se dos casos nos quais os camponeses encontram-se sob condição de dependência no processo de circulação de sua produção ao capital comercial. Neste caso, em razão das dificuldades relativas ao escoamento da produção camponesa de forma direta para o “consumidor final”, os produtos passam pelos intermediários, que os destinam, sobretudo, para os “CEASAS”. Identificando esse processo de distribuição dos alimentos, Souza (2003, p.51) afirma que:

[...] não os próprios produtores rurais, mas sim atacadistas baseados em pequenas cidades que recolhem os produtos do campo e os repassam para serem distribuídos por um outro atacadista, baseado em um centro maior (o qual, por sua vez, redistribuirá parte dos produtos para centros ainda maiores), ou os levam para serem beneficiados e processados. Os

atacadistas assumem, com isso, o papel de intermediários no processo de distribuição e comercialização; são os popularmente chamados de “atravessadores”. Entre o campo e a mesa do consumidor final, nas cidades pequenas, médias e grandes da rede, se estabelece toda uma cadeia de distribuição e comercialização em que os agentes, em número bem variável, são os comerciantes atacadistas, os transportadores [...] e, por fim, os comerciantes varejistas.

Neste caso, a relação entre produtor e consumidor é marcada por um distanciamento interposto pelas dificuldades de acesso aos mercados de venda direta dos produtos por parte dos camponeses. Sua produção encontra-se, pois, sujeita aos preços e às exigências daqueles responsáveis pelo transporte e venda aos centros de distribuição dos alimentos, resultando na constituição de uma relação comercial bastante desigual no que concerne à apropriação do valor incorporado ao produto vendido. Esclarecendo este processo, Lobato Corrêa (1989, p. 58-61) explica de que modo se estabelecem as relações campo-cidade mediante a complexa cadeia de comercialização dos alimentos de origem camponesa, expondo duas formas típicas de escoamento da produção.

Na primeira delas, segundo o autor, o “atacadista coletor” da pequena cidade encravada em plena zona rural, tem uma “margem de lucro” ao vender a produção ao “atacadista reexpeditor” ou a uma usina de beneficiamento localizada em uma cidade regional; a revenda da produção ao industrial, exportador ou grande “atacadista metropolitano”, por sua vez, adiciona outra “margem de lucro” sobre o preço pago ao “atacadista coletor”. Nesta cadeia de comercialização, o consumidor final, de localização urbana, paga ao varejista um preço muito elevado se comparado àquele pago pelo “atacadista coletor” a quem produziu, localizado no começo do processo de comercialização. Na segunda forma de escoamento da produção camponesa, apresentada pelo autor, destaca-se a atuação das grandes cadeias de supermercados. Cada supermercado possui numerosas filiais de compra localizadas em pequenos centros ou em cidades regionais. Isto, segundo o autor, simplifica a cadeia de comercialização, já que das filiais de compra dos produtos são transferidos ao depósito central localizado na cidade e, daí, os numerosos estabelecimentos de vendas no varejo dispersos pelo espaço urbano. Assim, “os lucros dos intermediários do esquema anterior desaparecem, sendo apropriados pela grande empresa que dispõe de enorme poder de manipulação de preços. E nem por isso o produtor rural é beneficiado” (CORRÊA, 1989, p. 59).

Nos dois casos supracitados, notamos que a relação produtor-consumidor é sempre mediada, isto é, configurada pela presença intersticial dos agentes diversos que dividem, entre si, parcelas da renda da terra materializada no produto ofertado pelos camponeses. Quando é o

próprio supermercado que compra a produção, no campo, notamos a eliminação dos demais agentes de intermediação resultando na apropriação concentrada da renda da terra camponesa nas mãos de um único agente, o empresário/grupo proprietário do supermercado. De qualquer forma, os camponeses – nestes casos – continuam a vender seus produtos por preços extremamente baixos, muitas vezes insuficientes para cobrir os custos de produção, deixando aos intermediários – ou mesmo um único – uma fração do produto do seu trabalho, resultado de sua atividade produtiva. Em meio a esta realidade extremamente adversa aos camponeses, não pode ser esquecido o importante papel exercido através do Estado, como denunciou Oliveira (1981, p. 23-24):

Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado do Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infra-estrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto critica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim de comercialização. Sutileza à parte. Uma coisa é certa: nunca o Estado protegeu e deu tanta guarida a esse segmento social. Certamente é o tributo pago ao apoio que este setor dá ao regime vigente. É mais uma fatia do modelo a seus donos.

O processo de *monopolização do território* pelo capital industrial é também relevante para a compreensão das formas de subordinação do campesinato no capitalismo. Trata-se de uma relação estabelecida entre empresários do ramo alimentício e os camponeses, mediante um tipo de intercâmbio comercial conhecido como “integração”, no qual se estabelece uma relação contratual de compra e venda da produção camponesa por parte do capital industrial. Detalhando este processo, Martins (1982, p. 51) afirma:

Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranjas, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas. É comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante que têm que pagar por eles, preços que crescem continuamente. **Essa queixa está em contradição com a queixa dos lavradores, de que recebem cada vez menos por aquilo que produzem.** É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como o adubo, a semente, o inseticida, etc. **Na verdade,**

estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital. (Grifo nosso)

Este processo foi objeto de exitosas investigações no campo das ciências humanas. Referências importantes a este respeito são os trabalhos das geógrafas Eliane Tomiasi Paulino (2006) e Virgínia Etges (1991). Estas autoras analisaram detalhadamente as relações econômicas entre o campesinato e o capital industrial, alcançando nuances fortemente explicativas do processo de subordinação camponesa frente às empresas capitalistas.

Paulino (2006) dedicou-se ao entendimento do sistema de integração no setor avícola e serícola, no norte do Paraná. A autora parte da concepção de que na relação estabelecida entre indústria e agricultura – isto é, entre capitalista e camponês –, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Assume-se, portanto, o pressuposto de que o trabalho é a fonte primordial do valor e que este é frequentemente apropriado pelos capitalistas, quando compram a produção camponesa a um preço inferior ao valor-trabalho nela contido. A compra da produção camponesa, no setor analisado, observa Paulino, está submetida a critérios de qualidade que definem os preços das mercadorias. No que se refere à criação de frango e bicho-da-seda, a autora observa que o trabalho não se restringe à higienização e manutenção dos barracões, alimentação e demais cuidados cotidianos requeridos tanto pelas aves quanto pelos insetos: “A sucessão de eventos sobre os quais não se tem controle, como chuva, frio, calor, etc., bem como a possibilidade de infestação por organismos patogênicos, faz com que o acompanhamento permanente seja fundamental para evitar quebras na produção” (PAULINO, 2006, p. 118). Paulino enfatiza que por serem espécies submetidas à seleção genética voltada à depuração das raças, “objetivando o refinamento das características que melhor atendem as demandas do mercado, ambas as criações estão longe de apresentar uma adaptação compatível com a instabilidade do ambiente que as envolve” (PAULINO, 2006, 118). É desta maneira que a baixa resistência e toda e qualquer perturbação afeta em diferentes proporções os resultados da atividade, considerado os padrões requeridos pela empresa, interferindo, por sua vez, nos preços a serem pagos aos camponeses. É, pois, sob tais condições que se realiza a apropriação da renda da terra por parte dos empresários/industriais do setor avícola e serícola⁴⁴.

⁴⁴ A autora destaca, entretanto, que não se trata de uma via de mão única, isto é, que não “estamos diante de uma contraposição simplista, pautada no pressuposto de que, se a mesma é vantajosa para a empresa, obrigatoriamente os integrados só têm a perder” (PAULINO, 2006, p. 121). Em sua investigação, Paulino observa alguns aspectos que motivam os camponeses a estabelecerem relações com as empresas, destacando-se entre os quais o fato de que a avicultura e sericultura possuem ciclo curto de produção, onde num intervalo de 30 a 50 dias os camponeses recebem o pagamento referente à produção entregue: “Esse é um diferencial em relação às culturas tradicionais, em geral de ciclo semestral e anual, sem mencionar tempo de espera das

Etges (1991), por sua vez, analisou o modo pelo qual os camponeses produtores de fumo do Rio Grande do Sul encontravam-se subordinados ao capital industrial mediante o processo de monopolização do território. Segundo a autora, a dependência às empresas fumageiras começa com o início do ciclo produtivo, quando os instrutores das empresas visitam os agricultores tentando convencê-los a plantar fumo para a empresa que representam. O vínculo se concretiza com um pedido de financiamento feito pelo produtor para compra de sementes, insumos e defensivos, quando então se estabelece um pacto entre agricultor e a empresa, onde a empresa se compromete a fornecer a assistência técnica e os insumos necessários e o produtor compromete-se a lhe 'entregar' a sua produção. Assim, a empresa oferece as condições necessárias para que o camponês se torne um produtor de fumo: fornece as sementes, os insumos e defensivos, orientação técnica e o dinheiro necessário para construção da estufa. Tudo isso através do financiamento bancário por ela avalizado⁴⁵ (ETGES, 1991, p. 120). É no preço pago pela produção realizada na unidade familiar camponesa, entretanto, que a subordinação torna-se evidente. Este é, para a autora, o momento mais importante para a compreensão deste processo, “pois é através dos preços pagos aos produtores, que muitas vezes não cobrem nem os custos da produção, que este transfere todo o seu trabalho não remunerado às empresas” (ETGES, 1991, p. 128). Neste sentido, ao adquirir o produto camponês por um preço inferior ao valor trabalho nele contido, “o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital” (OLIVEIRA, 2005, p. 478). Etges observa que um importante limite imposto para que os camponeses não deixem de produzir fumo é a existência de crédito bancário fácil apenas para esta cultura e a garantia de sua comercialização, o que não existe para os demais produtos: “Na realidade, se estas condições fossem oferecidas para outros cultivos também, muitos, certamente, abandonariam o cultivo do fumo” (ETGES, 1991, p. 134).

culturas permanentes. O ingresso monetário, nestes casos, igualmente se prolonga na mesma proporção, criando dificuldades para o pagamento das despesas correntes, como é o caso da energia elétrica, combustível, bem como dos gastos gerais com a manutenção da família” (PAULINO, 2006, p. 122). Neste sentido, a autora interpreta que a integração se sustenta entre os camponeses por se tratar de uma atividade complementar, inclusive na geração de subprodutos de grande importância para a manutenção da unidade produtiva, como é o caso da cama de frango na avicultura. Enfim, “é o caráter complementar da integração que acena para uma forma de recriação camponesa, que permite ver sob outro prisma a intervenção em relação a uma atividade específica, para que as demais possam ser desenvolvidas com menores sobressaltos” (PAULINO, 2006, p. 123).

⁴⁵ Oliveira (1981, p. 12), analisando esta questão, destaca: “a mediação (do Estado) é de forma explícita, sem falsas aparências, pois é o próprio Banco do Brasil que se incumbe de pagar as indústrias, ou seja, o dinheiro do empréstimo sequer chega a mão do produtor. É transferido diretamente para o capital industrial que, dessa forma, cobra do agricultor via Estado (repartindo com esse) a renda da terra”.

Esta referência um tanto extensa ao processo de *monopolização do território* por parte do capital comercial, a partir da análise empreendida por Corrêa (1989), bem como pelo capital industrial, através da menção aos trabalhos de Paulino (2006) e Etges (1991), serve-nos aqui como um quadro ilustrativo dos mecanismos mobilizados pelos empresários varejistas e industriais para subordinarem a renda da terra oriunda da produção camponesa, especialmente mediante formas por vezes disfarçadas de compressão de preço. Este percurso teórico constitui, no nosso entendimento, um caminho de interesse por possibilitar a identificação de parâmetros que auxiliam a compreensão de manifestações de resistência camponesa. Em outras palavras, trata-se de um meio de alicerçar a interpretação de reações políticas empreendidas pelo campesinato neste contexto adverso.

Feiras agroecológicas, insubordinação e territorialização camponesa

A configuração de alternativas, por parte dos camponeses, à realidade apresentada no final do item anterior – isto é, à condição de subordinação ao capital comercial e industrial no campo –, decorre de um esforço coletivo com vistas à conquista da autonomia em torno da produção e comercialização dos alimentos produzidos. Ao assumirem coletivamente a necessidade da conquista dessa autonomia, que resulta na afirmação de uma condição específica de classe, os camponeses inscrevem-se em um *campo de poder* que tem como importante objeto de disputa o valor incorporado ao produto do trabalho familiar camponês e o próprio domínio sobre o processo de produção e circulação dos produtos.

Os traços de conflituosidade subjacentes a esse processo podem ser mais bem elucidados a partir das idéias de Raffestin (1993, p. 53), para quem toda relação “é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”. Nesta perspectiva,

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Inseridos neste *campo de poder*, os camponeses por vezes mobilizam *estratégias*⁴⁶ orientadas à superação da condição de dependência econômica em que se encontram, questionando mecanismos de subordinação contra eles direcionados e configurando novas alternativas de enfrentamento às dificuldades que os afetam. Ao criarem eventuais meios de resistência, os camponeses reconfiguram o *campo de poder*, dinamizando-o mediante a realização de mudanças nas condições de interrelacionamento até então estabelecidas com a sociedade. Este processo não está, de forma alguma, destituído da dimensão *espacial* e *temporal*, já que “o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apóia no espaço e no tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). A “produção”, mencionada pelo autor, é a própria *relação* – mais ou menos simétrica – configurada pelos “atores”⁴⁷ que, ao assim fazerem, “produzem o território”, imprimindo-lhe marcas específicas. Em outras palavras,

São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um 'processo' do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter **simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus produtos (RAFFESTIN, 1993, p. 8, grifo nosso).**

Ao compreender o espaço como uma “realidade dada”, o autor assume que este é anterior a qualquer ação, ou seja, “é a realidade material preexistente a qualquer

⁴⁶ Parece-nos aqui útil a definição presente em Certeau (1996, p. 46), para quem a estratégia é “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. **Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta**”. (Grifo nosso) Outro autor que apresenta uma definição semelhante de estratégia é Raffestin (1993, p. 42), que a entende como a “combinação de uma série de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo”. Para este, a “estratégia, portanto, é o resultado de um plano, de um projeto ou um programa”, ou seja, “supõe o recurso a uma série de meios. Os meios, ou mediados, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos”.

⁴⁷ Ao atribuir aos “atores” a capacidade de “produzir o território”, o geógrafo Raffestin se opõe à perspectiva clássica da Geografia Política referenciada em Ratzel, segundo a qual o *poder* é um atributo exclusivo do Estado. O autor questiona esta interpretação, observando que ao desconsiderar a possibilidade de outras “fontes de poder”, Ratzel incorreria no equívoco de reduzir a dimensão do “conflito” ao Estado, já que para ele, “Só existe o poder do Estado. Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choques entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados. As outras formas de conflito, tais como as revoluções, que colocam em causa o Estado em sua interioridade, não têm lugar em seu sistema. A ideologia subjacente é exatamente a do Estado triunfante, do poder estatal” (RAFFESTIN, 1993, p. 16).

conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de nele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Nesta mesma perspectiva, o território, por sua vez, “se apóia no espaço, mas não é espaço. **É uma produção, a partir do espaço**”, produção esta que, “por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144, grifo nosso).

Articulando as idéias de Raffestin (1993) com uma interpretação fundamentada no pensamento de Marx, podemos afirmar que os “atores” *produzem* o território de formas específicas, de acordo com as condições materiais a eles relacionadas. Em outras palavras, a produção do território realiza-se como resultado do próprio desenvolvimento da produção/intercâmbio material na sociedade, entendendo-se como “produção material” os “Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente” (MARX, 1999, p. 25). Neste sentido, pode-se afirmar que a produção do território responde claramente às particularidades de ação social das classes no capitalismo: “São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território” (OLIVEIRA, 1996, p.12). Assim, assume-se:

[...] que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. **O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência.** (OLIVEIRA, 2004, p.40, grifo nosso).

A compreensão do território enquanto “efeito material da luta de classes” atribui uma forte centralidade às relações sociais enquanto referência analítica fundamental, sendo estas consideradas fundamentalmente em sua *dimensão espacial*. A este respeito, Moraes (2000, p. 29) afirma que “São processos sociais interessando a apropriação e manipulação da superfície terrestre que devem ser identificados e investigados em seus movimentos próprios, como parte que são do desenrolar da vida das sociedades”. Deste modo,

Estas considerações levam-nos a realçar, por um lado, como a organização do território não pode ser lida como simples e direto fruto das diversas fases de desenvolvimento do capital e, por outro lado, como as “transformações” do território são um processo complexo ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção bem como às contradições de tal desenvolvimento. [...] (As) configurações do território são o resultado de forças complexas, unificadas, porém por uma lógica constante: a ligação existente entre configuração e

lógica do desenvolvimento capitalista com as condições históricas dadas (políticas, físicas, sociais, conflituais) (CALABI; INDOVINA⁴⁸, 1973 *apud* PAULINO, 2008, p. 215).

Neste sentido, como parte integrante da sociedade capitalista, os camponeses “produzem o território” mediante relações mais ou menos antagônicas com outras classes, relações estas que se manifestam, por vezes, em termos de *conflito*, de *luta de classes*. O antagonismo subjacente a este processo pode ser observado em alguns momentos bastante emblemáticos: na *luta camponesa para entrar na terra* (valendo-se do *acampamento* como forma de pressão para que o Estado faça a Reforma Agrária e reconheça a condição de *assentado*); na luta para *permanecer na terra* (no caso dos posseiros que resistem à expropriação) e na *luta camponesa* pelos frutos do trabalho familiar, isto é, pela apropriação do valor contido no produto de origem camponesa, *na terra*. Almeida (2006, p. 342) identifica estas formas de resistência/ação do campesinato de maneira precisa:

O acampamento e o assentamento são transformações que o território contém, o que ocorre por meio da territorialização da luta pela terra, e que, portanto, representam uma ruptura no processo de territorialização e monopolização do território pelo capital. Assim, quando falamos em territorialização da luta pela terra, estamos, pois, referindo-nos às frações do território conquistadas pelos camponeses, em oposição à lógica de territorialização do capital monopolista, bem como à de monopolização do território pelo capital monopolista. Essa ruptura produz imagens territoriais que, se, por um lado, geram distinção em relação à apropriação capitalista, por outro, expressam identidade camponesa. Dizer que o acampamento representa também a territorialização camponesa implica imputar ao território a flexidez no lugar da constância, o movimento no lugar da durabilidade, o que, em última instância, dá-lhe a mobilidade própria do conflito/dinâmica que permeia as relações sociais. (Grifo nosso)

Nesta perspectiva, *o domínio camponês de frações do território* se opõe claramente à *territorialização do capital* e à *monopolização do território pelo capital*. Tal oposição parece-nos profícua, pois é reveladora de um antagonismo que se manifesta em torno do controle não apenas sobre a terra, meio de produção fundamental aos camponeses, mas também sobre o processo de produção e sobre os frutos do trabalho familiar. Isto demonstra que há, de fato, um *componente político* na busca camponesa pelo acesso ao mercado sob melhores condições ou pela autonomia sobre o processo produtivo. Ressaltamos, entretanto, que apesar de o *assentamento* implicar em um obstáculo ao processo de *territorialização do capital*, já que

⁴⁸ CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. *In.*: Archivio di studi urbani e regionali. Veneza, anno IV, n. 2, jun./1973. (Mimeografado)

abre a possibilidade efetiva de reprodução social camponesa *na terra*, não corresponde, necessariamente, ao rompimento da *monopolização do território pelo capital*. Isto porque relações econômicas assimétricas com o capital industrial, através do sistema de *integração*, já analisado, ou mesmo a dependência econômica ao capital comercial a partir da circulação da produção camponesa, fazem-se presentes nos assentamentos e comunidades rurais. Isto nos leva a considerar como *domínio camponês de frações do território* o controle não apenas da terra, mas também do processo de trabalho *na terra* e do produto deste trabalho⁴⁹.

Assim, portanto, a efetivação do *domínio camponês de frações do território* somente se realiza no momento em que também a *monopolização do território* é questionada através de práticas concretas (*na terra*) que podem desvincular – mesmo que temporariamente – os camponeses desta condição e, desta maneira, possibilitem a apropriação do valor incorporado ao produto do trabalho e a autonomia sobre o próprio processo de produção⁵⁰. Estas práticas são aqui equacionadas como formas de *insubordinação camponesa*. Ao reconhecermos a existência concreta de *práticas de insubordinação camponesa* compartilhamos com Fabrini (2008, p. 239-240) a perspectiva segundo a qual:

É possível verificar entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas na construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

As feiras agroecológicas e o conjunto de atividades a elas associadas inserem-se nesta realidade enquanto fator de potencial relevância na construção social de mecanismos de negação às formas de dependência em que estão envolvidos os camponeses *na terra*. Com a mediação do processo organizativo das feiras agroecológicas são construídas formas

⁴⁹ Ao assumirmos esta posição, fundamentamo-nos em Martins (1981, p. 177), segundo o qual os camponeses por vezes – tendo submetida a renda da terra aos bancos, capital industrial e comercial – deixam a condição de *proprietários reais* da terra, transformando-se em *proprietários nominais*. Assim, quando se encontram nesta situação, mesmo *na terra*, os camponeses têm um domínio bastante limitado sobre ela.

⁵⁰ Cabe, aqui, a observação de Paulino (2008, p. 317): “Considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso de uma empreitada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória. Em algumas ocasiões, ele pode até se constituir em um recomeço, que traz como incremento mais uma referência para as práticas futuras. Não se pode esquecer de que o processo de territorialização camponesa é a materialização dessa dinâmica, em que a gestão própria do sítio se encerra em um circuito de experiências (tentativas para se chegar ao melhor resultado), somando experiência (saber)”.

alternativas de produção e comercialização tendo como base o trabalho familiar. As reuniões, assembléias e demais atividades que as compõem servem como instrumento de avaliação dos resultados das experiências utilizadas, mas também como produto coletivo e de formação política, através do qual são construídos e assimilados os valores que norteiam as propostas de produção e comercialização camponesa. Neste sentido, as feiras agroecológicas⁵¹ apresentam-se como o resultado de um amplo processo de organização que, além de se constituir em um importante meio de formação política, viabiliza a reestruturação da produção camponesa com base em princípios específicos: diversidade de cultivos, aproveitamento da matéria orgânica disponível nas propriedades, negação ao uso de agrotóxicos, opção pelas práticas ambientalmente “limpas” (evitando-se as queimadas, por exemplo), etc. Nesse processo, os camponeses contam com a importante participação de assessores técnicos, que criam meios de valorização e difusão das práticas e experiências agroecológicas. Como um “ponto de chegada”, a constituição destas feiras é configurada como uma *estratégia* tendo como propósito viabilizar o controle dos camponeses sobre a produção agrícola e a comercialização dos alimentos produzidos com base no trabalho familiar, algo que se mostra extremamente relevante na medida em que:

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção (PAULINO, 2006, p. 112).

Dito isto, consideramos que as idéias desenvolvidas neste capítulo constituem-se em um alicerce a partir do qual poderemos interpretar as feiras agroecológicas paraibanas estudadas – objeto central de nossa investigação – de forma mais precisa. Isto porque, através do caminho até aqui percorrido, inscrevemos as feiras agroecológicas nas bases em que serão aqui analisadas, elegendo os principais elementos/aspectos que serão mobilizados prioritariamente em sua interpretação, bem como definindo o solo teórico e metodológico que nos sustenta neste empreendimento. Deste modo, ao tratar dos camponeses, sob um prisma teórico, circunscrevendo introdutoriamente as feiras agroecológicas neste âmbito, nosso objetivo foi o de buscar um quadro geral que possa nos servir de referência para a definição de categorias, conceitos e do próprio caminho a ser seguido para compreender o objeto

⁵¹ Referimo-nos aqui, particularmente, àquelas feiras agroecológicas inseridas em nosso estudo.

analisado. Essa opção visa esclarecer sobre a “lente” com a qual a realidade em questão será investigada e com isso, ao mesmo tempo, elucidar *como* debruçaremos sobre o nosso objeto.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS PARAIBANAS: TRAÇOS DE INSUBORDINAÇÃO CAMPONESA

Somos condenados a fazer o caminho caminhando, não raro na
noite escura, sem ver claramente a direção e sem poder
identificar os empecilhos. E precisamos crer e esperar que o
caminho nos conduza a algum lugar que seja bom para se
morar e demorar nele

Leonardo Boff.

As “bases” para o surgimento das feiras agroecológicas: um breve panorama das lutas camponesas na Paraíba entre as décadas de 1950 e 1990

A oposição entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*, formulada por José de Souza Martins originalmente a partir de sua pesquisa sobre conflitos de terra na Amazônia Legal⁵², tornou-se bastante difundida e ilustra de forma precisa aspectos subjacentes aos antagonismos e conflitos entre camponeses e proprietários de terras/capitalistas. O autor baseia-se no pressuposto de que temos no Brasil uma clara oposição entre regimes distintos de propriedade: de um lado, o regime da propriedade capitalista; de outro, o da propriedade familiar. O regime de propriedade capitalista fundamenta-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, sob domínio do capitalista. A terra, nesta perspectiva, é instrumento de dominação. Por outro lado, a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio: não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador. Para este, a reprodução de suas condições de vida não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra: o trabalhador-lavrador não recebe lucro. Os ganhos obtidos são, pois, fruto do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, 1982, p. 59-60). Tal distinção revela-se na duplicidade dos interesses acerca do domínio da terra, isto é, naquilo que motiva a apropriação/posse sobre um bem natural, uma determinada fração do planeta:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por um alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (MARTINS, 1982, p. 60).

Este antagonismo entre distintos e contraditórios regimes de propriedade é aqui entendido enquanto um importante recurso à compreensão do processo de formação das feiras agroecológicas paraibanas, objeto do nosso estudo. Isto porque a luta camponesa é uma

⁵² Acerca desta origem, cf. Martins (1982, p. 58).

luta que envolve a *terra de trabalho*, portanto relacionada à busca pela impressão no espaço de uma lógica específica de produção e reprodução social, lógica esta fundamentalmente distinta em relação àquela perspectiva capitalista, como vimos. Na Paraíba, essa luta ganhou contornos diversos ao longo do tempo, demonstrando um forte dinamismo em seu curso, assumindo, ora a forma de luta *pela terra*, ora a de luta *na terra*⁵³.

Ao reconhecermos a existência desse duplo caráter da luta camponesa (luta *pela* e *na* terra), estendemos a dimensão política associada à busca pela conquista do “pedaço de chão” também ao esforço coletivo por vezes existente no momento posterior, como veremos, quando a terra encontra-se já sob o domínio dos camponeses. Esta é uma questão relevante para nós, já que o seu deslindamento é de fundamental importância para uma compreensão mais consistente das motivações e circunstâncias relativas ao desenvolvimento da agroecologia na Paraíba. Nesta perspectiva, atravessaremos neste item a discussão acerca da história da luta camponesa na Paraíba nas últimas décadas. Consideraremos, pois, as feiras agroecológicas enquanto um momento específico desta luta, cuja maior referência, neste estado, é, sem dúvida, as Ligas Camponesas. O propósito aqui não é o de estabelecer uma relação de causa entre eventos históricos distintos, portadores de claras especificidades, mas simplesmente inserir as feiras agroecológicas em um contexto mais amplo. Entendemos que é por meio de tal procedimento que poderemos identificar importantes motivações que resultaram na formulação de estratégias para a produção e comercialização agrícola, que resultaram nas feiras agroecológicas, bem como compreender o modo pelo qual entidades de assessoria técnica e política participaram e participam ativamente da luta camponesa *pela terra e na terra*.

As décadas de 1950-60 constituem, sem dúvida, um importante marco na história recente do Brasil, particularmente quando referimo-nos à relação entre campesinato e política: trata-se do período de eclosão das Ligas Camponesas, importante movimento camponês de grande repercussão nacional. Neste momento, os interesses do campesinato ganharam força e sua organização emergiu enquanto reação às adversidades encontradas no campo, especialmente nas áreas nordestinas dominadas pela produção canavieira. Um caso importante nesse processo foi o do Engenho Galiléia, localizado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão. Manuel Correia de Andrade (1964, p. 246) explica que este

⁵³ Este duplo caráter da luta camponesa é de grande relevância para qualificar as ações de movimentos sociais, sindicatos e setores da Igreja, na Paraíba, como discutiremos ao longo deste capítulo. Uma importante análise que aponta nesta direção é o trabalho de Moreira e Targino (1997). Uma referência específica sobre a luta *pela terra/na terra* no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) pode ser encontrada em Mitidiero Jr. (2008).

engenho de cana de açúcar, como outros localizados em áreas marginais, distantes das usinas, ficou de “fogo morto” na década de 1931-40, quando os preços de açúcar eram baixos e passaram os seus proprietários a “forar” suas terras a pessoas que cultivavam frutas e cereais destinados a abastecer Recife e demais centros nordestinos. O autor afirma que, neste sentido, os proprietários passaram a viver na cidade, da renda da terra, sem trabalhar na propriedade e, às vezes, visitando-a esporadicamente. Estes proprietários contavam com o trabalho de um “feitor”, homem de sua confiança, que cobrava os “foros” anuais, fiscalizava a prestação do “cambão” ou da “condição” e servia de intermediário entre o proprietário ausente e os que lavravam a terra⁵⁴.

Após a guerra de 1939-45, o preço do açúcar aumentou e a abertura de estradas provocou a ampliação da capacidade das usinas que foram reequipadas e passaram a conquistar as terras marginais. Essa conquista foi efetivada à custa do desaparecimento dos antigos bangüês – os senhores de engenho tornavam-se fornecedores de cana – e com o sacrifício dos foreiros que eram expulsos dos seus sítios a fim de que os canaviais das usinas se expandissem pelas terras que cultivavam, às vezes, há dezenas de anos (ANDRADE, 1964, p. 246). Como analisou Martins (1986, p. 65), os foreiros que não foram expulsos ou despejados acabaram transformando-se em moradores de condição, sujeitos a dar um crescente número de dias de trabalho no canavial, sob pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda. Estes próprios foram sendo expulsos das usinas, convertendo-se em mão-de-obra temporária⁵⁵. Andrade (1964, p. 246) destaca que foi esta a situação que motivou a organização dos arrendatários do Engenho de Galiléia, sob a direção do próprio feitor, Zezé da Galiléia, em busca dos seus direitos. Receberam, pois, o apoio de

⁵⁴ Analisando mais detidamente as relações de trabalho existentes na produção canavieira no período das Ligas Camponesas, Azevêdo (1982, p. 44-45) afirma: “A relação de trabalho que predominou, após a abolição da escravidão, foi a de ‘morador’, na qual o trabalhador reside no engenho ou fazenda e tem direito a um sítio ou roçado, para montar uma cultura de subsistência baseada na ‘lavoura branca’ (geralmente, milho, mandioca e feijão), como parte constitutiva da ‘morada’. Esse tipo de trabalhador tinha a obrigação de prestar dois ou três dias de serviço por semana ao engenho ou fazenda (‘condição’), sendo remunerado abaixo da tabela vigente para os assalariados rurais permanentes (mas sem direito à morada) ou temporários. Ao lado do *morador condicioneiro*, existia a figura do *foreiro*, um pequeno rendeiro que arrendava um lote, geralmente nas áreas mais distantes dos engenhos e fazendas, pagando em dinheiro (foro) pela sua utilização. Tinha a obrigação, tanto como o morador, de conceder alguns dias de trabalho gratuito para o engenho, em torno de 10 a 20 dias por ano, mas com o privilégio de poder substituir a prestação desse serviço por uma terceira pessoa. Era o *cambão*” (grifos do autor).

⁵⁵ Ratificando esta realidade, valemo-nos novamente de Azevêdo (1982, p. 51), para quem “Não resta dúvida, portanto, que a partir da década de cinquenta, ocorreu uma expulsão em massa do *morador* e a expropriação dos lotes arrendados aos *foreiros*. Esses contingentes expropriados ou se deslocaram para as terras menos férteis e afastadas da Zona da Mata, nas linhas limítrofes com o Agreste, recriando assim um campesinato marginal com a sua dupla função de produtor de alimentos e exército agrário de reserva; ou se proletarizavam de maneira irreversível, migrando para as cidades e vilas circunvizinhas aos engenhos e usinas, onde se tornaram trabalhadores *volantes*” (Grifos do autor).

um advogado, representante do Partido Socialista na Câmara Estadual de Pernambuco: Francisco Julião. Este, utilizando do seu mandato:

[...] passou a combater na Câmara e na imprensa o “cambão” e o “foro”. Achou que a sua maior missão era despertar a grande massa camponesa para a luta, para a tomada de consciência de sua força e de suas necessidades, evitando que as tentativas de solução do problema agrário fossem elaboradas de cúpula, por intelectuais e políticos que quase sempre desconhecem a realidade camponesa. Para melhor estruturar as organizações de luta dos camponeses, legalizou a 1º de janeiro de 1955, a Sociedade fundada pelos “galileus” e que existia até então, apenas de fato. Apesar de continuar denominada “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, é a mesma conhecida em todo o Brasil por seu nome de guerra, bem menos extenso, de “Ligas Camponesas”. [...] A fim de evitar o despejo dos foreiros de Galiléia, Julião apresentou à Câmara Estadual um projeto de lei desapropriando o engenho e teve o mesmo aprovado e sancionado pelo Governador do Estado (ANDRADE, 1964, p. 247).

O modelo de organização das Ligas Camponesas do Engenho Galiléia propagou-se pelo Nordeste brasileiro onde os problemas eram similares. Em 1960, as ligas já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, Sertão e Agreste, estendendo-se rapidamente pela Paraíba, onde surgiram grandes núcleos nos municípios de Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba, Cruz do Espírito Santo, entre outros municípios. Entre estes, destaca-se o núcleo de Sapé, que contou com aproximadamente 7000 associados⁵⁶ (ANDRADE, 1964, p. 247-248). Na Paraíba, as transformações nas relações de produção do sistema canavieiro também se fizeram presentes, tendo como fundamento – assim como em outros estados, no mesmo período – a expropriação e expulsão dos camponeses, como demonstrou Benevides (1985, p. 29). Segundo o autor, alteravam-se as relações de produção no mesmo instante em que se agravava a exploração dos camponeses marginalizados perante as leis do trabalho. Além disso, “À completa ausência da legislação trabalhista no campo paraibano aliou-se a competição da produção de cana de açúcar de São Paulo, cujos índices de produtividade eram muito superiores aos do Nordeste” (BENEVIDES, 1985, p. 29). Neste sentido,

Implantaram-se, no campo paraibano, novas relações de produção, incluindo-se o início da mecanização da lavoura com base no trator e nos implementos agrícolas, mas manteve-se o aumento horizontal do espaço para a pecuária extensiva. Em qualquer dos casos ocorreria a expulsão do

⁵⁶ Apresentando outro dado, Clodomir Santos afirma que, em Sapé, as Ligas chegaram a absorver cerca de 12.000 associados (Cf. Stédile, 2006, p. 66 *apud* Mitidiero Jr., 2008, p. 282).

morador e a expropriação do foreiro, com a substituição do trabalho permanente pelo temporário (BENEVIDES, 1985, p. 29) ⁵⁷.

Em outras palavras, “O setor agrícola aliou-se ao setor industrial da lavoura canavieira [...], regularizando a acumulação do capital e contrapondo a terra para o trabalho com a terra para o negócio” (BENEVIDES, 1985, p. 91). Com isto, ampliava-se a necessidade de organização entre os camponeses e, ao mesmo tempo, estavam oferecidas as condições para o aumento da participação de organizações sociais neste processo. Nesta perspectiva, o município de Sapé, que era o centro da economia de várias oligarquias rurais paraibanas, articuladas no famoso Grupo da Várzea, foi um local propício para atuação dos comunistas na organização dos camponeses, como evidenciou o historiador Waldir Porfírio (2003, p. 219) ⁵⁸. Este autor explica que, além da brutal exploração praticada pelos latifundiários sobre os camponeses no município de Sapé, a direção do Partido Comunista do Brasil (PCB) paraibano se aproveitara da estrutura partidária que se mantinha em pé desde o período da legalidade, em 1945, quando a agremiação manteve um Comitê Municipal dirigido por Manuel Porfírio:

⁵⁷ Mitidiero Jr. (2008, p. 259-260) observa, entretanto, que apesar da inegável realidade da expulsão do morador de condição em decorrência da expansão da cana de açúcar na década de 1960, “isto não significa dizer que essa relação de trabalho e produção foi extinta. Embora o avanço do capitalismo no campo possa supor o fim dessas relações de trabalho e a desvinculação do trabalhador da terra, os fazendeiros paraibanos sempre recorreram a essas relações de produção tradicionais, caracterizadas pela intensa exploração e subordinação do trabalhador/morador, para reduzir os custos com a manutenção de suas terras e lhes permitir produzir capital mesmo nos momentos de crise no mercado açucareiro”.

⁵⁸ Sobre o Grupo da Várzea, Benevides (1985, p. 27) afirma: “O ‘pacto político’ firmado com a ‘Revolução de 30’ coligaria ao nível nacional os interesses agroindustriais e manteria intacto o monopólio da terra e parte do poder político das oligarquias tradicionais. Estava formado o bloco agroindustrial da Paraíba denominado Grupo da Várzea, que se consolidaria em dois pilares: no autoritarismo do Estado, que lhe garantiu a dominação, e na exclusão política e social do campesinato”. O uso da violência como recurso para barrar o processo de organização dos camponeses marcou fortemente a trajetória do Grupo da Várzea. Tornou-se bastante emblemático desta questão o assassinato, entre outras pessoas, das lideranças João Pedro Teixeira, em 1962, e Margarida Maria Alves, em 1983, a mando do latifundiário Agnaldo Veloso Borges. A história do assassinato de João Pedro Teixeira – e as implicações que isto teve para a história de sua família – ganhou especial repercussão e foi documentada pelo filme “Cabra marcado para morrer”, dirigido por Eduardo Coutinho, de 1986. Recentemente, tivemos a oportunidade de participar de um evento denominado “Caminhada em memória de João Pedro Teixeira”, contando com a presença de Elisabeth Teixeira, atualmente com 85 anos, esposa de João Pedro. Neste evento, realizado 48 anos depois de sua morte, em 02/04/2010, foi realizada uma missa ecumênica no local onde João Pedro foi brutalmente assassinado, na estrada de Café do Vento, município de Sapé. Após a missa, os participantes – em sua maioria camponeses de assentamentos rurais e acampamentos da região – caminharam até a casa onde morou a família Teixeira. Neste local, foi realizado um discurso de Luiz Damázio de Lima (presidente da ONG Memorial das Ligas Camponesas e uma das lideranças que, atualmente, estão à frente da feira agroecológica realizada na UFPB), de Elisabeth Teixeira e de sua neta. O discurso de Elisabeth foi marcado por três momentos principais. No primeiro deles, ela demonstrou *gratidão* pela presença das pessoas naquele evento, considerando que a dolorosa história de sua família fora valorizada por aqueles que continuam em luta. No segundo momento, Elisabeth expõe certa *tristeza* pelo fato de, 48 anos depois da morte do seu marido, a Reforma Agrária ainda não ter sido realizada. No último momento do seu discurso, a mesma fez um *chamado* aos que continuam a lutar, incentivando aqueles camponeses para que não desistam da luta e continuem acreditando na causa pela qual morreu João Pedro: a Reforma Agrária.

Todos esses fatos, aliados ao retorno à Paraíba do sindicalista João Pedro Teixeira, serviram de adubo para que pudessem ser realizadas, em 1955, as primeiras reuniões para formação da Liga Camponesa de Sapé. João Pedro havia chegado de Pernambuco, Estado em que se ligara ao Partido Comunista do Brasil e que fora presidente do Sindicato dos Operários de Pedreira de Jaboatão. Trouxe consigo a bravura pessoal e a experiência das lutas sindicais, que ajudaram a organizar as orientações políticas nos encontros que fez com os comunistas João Alfredo Dias (Nego Fuba), Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e Manuel Porfírio (PORFÍRIO, 2003, p. 220).

As lideranças do PCB estavam levando a diante a perspectiva assumida na III Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, realizada em julho de 1946, onde foi enfatizada a importância de se estabelecer uma aproximação com a realidade e os problemas específicos dos camponeses brasileiros⁵⁹. Benevides (1985, p. 72) destaca que as lideranças do PCB tinham em mente o estabelecimento de uma “aliança operário-camponesa para concretizar a ‘revolução brasileira’, formando, no campo, base política capaz de neutralizar o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias tradicionais”. Entretanto, diferenças importantes nas propostas políticas referentes à revolução fizeram-se presentes entre o PCB e as Ligas Camponesas. Em 1963, um conjunto de transformações e reformulações foi efetivado na estrutura orgânica e nos estatutos das Ligas Camponesas, respondendo a uma decisão aprovada em uma reunião nacional, realizada em abril de 1962:

O fundamento dessa modificação era expandir o movimento camponês orientado por uma direção centralizada. Tinha-se como objetivo unificar o movimento a partir da organização estadual para se implantar a luta pela reforma agrária radical e por outras reivindicações gerais (BENEVIDES, 1985, p.83).

Neste sentido, Martins (1981, p. 78) ressalta que as Ligas Camponesas dirigiam-se, cada vez mais, para uma proposta de “revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrático-burguesa”. Esta posição, assumida pelo PCB explicitamente a partir do V Congresso Nacional do partido, realizado em 1960, procurava guiar a luta contra o “imperialismo e os seus agentes externos”. Todas as outras lutas deveriam subordinar-se, do ponto de vista tático, ao objetivo da “emancipação social” que, naquela etapa, “traduzir-se-ia por uma ‘revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte

⁵⁹ A esse respeito, cf. Benevides (1985, p. 72) e Porfírio (2003, p. 218).

integrante da revolução socialista mundial” (AZEVEDO, 1982, p. 87). Diante desta perspectiva,

[...] tanto Julião quanto os militantes comunistas vinculados às Ligas – denominados grupo “anti-partido” e que participaram do V Congresso, onde foram derrotados com suas teses ‘agraristas’ – não só viam no campesinato a principal força revolucionária do movimento social no campo, como não aceitavam a hierarquização tática das lutas, que subordinava a questão agrária à questão nacional-democrática, considerada pelo PCB como a expressão da contradição principal que dominava a etapa política do país e que opunha os setores nacionalistas e progressistas ao imperialismo. Por outro lado, recusavam como parcial e de fundo tecnicista o conteúdo da reforma agrária definida pelo partido, que se limitava às desapropriações das terras do estado e as grandes propriedades incultas e pouco cultivadas (os latifúndios improdutivos) (AZEVEDO, 1982, p. 89).

Somadas às contraposições existentes entre os militantes do PCB e os das Ligas Camponesas, emergia a participação da Igreja Católica no processo de organização dos camponeses atingidos pelas fortes mudanças nas relações de trabalho efetivadas a partir das décadas de 1950-60. Entretanto, as perspectivas encontradas no interior da própria Igreja eram consideravelmente heterogêneas e, por vezes, contraditórias entre si. Mapeando este quadro, Mitidiero Jr. (2008, p. 144), referindo-se ao mesmo período, afirma:

Assim, esse ambiente político e clerical complexo era composto por uma Igreja conservadora aliada aos poderosos, que repudiava simultaneamente o comunismo e as posições da Igreja Progressista e Libertadora. Uma Igreja Progressista que, criticando o conservadorismo da Igreja hierárquica, via no comunismo um dos grandes males da humanidade, levando-a a defender a socialdemocracia. E uma Igreja Libertadora que se dividia entre os cristãos e religiosos mais radicais, que se engajaram na luta pelo comunismo e por clérigos e teólogos que defendiam o comunitarismo presente na Bíblia como fundamento último da organização social.

Neste contexto, sobressaíam-se, na Igreja paraibana, os interesses do “clero superior”, que era contrário à reforma agrária e à politização do campesinato, sendo essa organização vista enquanto uma ameaça comunista que precisava ser combatida (BENEVIDES, 1985, p. 87). A criação de sindicatos rurais para barrar o caminho dos sindicatos comunistas era, pois, neste sentido, uma estratégia importante, mobilizada a partir de 1960 e reforçada em 1963: “A retomada da discussão dessa proposta corroborada pela Igreja vinculava-se ao projeto do governo federal no sentido de frustrar o avanço do movimento camponês, acelerado pelas

Ligas” (BENEVIDES, 1985, p. 86) ⁶⁰. Por outro lado, ainda que as motivações para a “aproximação do povo” por parte da Igreja possam ser entendidas como contra-insurrecionais, certos efeitos de caráter politizador não podem ser desconsiderados. Um exemplo disso é o fato de que “noções estranhas ao código de dominação tradicional, como a categoria direito, introduziram-se no vocabulário dos novos sindicalistas” (NOVAES, 1997⁶¹ *apud* MITIDIERO Jr., p. 290). Assim, podemos afirmar que os efeitos desta aproximação foram, em certa medida, contraditórios, o que levou Mitidiero Jr. a considerar a posição da Igreja, neste período, como sendo, ao mesmo tempo, “tão perto e tão longe do povo pobre do campo”, isto porque, “contraditoriamente, serviu como fator de coesão dos camponeses na luta pelos seus direitos e na sua relativa eficácia em diminuir a adesão às formas genuínas de levante popular” (MITIDIERO Jr., p. 290). Se, estando “tão perto” do povo pobre do campo, a Igreja deixou marcas sociais importantes, como vimos, é possível, ao mesmo tempo, verificar transformações relevantes no interior da própria instituição como decorrência desta posição assumida, como analisa Martins (1994, p. 103-104):

O desafio concreto e eficaz da militância comunista no meio rural e, particularmente, o desafio da ação das Ligas Camponesas, de inspiração socialista e radical, levou a Igreja a uma ação pastoral que veio a se materializar naquilo que hoje chamamos de trabalho de base. A natureza política do confronto envolveu-a numa experiência social nova e renovadora no trabalho direto com as comunidades rurais. Essa experiência ressocializou os agentes religiosos. Não é estranho que práticas e concepções sociais, reaparecessem, na segunda metade da década de setenta, no modo de ação dos agentes de pastoral no campo. Portanto, quando a possibilidade de uma revolução agrária, de inspiração materialista e de esquerda, se apresentou no Nordeste, nos anos cinquenta, a motivação anticomunista da Igreja despertou-a, em parte, para aprender com seus adversários a fazer o que é hoje chamado de “trabalho popular e de base”.

Certamente, um referencial para a emergência de posições mais comprometidas com os problemas sociais, na Igreja, foi o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962-1965, que trouxe importantes impactos na relação dessa instituição com a sociedade, destacando-se a crescente importância dos “leigos” no seu interior. As conferências episcopais de Medellín,

⁶⁰ “Os padres deviam conservar o controle destes sindicatos ou passá-los a jovens advogados de sua confiança. O papel dos camponeses devia ser semelhante aos dos indígenas das missões jesuíticas do século XVII: executores fiéis das palavras de ordem que os agentes da Igreja lhes transmitiam, para o seu próprio bem” (MOREIRA ALVES, 1979, p. 136 *apud* Benevides, 1985, p. 86). Sobre esta questão, Moreira e Targino (1997, p. 304) afirmam que, na Paraíba, a ligação do quadro institucional da Igreja aos problemas do campo, ainda que bastante tênue naquele período, era exercida sob fortes reservas da hierarquia católica, fato que pode ser exemplificado pela insatisfação de Dom Mário Villas Boas, então Arcebispo deste estado, frente à aproximação de alguns padres aos principais centros das Ligas Camponesas na Paraíba: Sapé e Mari.

⁶¹ NOVAES, Regina Reyes. De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Grafia, 1997.

na Colômbia (1968), e aquela sediada em Puebla, no México (1969) são também referências importantes. Neste sentido, pode-se dizer que tanto o Concílio Vaticano II, como as conferências de Medellín e Puebla possibilitaram uma abertura na Igreja Católica, “que possibilitou a emergência de críticas à teologia tradicional e a formação de uma nova hermenêutica da fé, portanto de um novo viés interpretativo da Bíblia Sagrada e do Cristianismo” (MITIDIERO Jr., 2008, p. 78). Sobre este contexto, o autor afirma:

Na maior parte desse período de ebulição da teologia libertadora e da atuação dos religiosos radicais, os governos latino-americanos eram comandados a “ferro e fogo” por violentas ditaduras militares. No exemplo brasileiro, a defesa desse sistema político por grande parte da Igreja Católica, sobretudo pelos mais altos estratos da hierarquia eclesial, tornou-se pública e notória em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar. Essa posição dos religiosos católicos serviu para segmentar e opor internamente ainda mais os constituintes da Igreja e explicitou os diferentes papéis cumpridos pelos clérigos frente às condições políticas deste país. De um lado, estavam os religiosos que ou apoiavam os militares ou não se envolviam no contexto político, ou melhor, não se indignavam com a situação social do seu rebanho. De outro lado, estavam os religiosos inspirados pela Teologia da Libertação, que enxergavam, na organização do povo, a melhor forma de romper a opressão política e econômica (MITIDIERO Jr., 2008, p. 138).

Moreira e Targino (1997, p. 305) enfatizam que a atuação da Igreja no campo paraibano, neste período, ganha expressão com a tentativa de reorganização de grupos criados a partir da década de 1930: Ação Católica Rural (ACR), sob a coordenação do Padre Joseph Servat e Juventude Agrária Católica (JAC), sob coordenação dos padres Nelson Araújo e Carmil Vieira. Os mesmos autores destacam que, entretanto, é com a presença de Dom José Maria Pires na Paraíba, que a hierarquia católica deste estado passa a tomar posição claramente favorável aos camponeses, tendo isto sido reforçado com a chegada de Dom Marcelo Carvalheira, em 1975 (Guarabira) e Dom Luís Gonzaga Fernandes, em 1982 (Campina Grande) (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 305). Assim,

Esta nova forma de ser Igreja irá se refletir até mesmo na maneira da condução da formação clerical. Adotando os princípios da “Teologia da Enxada”, busca-se, através de experiências concretas de pobreza e trabalho rural, por em prática a opção preferencial pelos pobres assumida em Medellín e Puebla, a partir da preparação de missionários pobres que desenvolvem sua formação ao lado, e em condições semelhantes, às dos excluídos (MOREIRA; TARGINO, 1987, p. 305).

Este trabalho ganha corpo e resulta em uma forte atuação política de membros da Igreja paraibana em lutas camponesas a partir da década de 1970⁶². Em 1976, foi criada a Pastoral Rural, que, em 1988, neste Estado, transforma-se em Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶³. A partir deste momento, de forma ainda mais intensa:

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra-estrutural (alimentação, transporte, colchões, lonas) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 306).

Ao longo dos anos de atuação desta entidade, os resultados foram bastante significativos e estão fortemente associados à conquista de assentamentos rurais. A este respeito, Mitidiero Jr. (2008, p. 401) observa que, entre 1976 e 2005, foram criados um total de 224 assentamentos na Paraíba. Destes, 123 tiveram em seu processo de luta a participação direta da CPT e 34 assentamentos foram criados tendo, ao mesmo tempo, o apoio da CPT, e de sindicatos rurais⁶⁴. A partir da década de 1990, tendo já contribuído para a conquista de

⁶² Moreira e Targino (1997, p. 306) e Mitidiero Jr. (2008, p. 300), destacam, deste período, a luta em torno da Fazenda Reunidas de Alagamar, nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix. Esta fazenda possuía uma área de cerca de 13.000 hectares ocupada por cerca de 4.000 moradores de condição, que prestavam ao proprietário o “cambão” e o “foro”. Após a morte deste, em 1975, a fazenda foi dividida entre os herdeiros e, posteriormente, vendida, instaurando-se, assim, um conflito com os “novos proprietários”. Neste processo, na defesa dos camponeses participaram ativamente membros da Igreja, incluindo Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara.

⁶³ A CPT Nacional foi criada em 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia, em Goiânia-GO, tendo este evento sido organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

⁶⁴ Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) continuaram a atuar no campo paraibano, chegando, em alguns municípios, a protagonizar, junto com os camponeses, importantes embates com latifundiários. Com efeito, “Vale a pena destacar entre outros os STRs de Pitimbu e o papel importante por ele desenvolvido durante o conflito de Camucim, Sede Velha e Corvoada do Abiaí; o de Alagoa Grande, cujo apoio foi fundamental no conflito de Engenho Mares; o de Caaporã, em sua atuação no conflito de Capim de Cheiro; em Bananeiras, o de Santa Rita, o de Sapé, o de Cruz do Espírito Santo, entre outros” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 313). Em uma breve, porém precisa, análise sobre o Sindicalismo Rural paraibano, especialmente na região do Agreste, Malagodi (2004, p. 161-171) identifica alguns recortes históricos marcantes. O autor observa que no momento de emergência das Ligas Camponesas, empreende-se um esforço, por parte do Estado, no sentido de enquadrar o movimento dos trabalhadores rurais na estrutura sindical oficialista e, com isso, estabelecer mecanismos ágeis de controle sobre sua ação. Com o golpe de 1964, os sindicatos são submetidos ao controle da burocracia do Ministério do Trabalho, adquirindo uma feição caracteristicamente assistencialista e burocrática, traço que só foi rompido na década de 1980, quando esta perspectiva passa a ser questionada por grupos de origem religiosa, como a CPT, ou por grupos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT). A partir da década de 1990, o trabalho sindical assume novas “bandeiras”, notadamente em torno da construção de novos instrumentos de assistência técnica para a produção, área até então ocupada por entidades oficiais, firmando-se a partir deste momento uma forte parceria com ONGs, entidades como a Emater e a Embrapa.

vários assentamentos rurais, a ação de agentes da CPT foi dirigida para demandas associadas à reprodução social dos assentados, ganhando força, a partir de então, também a chamada *luta na terra* (MITIDIERO Jr., 2008, p. 402). Esta foi uma questão relevante também em âmbito nacional, no mesmo período. Isto pode ser claramente observado a partir da análise realizada por Martins (1994, p. 155-156) de vários depoimentos de camponeses por ocasião da 8ª Assembléia Nacional da CPT, realizada em 1991:

Muitas afirmações foram feitas sobre as más condições de comercialização dos produtos agrícolas, sobre o favorecimento dos grandes proprietários, sobre juros altos, sobre inviabilidade da agricultura familiar, sobre agricultores que estão vendendo ou abandonando suas terras para os grandes proprietários, sobre migrações de pequenos agricultores, sobre seu fim. **Em todas as falas, não mais a primazia da terra, mas a defesa do direito ao trabalho, do respeito ao valor do trabalho e ao trabalho como centro na definição da vida do pequeno agricultor. E trabalho como meio de assegurar à família e aos filhos saúde, escola, casa, trabalho, paz, justiça, etc. Portanto, uma clara definição do direito à terra como direito ao meio de trabalho e àquilo que o trabalho pode assegurar. Claramente, também, o trabalho pensado como produtor de mercadorias para um mercado que se reconhece como fator de desvalorização do trabalho e, portanto, carente de uma intervenção do Estado para que suas regras sejam justas, não desvalorizem o trabalho e não desmoralizem o trabalhador. Portanto, os trabalhadores falaram do trabalho como mediação da sobrevivência, um trabalho que se explica e se revela por meio de seus resultados na continuidade das gerações. Em suma, um trabalhador que disputa com seus exploradores o valor de seu trabalho, sejam eles patrões ou sejam eles comerciantes, bancos, etc. (Grifo nosso).**

A luta em torno de novas demandas emergentes após a conquista da terra – tendo o “trabalho como mediação da sobrevivência” – soma-se à própria *luta pela terra*, que continua a ser realizada pelos camponeses assessorados pela CPT. A dimensão política, tão característica da *luta pela terra*, marcada por um forte grau de conflitividade, estende-se para outras frentes. Em outras palavras, com a emergência de novas demandas (necessidade de superação das más condições de comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses, por exemplo) abrem-se novos espaços a serem conquistados, permeados por desafios específicos cujo enfrentamento/superação requer instrumentos e estratégias próprias. É como parte deste processo que as feiras agroecológicas são aqui entendidas. Estas se constituem como manifestação de um momento específico da trajetória do campesinato paraibano, carregando consigo um pouco da “chama” acesa em outros momentos da sua história recente. Obviamente, eventos distintos relacionados à história das lutas camponesas na Paraíba carregam suas próprias causas, motivações, circunstâncias e condicionamentos,

que constituem os elementos analíticos referenciais para explicações específicas de cada um deles. Entretanto, por vezes, elementos comuns fazem-se presentes – em diferentes momentos, em diferentes lugares – e estes evidenciam aspectos importantes para a compreensão do conjunto dos eventos expressivos dessa luta e de cada um deles em particular. Isto implica que, por vezes, para revelar traços que definem a luta atual empenhada pelo campesinato, temos que reconhecer que as “vozes” de camponeses que lutaram no passado continuam a ecoar no tempo presente, algo que pode ser ilustrativamente representado na imagem seguinte:

Foto 1 – Luiz Damázio de Lima, atual presidente da ONG *Memorial das Ligas Camponesas* e um dos fundadores da feira agroecológica da UFPB, acompanhando o discurso de Elisabeth Teixeira, símbolo da luta camponesa no Brasil. Fonte: Trabalho de Campo. Abr./2010

O processo de constituição das feiras agroecológicas paraibanas

Feira agroecológica da UFPB e a Ecovárzea

A partir de 1997 começam os primeiros passos da agroecologia na Paraíba, tendo à frente camponeses recém assentados que lutaram pela terra e que, tendo a conquistado, tinham diante de si novas questões a serem resolvidas e discutidas. O maior desafio era o de garantir condições satisfatórias de sobrevivência tendo como base a reprodução social no assentamento através da produção agropecuária⁶⁵. Neste aspecto, a realidade costuma ser

⁶⁵ Como vimos, na Paraíba, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem uma participação bastante atuante e combativa no acompanhamento de camponeses em situações de dificuldade. Esta entidade tem realizado um importante trabalho de assessoria aos camponeses em ocupações de terra e embates jurídicos com

adversa para os camponeses paraibanos e Nordestinos, como pode ser observado a partir dos resultados de uma pesquisa realizada pela FAO sobre assentamentos rurais brasileiros, em 1991. Os dados revelam que a renda da família camponesa – importante variável para a compreensão da qualidade de vida – no Centro-Oeste correspondia a uma média de 3,85 salários mínimos; no Sudeste 4,13 e Sul 5,62. Enquanto isso, no Nordeste, a renda média encontrada foi de 2,33 salários mínimos⁶⁶. Entendemos que, além de aspectos relativos à produção – dificuldades de acesso a crédito, poucas condições econômicas para custeio, assistência técnica, solos desgastados pelo uso intenso e inadequado, etc. –, a baixa renda familiar entre camponeses nordestinos pode ser explicada também pela forma de comercialização predominante atualmente na região: 55,2% dos produtos comercializados são destinados aos atravessadores, que os adquirem por preços irrisórios (muito abaixo do preço médio), através de uma relação comercial extremamente assimétrica⁶⁷.

No estado da Paraíba, a questão da comercialização da produção agrícola ganhou especial relevância, sendo, sem dúvida, um dos maiores problemas enfrentados pelos camponeses. Este problema se agrava não apenas em decorrência da dimensão da propriedade – no caso dos assentamentos, a dimensão da parcela – “mas também do tipo de produto a ser comercializado, da quantidade de produto ofertada, da época em que o produto é lançado no mercado, etc.” (MARCOS, 1998, p. 70). Segundo Marcos⁶⁸, na tentativa de fugir da relação com os atravessadores, vários camponeses de assentamentos rurais paraibanos costumam levar sua produção para ser comercializada na rua, em feiras livres ou no CEASA. Entretanto, por essa via, novos problemas são encontrados: o elevado preço do frete para transportar as mercadorias e os próprios produtores; dificuldades de acesso às feiras livres, ora por ausência de pontos de venda disponíveis ora pelo alto custo da “pedra”⁶⁹; existência de taxas elevadas

latifundiários, contribuindo significativamente para a criação de vários assentamentos rurais na Paraíba. Além disso, destaca-se sua atuação no apoio ao processo produtivo nos assentamentos e na busca por alternativas de comercialização direta da produção. Mitidiero Jr. (2008, p. 462), analisando a participação da CPT em diferentes momentos da história de luta dos camponeses por ela assessorados, afirma: “A conquista da terra [...] trouxe outra gama de problemas e desafios a serem enfrentados. Tanto a pastoral como os assentados sentiram o impacto da transfiguração ocorrida na passagem de sem terra/posseiro para assentado/pequeno produtor rural. É nesse momento que a CPT assumiu mais um tema na sua missão: a chamada *luta na terra*” (grifo do autor).

⁶⁶ Pesquisa *Principais Indicadores Sócio-Econômicos da Reforma Agrária*. FAO/MARA, 1991. É importante ressaltar que a pesquisa referida incorpora como variável constituinte da renda familiar a chamada *renda consumo*, isto é, o conjunto de alimentos produzidos e consumidos pela própria família camponesa. Para um debate aprofundado sobre essa opção metodológica da pesquisa, cf. ROMEIRO *et. al.*, 1994.

⁶⁷ A diferença entre o preço pago pelos atravessadores na compra dos produtos dos camponeses de assentamentos rurais e os *preços médios pagos ao produtor rural* (FGV), no Nordeste brasileiro, chega a 97,7% (FAO/MARA, 1991).

⁶⁸ Neste artigo, a autora analisou dados obtidos através de uma pesquisa realizada junto a 12 assentamentos rurais paraibanos, em meados de 1997.

⁶⁹ Espaço físico ocupado pelo feirante para a comercialização dos produtos.

para a exposição de produtos no CEASA e os baixos preços oferecidos pelos atravessadores também neste local, entre vários outros (MARCOS, 1998, p. 71-72).

Esta foi a realidade que estava diante dos camponeses vinculados aos assentamentos localizados na chamada Várzea do Rio Paraíba, área tradicionalmente conhecida pelo domínio de oligarquias associadas ao setor sucroalcooleiro e ao mesmo tempo um local de resistência e de luta, um dos palcos das Ligas Camponesas das décadas de 1950-60⁷⁰. Com a criação de vários assentamentos rurais no ano de 1996, somando um total de 26⁷¹, questões como renda, produção, comercialização, crédito, etc., começaram a perpassar as reuniões e assembléias dos recém assentados, resultado da consciência das limitações existentes nesta nova fase que se iniciava. A primeira experiência produtiva desse conjunto de camponeses⁷², após os assentamentos, se deu, sobretudo, com a produção de inhame, feijão, macaxeira e batata doce – produtos associados à chamada “lavoura branca” –, sendo impulsionados por um crédito obtido através do extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA. A situação, entretanto, ainda não era considerada satisfatória: o apoio técnico era deficiente, faltava infra-estrutura produtiva, não existia investimento adequado para o processo produtivo e, especialmente, a dependência aos atravessadores era extremamente desvantajosa economicamente para os assentados. O resultado de tudo isso foi um grande número de camponeses endividados e, conseqüentemente, com dificuldades para reestruturar a produção. Vislumbrando a busca pela superação desses problemas, os camponeses valeram-se dos recursos mais importantes que dispunham naquele momento, herança direta do período de luta pela terra: a coesão em torno de objetivos similares e o apoio irrestrito de representantes de entidades que os assessoravam desde a luta pelo assentamento⁷³. Estes recursos constituíram-se como uma base importante para sustentar esta nova “caminhada”, cujo destino e os futuros obstáculos eram ainda desconhecidos.

O período que correspondeu aos anos de 1997 a 2000, foi caracterizado pela realização constante de reuniões e assembléias sem a obtenção de soluções efetivas aos problemas encontrados, o que desestimulou os assentados, levando vários deles a deixarem de participar

⁷⁰ Os assentamentos aqui mencionados – que se localizam em torno desta região conhecida como “Várzea do Rio Paraíba” – estão situados nos municípios de Sapé, Mari e Cruz do Espírito Santo.

⁷¹ Cf. Varela (2006, p. 165-168).

⁷² Para as informações aqui contidas acerca da história da “feira agroecológica da Várzea paraibana”, valemos especialmente de entrevistas realizadas com Luiz Damázio de Lima, assentamento Padre Gino, Sapé, em entrevista de Fev./2007; Marcos A. T. de Oliveira, assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo, em entrevista de Fev./2007; Luiz Pereira de Sena, CPT, João Pessoa-PB, em entrevista de Mar./2010 e Anastácio Ribeiro (Frei Anastácio), em entrevista de Abr./2010.

⁷³ Os camponeses dos assentamentos da Várzea Paraibana, naquele momento, eram assessorados pela CPT, Cáritas e por técnicos vinculados ao Gabinete do então deputado Anastácio Ribeiro (Frei Anastácio).

dessas atividades⁷⁴. Entre 2000 e 2001, após os anos de frustração, com o grupo já bem mais reduzido, as discussões foram adquirindo maior força e as possibilidades de soluções foram ganhando forma, resultando em encaminhamentos e em contatos freqüentes realizados com autoridades do poder público em busca de apoio. A proposta mais aceita pelos camponeses era a da viabilização de um ponto fixo para a venda da produção no município de Sapé, especialmente pela sua centralidade, o que facilitava o transporte dos produtos que seriam levados dos diversos assentamentos da Várzea do Rio Paraíba. A expectativa era realizar uma restauração em um prédio já existente na cidade e construir um “mini-CEASA”, abrindo a possibilidade de comercialização não apenas para a cidade de Sapé, mas também para os municípios de Santa Rita e João Pessoa. Naquele momento, secretários de agricultura dos municípios de Cruz do Espírito Santo e Sobrado, ambos vizinhos de Sapé, também foram contatados e uma reunião foi realizada, no final de 2000, no fórum deste município, tendo a presença do então deputado Frei Anastácio e de representantes do INCRA. O encaminhamento desta reunião foi, já para o início de 2001, o de tentar convencer o prefeito de Sapé para apoiar a iniciativa do “mini-CEASA” ou, caso esta proposta não fosse aceita, pelo menos disponibilizar um espaço para os assentados comercializarem seus produtos na feira livre do município. De fato, em relação ao “mini-CEASA”, a resposta do prefeito foi negativa, mas a idéia da oferta dos produtos na feira livre foi aceita. Junto com um funcionário da prefeitura, representantes dos assentados visitaram o local da feira livre e definiram o número de famílias que participariam da comercialização dos produtos. Entretanto, essa opção não foi muito bem recebida por vários assentados, visto que o número permitido de pessoas nesse ponto de venda era limitado frente à quantidade de camponeses que estavam envolvidos com as discussões.

O insucesso obtido até então com as diversas tentativas de resolução do problema da dependência aos atravessadores havia ensinado aos camponeses que, diante daquela realidade, era preciso inovar, criar novas estratégias, enfrentar as dificuldades encontradas tendo como base o domínio de novas ferramentas. Foi nesse contexto – isto é, no início do ano de 2001 – que aqueles assentados ouviram pela primeira vez a palavra “agroecologia” e souberam da existência de feiras agroecológicas existentes em outros estados do Brasil. Naquele momento, havia se passado três anos desde a criação da Rede ECOVIDA de Agroecologia, entidade fundada em Santa Catarina, em 1998, que cresceu e se estendeu por toda a região Sul do

⁷⁴ Além de representantes de entidades de assessoria, participavam dessas reuniões integrantes dos assentamentos Padre Gino, 21 de Abril, Boa Vista, Rainha dos Anjos, Santa Helena, localizados em Sapé-PB; e Dona Helena, de Cruz do Espírito Santo-PB.

Brasil, a partir de 2000 (SANTOS, s/d, p. 3). Esta entidade, existente até os dias de hoje, já articulava grupos de camponeses, assessores técnicos e consumidores de alimentos agroecológicos, tendo como objetivos fundamentais a promoção da agroecologia, o estímulo ao trabalho associativo e a valorização dos mercados locais e de venda direta (SANTOS, s/d, p. 1). Estes princípios – junto com relatos sobre as experiências de uma feira agroecológica realizada no município de Santa Maria-RS, de um grupo produtores vinculado à ECOVIDA – foram trazidos à Paraíba e apresentados àqueles camponeses por Arnaldo Júnior, um dos técnicos agrícolas que os assessorava. Isto se deu em uma reunião que contou também com a presença de Rosa, uma representante da Cáritas Brasileira, que realizava naquela ocasião um projeto específico de produção de caprinos no Assentamento Dona Helena⁷⁵.

A proposta de uma “produção sem veneno” chamou a atenção daqueles camponeses paraibanos que, naquele período, já não usavam mais agrotóxicos por falta de recursos e por estarem endividados com os empréstimos que lhes foram ofertados na fase inicial dos assentamentos. A possibilidade de construção de uma “feira agroecológica da Várzea Paraibana” foi aceita com entusiasmo, restando, entretanto, a obtenção de verbas para a infraestrutura necessária ao funcionamento desse ponto de comercialização (barracas, batatas, caixas, etc.), bem como um investimento na formação dos produtores que se tornariam também feirantes. Tentativas foram feitas no sentido de obter recursos e empréstimos de bancos, mas as respostas foram negativas. Entretanto, as entidades que assessoravam aqueles assentados – especialmente a CPT, Cáritas e os técnicos vinculados ao Gabinete do deputado Frei Anastácio – não mediram esforços no sentido de conseguir os recursos referidos e preparar os camponeses para comercializarem diretamente seus produtos aos consumidores. A Cáritas disponibilizou um empréstimo no valor de R\$ 6.000,00 para a compra dos materiais necessários⁷⁶, contribuindo ainda através da viabilização de cursos de comercialização sob a

⁷⁵ A Cáritas é uma entidade vinculada à Igreja Católica e atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica (Cf.: <http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>, acesso em Mar./2010). Uma frente importante do apoio assumida pela Cáritas refere-se aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), como mencionou Paul Singer (2002, p. 116). Este autor observa que o pressuposto da “solidariedade libertadora”, subjacente à ação dos PACs, “sintetiza a imensa evolução da Igreja Católica de uma ação meramente assistencial para uma postura de crítica ao capitalismo, com a proposição de que a solidariedade liberta. Ela implica uma tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria”. Neste sentido, o mesmo autor afirma que “A nova postura de início não tinha um programa claro de como os trabalhadores podem sair da miséria pelas suas próprias forças. **Por isso ela convoca as próprias comunidades a encontrar as saídas, pela aplicação do antigo mas ainda hoje indispensável método de ensaio e erro, através de uma vasta multiplicação de diferentes ‘experiências’**” (SINGER, 2002, p. 117, grifo nosso).

⁷⁶ Ficou acordado que este empréstimo deveria ser pago até o ano de 2003, o que de fato veio a ocorrer.

perspectiva da Economia Solidária⁷⁷. Ao mesmo tempo, a CPT disponibilizou um dos seus técnicos agrícolas para acompanhar diretamente a produção e a comercialização dos camponeses tendo como referência os princípios da agroecologia. Este período de consolidação inicial da feira agroecológica da Várzea Paraibana se estendeu pela segunda metade do ano de 2001, caracterizando-se como uma fase de preparação e de grande amadurecimento no sentido da organização, produção e comercialização (ver Fotos 2 e 3).

Foto 2 - José Antônio (Sr. Zizo), Maria Albetina (Tina) e Luiz Damázio de Lima (Luizinho) em processo de preparação do biofertilizante a ser aplicado na produção agrícola. Fonte: Arquivo da feira agroecológica da UFPB, 2001.

⁷⁷ A Cáritas qualifica como “Economia Solidária” aquelas iniciativas de associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas, cujos propósitos estejam baseados em formas autogestionárias de trabalho através de projetos sociais-organizativos ou econômico-produtivos (Cf.: <http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>, acesso em Mar./2010). Na Academia, este tema ganhou especial repercussão a partir dos trabalhos do economista Paul Singer. Para uma discussão teórica introdutória acerca deste tema, cf. Singer (2002).

Foto 3 - Equipe de coordenação da feira agroecológica da Várzea paraibana em reunião no município de Sapé. Fonte: Arquivo da feira agroecológica da UFPB, 2001.

Uma importante referência prática para aqueles camponeses e assessores técnicos, a partir de então, era o regimento interno da feira agroecológica de Santa Maria-RS, trazido daquele município por Arnaldo Júnior. Este regimento foi discutido e, com pequenas alterações, foi aprovado enquanto documento que serviria de alicerce para as atividades relacionadas à feira agroecológica. Decidiu-se formar uma coordenação com três pessoas: um coordenador, um secretário e um tesoureiro. Inspirando-se naquele regimento, os assentados e assessores resolveram instaurar o *fundo de feira*, porcentagem a ser descontada da renda bruta de cada família, após cada feira, com o propósito de cobrir despesas relacionadas à feira agroecológica. A porcentagem definida para o *fundo de feira* foi de 2% e, com o objetivo de pagar o empréstimo oferecido pela Cáritas, cobrar-se-ia mais 3%, totalizando 5% a ser descontado da renda bruta de cada família ao fim de cada feira.

Após quatro anos de intensos debates e discussões, enfim estavam consolidadas as bases para a realização da primeira feira agroecológica da Várzea paraibana. Restava, naquele momento, definir o local mais adequado para a oferta dos alimentos agroecológicos e começar a vendê-los. Um pressuposto compartilhado pelos camponeses e assessores técnicos, naquele momento, era o de que a feira agroecológica se constituía enquanto uma experiência inovadora, “diferente”, e que, por esta razão, deveria ser valorizada socialmente. Com efeito, era preciso escolher o “público correto”, isto é, era necessário buscar clientes que fossem mais receptivos àquela nova proposta de agricultura que estava em construção pelas mãos daqueles sujeitos. Este foi um importante critério mobilizado na definição da cidade e do bairro onde

seria semanalmente realizada a feira agroecológica, conforme indica o relato de Luiz Damázio, então coordenador da feira: “De início, o objetivo era a Universidade porque era um público diversificado, um público que tem uma consciência maior, tem até um poder aquisitivo maior” ⁷⁸. Portanto, o Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizado na cidade de João Pessoa, foi considerado o local adequado à realização da feira agroecológica. Neste sentido, a perspectiva assumida era a de que, sendo o produto agroecológico específico,

[...] então tem que ser comercializado diferente, tem que ser um público que conheça o produto, que dê um certo valor a ele, não pode ser vendido nas feiras convencionais, já que a gente achava que o produto agroecológico devia ser mais caro, então tinha uma série de fatores⁷⁹.

A escolha da Universidade como local de realização da feira agroecológica, já no último trimestre de 2001, animou os camponeses e assessores técnicos. Entretanto, aquele ainda não seria o momento para a concretização desta aspiração. Isto porque, no mesmo período, estava em andamento uma greve que se estendeu até o fim daquele ano, o que resultou em uma diminuição significativa na presença de estudantes, professores e funcionários no local. Diante disto, havia a necessidade de escolher outro espaço, pois toda a infra-estrutura para a realização da feira já estava pronta e a produção agroecológica precisava ser escoada. Em busca de outra opção, uma reunião foi realizada no município paraibano de Santa Rita com o secretário de agricultura e, questionados por este acerca de suas intenções, os camponeses afirmaram que não os interessava um espaço no meio dos outros feirantes: “queríamos uma coisa diferente” ⁸⁰. A proposta foi rejeitada pelo secretário, temeroso de que a “novidade” alimentasse a insatisfação dos “feirantes convencionais” já existentes no município.

A cidade de João Pessoa, então, voltou a ser considerada como uma opção interessante para receber a feira agroecológica, sendo preciso escolher o bairro mais adequado. O espaço escolhido, desta vez, foi uma Praça em Mangabeira, bairro mais populoso de João Pessoa. É importante destacar que o critério preponderante na escolha deste local foi distinto daquele que motivou a realização da feira na UFPB. Não era aqui a renda dos consumidores o elemento mais importante, mas o próprio tamanho do bairro e o seu grande número de

⁷⁸ Luiz Damázio de Lima, Feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2007.

⁷⁹ Luiz Damázio de Lima, Feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2007.

⁸⁰ Luiz Damázio de Lima, Feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2007.

habitantes. Além disso, pesou na escolha deste local a existência de uma paróquia, próximo ao ponto escolhido, onde seria possível guardar as barracas e demais materiais da feira. Após uma conversa com o padre responsável pela paróquia, aqueles camponeses decidiram realizar a feira agroecológica no local. Após esta resposta afirmativa, iniciaram-se os preparativos: divulgação no rádio, distribuição de panfletos informativos, bem como colheita da produção e articulação para o transporte. Às 02h00 de 18 de Novembro de 2001, um domingo, aqueles camponeses saíram de suas casas com destino à cidade de João Pessoa-PB, para a realização da primeira feira agroecológica dos assentados da Várzea Paraibana. Naquele dia, dois assentamentos e um acampamento estavam representados: eram os assentamentos Padre Gino (Sapé) e Dona Helena (Cruz do Espírito Santo) e o acampamento Ponta de Gramame (João Pessoa). Após uma viagem certamente repleta de ansiedade, às 4h30, as doze famílias que participariam daquela primeira feira já estavam no local de comercialização esperando as barracas para ofertarem seus produtos. Estas barracas chegaram ao local combinado por volta das 5h00, trazidas por Luiz Pereira de Sena, técnico agrícola da CPT.

A divulgação continuou a ser feita ao longo de toda a manhã através de um som improvisado no carro do próprio Frei Anastácio. Nas divulgações dessa nova iniciativa, valorizava-se seu caráter social e suas especificidades, como a oferta de alimentos agroecológicos diretamente dos produtores aos consumidores, bem como a origem daqueles produtos, trazidos de assentamentos rurais de Reforma Agrária. Isto pode ser observado no conteúdo do panfleto que foi distribuído naquela mesma feira:

Figura 1 - Panfleto informativo da primeira feira agroecológica da Várzea Paraibana, distribuído em 19/11/2001. Fonte: Arquivo da feira agroecológica da UFPB, 2001.

A primeira feira realizada foi considerada “tímida” frente às expectativas dos feirantes, mas a venda dos produtos foi realizada. A renda bruta total obtida foi de R\$ 750,00, tendo sido descontado desta a porcentagem do *fundo de feira* de cada família, bem como as despesas com o frete, que ficou por R\$ 120,00. Por volta das 11h00 da manhã, as barracas começaram a ser desarmadas e os assentados participantes prepararam-se para uma reunião de avaliação após a feira⁸¹. Após a avaliação, os participantes decidiram manter na semana seguinte a feira no mesmo local e hora.

Foram realizadas ali mais cinco feiras, mas a renda bruta decrescia continuamente. Diante disto, os participantes voltaram a avaliar a situação e observaram que o principal problema existente não era o da comercialização propriamente dita, mas sim no processo produtivo. Segundo Luiz Damázio, então coordenador da feira, não faltavam clientes para a feira, mas sim uma adequada quantidade e diversidade de produtos para atendê-los⁸². Viram, pois, a necessidade de melhor planejar a produção, para garantir semanalmente o atendimento aos consumidores. Frente à necessidade de tais melhorias no processo produtivo, levantaram a possibilidade de terem técnicos agrícolas exclusivos para o atendimento à produção agroecológica por eles realizadas. Foi então que a CPT destinou o apoio técnico solicitado, para que fosse intensificado o acompanhamento, sobretudo na produção dos alimentos⁸³. No mês de Dezembro de 2001, em razão das quedas sucessivas no rendimento bruto da feira, os feirantes decidiram não mais realizar a feira naquele local⁸⁴.

A partir do mês de Dezembro de 2001, os esforços daqueles camponeses e dos assessores técnicos que os acompanhavam foram direcionados, em grande medida, ao processo produtivo, aspirando-se realizar as melhorias suficientes para a realização de uma feira em condições mais adequadas de funcionamento. Investiu-se fortemente na assimilação

⁸¹ Esta reunião, frequentemente chamada de “reunião pós-feira”, faz parte da organização de várias feiras agroecológicas paraibanas até hoje. Trata-se de um momento onde os feirantes e assessores participantes podem discutir e avaliar questões referentes àquela semana imediatamente anterior ou mesmo discutir assuntos relacionados àquele dia de realização da feira. Normalmente, ao fim de cada *reunião pós-feira* os participantes dão as mãos e fazem uma oração, prática esta muito comum em reuniões e assembléias de camponeses assessorados pela CPT.

⁸² Luiz Damázio de Lima, Feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2007.

⁸³ O primeiro técnico a realizar este acompanhamento exclusivo foi Luiz Pereira de Sena. Posteriormente, diante da necessidade de maior acompanhamento técnico, foi contratado o técnico agrícola Flávio Junior Brito. Atualmente Luiz Pereira de Sena é o único técnico da CPT que presta acompanhamento à feira agroecológica da UFPB.

⁸⁴ Mitidiero Jr. (2008, p. 464), a partir de entrevistas realizadas, observa que além da baixa diversificação dos produtos, o insucesso das seis feiras realizadas naquele local deveu-se também à proximidade de um importante mercado público, que prejudicava as vendas, bem como o desconhecimento do público daquele bairro em relação aos produtos orgânicos.

de informações sobre a agroecologia, sendo, neste processo a visita de intercâmbio⁸⁵ um espaço privilegiado de aprendizagem mediante a socialização junto a outros camponeses e assessores que possuíam trajetórias e experiências similares. Este foi um importante momento de articulação entre estes camponeses e outros produtores que estavam desenvolvendo experiências semelhantes. Duas áreas de produção de alimentos orgânicos foram, neste contexto, mobilizadas enquanto importantes fontes para a aquisição de conhecimentos práticos voltados à agroecologia, por parte desses camponeses: o Sítio Oiti e o Sítio Utopia, localizados respectivamente nos municípios de Lagoa Seca e Alagoa Nova, ambos na Paraíba.

À frente do Sítio Utopia desde 1991, Paulo Luna Freire, mais conhecido como Paulinho, possui uma trajetória de vida bastante diversa daquela dos camponeses da Várzea Paraibana. Como observou Mariano Neto (2006, p. 154), em sua tese de doutorado, Paulinho era um homem bem ambientado aos “ares” urbanos, tendo residido em São Paulo e trabalhado em um bar, por ele criado, no prédio da Fundação Nacional de Arte (FUNART) desta cidade. Cansado da vida urbana, estimulado por sua mãe, optou por se mudar para o interior da Paraíba e morar nas terras do seu pai. A decisão só foi tomada após Paulinho ter participado de um encontro de “comunidades alternativas” na Serra do Pacaraó, no Espírito Santo. Lá, conhecera um grupo de produtores orgânicos da Serra dos Pirineus, localizada nas proximidades de Brasília que o deixou entusiasmado para dedicar-se a uma forma de agricultura “alternativa” (MARIANO NETO, 2006, p. 156). A partir de 1992, já residindo no Sítio (que veio a ser chamado só posteriormente de Sítio Utopia), Paulinho se empenhou na reestruturação daquela propriedade, substituindo a tradicional monocultura da banana, típica da região do Brejo Paraibano, por uma grande diversidade de frutas, raízes, hortaliças, além de uma incontável quantidade de árvores nativas e exóticas⁸⁶. Destaca-se a criatividade e a capacidade inventiva deste produtor, o que transformou sua propriedade em uma referência para a assimilação de conhecimentos técnicos relativos à prática da agroecologia na Paraíba⁸⁷.

⁸⁵ O termo *visita de intercâmbio* é frequentemente utilizado pelos camponeses e assessores técnicos ligados à agroecologia com o intuito de qualificar as visitas realizadas com o objetivo de fomentar o conhecimento, *in loco*, de práticas agrícolas ou experiências vinculadas direta ou indiretamente à agroecologia. Tais visitas são realizadas, sobretudo, em áreas de produção de assentamentos ou comunidades rurais, feiras, sedes de associações e cooperativas, universidades e centros educacionais relacionados à agricultura, entre outros lugares. Abordaremos mais detidamente a questão das visitas de intercâmbio no Capítulo 3.

⁸⁶ A produção do Sítio Utopia é escoada, até os dias de hoje, para os municípios de João Pessoa, Campina Grande e Alagoa Nova, sendo estes produtos ofertados tanto em barracas armadas pelo produtor, quanto através de cestas encomendadas por consumidores e proprietários de restaurantes.

⁸⁷ Tivemos a oportunidade de passar dois dias no Sítio Utopia, entre 15 e 16/09/2005, quando, naquela ocasião, participávamos de um projeto de extensão junto à Feira Agroecológica da Várzea Paraibana, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo José Adissi, do curso de Engenharia de Produção da UFPB e pela Profa. Dra. Valéria de Marcos, então docente do curso de Geografia da UFPB. A visita ao Sítio Utopia foi motivada pela necessidade de aproximarmos-nos de experiências agroecológicas mais consolidadas, com o propósito de

João Teixeira Guimarães, popularmente conhecido como “Seu Guimarães”, proprietário do Sítio Oiti, dedica-se à produção agroecológica desde meados de 1998, apoiado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município de Lagoa Seca-PB⁸⁸. Este produtor reside em Campina Grande-PB e todos os dias vai ao Sítio trabalhar, junto com diaristas, na produção das hortaliças e frutas que são vendidas, até hoje, em restaurantes de Campina Grande e na feira agroecológica de Lagoa Seca⁸⁹. Destaca-se o sistema de encomendas onde os clientes solicitam aqueles produtos do seu interesse e Guimarães os entrega em domicílio. Este produtor é bastante conhecido pelo entusiasmo com que fala sobre as questões ambientais e pelo incentivo que empreende para a divulgação do *neem* (uma árvore indiana) enquanto recurso para a produção de *defensivos naturais* a serem utilizados no combate às pragas que atingem as culturas agroecológicas⁹⁰. O Sítio Oiti é bastante procurado por camponeses interessados em ter contato com novas técnicas de cultivo na perspectiva agroecológica, sendo Guimarães uma presença garantida também em debates e encontros relacionados à agroecologia⁹¹.

Após visitas de intercâmbio nos Sítios Utopia e Oiti, realizadas no primeiro semestre de 2002, os camponeses assentados da Várzea Paraibana adquiriram outras referências para reestruturar o processo produtivo e investir em novas técnicas, objetivando diversificar a produção e aumentar a oferta dos alimentos a serem vendidos na feira agroecológica. Além das visitas de intercâmbio para esses Sítios, aqueles camponeses puderam conhecer uma feira agroecológica realizada em Recife-PE, onde tiveram a oportunidade de ter contato com outros produtores que comercializavam diretamente aos consumidores os alimentos agroecológicos por eles cultivados. Após estas visitas, já mais maduros, aqueles camponeses paraibanos

adquirir informações e dicas para a construção de uma estrutura de apoio para a produção da feira agroecológica que acompanhávamos.

⁸⁸ Informação disponível em publicação da Revista Agriculturas, v. 5, n.2, Jun./2008., disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=384> (Acesso em Mar./2010).

⁸⁹ Pontuaremos mais adiante aspectos relacionados à história da feira agroecológica de Lagoa Seca.

⁹⁰ O defensivo natural do *neem* pode ser produzido artesanalmente mediante a trituração dos frutos desta planta, que posteriormente são misturados à água. Este produto é bastante utilizado em várias áreas produtivas agroecológicas na Paraíba e no Brasil como um todo. Esta planta tem sido considerada um símbolo da resistência camponesa na Índia, seu país de origem, em razão de sua procura por parte de grandes empresas transnacionais que têm se interessado em patentear o seu extrato. Neste processo, entretanto, tem-se encontrado fortes manifestações de resistência dos camponeses indianos que consideram o caso como uma forma de “pirataria intelectual”, uma ameaça à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Uma autora que tem se destacado no campo científico e político denunciando eventos desta natureza é Vandana Shiva, importante ativista da Índia que tem um intenso trabalho em defesa da biodiversidade. Para uma análise desta autora acerca do tema, cf. Shiva (2001), especialmente o capítulo 4.

⁹¹ No 5º Encontro Paraibano de Agroecologia (EPA), realizado no município de Lagoa Seca, entre 5 e 6 de Novembro de 2009, pudemos observar a ativa participação de Guimarães nas discussões, onde o mesmo expôs várias das suas experiências e posições frente às questões debatidas, sendo sempre escutado por seus interlocutores com notável atenção e respeito.

resolveram aplicar os conhecimentos assimilados e, enfim, realizar a primeira feira agroecológica na UFPB. Naquele momento, a produção agroecológica já estava mais consolidada e a greve que atingira a universidade em 2001 já fora encerrada. Em abril de 2002, pediram autorização da reitoria, que prontamente aceitou a proposta de realização de uma feira agroecológica em um estacionamento da universidade. Em 10 de maio de 2002, uma sexta-feira, aproximadamente 15 famílias dos assentamentos Padre Gino, Dona Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista, além do acampamento Ponta de Gramame, dirigiram-se à UFPB para realizar a primeira feira agroecológica da Várzea Paraibana naquele local. A renda bruta da primeira feira agroecológica na UFPB ficou em torno de R\$ 500,00, tendo crescido continuamente nas feiras seguintes⁹².

O estabelecimento da feira agroecológica na UFPB atendeu as expectativas dos camponeses envolvidos com as discussões realizadas desde a implantação dos assentamentos rurais. Foi alcançado o objetivo da venda direta, diversificando-se significativamente a produção agrícola, o que viabilizou a oferta de produtos agrícolas sem agrotóxicos para centenas de consumidores que adquirem seus alimentos na feira agroecológica semanalmente. Com a instalação da feira agroecológica na UFPB, ficou provada a importância da busca coletiva para a superação de limitações que atingem os camponeses. Por este caminho, abriu-se a “porta” para o estabelecimento de novas relações com clientes, que agora passam a fazer parte da vida desses camponeses, através do encontro semanal e das longas e divertidas conversas nas manhãs da feira. Entretanto, todas essas conquistas não anularam os enormes desafios que continuaram a perpassar o cotidiano desses produtores ao longo dos anos que sucederam a inauguração da feira agroecológica na UFPB.

A consolidação da feira nos anos seguintes à sua inauguração trouxe consigo a consciência da necessidade de aumentar, regularizar e diversificar a oferta dos alimentos na comercialização, tendo em vista o crescimento da clientela e a procura por variedades de produtos até então inexistentes na feira. Cresceu, ao mesmo tempo, a exigência por parte dos clientes de uma melhoria na qualidade e aparência dos alimentos já comercializados. Diante de tudo isso, constatou-se que era preciso maior empenho e esforço no processo produtivo, que carecia de investimentos e de um acompanhamento técnico mais efetivo.

Neste contexto, a elaboração de projetos para a obtenção de recursos financeiros e apoio técnico passou a ser considerada enquanto uma opção de interesse para aquele grupo. Esta foi a principal motivação para a formalização jurídica da feira agroecológica. Diante

⁹² Atualmente a feira conta com um total de 20 barracas onde participam diretamente cerca de 50 famílias.

disto, em 2005, foi fundada a Ecovárzea – Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana. Naquele momento, a opção por uma associação – e não por uma cooperativa – deveu-se, sobretudo, aos menores tributos a serem pagos e a menor burocracia que acompanhava o processo de fundação da entidade⁹³.

Um ano antes, em 2004, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) já havia liberado R\$ 36.000,00, a fundo perdido, para 39 famílias vinculadas à feira, recurso este destinado à irrigação, nutrição de solo, fabricação e aquisição de insumos e aluguel de maquinário. Em 2005, foram liberados mais R\$ 10.000,00⁹⁴ destinados à formação técnica dos camponeses mediante a realização de quatro oficinas sobre custos de produção e comercialização, envolvendo também a capacitação na produção agroecológica (prática da compostagem orgânica⁹⁵, uso de cobertura morta⁹⁶, produção e aplicação de defensivos naturais⁹⁷). Teve início também em 2005 um projeto coordenado pelo Prof. Dr. Paulo José Adissi, vinculado ao Departamento de Engenharia de Produção/UFPB e pela Profa. Dra. Valéria de Marcos, então docente do curso de Geografia/UFPB. Neste projeto, os propósitos principais eram o de realizar melhorias nas condições da produção agrícola, bem como na estrutura do espaço de comercialização da feira agroecológica⁹⁸.

A superação da dependência aos atravessadores no processo de circulação da produção familiar, por parte dos camponeses da feira agroecológica, abriu novos horizontes, resultando em importantes conquistas, mas trouxe consigo novas dificuldades a serem superadas. Destaca-se nesta nova fase a questão da mobilidade enquanto elemento de grande peso. O transporte dos produtores e dos produtos do campo à cidade se constituía como um novo desafio para aqueles camponeses, emergindo após o estabelecimento da feira⁹⁹. Até 2009, o

⁹³ Luiz Damázio de Lima, Feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2007.

⁹⁴ Para estes recursos, contou-se com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

⁹⁵ Processo de preparação de adubo (composto) mediante a transformação de restos de plantas, palha, esterco e outros materiais.

⁹⁶ Aplicação de resíduos de plantas sobre os canteiros onde são produzidas as hortaliças, objetivando diminuir a exposição da terra ao sol, controlando assim a umidade do solo.

⁹⁷ Produtos naturais diversos utilizados no processo produtivo para combater pragas, insetos e doenças nas plantas cultivadas. Os defensivos naturais de uso mais comum na Paraíba são aqueles fabricados com base no *neem*, *fumo*, *pimenta* e *urina de vaca*.

⁹⁸ Como resultados deste projeto foram criados dois Centros de Apoio à Produção Agroecológica – CEPAs, estruturas físicas dotadas de minhocários (que viabilizam a produção de *húmus* de minhoca a ser utilizado na adubação agrícola), estufas para a produção de mudas de hortaliças, alguns depósitos onde são colocados defensivos naturais e biofertilizantes, além de canteiros destinados à produção de determinadas culturas que demandam maior atenção e cuidado técnico. Os dois CEPAs existentes estão localizados no interior dos assentamentos Padre Gino e Dona Helena.

⁹⁹ O município de Sapé, onde reside a maioria daqueles feirantes, dista mais de 50 quilômetros de João Pessoa-PB, onde é realizada a feira da UFPB.

alto valor do frete pago para este transporte (por volta de R\$ 100,00 por feira) retirava parte da renda bruta de cada produtor. Além disso, os automóveis fretados eram caminhonetes, onde eram transportados na caçamba tanto os feirantes quanto os caixotes, repletos de mercadorias (nas idas para a feira), o que tornava a viagem bastante desconfortável. Esta realidade, certamente adversa, levou Mitidiero Jr. (2008, p. 467) a afirmar que “O principal problema de todas essas experiências é a inexistência de transportes próprios dos feirantes, o que faz com que eles fiquem dependentes dos transportes alugados e gastem significativas quantias com os fretes”. Após várias reivindicações é a partir de um projeto, elaborado pela Ecovárzea e Ecosul¹⁰⁰, junto à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que esta situação começou a se transformar. Através deste projeto foi liberado para uso dos camponeses da feira agroecológica dois caminhões F-4000 para transportar as mercadorias comercializadas. Enquanto isso, o transporte dos próprios feirantes só veio a ser conquistado em 2009, através do apoio da prefeitura de Sapé-PB, que passou a disponibilizar cerca de R\$ 14.000,00 por ano (tendo isto se mantido até o presente momento), com o objetivo de viabilizar o aluguel de um ônibus destinado a levar os feirantes para João Pessoa, semanalmente.

Feira agroecológica do Bessa e a Ecosul

Ao mesmo tempo em que desenvolviam um forte trabalho de assessoria junto aos camponeses responsáveis pela feira agroecológica da UFPB, a CPT, Frei Anastácio e a Cáritas acompanhavam também um grupo de camponeses de assentamentos rurais localizados na microrregião do Litoral Sul da Paraíba¹⁰¹. Como resultado da fragmentação e desapropriação da área correspondente à fazenda Abiaí, na década de 1990, surgiram os assentamentos Mucatu, Camucim, Sede Velha, Teixeira, 1º de Março, Nova Vida e Apasa. Entretanto, Lima (2008, p. 66) chama a atenção para o fato de que apesar do processo de luta ter sido extremamente interligado, “os momentos posteriores à desapropriação conduziram a organizações diferenciadas, em relação a cada limite específico do assentamento, fazendo com que esses apresentem atualmente diferentes graus de desenvolvimento e organização”. Neste sentido, a autora observa que, no caso do assentamento Apasa, o trabalho realizado pela CPT foi bastante particular, “pois a mesma atuou junto aos camponeses em diferentes

¹⁰⁰ A Ecosul (Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas do Litoral Sul Paraibano) é uma entidade jurídica criada pelos camponeses ligados à feira agroecológica do Bessa. Discutiremos mais adiante sobre esta associação e a feira que ela representa.

¹⁰¹ Cf. Anexo 3 – Mapas adicionais – Microrregiões da Paraíba.

momentos da luta e também após a desapropriação” (LIMA, 2008, p. 66). Este trabalho, após a criação do assentamento, foi intensificado entre junho e dezembro de 2001, momento em que a CPT passou a disponibilizar um técnico, Luiz Pereira de Sena (que já acompanhava os assentados envolvidos com a feira agroecológica da UFPB), para assessorar aqueles camponeses na produção agrícola e no processo organizativo¹⁰². A atuação desta entidade – somada ao apoio de Frei Anastácio e da Cáritas – pôs em relevo um quadro de adversidades que atingiam aqueles camponeses, despertando a própria busca pela superação da situação encontrada. Neste sentido, os camponeses começaram a manifestar: insatisfação com a dependência aos atravessadores e a conseqüente necessidade de estabelecimento de um canal de comercialização direta; necessidade de diversificar a produção, melhorando a própria alimentação e aumentando a renda familiar mediante a venda de uma maior variedade de produtos; interesse em ultrapassar os limites de uma forma de produção fortemente dependente de insumos e recursos externos à propriedade; aspiração pelo fim do uso do agrotóxico decorrente da própria consciência dos males causados à saúde e ao ambiente. Tudo isso, entretanto, foi o resultado de um lento e difícil processo reflexivo – cujas freqüentes reuniões certamente foram momentos privilegiados – onde as próprias práticas que eram realizadas foram repensadas sob uma perspectiva distinta daquela até então existente. Neste sentido, Frei Anastácio, participante ativo do desenvolvimento da agroecologia junto àqueles assentados, relata-nos:

A questão da agricultura agroecológica foi sempre, na nossa compreensão, uma questão importante. Era importante fazer uma reflexão, mas uma reflexão que se daria muito mais pautada em uma prática concreta. Então, nós começamos a incentivar os assentados da região da Várzea e do Litoral Sul da Paraíba, no sentido de implementar feiras agroecológicas em João Pessoa. No início foi difícil, principalmente a questão da infraestrutura, depois a credibilidade dos próprios assentados em terem uma consciência de que era importante vender a sua produção diretamente ao consumidor e de qualidade, que não tivesse nenhum agrotóxico. Então foi junto com a Comissão Pastoral da Terra e das próprias associações como Apasa e a dos assentados da Várzea da Paraíba que tudo começou¹⁰³.

Como é possível observar, pautar a reflexão em torno da “questão da agricultura agroecológica” em uma “prática concreta” constituía-se, naquele momento, um princípio balizador daquelas experiências que estavam em construção. Esta foi uma importante razão para que os agentes da CPT, da Cáritas e o próprio Frei Anastácio buscassem viabilizar uma

¹⁰² Neste período, foram realizadas várias reuniões, assembléias, capacitações técnicas e visitas de intercâmbio, momentos a partir dos quais os camponeses puderam ter os primeiros contatos com as técnicas de cultivo agroecológicas e passaram a assumir esta perspectiva como uma referência a ser seguida.

¹⁰³ Anastácio Ribeiro (Frei Anastácio), João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Abr./2010.

aproximação entre os camponeses de diversos municípios que enfrentavam problemas parecidos. Em 2002, após várias reuniões realizadas, os assentados de Apasa já haviam amadurecido a idéia de construir uma feira agroecológica com o propósito de viabilizar o escoamento direto da produção agrícola. No fim daquele mesmo ano, alguns camponeses deste assentamento foram convidados para participar de cinco dias da feira agroecológica da UFPB, então já existente há aproximadamente oito meses. O objetivo deste convite foi o de familiarizar aqueles camponeses com a forma de comercialização direta, até então desconhecida. Tendo participado destas feiras enquanto visitante, José Cândido, mais conhecido como Folha, enfatiza o efeito motivador da experiência:

E a gente foi, essas cinco pessoas, para ver como era o tipo dessa comercialização direto com o consumidor e a questão agroecológica. Então, **chegando lá a gente achou que ia dar certo**. Então 15 dias depois a gente já começou, porque o processo já vinha em andamento. Essa foi só para a gente ter a base de como seria, né?¹⁰⁴ (Grifo nosso).

A experiência com a “prática concreta” realizada pelos camponeses da feira agroecológica da UFPB, estimulou a continuidade do processo que “já vinha em andamento”. O local escolhido para a realização das primeiras feiras agroecológicas deste grupo foi a Avenida Nilo Peçanha, bairro do Bessa, em João Pessoa¹⁰⁵. Entre os anos de 2002 e 2003, aproximadamente 35 famílias reuniam-se semanalmente para comercializar seus produtos no local referido. Em 2003, entretanto, aquele grupo passou por uma importante transformação: denúncias sobre o uso de agrotóxicos, entre os participantes, surgiram em reuniões e assembléias, o que gerou divergências suficientemente sérias para ocasionar a expulsão de vários denunciados.

Então, quando a gente tomou a atitude de tirar aquelas pessoas que não queriam trabalhar com a agroecologia, então o que eles fizeram: por ser um lugar público, então eles formaram outra feira. Então, um lado da Nilo Peçanha era nós que trabalhávamos com a agroecologia, e [do outro] eles que trabalhavam com o convencional. Então, ficava aquele choque de trabalhadores e o consumidor no meio. Então, juntamente com o pessoal da Comissão Pastoral da Terra e o pessoal da Arquidiocese, a gente recebeu o convite de fazer a feira aqui na Argemiro de Figueiredo¹⁰⁶.

¹⁰⁴ José Cândido (Folha), feira agroecológica do Bessa, Assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2010.

¹⁰⁵ Estes camponeses contaram com o apoio da Associação dos Moradores do Bessa, que incentivou a realização da feira naquele local.

¹⁰⁶ José Cândido (Folha), feira agroecológica do Bessa, Assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2010.

A feira na Nilo Peçanha é realizada semanalmente até o presente momento, estando cadastrada na Diretoria de Serviços Urbanos da prefeitura de João Pessoa como “Feira livre do Bessa”¹⁰⁷. Aqueles que optaram por permanecer na perspectiva agroecológica deslocaram-se para a Avenida Argemiro de Figueiredo, como afirmou o entrevistado, e lá permanecem até hoje¹⁰⁸ (ver Foto 4).

Foto 4 – Feira agroecológica do Bessa, localizada na Av. Argemiro de Figueiredo.
Fonte: Trabalho de Campo - Dez./2009.

O “choque de trabalhadores” – resultando na fragmentação do grupo – revela o alto nível de tensão que caracterizou o processo de estabelecimento da feira agroecológica do Bessa. Atualmente, daqueles 35 iniciantes, restam cerca de 20 camponeses que trabalham diretamente com a agroecologia, comercializando seus produtos na feira agroecológica, todos os sábados, em seu local atual. A oferta de alimentos é diversificada, abrangendo desde frutas e hortaliças dos mais diferentes tipos, até a bastante procurada “carne de sol”, comercializada por Francisco Paulo dos Santos, conhecido como Pelé¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Informação disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedurb/diretedivisoies/>

¹⁰⁸ Segundo o mesmo entrevistado, os impactos nas vendas após a mudança de local só não foram maiores pelo fato de grande parte dos clientes, naquele momento, já valorizar o caráter agroecológico dos produtos, tendo os acompanhado na mudança realizada. Avaliando estes impactos, Lima (2008, p. 79) observa uma queda substancial da renda bruta anual da feira ocorrida em 2004. Neste sentido, quando comparamos os valores referentes aos dois anos, observamos que, de R\$ 82.794,44 (em 2003), a renda bruta anual desta feira passou para R\$ 67.086,20 (em 2004), o que representa um decréscimo de 43%.

¹⁰⁹ Por vezes, o Sr. Pelé prepara a “carne de sol” em uma churrasqueira armada na própria feira para que os seus clientes possam degustar antes de levar o produto para casa. Segundo o Sr. Pelé, a carne de boi é comprada por ele de alguns conhecidos e vizinhos, não necessariamente ligados à feira agroecológica, que residem nos

Um passo importante na história dessa feira foi a criação de uma entidade jurídica representativa daquele grupo. Isto ocorreu em 2004, quando foi formada a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas do Litoral Sul Paraibano - Ecosul. A principal razão apontada para a criação desta entidade foi a possibilidade aberta de obtenção de recursos públicos e projetos¹¹⁰. A realização de reuniões e assembléias periódicas continua a fazer parte do processo organizativo desta feira, tendo como referência um estatuto e um regimento interno, instrumentos mobilizados como importantes referências nas atividades realizadas pelos camponeses. Além das feiras semanais, o grupo reúne-se mensalmente para a realização de assembléias e semanalmente nas reuniões pós-feira, momentos importantes de deliberação acerca das questões relacionadas à feira agroecológica. O *fundo de feira* é também aqui um componente importante para estes camponeses, sendo um mecanismo integrado ao processo de gestão e manutenção da feira.

Assim como na história da feira da UFPB, como vimos, a questão do transporte para os camponeses ligados à Ecosul constituiu-se um problema de grande relevância. Os custos do frete desagradavam os feirantes, que, insatisfeitos, buscaram alternativas. Neste sentido, uma importante conquista foi alcançada em 2007 quando, através de um projeto¹¹¹, foi cedido um caminhão F-4000 àqueles camponeses, para que pudessem – eles mesmos – gerirem seu transporte e dos seus produtos. Foi, então, criada uma comissão responsável pela manutenção do automóvel, garantindo que este permaneça em boas condições, e um fundo destinado a cobrir os custos com manutenção do veículo¹¹². As despesas com combustível e com pagamento de motorista, que reside no próprio assentamento Apasa, continuam a ser rateadas pelos feirantes.

Feiras agroecológicas de Valentina, Bancários e os novos projetos da Prohort

Daquela feira agroecológica realizada na UFPB, participavam três famílias do acampamento Ponta de Gramame, estando presentes tanto no processo de constituição inicial

assentamentos mais próximos, prática que – neste caso – é entendida como permitida pelos membros do grupo, já que a relação com os comerciantes é de “total confiança”.

¹¹⁰ Aqueles camponeses são atualmente assessorados pelo Grupo Gestar, coordenado pela Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, docente do curso de Geografia da UFPB. Este grupo tem viabilizado a obtenção de recursos para a melhoria de infra-estrutura da feira através da compra de balanças, batas, bonés, expositores; das condições de produção mediante a construção de minhocários; e capacitação dos produtores através da participação em cursos e oficinas.

¹¹¹ Trata-se do mesmo projeto mencionado nesta dissertação (p. 86), que atendeu também a feira agroecológica da UFPB.

¹¹² Cada feirante destina um valor fixo, semanalmente, para compor o fundo referente ao caminhão.

(incluindo as primeiras reuniões, visitas de intercâmbio, cursos sobre agroecologia), como no próprio desenvolvimento daquela experiência ao longo dos anos. A área correspondente à Fazenda Ponta de Gramame possui 189 hectares ocupados por cerca de 30 famílias de posseiros, ali residentes há dezenas de anos, e sem-terra, que estão no local desde 1999, contando com a assessoria jurídica da CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O acampamento localiza-se nas proximidades do conjunto habitacional Valentina de Figueiredo, área afetada pela crescente expansão urbana e especulação imobiliária, o que tem dificultado a luta daqueles camponeses. Após um intenso conflito – marcado pela ocorrência de quatro despejos –, em 20 de maio de 2008 foi publicado um decreto presidencial no Diário Oficial da União, declarando de interesse social para fins de reforma agrária a área em questão. Entretanto, até o presente momento, o processo de constituição do assentamento ainda está em andamento, em razão de impasses jurídicos. Apesar das difíceis condições de infra-estrutura e habitação, sem contar a ausência de serviços básicos necessários ao desenvolvimento de qualquer atividade produtiva¹¹³, aqueles camponeses já produziam alimentos e, diante da forte dependência aos atravessadores, mobilizaram-se, juntando-se aos assentados dos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo, solidificando a feira agroecológica da UFPB, firmada em 2002.

Esta participação direta na feira agroecológica da UFPB alimentou novos propósitos por parte desses camponeses e dos assessores que os acompanhavam. Naquele período, sabia-se da existência de pequenas unidades de produção camponesa na zona rural de João Pessoa que passavam por problemas bastante semelhantes àqueles que motivaram a busca pela concretização da feira agroecológica citada. Diante disto, buscou-se articular estes camponeses em torno de um projeto conjunto de constituição de uma nova feira agroecológica, desta vez a ser realizada no bairro do Valentina de Figueiredo, mais próximo da maior parte das propriedades¹¹⁴. O caminho traçado foi relativamente parecido àquele realizado anteriormente pelos envolvidos com a feira agroecológica da UFPB: organização de reuniões onde eram divulgados os perigos do uso do agrotóxico; realização de visitas de

¹¹³ Na ocasião de uma festa realizada pelos camponeses para celebrar a desapropriação da Fazenda Ponta de Gramame, Frei Anastácio faz menção às precárias condições de vida daqueles camponeses: “Essas famílias têm motivo de sobra para comemorar. Durante esses nove anos que estão aqui elas já enfrentaram quatro despejos. Mesmo assim não desistiram. *Continuam em barracas de lona e casas de taipa, sem nenhum conforto do mundo moderno. Nem energia elétrica existe no local*” (trecho de entrevista publicada no site do INCRA. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9785:0&catid=1:ultimas&Itemid=278. Acesso em Abr./2010). (Grifo nosso).

¹¹⁴ A CPT, Cáritas e o Gabinete do então deputado Frei Anastácio continuaram a apoiar também estes camponeses neste processo inicial de formação da feira agroecológica.

intercâmbio, oficinas e cursos voltados à difusão de técnicas agroecológicas de cultivo, fabricação e aplicação de produtos naturais a serem utilizados no processo produtivo; discussão de estatuto e outras questões referentes à organização de uma feira. Integraram-se neste processo, além de famílias de Ponta de Gramame, incluindo parte daquelas que participava da feira da UFPB¹¹⁵, alguns camponeses das comunidades rurais Cuiá, Mussumago e Engenho Velho. Como resultado desta organização nasceu a feira agroecológica do Valentina, realizada semanalmente, até o momento, em uma área vizinha ao mercado público do bairro (ver Foto 5).

Foto 5 - Feira agroecológica do Valentina em um dos primeiros dias de realização. Fonte: *Jornal do Bairro*, p. 11, 2004.

O apoio técnico da CPT, Cáritas e do Gabinete de Frei Anastácio se estendeu até 2005, ano de importantes transformações na história daqueles camponeses de Ponta de Gramame e das comunidades rurais de João Pessoa envolvidos com a feira agroecológica de Valentina. Isto porque, neste mesmo ano, surgiu o projeto Cinturão Verde, com o objetivo de incentivar “a produção orgânica de hortaliças na Zona Rural da Capital, de forma organizada e sistêmica, sem o uso de defensivos e fertilizantes químicos”¹¹⁶. Nesta perspectiva, a atividade agrícola em João Pessoa – até então não contemplada pelas políticas públicas municipais – passa a ser incentivada através de um esforço via Estado tendo como referência uma produção “sem veneno” que, na ocasião do surgimento do projeto, já estava em construção “pelas mãos” daqueles camponeses ligados à feira agroecológica. A respeito deste projeto e do seu

¹¹⁵ Permanece, até o presente momento, uma família de Ponta de Gramame na feira agroecológica da UFPB. Quanto às demais, retiraram-se desta feira para concentrar seus esforços para o desenvolvimento daquela do Valentina.

¹¹⁶ Informação disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/cinturaoverde>. Acesso em Abr./2010.

impacto na produção agroecológica do município, Walter Joaquim de Souza¹¹⁷, liderança camponesa que atuou à frente da feira de Valentina, afirma:

Esse projeto [Cinturão Verde], a partir de 2005, ele começou a incentivar a produção, que até então era ignorada aqui dentro do município de João Pessoa. Então o projeto, através da prefeitura, começou a incentivar a produção e principalmente a produção orgânica, né? Agroecológica. De forma que nós fomos aumentando o grupo que existe aqui em João Pessoa, pessoas que são produtores, mas que não produziam, não conseguiam produzir porque não tinham apoio, nem de estado, nem de prefeitura, nem de nenhuma das esferas do governo¹¹⁸.

Nota-se que o projeto Cinturão Verde passou a cumprir o papel, primeiro, de *articular* os camponeses existentes em João Pessoa para, posteriormente, auxiliá-los com recursos financeiros e conhecimento técnico capaz de torná-los aptos a desenvolverem-se no processo produtivo agroecológico¹¹⁹. Neste sentido, justificando a proposta de desenvolver ações ligadas à pequena produção em João Pessoa, a equipe do projeto Cinturão Verde valeu-se de informações do INCRA que indicaram a existência de 427 imóveis rurais, dos quais 333 (quase 78% deles) ocupavam 1.185 hectares de terra destinada à agricultura no município. Ao mesmo tempo, ressaltou-se a relativamente reduzida quantidade de produção agropecuária existente e a baixa diversidade de produtos, tomando-se como exemplo a oferta de hortaliças folhosas na EMPASA, antigo CEASA-JP, onde entre as 15 mais importantes – excetuando-se coentro, alface, cebolinha e brócolis –, todas eram originadas do estado vizinho, Pernambuco, seja do município de Vitória de Santo Antão, seja da Central de Abastecimento daquele estado (CEAGEPE)¹²⁰. Deste modo, tendo como perspectiva a reversão deste quadro, foram delineadas as ações do projeto Cinturão Verde. Como consequência deste apoio,

[...] fomos aumentando o grupo, fomos aumentando a produção e vimos a necessidade de criar uma forma de nos organizar na questão da comercialização e vimos que o caminho era criar ou uma cooperativa, ou uma associação. A princípio a gente tentou criar uma cooperativa, mas a burocracia

¹¹⁷ Walter Joaquim de Souza, além de ter contribuído fortemente para a constituição da feira do Valentina, anteriormente fora um dos fundadores da feira agroecológica da UFPB. No presente momento, além de produtor agroecológico, exerce a função de presidente da Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa – Prohort, entidade jurídica criada em 2005 com o propósito de articular o conjunto dos camponeses reunidos sob o apoio do Cinturão Verde.

¹¹⁸ Walter Joaquim de Souza, Prohort, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹¹⁹ O Cinturão Verde viabiliza a liberação de recursos através do programa EMPREENDER-JP, voltado especialmente para a infra-estrutura da comercialização dos produtos (barracas, batas, balanças, etc.). Após o preparo técnico realizado pela equipe do projeto, incentiva-se os camponeses a fazerem uso de financiamentos por meio do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF.

¹²⁰ Informações disponíveis em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/cinturaoverde>. Acesso em Abr./2010.

não permitiu, é maior, então nós criamos uma associação, a Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa, o nome de fantasia é Prohort e a partir daí, isso foi em 2005, nós viemos. A princípio nós abrimos a associação com 51 associados, hoje já temos na faixa dos 90 associados. Nos reunimos todos os meses, temos um calendário já fixo, há dois anos. Toda primeira segunda-feira de cada mês, nós já temos um local marcado, também com hora marcada, para que nós possamos nos reunir e discutir e traçar as diretrizes para melhoramento da nossa produção, enfim, da nossa vida no campo. E aí, sempre que temos reunião, convidamos alguém, alguma autoridade que seja da prefeitura, algum secretário da prefeitura, que possa nos dar apoio, alguém do Banco do Brasil, né? Que trabalha com o PRONAF, e temos caminhado, a passos lentos mesmo, mas estamos avançando, estamos avançando...¹²¹

A Prohort surge, como podemos notar a partir do depoimento acima, enquanto uma *necessidade*, fruto do considerável crescimento do número de produtores, do aumento da produção e da necessidade de organizar a comercialização¹²². O crescimento observado apresenta-se como contínuo ao longo dos anos posteriores ao surgimento da associação (de 50 famílias, a Prohort passou para aproximadamente 90). Quanto ao processo organizativo, observa-se a realização sistemática de assembléias para “discutir e traçar as diretrizes para melhoramento da nossa produção, enfim da nossa vida no campo”. Entretanto, tais momentos não se definem, neste caso, como um evento *interno* de deliberação¹²³ (como é bastante comum em outras feiras agroecológicas), sendo recorrente a presença – além dos camponeses associados – de “alguma autoridade que seja da prefeitura, algum secretário da prefeitura, que possa nos dar apoio (...)”. Isto demonstra que, especialmente após 2005, ano de criação do projeto Cinturão Verde e da própria Prohort¹²⁴, potencializa-se a construção de uma relação *não mediada* daqueles camponeses com uma parte da estrutura estatal, relação esta caracterizada por um tipo de “apropriação” direta dos instrumentos de gestão. Inclui-se neste processo a possibilidade aberta de exposição de demandas a serem priorizadas; a definição de

¹²¹ Walter Joaquim de Souza, Prohort, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹²² Não há entre os camponeses associados à Prohort um *fundo de feira* – porcentagem determinada da produção comercializada na feira agroecológica. A associação é mantida por uma taxa mensal fixa no valor de R\$ 10,00 que é paga por cada produtor.

¹²³ Para isto, são realizadas reuniões, também mensais, para a discussão de assuntos específicos, mais diretamente ligados às feiras agroecológicas. Nestas reuniões, trata-se mais especificamente de questões como planejamento da produção a ser ofertada e avaliação/discussão de aspectos associados à feira: relação com os clientes; pedidos de novos produtos a serem inseridos na feira; dificuldades enfrentadas na produção, transporte e comercialização.

¹²⁴ Não se pode desconsiderar o fato de que o estabelecimento do projeto Cinturão Verde apresentou-se como um importante estímulo à criação da Prohort, na medida em que demandou dos camponeses a existência de uma entidade jurídica deles representativa para a articulação e gestão de projetos.

projetos específicos e, especialmente, a disponibilidade de um quadro de assessoria formado por técnicos vinculados à prefeitura (agrônomos, zootecnistas e técnicos agrícolas)¹²⁵.

A partir de 2005, as condições de produção agroecológica e comercialização dos produtos melhoraram substantivamente. Esta foi a principal motivação para a abertura de novas possibilidades de escoamento da produção¹²⁶, resultando na criação de outra feira agroecológica, também organizada pela Prohort. Buscou-se, então, os recursos necessários junto ao Cinturão Verde e, em 2007, foi criada a feira agroecológica que é realizada todas as sextas-feiras, até o momento, em uma movimentada praça nos Bancários, bairro de classe média de João Pessoa¹²⁷. Sobre o surgimento da feira agroecológica dos Bancários, Walter Joaquim de Souza afirma:

Na medida em que a gente foi alcançando as pessoas, muitos moradores dos Bancários, Mangabeira e dos conjuntos que tem aqui, que são adjacentes, pediam que a gente desmembrasse a feira, assim... não no sentido de separação, mas estender mais um pouco a feira para outros bairros, para que ficasse mais próximo deles, dos consumidores. A gente passou dois anos recebendo esse tipo de sugestão dos consumidores e então, mas só agora de 2007 para 2008 foi que nós começamos, de fato¹²⁸.

Somente após dois anos – desde o início dos pedidos dos clientes para “desmembrar” aquela feira do Valentina – foi possível concretizar a idéia. Entretanto, se esta iniciativa resultou em maior comodidade para aqueles clientes que freqüentam as imediações dos Bancários, como nos aponta o depoimento de Walter, não deixou de ser acompanhada, ao mesmo tempo, por considerável desgaste por parte dos camponeses, em razão das dificuldades relativas ao transporte, que, como temos visto, são bastante recorrentes também em outras feiras agroecológicas¹²⁹. Apesar das dificuldades, a realização da feira

¹²⁵ Bastante emblemático, neste sentido, é a localização da Secretaria da Prohort: em uma das salas do prédio onde funciona a administração do Projeto Cinturão Verde.

¹²⁶ Naquele período, a feira agroecológica do Valentina era realizada não apenas aos sábados, como em sua fase inicial, mas também aos domingos, no mesmo local e horário, o que indica que havia uma predominância da oferta dos produtos frente à procura. A partir daquele momento, alguns camponeses individualmente também se articularam junto a donos de supermercados, mercadinhos e quitandas localizadas em bairros próximos das áreas de produção para viabilizar o escoamento dos alimentos produzidos.

¹²⁷ É importante destacar que a feira dos Bancários é realizada no mesmo dia e horário da feira agroecológica da UFPB. A distância entre ambas é de cerca de 4 km. Quanto ao espaço escolhido para a realização da feira dos Bancários, destaca-se como aspecto considerado positivo a grande circulação de pessoas que realizam caminhadas na praça, sendo este o principal público atendido. Como aspecto negativo, alguns camponeses citam a presença, há cerca de 200 m, de um supermercado, o que, segundo eles, interfere negativamente nas vendas.

¹²⁸ Walter Joaquim de Souza, Prohort, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹²⁹ Neste caso, por ausência de transporte próprio, os camponeses têm que aguardar um veículo cedido pela Prefeitura para transportá-los de volta às suas casas. A irregularidade no horário de chegada do veículo é uma das razões apontadas, inclusive, para a não realização das *Reuniões pós-feira* entre estes camponeses, já que

agroecológica dos Bancários tem sido bem recebida tanto pelos clientes quanto pelos camponeses: ao mesmo tempo em que passa a ser consolidado mais um canal de escoamento direto da crescente produção camponesa agroecológica do município de João Pessoa, solidifica-se mais um espaço marcado pelo estreitamento da relação entre produtores e consumidores.

Em setembro de 2009, a Prohort – que já estava à frente da realização da feira agroecológica do Valentina e dos Bancários – abre uma nova opção de comercialização da produção camponesa, em João Pessoa: a *feira agroecológica itinerante*. O objetivo é fomentar a comercialização dos produtos em um ônibus adaptado ao comércio de alimentos (com banheiro, armários, madeira resistente à água e suporte para a exposição dos produtos)¹³⁰. Na feira itinerante são comercializados alimentos produzidos por 12 famílias da Prohort, das quais apenas 5 pessoas comprometem-se com a venda dos produtos. Os bairros escolhidos para receber a feira itinerante são dois daqueles entre os mais nobres de João Pessoa: Tambaú e Manaíra. Isto certamente interfere na forma de definição dos preços dos produtos, preços estes bastante diferenciados em comparação com aqueles das feiras agroecológicas dos Bancários e Valentina¹³¹. Atualmente, a feira agroecológica itinerante funciona em dois pontos distintos (Praça Alcides Carneiro, em Manaíra; e Busto de Tamandaré, em Tambaú), tendo forte perspectiva de expansão¹³². Neste sentido, Walter Joaquim de Souza, atual presidente da Prohort, nos relatou que o objetivo com a feira itinerante é viabilizar em breve a oferta dos produtos em 10 pontos distintos de comercialização espalhados por João Pessoa, entre as terças-feiras e sábados, em dois períodos: manhã e tarde¹³³.

estes acabam não possuindo a mesma autonomia de definição de horários que teriam caso possuíssem o próprio veículo.

¹³⁰ A experiência foi selecionada para ser apresentada no *II Salão Nacional dos Territórios Rurais: territórios da cidadania em foco*, evento realizado em Brasília, entre 22 e 25 de Março de 2010, como sendo uma das “143 Boas Práticas Territoriais”. Para uma referência à presença de representantes da Prohort neste evento, cf.: http://www.mda.gov.br/salaodosterritorios/noticias/item?item_id=3902403. Acesso em Abr./2010.

¹³¹ Segundo Késia Veiga, uma das responsáveis pelo ônibus itinerante, o preço dos alimentos é calculado após pesquisa no portal da Central de Abastecimento de Alimentos, de Recife-PE, pelo fato de possuir maior diversidade de produtos do que a EMPASA-JP. Em seguida, “A partir do valor pesquisado, o adicionam 30% por ser alimento agroecológico, mais 30% por conta das perdas que invariavelmente têm com os produtos, outros 30% referente à margem operacional e 10% pela comissão de venda”. (Informação disponível em: http://www.mda.gov.br/salaodosterritorios/noticias/item?item_id=3902403. Acesso em Abr./2010). Discutiremos mais detidamente, no Capítulo 3, a questão dos preços dos alimentos ofertados nas feiras agroecológicas paraibanas.

¹³² Além da feira itinerante e as duas feiras agroecológicas “fixas”, já citadas, aqueles camponeses também estão integrados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), projeto vinculado ao Governo Federal que promove a compra de produtos agrícolas de pequenos produtores e a distribuição para instituições como escolas, creches, hospitais, etc.

¹³³ Walter Joaquim de Souza, Prohort, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Abr./2010.

Feiras agroecológicas do Agreste Paraibano e a Ecoborborema

O desenvolvimento da agroecologia na mesorregião do Agreste Paraibano¹³⁴, que se efetivou a partir da segunda metade da década de 1990, foi alicerçado a partir de uma estrutura organizativa já existente naquela região: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, cujo surgimento, ali, remonta às décadas de 1950-1960. Entretanto, é especialmente através do trabalho realizado por agentes do Pólo Sindical da Borborema e da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA, que a “questão agroecológica” se integrou ao conjunto das demandas assumidas por aqueles camponeses que, até meados da década de 1990, mobilizavam-se fundamentalmente em torno de temas trabalhistas. O Pólo Sindical da Borborema foi criado em 1996, três anos após o surgimento da AS-PTA que, na Paraíba, iniciara sua atuação a partir de 1993, no município de Remígio. Estas entidades passaram a configurar um novo quadro de referência para a prática camponesa nos municípios atendidos por seus agentes, especialmente após 1998, quando ambas aproximam-se com a perspectiva de desenvolver um trabalho em conjunto nos municípios do Agreste Paraibano. Uma base importante para a compreensão de aspectos relativos a essa aproximação pode ser encontrada na própria história da AS-PTA, fundada nacionalmente em 1983, como um projeto anexo à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - Fase¹³⁵: o Projeto Tecnologias Alternativas - PTA. Naquele contexto,

[...] foi constituído um núcleo de coordenação e equipes locais em vários estados da Federação que se articularam a ONGs, constituindo a então denominada Rede Tecnologias Alternativas. Constituída originalmente como a coordenação política dessa Rede, a partir de 1990, de forma simultânea com sua instituição jurídica, a entidade assumiu a configuração até hoje vigente e o objetivo estratégico de atuar na promoção da agricultura familiar e da agroecologia no plano nacional¹³⁶.

Com base nos objetivos supracitados, a referida entidade constituiu o Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba – “Programa Paraíba”. Esta experiência teve início em 1993 nos municípios de Solânea e Remígio, tendo se estendido, a partir de 1996,

¹³⁴ Cf. Anexo 3 – Mapas adicionais – Mesorregiões da Paraíba.

¹³⁵ A Fase é uma Organização Não-Governamental – ONG criada em 1961, atuante em seis estados brasileiros, tendo como objetivo básico promover o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo através do uso de “ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais” (Informação disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>. Acesso em Abr./2010).

¹³⁶ Informação disponível em: <http://www.aspta.org.br/aspta/historico-1>. Acesso em Abr./2010.

para Lagoa Seca¹³⁷. Subjacente ao trabalho de assessoria da AS-PTA, mais especificamente no “Programa Paraíba”, encontra-se o propósito claro de fortalecer as capacidades sócio-organizativas, técnicas e políticas do Pólo e de suas organizações “para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia”¹³⁸. Neste contexto, iniciou-se um intenso trabalho de formação junto a camponeses de comunidades rurais que se estendeu até 2001, tendo como centralidade, naquele momento, a divulgação dos males causados pelos agrotóxicos e das vantagens associadas ao cultivo sob a perspectiva agroecológica¹³⁹. Sobre o processo de realização desse trabalho, Diógenes Fernandes Pereira¹⁴⁰, afirma:

Então, a gente começa a fazer um trabalho de formiguinha. Aí, depois de dois anos de formação nas comunidades, colocando para os agricultores qual a importância de não se usar veneno para se produzir e quem tentasse produzir sem usar veneno a gente traz toda a trajetória de antigamente, antes dos venenos. Aí a gente começa a fazer esse trabalho. Aí, a partir do momento em que os agricultores do município começam a produzir, começam a se perguntar onde é que vão comercializar. Aí, a gente começa a estudar estratégia de como a gente vai comercializar esses produtos, tendo em vista que toda a produção seria para o CEASA, então era tudo misturado, ninguém sabia diferenciar, né? Aí a gente começa a pensar no espaço, de criar um espaço para os agricultores venderem seus produtos. Aí, além de os próprios agricultores estarem vendendo seus produtos, estavam se livrando do atravessador¹⁴¹.

Observa-se que o incentivo à produção agroecológica não foi o ponto de chegada das ações das entidades. Ao contrário, apresentou-se como base para novas necessidades, fazendo emergir outras questões a serem solucionadas: tendo se desenvolvido a produção agroecológica, cabia agora “estudar estratégia” para definir onde comercializá-la. Até então, a viabilização de acesso ao CEASA por parte dos camponeses era uma demanda importante assumida pelos sindicatos, vislumbrando-se superar os intermediários no processo de

¹³⁷ Para um estudo detalhado sobre o trabalho de assessoria realizado pela AS-PTA e o desenvolvimento do “Projeto Paraíba”, cf. Pereira (2004, p. 133-168).

¹³⁸ Informação disponível em: <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba>. Acesso em Abr./2010.

¹³⁹ Neste processo de divulgação/formação foi viabilizada a realização de vários encontros e visitas de intercâmbio, inclusive para a feira agroecológica da UFPB, que já estava em funcionamento. Algo que certamente marcou bastante aquele momento de aprendizagem foi a visita recebida por aqueles camponeses de Sebastião Pinheiro, engenheiro agrônomo e reconhecido intelectual dedicado a combater a difusão e aplicação de agrotóxicos. Esta visita foi mencionada por duas pessoas que participam da feira agroecológica regional de Campina Grande, que foram por nós entrevistadas na ocasião da nossa pesquisa: Marta Lúcia Ferreira da Silva (Sítio Lagoa de Gravatá, Lagoa Seca) e Paulo Ferreira de Oliveira (Sítio Alvinho, Lagoa Seca), em entrevistas realizadas em Jul./2008. Para um apanhado das idéias daquele visitante, cf. Pinheiro *et al.* (1998).

¹⁴⁰ Diógenes é vinculado ao Pólo Sindical da Borborema e atua à frente da organização das feiras agroecológicas no Agreste Paraibano.

¹⁴¹ Diógenes Fernandes Pereira, Pólo Sindical da Borborema, Campina-Grande-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

escoamento da produção, entre o campo e a cidade. Entretanto, a comercialização *via CEASA* não foi mobilizada como uma opção de interesse por parte daqueles camponeses que começavam a produzir alimentos agroecológicos, isto porque, escolhendo-se este caminho não seria reconhecida a especificidade do processo de produção adotado. Diante disto, aquele grupo começa a “pensar no espaço” para viabilizar a oferta daqueles alimentos. É neste momento que é planejada e, enfim, realizada a primeira feira agroecológica no Agreste Paraibano, em um sábado, no município de Lagoa Seca, no final de 2001. As condições de comercialização eram ainda precárias, mas o interesse de constituir uma experiência diferenciada motivou sua continuidade:

E aí a gente realiza a primeira feira no município de Lagoa Seca, só com produtores de Lagoa Seca. Então, essa de Lagoa Seca se iniciou no final de 2001, que a gente deu até um nome, era “natal sem veneno”. Foi um sucesso. Com oito dias fizemos o “ano novo sem veneno”. Então, se “natal sem veneno” foi bom, “ano novo sem veneno” vai ser melhor ainda, né? A gente faz e a partir daí é que começa, né? Aí ficou acontecendo todo sábado. Deu certo. Aí, os agricultores não tinham nenhuma estrutura, não tinham estrutura nenhuma. Eram colocados os produtos, forravam no chão¹⁴².

Assessores e camponeses vinculados a sindicatos localizados em outros municípios da região, avaliando o trabalho realizado em Lagoa Seca, interessaram-se pelo desenvolvimento de uma proposta de comercialização semelhante àquela ali encontrada. A partir de então estavam estabelecidas as bases para a criação de novos pontos de comercialização daquela natureza, tendo sido assim constituídas, em 2004, duas novas feiras agroecológicas, sendo uma em Remígio e outra em Esperança. Em 2005, uma nova idéia ganha corpo: a construção de uma “feira regional” na qual os camponeses dos diversos municípios assessorados pelo Pólo Sindical e AS-PTA pudessem comercializar seus produtos. Foi então criada uma nova feira agroecológica, realizada às quartas-feiras em Campina Grande, segundo município mais populoso da Paraíba¹⁴³. Após uma conversa com a então prefeita do município, Cozete Barbosa, os camponeses passaram a dispor de um local onde, a partir de então, passava a ser realizada, todas as quartas-feiras, a feira agroecológica regional de Campina Grande: a antiga estação ferroviária do município, atual “Museu do Algodão”. Neste local, camponeses de comunidades rurais dos municípios de Alagoa Nova, Queimadas, Massaranduba e Lagoa Seca

¹⁴² Diógenes Fernandes Pereira, Pólo Sindical da Borborema, Campina-Grande-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹⁴³ A população de Campina Grande é de cerca de 383.764 habitantes (IBGE-2009), ficando atrás somente de João Pessoa.

comercializam produtos agroecológicos para seus clientes, semanalmente, todas as quartas-feiras¹⁴⁴.

Os camponeses que realizam as feiras agroecológicas no Agreste Paraibano estão articulados por uma associação, a Associação Agroecológica do Compartimento da Borborema – Ecoborborema, entidade jurídica que conta com aproximadamente 100 sócios. Além daqueles camponeses que comercializam diretamente aos consumidores sua produção, integram a associação produtores agroecológicos que não freqüentam regularmente as feiras agroecológicas, tendo, pois, optado ou por enviar produtos através dos camponeses-feirantes ou por dedicar-se a atividades não necessariamente ligadas à produção de alimentos a serem destinados às feiras. Isto porque a Ecoborborema é organizada a partir de comissões temáticas de afinidade, onde os camponeses se agrupam em torno daquelas comissões mais diretamente relacionadas aos seus interesses/necessidades. Neste sentido, são seis as comissões temáticas existentes: *criação animal*, cujos membros lideram atividades específicas voltadas à criação; comissão de *saúde e alimentação*, liderada pelo grupo de mulheres, estando especialmente voltada à produção de alimentos naturais e plantas medicinais; *água*, direcionada ao desenvolvimento de tecnologias alternativas associadas às questões hídricas e, por fim, a comissão de *cultivos agroecológicos*, na qual estão presentes aqueles camponeses direta e indiretamente ligados às feiras agroecológicas¹⁴⁵. A cada dois meses é realizada a assembléia da Ecoborborema, onde participam todos os associados e integrantes das comissões, sendo discutidos temas mais gerais que atravessam todos os grupos. Aqueles camponeses vinculados às feiras agroecológicas fazem uma reunião mensal para tratar das questões mais específicas: avaliação de resultados da feira, contabilidade, planejamento da produção, projetos, transporte¹⁴⁶, entre outras.

¹⁴⁴ Além daquelas já citadas até aqui, foram criadas mais três feiras agroecológicas no Agreste Paraibano, também articuladas pela Ecoborborema, estando distribuídas em Alagoa Nova, Solânea e Massaranduba.

¹⁴⁵ Esta forma de organização é fortemente incentivada pela Articulação do Semi-Árido (ASA), à qual estes camponeses estão integrados, o que certamente interferiu na adoção das “comissões” como prática organizativa. Como veremos adiante, os camponeses do Sertão Paraibano, também inseridos na ASA, adotam as “comissões temáticas” como mecanismo de articulação. Neste caso, as “comissões” são mais comumente denominadas de *redes*.

¹⁴⁶ O transporte da produção e dos feirantes apresenta-se para Ecoborborema como uma importante dificuldade. O Pólo Sindical da Borborema e a AS-PTA disponibilizaram recursos destinados ao transporte dos camponeses envolvidos com as feiras agroecológicas por três anos consecutivos. Com o fim desses recursos, uma parte dos feirantes passou a se organizar em grupos definidos pela proximidade dos seus sítios e a dividirem as despesas com o transporte, enquanto outra parte, que dispõe de transporte próprio ou reside próximo de quem o possui, passou a ratear as despesas com combustível.

Feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida

Atualmente existem duas experiências consolidadas de comercialização direta, através de feiras agroecológicas, em municípios da mesorregião do Sertão da Paraíba. A primeira delas é realizada por camponeses dos assentamentos Santo Antônio e Bartolomeu I, localizados em Cajazeiras e Bonito de Santa Fé, respectivamente. Estes camponeses são responsáveis pela realização da feira agroecológica de Cajazeiras, todas as sextas e sábados¹⁴⁷. A segunda é aquela realizada pelos produtores dos assentamentos Acauã e Veneza, ambos localizados no município de Aparecida. Estes vendem seus produtos, aos domingos, no centro de Aparecida, no mesmo horário e local onde é realizada uma feira livre. A compreensão de aspectos atuais de cada uma dessas experiências requer a referência a elementos da história dessas feiras, isto é, pressupõe o resgate das motivações que impulsionaram a adesão aos conhecimentos e práticas agroecológicas, bem como a análise do próprio processo de constituição dessas práticas.

Os camponeses que estão à frente das feiras agroecológicas do Sertão paraibano têm o acompanhamento da CPT desde o conflituoso processo de luta pela terra, se estendendo ao período seguinte ao estabelecimento dos assentamentos. Em sua fase inicial, estes conflitos por terra no Sertão foram marcados pelo antagonismo de interesses entre camponeses posseiros e moradores de condição, de um lado, e os antigos proprietários rurais das áreas com açudes pertencentes ao Estado, de outro. A esse respeito, Mitidiero Jr. (2008, p. 320) afirma que tais açudes foram o resultado de desapropriações realizadas pelo Estado em grandes propriedades rurais, porém, como parte dessas propriedades desapropriadas não foi ocupada pelos açudes, os antigos donos continuaram se apoderando das terras. Segundo o autor,

Um erro técnico na construção dos açudes fez com que eles não ocupassem toda a terra desapropriada. Essas terras foram ou já eram ocupadas por posseiros e moradores de condição, mas os antigos donos, ao término da construção dos açudes, continuavam cobrando renda (“foro”) dessas famílias. Portanto, eram fazendeiros grilando a terra desapropriada para utilização do Estado, entrando em conflito com as famílias de posseiros (MITIDIERO JR., 2008, p. 320).

¹⁴⁷ Na sexta-feira o local de comercialização é o “Antigo açougue”, prédio cedido pela prefeitura de Cajazeiras, que possui uma boa estrutura, incluindo água corrente, banheiro e uma bancada com azulejo onde são dispostos os produtos vendidos. No sábado, os produtos são ofertados nas barracas, pelos mesmos camponeses, na Rua Desembargador Boto, no centro de Cajazeiras.

Esta realidade motivou a luta pela superação da dependência à figura dos antigos proprietários de terras, constituindo-se como a primeira frente de atuação política daqueles camponeses que resultou, posteriormente, no estabelecimento de vários assentamentos rurais. Somada ao esforço pela conquista da terra em torno dos açudes públicos, uma nova frente de atuação seria aberta a partir de 1995. Tratava-se, a partir daquele momento, por parte da CPT-Sertão e dos camponeses assessorados por esta entidade, de reivindicar a desapropriação de terras improdutivas em propriedades privadas. Foi então que cerca de 250 famílias ocuparam, em 2 de Novembro de 1995, a Fazenda Acauã, localizada no município de Aparecida-PB. Esta medida constituiu-se como um recurso de pressão para que o Estado empreendesse a desapropriação daquela fazenda de 2.825 hectares, então considerada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Após a ocorrência de sete despejos e várias prisões¹⁴⁸, em 30 de Outubro de 1996 foi, enfim, criado o Assentamento Acauã, importante marco da luta pela terra no Alto Sertão da Paraíba. Este assentamento foi o primeiro de vários que surgiram até o final da década de 1990.

Segundo dados da CPT-Sertão, foram criados nesta região, além de Acauã, um total de 19 assentamentos rurais, em 12 municípios. Com efeito, em alguns desses assentamentos os camponeses passaram a protagonizar transformações sociais particularmente importantes, que imprimiram no espaço as marcas de um rico e complexo processo de busca coletiva pela definição e afirmação de novos caminhos a serem seguidos. Isso pode ser notado a partir das observações apontadas por Marcos (2006, p. 2):

Neste sentido, os assentamentos Acauã (Aparecida-PB), Frei Damião e Santo Antônio (Cajazeiras-PB), todos no alto sertão paraibano e ligados à CPT-Sertão, são palco das mais importantes experiências de reprodução sem sujeição. É no seio destes assentamentos que encontramos a **experiência de autogestão** de Associação, como a do Assentamento Acauã; a criação dos **bancos de sementes da paixão**; a **socialização camponesa** através do trabalho das crianças nos **viveiros de mudas**; os **cultivos agroecológicos**; as **feiras agroecológicas**; as **farmácias vivas**; a apicultura; a discussão sobre o uso racional da água, sobre educação, saúde e alimentação dos camponeses assentados. (Grifo da autora).

Estes assentamentos estão articulados através da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP)¹⁴⁹ e pela Articulação do Semi-Árido

¹⁴⁸ Para mais informações sobre esta questão, Cf. Moreira Neto *et. all.* (2005, p. 17); Moreira Neto (2001, p. 9) e Mitidiero Jr. (2008, p. 319-320).

¹⁴⁹ Esta entidade foi criada em 2003 a partir da necessidade de intensificar o trabalho de assessoria nas áreas de assentamentos rurais do Alto Sertão paraibano, tendo como propósito lidar com as demandas que emergiram após a conquista da terra. Neste mesmo momento, após a criação da CAAASP, a CPT passa a direcionar suas

(ASA) ¹⁵⁰ que, juntamente com a CPT, contribuem para a constituição de estratégias para viabilizar a reprodução social dos camponeses. Tal como evidenciado na passagem supracitada, são diversas as práticas orientadas à constituição de espaços marcados por experiências de “reprodução sem sujeição”, para usar as palavras da autora. Tais experiências são o produto de um processo organizativo específico que se concretiza com a formação de *redes temáticas*. Este tipo de organização se dá a partir da identificação de grupos de interesse compostos por camponeses e assessores técnicos que formam “comissões” organizadas em torno de cada atividade que o grupo deve dedicar-se prioritariamente. Neste processo, cada comissão encarrega-se da realização das práticas relacionadas ao seu grupo, fomentando seu desenvolvimento, desprendendo esforços no sentido de dar visibilidade aos problemas encontrados, viabilizando a construção de estratégias para superá-los. São seis as *redes* existentes atualmente no Sertão paraibano: *Rede Abelha*, *Rede de Cultivos Agroecológicos*, *Rede Sementes*, *Rede Educação*, *Rede Saúde e Alimentação* e *Rede Água*. Sobre o processo de constituição dessas *redes* e a sua relação com os assentamentos rurais envolvidos, Emanuelle Alves, da CPT-Sertão, afirma:

Já existia a *rede água*. A “água” já tinha surgido entre 1996 e 1997. O assentamento Acauã é de 1996, é o mais velho. O Santo Antônio tem dez anos, Frei Damião tem sete anos, e já tinha a *rede água* e também a *rede sementes*, que é uma coisa bem antiga. Tem banco de sementes de 1993, antes dos assentamentos, pela questão dos Sindicatos. Só não era na linha da “semente da paixão”, essa coisa toda resgatada mesmo. E ficaram essas duas redes. Foi quando a CPT, junto com a CAAASP, começou a fundar outras redes que vieram a fundar os trabalhos já para distinguir as áreas de assentamentos. Aí surgiu a *rede abelha*, a *rede de cultivos agroecológicos*, em 2003; antes um pouquinho tem a *rede educação*, fazendo os trabalhos educacionais na região, nas áreas de assentamentos; e a mais nova tem dois anos, de 2006, é a *rede de saúde e alimentação*¹⁵¹ (Grifo nosso).

Como vimos, é a partir da década de 1990 que esta forma de organização ganha força no Sertão paraibano, confundindo-se com o próprio processo de estabelecimento dos assentamentos rurais naquela região. Podemos pontuar de forma sumária alguns dos principais objetivos de cada uma das *redes*, sendo este um recurso importante para a

ações para as áreas de conflito, intensificando ainda mais, a partir deste período, o acompanhando às áreas de acampamento.

¹⁵⁰ Segundo Marcos (2006, p. 2), a ASA “surgiu na Paraíba na década de 1970, numa tentativa de se buscar alternativas para as dificuldades encontradas nos momentos de secas prolongadas. Nesta época já se pensava em alternativas de *convivência* com o semi-árido, mas a discussão a nível nacional só se fortaleceu nos anos 1990, sendo a criação da ASA nacional de julho de 1999”.

¹⁵¹ Emanuelle Alves (CPT-Sertão), Assentamento Frei Damião, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

compreensão das principais problemáticas que envolvem a reprodução dos camponeses naquelas áreas de assentamentos rurais. A *rede água* desenvolve estratégias para contribuir para o enfrentamento de dificuldades diversas relativas à questão dos recursos hídricos, em especial mediante o apoio a Projetos (a exemplo do PIMC, que prevê a construção de 1 Milhão de Cisternas para captação de água da chuva), e desenvolvimento de tecnologias alternativas, tais como bombas artesanais, barragens subterrâneas, barreiros, cisternas de placas, etc. Por sua vez, a *rede sementes* atua favorecendo a estocagem de sementes crioulas – mais conhecidas na Paraíba como *Sementes da Paixão* – através dos *Bancos de Sementes*, sendo esta uma estratégia importante para a garantia da autonomia camponesa sobre a produção, tornando-a mais segura pela seleção e uso das sementes adaptadas às condições ambientais locais. A *rede abelha* incentiva e fortalece a prática da apicultura, realizando oficinas, cursos de capacitação, visitas de intercâmbio, além de encontros relacionados à produção e comercialização de mel¹⁵². A *rede educação* promove encontros e discussões sobre temáticas relativas ao processo educativo no semi-árido brasileiro, incentivando a adoção de conteúdos relacionados à realidade local dos alunos, e valorizando a diversidade dos sujeitos envolvidos com o processo educativo¹⁵³. A *rede saúde e alimentação* desenvolve ações em prol da melhoria na alimentação das famílias e incentiva, através de cursos, a produção de plantas medicinais para a fabricação de remédios caseiros. Por fim, a *rede de cultivos agroecológicos* atua a frente da produção de hortaliças a partir das *mandalas*¹⁵⁴, dos *viveiros de mudas*¹⁵⁵ e no cultivo de plantas medicinais a partir das *farmácias vivas*. Além dessas atividades, a mais importante conquista da *rede de cultivos* é o estabelecimento das *feiras agroecológicas*, que mobilizam parte considerável das ações deste grupo e são extremamente valorizadas nas discussões e encontros realizados por esta *rede*.

¹⁵² A *rede abelha* está presente não apenas na Paraíba, abrangendo ainda os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Bahia. Juntos, estes estados formam a *Rede Abelha Nordeste*, tendo como principal espaço político um Encontro realizado anualmente, onde são discutidos assuntos diversos relacionados à apicultura, bem como realizadas capacitações temáticas (Cf. <http://redeabelhabr.blogspot.com/>. Acesso em Mar./2010.)

¹⁵³ A *rede educação* do Alto Sertão paraibano está articulada à Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), de abrangência nacional.

¹⁵⁴ Discutiremos com maiores detalhes a questão da produção agroecológica realizada através das *mandalas* mais adiante.

¹⁵⁵ Local onde são plantadas as sementes, geralmente em copos plásticos, para a formação de mudas que serão destinadas aos cultivos agroecológicos, no caso das hortaliças; ou ao reflorestamento/plantio, quando se trata de plantas arbóreas. Destaca-se dessa experiência a participação de crianças nos cuidados com as mudas e sementes. Assistidas por algum adulto, as crianças realizam atividades educativas integradas ao processo de preparação das mudas e manejo das sementes, constituindo-se este em um momento lúdico onde o manejo da terra, tendo como base a agroecologia, é considerado parte de uma brincadeira. Além da importância educativa, associada à transmissão de uma ética ambiental e valores sociais de solidariedade e coletividade, esta experiência tem um papel significativo enquanto prática de *socialização camponesa*, como observou Marcos (2006, p. 10), estimulando nas crianças o apreço e o cuidado com a terra e com o meio ambiente.

A multiplicidade temática das *redes* é reveladora da riqueza de práticas sociais empreendidas pelos camponeses assentados e assessores que os acompanham. Ao mesmo tempo indica que adversidades dos mais diferentes tipos são enfrentadas com instrumentos específicos de atuação que partem de cada um dos grupos constitutivos das *redes*. Não se pode esquecer o fato de que os assentamentos já citados se encontram em uma região de clima semi-árido, onde problemáticas de ordem ambiental integram a pauta das discussões realizadas pelos envolvidos (estiagem, irregularidade pluviométrica, dificuldade de acesso e armazenamento de água, só para citar alguns exemplos). Considerando este aspecto, sobre as *redes*, Marcos (2006, p. 2) afirma: “O objetivo é a busca por experiências simples e de resultado, auto-sustentáveis, que permitam o respeito ao ambiente e a *convivência com a seca*¹⁵⁶ em condições mais dignas”. Em outras palavras,

Cada uma dessas *redes* possui composição, área de abrangência, princípios, missão e atividades determinadas, mas todas têm como função principal a implementação de atividades que visam a auto-sustentabilidade camponesa no semi-árido. Através de encontros bimestrais as *redes* trocam informações e avaliam os problemas enfrentados e o trabalho realizado por cada uma delas junto às comunidades, bem como planejam as atividades para o bimestre seguinte. (Grifos da autora).

Os *encontros bimestrais*, citados pela autora, demonstram que os limites que separam os grupos que constituem as *redes* são maleáveis. Tais limites se reconfiguram temporariamente no momento do *encontro*, permitindo a troca de saberes entre os envolvidos com as diversas *redes*, favorecendo a construção de uma “visão de conjunto” das questões que integram os debates e apresentações de experiências, por parte dos participantes, bem como o planejamento de atividades integradas. Ao mesmo tempo, na medida em que algumas *redes* são de âmbito regional e mesmo nacional, é possível discutir e tomar conhecimento acerca de questões relacionadas aos diversos níveis de abrangência de cada grupo, o que leva os camponeses a transitarem por problemáticas que vão além daquelas eminentemente *locais*. Neste processo, as próprias práticas dos camponeses são resignificadas, entendidas não como simples atividades pontuais e localizadas, mas enquanto uma manifestação de um amplo processo que ocorre sob *formas* distintas – formas estas que definem as especificidades de cada *rede* – e em escalas espaciais diversas e articuladas. Tudo isto contribui

¹⁵⁶ A idéia de *convivência com a seca* se opõe àquela concepção de que esta se constitui como um problema a ser *combatido*. A respeito desta questão, Marcos (2006, p. 3) afirma “A partir da criação da ASA muda-se o foco das ações no semi-árido: de *combate*, passa-se a falar em *convivência com a seca*. A mudança de perspectiva é clara e envolve duas questões fundamentais. Uma, aquela de que não há o *que* combater: a seca é uma realidade, não um inimigo. É necessário, pois, estar preparado para *conviver* com ela, buscando alternativas endógenas – e esta é a segunda questão – e não mais a repetição de modelos exógenos que não se adequam à realidade do semi-árido”.

significativamente para o fortalecimento das atividades realizadas em cada uma das *redes*, em particular; e, ao mesmo tempo, de todas elas, em conjunto.

Além da transmissão de conhecimentos entre camponeses de grupos distintos, uma evidência clara da interconexão entre as diversas *redes* e de sua interdependência é a participação simultânea dos camponeses em várias delas. É importante ressaltar que a participação em uma *rede* requer um desprendimento significativo de energia e tempo por parte dos camponeses, especialmente no que diz respeito à realização das atividades específicas associadas ao grupo (cultivos agroecológicos, apicultura, etc.), bem como a participação de reuniões e encontros relacionados às *redes* nas quais se envolve. Ainda assim, é possível encontrar camponeses articulados em *redes* distintas, dedicando-se a várias delas ao mesmo tempo, tal como fica explicitado nas palavras da entrevistada:

O pessoal de uma área de assentamento, que é de uma rede, quando chega, se sente em casa na outra rede. Se você se identifica com plantas medicinais, não quer dizer que você não possa produzir nos *cultivos*, não quer dizer que você não possa participar enquanto apicultora. Esse tipo de coisa. Não tem aquela coisa, assim... Aquela rede tem mais gente, participa mais, o caso da rede educação. Você vê, a *rede de cultivos agroecológicos*, ela é local, mas a *rede educação*, *rede semente* e *rede abelha*, são a nível estadual, a *rede abelha* é nordeste, a *rede educação* é Brasil. A *rede educação* ela sabe o que a *rede de cultivos* está fazendo, é o trabalho com a produção, essa produção tá sendo discutida nas escolas municipais que a *rede educação* acompanha, mas também dentro dos cursos técnicos que a rede acompanha nas escolas agrícolas aqui. Trabalham junto com o estado todo, com o litoral, com a CPT de lá, mas também sem se desligar daqui. A gente tá sempre em contato. Ligam para o grupo Colméias, do Rio Grande do Norte, o pessoal da *rede abelha*: “fulano tá aí? A qualidade do mel, como é que tá?”, e chama. Essas coisas... a gente faz trocas. A *rede saúde e alimentação*, às vezes fala: “eu preciso de plantas medicinais”, a *rede cultivo* vai lá e diz: “a gente tá produzindo”, aí fazem a troca, fazem a doação para as áreas, fazem intercâmbio¹⁵⁷.

O depoimento é revelador de pelo menos três importantes meios de transmissão de *informações* e de *produtos*. O primeiro deles é através de um processo comunicativo realizado em *espaços formais* (reuniões, encontros, apresentações de experiências) e *informais* (conversas na feira agroecológica, em horários de almoço de encontros, por telefone, em viagens, etc.), realizando-se quando o membro de uma *rede* fica **sabendo o que o outro faz (informação)**. O segundo é aquele que ocorre no momento em que a informação assimilada sobre uma *rede* é retransmitida para outras pessoas (como no exemplo citado pela entrevistada onde as práticas realizadas pela *rede de cultivos agroecológicos* são divulgadas para

¹⁵⁷ Emanuelle Alves (CPT-Sertão), Assentamento Frei Damião, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

estudantes de escolas municipais e cursos técnicos pelos integrantes da *rede educação*), isto é, quando os membros de uma determinada *rede* mobilizam a informação recebida, **divulgando o que o outro faz (informação)**. Por fim, através do terceiro meio, o resultado material das atividades realizadas pelos integrantes de uma determinada *rede* é utilizado enquanto um produto de interesse de outra *rede* (como no exemplo da produção de plantas medicinais realizada pela *rede de cultivos agroecológicos* que é doada para a *rede saúde e alimentação* para viabilizar sua própria *manutenção*, em momentos específicos), onde seus membros podem desenvolver-se **usando o que o outro faz (produto)**.

A menção à existência destes três meios de intercâmbio de *informações e produtos*, utilizados pelos membros das *redes* – e a própria referência que temos feito às *redes* e à história dos assentamentos que as integram – serve-nos aqui fundamentalmente como um meio para ilustrar alguns dos traços característicos do processo organizativo das feiras agroecológicas existentes em dois dos municípios do Sertão Paraibano, estas sim objetos de interesse deste item. Com isto, estamos dispondo de variáveis que, sem dúvida, apresentam-se como extremamente profícuas à compreensão de várias questões relacionadas às feiras agroecológicas citadas. Cabe-nos agora aprofundar a discussão sobre a história da agroecologia no Sertão paraibano, expondo aspectos que possam fundamentar nossa análise acerca das feiras agroecológicas estudadas.

É no assentamento Acauã, marco da luta pela terra no Sertão Paraibano, onde devem ser buscados os primeiros elementos para a compreensão das feiras agroecológicas atualmente existentes naquela região. No que diz respeito ao aspecto organizativo daquele assentamento, é possível observar que desde o período da conquista da terra, em 1996, já se mostrava evidente o esforço despendido por aqueles camponeses no sentido de manter com o maior nível de coesão possível a mobilização principiada no período de luta pela terra. Nas palavras de Socorro Goveia¹⁵⁸, desde o início do assentamento, os camponeses já haviam assumido a perspectiva de realizar “uma experiência diferente de associativismo”¹⁵⁹.

A partir de depoimentos de assentados, Marcos (2006, p. 5) observa que, naquele período, uma área considerável da fazenda ocupada era dominada por pastagens. Isto motivou a criação de uma comissão para administrar o pasto. A comissão era composta por cinco pessoas que se prontificaram a assumir as atividades, estabelecendo regras de uso/condução e

¹⁵⁸ Socorro Goveia, integrante do assentamento Acauã, é uma importante figura na história da luta camponesa no Sertão Paraibano, sendo uma das principais responsáveis pela fundação da CPT-Sertão e da CAAASP. Atualmente, encontra-se à frente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Aparecida-PB.

¹⁵⁹ Socorro Goveia (CPT-Sertão), Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

viabilizando a solução de problemas mais simples (MARCOS, 2006, p. 5). Aqueles problemas mais difíceis de serem resolvidos eram encaminhados para as assembléias, cujas soluções eram definidas pelos próprios participantes através das discussões e debates. Esta experiência se constituiu como um primeiro passo na definição de uma forma de organização que continuou a ser utilizada nos anos subsequentes por parte daqueles assentados:

Com a liberação de crédito, o assentamento comprou um caminhão e foi criada uma comissão para administrar o caminhão. Em seguida surgiu um projeto de investimento para caprinocultura, o assentamento comprou um trator e foi criada uma nova comissão para administrar o trator e outra para administrar o plantel de caprinos. Logo surgiram outros grupos, como os grupos de jovens, de pastoral, de mães, e com eles novas comissões. Cada comissão tem uma pessoa da Diretoria da Associação – que também se organiza em comissões – que atua na assessoria, para que estas não estejam totalmente desvinculadas das decisões assumidas pelo coletivo (MARCOS, 2006, p. 6).

A cada comissão/grupo criado era reconhecida a autonomia de decisão dos camponeses envolvidos, desde que fossem respeitados os princípios contidos no estatuto da Associação do Assentamento, que passou a ser considerado a principal referência de decisão para as questões que envolvem o conjunto dos camponeses de Acauã. O processo de configuração desta forma de organização, no assentamento Acauã, sem dúvida, constituiu-se como um alicerce que prepararia aqueles assentados para futuros desafios, dotando-lhes de maior amadurecimento em relação à gestão e elaboração de projetos, bens comunitários e na defesa de interesses que respondem às necessidades daqueles que integram o assentamento.

A esta forma de organização dos assentados de Acauã, somava-se o trabalho de assessoria realizado pela CPT, que continuava incentivando a realização de mutirões e a criação de grupos/comissões específicas. Ao mesmo tempo, esta entidade buscava apoiar a produção agrícola que começava a se desenvolver no assentamento. No que diz respeito à questão produtiva, Socorro Goveia nos revela que certos “princípios ecológicos” eram já tidos como norteadores das práticas de alguns daqueles camponeses, resultado do incentivo trazido pela própria CPT:

A gente sempre teve o acompanhamento da CPT, que já colocava essa coisa das queimadas, do veneno, não tinha ainda uma reflexão aprofundada na questão da agroecologia, aí depois, na ASA isso foi se aprofundando e a gente vai trazendo pra cá, mas foi muito difícil. Aí, algumas pessoas começaram a aderir à não queimada, a não usar veneno¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Socorro Goveia (CPT-Sertão), Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

A “dificuldade” apontada pela entrevistada estava relacionada à resistência, por parte de alguns camponeses, de aceitar abdicar do veneno e das queimadas no processo produtivo. Segundo a mesma, era bastante comum que aqueles que optassem por não queimar e não usar veneno fossem chamados de “loucos”. Citando críticas sofridas pelo seu próprio marido, ela afirma: “Alex foi um dos primeiros, levava o nome de doido porque já não usava mais essas práticas agressivas”¹⁶¹.

Em 2002, a idéia de produção agrícola “ambientalmente correta” emergia novamente diante daqueles camponeses, trazida desta vez por Willy Pessoa, assessor técnico então vinculado ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Willy Pessoa procurava um assentamento que pudesse ser receptivo a várias idéias que ele havia formulado relacionadas a um processo “alternativo” de produção, inspirado no sistema solar e fundamentado no relacionamento entre os vários elementos constitutivos do sistema agrícola. Outro funcionário do SEBRAE sugeriu, então, para que ele realizasse uma visita em Acauã e apresentasse suas ideias aos assentados, já que aqueles estavam bastante organizados e poderiam ser mais receptivos às novidades a serem apresentadas. Após os primeiros contatos, as reuniões começaram a ser realizadas nas manhãs de sábado em Acauã, como afirma Socorro Goveia:

Começou assim, em torno de 40 pessoas, só que foi ficando muito cansativo. Eram todos os sábados, ele chegava de 8 da manhã e só saía de 1 da tarde, então as pessoas foram se afastando, aí nós da diretoria da associação fizemos uma reunião e dissemos: “vamos ver quem quer, quem topa”. Dissemos para ele: “não se preocupe com a quantidade”. Foi um grupo pequeno que ficou e esse grupo queria continuar. Então ele continuou e a metodologia dele é muito boa, muito simples, ele parte do aproveitamento, que as plantas têm que alimentar os animais, que os animais têm que melhorar a alimentação, melhorar a renda. Então ele parte muito disso... que não deve deixar 100% do milho ficar seco, mas deve transformar em venda, depois em pamonha, então ele ia muito por aí. Ele despertou na comunidade essa questão de agregar valores à produção da gente, porque as pessoas não tinham costume de feira, essas coisas, então com ele surgiu tudo isso... o consumo e depois o excedente. Então nessa formação dele, ele começou a mostrar pra gente essa coisa de vender o excedente, de vender o excedente para melhorar a renda da gente¹⁶².

¹⁶¹ Socorro Goveia (CPT-Sertão), Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008. Alex Goveia, esposo de Socorro, é uma importante referência, até hoje, na produção agroecológica do Sertão Paraibano, desenvolvendo atividades na área de apicultura, produção de hortaliças e caprinocultura. A residência do casal é bastante freqüentada por estudantes/estagiários de cursos técnicos ligados à agricultura que se valem da experiência de Alex para aprender técnicas e práticas agrícolas associadas à agroecologia. Atualmente, além de produtor e participante da feira agroecológica de Aparecida, Alex é estudante do curso superior de Agroecologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Sousa-PB.

¹⁶² Socorro Goveia (CPT-Sertão), Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

Foram oito meses de discussão e a diminuição gradativa do número de participantes nas reuniões semanais demonstra as dificuldades enfrentadas por Willy Pessoa no processo de formação e manutenção de um grupo empenhado em colocar em prática as suas idéias. Ainda assim, sua “metodologia” foi aceita com entusiasmo por alguns daqueles camponeses que decidiram dar continuidade às reuniões. A partir das palavras de Socorro Goveia, observa-se que alguns princípios foram marcantes nessas discussões realizadas no assentamento: o aproveitamento dos recursos encontrados dentro do próprio lote; a necessidade de ter a própria produção como componente importante no consumo familiar; a incorporação do interesse pela comercialização dos produtos, tudo isso ganhou força a partir daquelas reuniões, passando a constituir-se como elementos consideravelmente presentes no cotidiano daqueles camponeses a partir das discussões realizadas. Naquele contexto, a mandala – principal formulação de Willy Pessoa – responderia à necessidade de materializar aqueles princípios assumidos, viabilizando uma produção livre de agrotóxicos e de queimadas, além de suficiente para alimentar a família camponesa e gerar um excedente a ser comercializado.

A mandala pode ser definida como um sistema produtivo que tem como base a produção interativa de hortaliças, outros tipos de cultura e animais de pequeno porte em canteiros posicionados em forma de círculos concêntricos em torno de um reservatório de água. A partir deste reservatório é bombeada a água que serve para irrigar os nove canteiros que o circundam por meio da irrigação por microaspersão e gotejamento. Neste reservatório são criados peixes, cujos dejetos (ricos em nitrato) tornam a água ainda mais propícia à irrigação. Animais de pequeno porte, como marrecos e patos, são criados em torno do reservatório central, em uma área cercada por uma tela de arame, que limita o acesso desses animais aos canteiros concêntricos, onde são produzidos os alimentos. O controle de pragas, em casos de ocorrência, é realizado mediante aplicação de defensivos naturais e biofertilizantes fabricados artesanalmente tendo como base os recursos encontrados no interior da própria unidade produtiva. De acordo com as orientações de Willy Pessoa, os três primeiros canteiros circulares devem ser cultivados com hortaliças para o consumo da família. Os cinco círculos sucessivos (do quarto ao oitavo) devem ser cultivados com culturas comerciais. O nono círculo deve ser cultivado com “cerca viva”, para proteger a mandala de vento e também de polinização externa (MARCOS, 2005, p. 8).

Inicialmente, logo após as discussões realizadas em 2002, foram construídas cinco mandalas experimentais no assentamento Acauã, onde os camponeses puderam avaliar a viabilidade daquele sistema produtivo, fazendo ajustes e adaptações. Entusiasmados com os

resultados, solicitaram recursos e obtiveram o apoio do INCRA para a construção de mais 58 mandalas no interior daquele assentamento¹⁶³.

A disseminação das mandalas em Acauã gerou um problema associado ao consumo de água, tendo em vista a necessidade de manter os reservatórios abastecidos para viabilizar a irrigação dos canteiros. Isto porque a construção das novas mandalas fez crescer consideravelmente a demanda hídrica tornando urgente a aquisição de um motor com grande potência destinado a bombear a água de um açude¹⁶⁴ localizado nas dependências do assentamento até a agrovila, onde estavam localizados os reservatórios. O resultado foi um aumento vertiginoso dos custos com energia no interior do assentamento, levando aqueles camponeses a acumularem uma dívida que superou os R\$ 30.000,00. Isto culminou em um corte temporário dos serviços de energia do assentamento. Após uma negociação, os assentados conseguiram parcelar a dívida, comprometendo-se a pagar um total R\$ 680,00 por mês. Em julho de 2008, enfim, a dívida foi quitada. Diante desta realidade, a produção nas mandalas sofreu um forte impacto, tendo decaído continuamente¹⁶⁵.

Com o declínio da produção nas mandalas, vários camponeses transferiram a produção das hortaliças dos fundos de quintal – onde, até então, estava concentrado o cultivo desses alimentos – para as áreas úmidas de várzea (popularmente conhecidas naquela região como “baixiu”), na margem do rio Piranhas. Nessa transição, permaneceram certos princípios – assumidos na época de apogeu das mandalas – que constituiriam as bases para o desenvolvimento daquilo que passou a ser posteriormente qualificado como *agroecologia*, tanto naquele assentamento, como em diversos outros daquela região. Entre estes princípios

¹⁶³ Em 2003, sob coordenação de Willy Pessoa, surge a *Agência Mandalla DHSA*, tendo como objetivo “gerar transformações sociais a partir da democratização do conhecimento e fomento ao desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis” (Informação disponível em: <http://www.agenciamandalla.org.br>. Acesso em Abr./2010). Desde o seu surgimento, esta entidade contribuiu para a criação de vários projetos ligados à “agricultura sustentável” em dezoito estados do Brasil, resultando no recebimento de diversos prêmios e em constantes aparições de integrantes da Agência em programas televisivos de abrangência nacional, a exemplo do “Globo Rural”. Atualmente, a *Agência Mandalla* recebe o apoio da PepsiCo, uma das maiores empresas do ramo alimentício do mundo; e, curiosamente, da Bayer CropScience, empresa alemã internacionalmente conhecida como grande potência no ramo da produção e comercialização de agrotóxicos.

¹⁶⁴ Trata-se de um açude abastecido pelas águas do *canal da redenção* que cruza o assentamento. Este canal transpõe a água do Açude do município paraibano de Coremas para Sousa, sendo parte integrante do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa – PIVAS. O uso da água do referido canal, por parte dos camponeses do Assentamento Acauã, não é permitido pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, o que tem gerado conflitos que resultaram em protestos e mobilizações pelo direito de acesso à água. Para maiores detalhes sobre as disputas relativas ao uso da água no entorno do *canal da redenção*, cf. Lima (2009).

¹⁶⁵ Atualmente, a produção nas mandalas em Acauã é consideravelmente limitada, mantendo-se em poucas unidades produtivas e, ainda assim, de forma bastante diferente daquela concepção proposta por Willy Pessoa. Observando estas diferenças, Tavares (2006, p. 44) afirma que “os canteiros não são circulares, mas em geral se adaptam às condições do terreno e de espaço no lote; o tanque onde a água é armazenada não obedece ao padrão atual proposto pela Agência [Mandalla], no que se refere ao seu tamanho, em alguns casos à sua forma de círculo, em outros à sua localização”.

pode-se destacar: o uso de defensivos naturais e biofertilizantes como recurso para o controle de pragas/doenças nas culturas e fertilização do solo; opção pelo plantio, próximo aos canteiros, de “plantas repelentes”, que afastam os insetos indesejados; uso de “cobertura morta” para diminuir a incidência solar sobre as culturas e a perda de umidade do solo; interesse pelo plantio de fruteiras e árvores; oposição às queimadas enquanto uma forma de manejo agrícola; objeção ao uso de agrotóxicos. Nesta perspectiva, cabe reiterar que apesar de vários insucessos e dificuldades que caracterizaram o desenvolvimento das mandalas no assentamento Acauã, dessa experiência frutificaram conquistas importantes que continuam vivas até o momento atual. Apontando algumas dessas conquistas, Socorro Goveia afirma:

A mandala trouxe essa riqueza pra gente, primeiro da mudança do hábito alimentar, onde a gente introduziu a hortaliça e outras culturas na alimentação da gente. Aqui no Sertão, tinha os mais conhecidos, o alface, coentro, pimentão, cebolinha. Então, com as mandalas a gente foi introduzindo outras culturas, como a berinjela, acelga, espinafre. Então a gente começou a consumir tudo isso. Foi muito importante, porque melhorou a saúde da comunidade. Aqui na comunidade com quase 600 pessoas, você não vê doenças, até as mais recentes, como a dengue, não tem. Tem todo um controle. Dificilmente você vê as pessoas com diarreia. A doença mais comum é a gripe mesmo, que tem a ver com clima, poeira, frio... aí as pessoas adoecem, mas a gente não vê crianças doentes, desnutridas, a gente não percebe isso depois da mudança do hábito alimentar. Com a vinda das mandalas, outra mudança é que dentro dos nossos muros não tinha fruteiras, hoje todo mundo tem fruteiras, você vê de cinco a dez fruteiras em cada casa. Isso é muito importante também para a alimentação¹⁶⁶.

O depoimento revela que as transformações advindas da introdução das mandalas no assentamento Acauã atingiram simultaneamente as esferas da *produção* e *consumo*. Nota-se que o consumo de alimentos que até então não faziam parte da dieta daqueles camponeses é um resultado de mudanças no próprio processo produtivo, isto é, constitui-se como um fruto da incorporação de novas culturas à produção agrícola, tais como a berinjela, acelga e o espinafre. Com a produção dessas culturas, “então a gente começou a consumir tudo isso”. Os efeitos decorrentes das mudanças no hábito alimentar das famílias são valorizados e dizem respeito, em especial, à melhoria da saúde dos camponeses no interior do assentamento (“você não vê doenças”). Destaca-se ainda o forte incentivo ao plantio de fruteiras, cujo produto – junto com as hortaliças – passou a integrar a alimentação daqueles assentados.

Os resultados positivos decorrentes da adoção das mandalas em Acauã estimularam assessores da CPT e da CAAASP, junto com o próprio Willy Pessoa, a promoverem a difusão

¹⁶⁶ Socorro Goveia (CPT-Sertão), Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

daquela experiência para outros assentamentos do Sertão Paraibano. Neste processo, os princípios agroecológicos passaram a ser divulgados com entusiasmo para os camponeses de diversos municípios daquela região. Tais princípios já estavam consideravelmente sedimentados nos discursos de agentes da CPT e CAAASP após 2002, sendo este um resultado do contato de vários deles com o trabalho empreendido em torno das feiras agroecológicas então já existentes em municípios das mesorregiões do Agreste e Mata Paraibana. Deste modo, em 2003, a produção agroecológica no Sertão – tanto através das mandalas, quanto de forma independente delas – já não era uma exclusividade de Acauã, tendo já se desenvolvido em outros assentamentos, especialmente em Santo Antônio, Frei Damião e Valdecir Santiago, localizados em Cajazeiras, e Bartolomeu I, de Bonito de Santa Fé. Tendo vivenciado diretamente este processo, o camponês José Alves da Silva, mais conhecido como Zé Felix¹⁶⁷ afirma:

No começo mesmo, eu não tinha o conhecimento e as pessoas que estavam à nossa volta trabalhavam com química e até ensinavam a trabalhar com química. Aí, no desenvolver da nossa luta, a CPT muito empolgada com nosso trabalho, toda vida ela teve interesse em ajudar, aí começou incentivando para que a gente começasse trabalhando organicamente, por causa que a química tava matando, como de fato, quem mais mata hoje é a química, né? Aí, a partir daí, nós começamos a trabalhar organicamente, começamos preparando o solo e fazendo os defensivos naturais mesmo, pegando da própria planta. Para que a gente chegasse ao ponto de descobrir, assim, fizemos visitas de intercâmbio para João Pessoa, Campina Grande, Recife, eu tive em Santa Catarina, em uma festa de semente. Nessas visitas foram discutidas muitas coisas. É uma troca de experiências que a gente tem. A gente tem um encontro com as outras áreas e isso é, como a gente diz, uma troca de experiência que a gente tem¹⁶⁸.

Observa-se que o processo de adesão à agroecologia, neste caso, se definiu mediante alguns momentos específicos. No primeiro deles, a CPT encarregou-se de apresentar os males causados pela “química”, isto é, expor os prejuízos decorrentes da aplicação dos agrotóxicos no processo produtivo, bem como do consumo dos produtos “envenenados”. Em seguida, estabeleceram-se estratégias para constituir um caminho distinto daquele até então predominante, isto tendo se realizado através do recurso às experiências acumuladas em

¹⁶⁷ O Sr. Zé Félix é, atualmente, o principal fornecedor de hortaliças para a feira agroecológica de Cajazeiras. Sua experiência com a agroecologia é considerada exemplar, motivando a realização de diversas visitas de camponeses e estudantes em sua unidade produtiva, bem como a elaboração de boletins informativos sobre seu trabalho (cf., por exemplo, o Boletim “Experiência de produção de hortaliças agroecológicas dos agricultores Zé Félix e João Bosco – Assentamento Bartolomeu I – Bonito de Santa Fé/PB”, 2006 – Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

¹⁶⁸ José Alves da Silva (Zé Félix) (Feira Agroecológica de Cajazeiras), Assentamento Bartolomeu I, Bonito de Santa Fé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

outros lugares, recorrendo-se às visitas de intercâmbio. Após a “troca de experiências”, resultado de tais visitas, o passo seguinte foi o de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, começando a trabalhar “organicamente”, dedicando-se à “preparação do solo”, fabricação de defensivos naturais, “pegando da própria planta”. Esse processo de incorporação e prática dos princípios agroecológicos se intensificou de forma mais ou menos simultânea naqueles assentamentos acompanhados pela CPT-Sertão e CAAASP, em meados de 2002, resultando em um aumento significativo na diversificação da produção e na própria oferta de produtos oriundos daquelas unidades produtivas. Isto deslocou a questão da circulação dos alimentos agroecológicos para o centro das discussões, reconhecendo-se de antemão a necessidade de constituir canais de comercialização direta, superando assim a dependência aos atravessadores. É importante ressaltar que nesse mesmo período, na Paraíba, as feiras agroecológicas já eram uma realidade em João Pessoa, Lagoa Seca e Campina Grande, contando inclusive com o apoio da CPT, no caso das feiras de João Pessoa, e da ASA (que também já tinha forte relação com aqueles camponeses do Sertão), no caso das demais. Sob tais condições, restava àqueles camponeses *conhecer* as experiências referidas, *avaliar* sua viabilidade e, se consideradas um caminho de interesse, *realizar* algo semelhante, colocando os conhecimentos em prática.

Neste sentido, o primeiro passo dado foi o da criação da *rede de cultivos agroecológicos* em 2003, tendo como objetivo articular camponeses interessados em desenvolverem-se no campo da produção e comercialização agroecológica no Sertão Paraibano. Esta forma de articulação foi mobilizada tendo como referência o processo organizativo das outras redes então já existentes naquela região: *rede água*, *rede sementes* e *rede educação*. A constituição da *rede de cultivos agroecológicos* abria um novo horizonte de questões a serem resolvidas e estratégias a serem configuradas por parte daqueles camponeses, já articulados em torno de outras demandas incorporadas a cada uma das redes já efetivadas. Ao mesmo tempo, diante deste novo desafio que surgia, os envolvidos com a *rede de cultivos agroecológicos* valeram-se da experiência adquirida e, alicerçados na estrutura de organização existente, mobilizaram-se para aprofundar as discussões sobre a agroecologia e, por fim, criar meios para estabelecer a primeira feira agroecológica do Sertão da Paraíba.

Tendo participado ativamente da constituição da *rede de cultivos agroecológicos* e da articulação em torno da comercialização da produção agroecológica no Sertão, em sua fase inicial, Socorro Ferreira, integrante do assentamento Santo Antônio, importante liderança da CPT daquela região, detalha esse processo:

Pensamos em vender... de alguma forma montar um espaço de venda. A gente pensou na prefeitura. E eu fiquei insistindo, insistindo, insistindo. Convoquei uma reunião com toda a comunidade, fizemos uma discussão, a gente já tava morando no assentamento. E quem tinha mandala? Nova, Deíde e Lúcia, mas tinham outras pessoas que tinha produção, que produzia agroecológico no assentamento que podiam implementar essa idéia. Aí ficamos. Eu fiz uma primeira reunião, aí disseram: “não dá certo”. Fiz outra reunião, aí disseram, “não dá certo”. Aí eu digo: “vamos fazer o seguinte, vamos experimentar... Eu vou articular dez famílias de Cajazeiras, dessas dez famílias a gente pede para eles fazerem uma lista do que gostariam de receber e a gente mostra uma estratégia de entrega”. Aí fizemos isso¹⁶⁹.

Socorro Ferreira complementa ainda que, entre os clientes contatados, estavam “as pessoas mais próximas da gente, que já faziam trabalho de assessoria à CPT, da cidade de Cajazeiras”¹⁷⁰. O transporte dos produtos a serem comercializados, no primeiro momento, era feito através de uma moto guiada pelo próprio esposo de Socorro Ferreira. Aquela produção agroecológica que era vendida ainda era limitada – fruto do trabalho de alguns camponeses do assentamento Santo Antônio – e o transporte dos produtos até Cajazeiras era feito de forma voluntária, o que acabou enfraquecendo o processo de entrega dos alimentos, naquele período. A opção seguinte foi, diante das dificuldades, improvisar a entrega através de uma bicicleta¹⁷¹, o que não agradou muito os clientes, já que as verduras eram danificadas pelas precárias condições de transporte. Foi então que a CPT-Sertão elaborou um projeto que buscava consolidar uma estrutura para uma comercialização fixa, assumindo as despesas com o transporte da produção. Naquele momento, os camponeses receberam também o apoio da Cáritas e do Banco do Nordeste, além da própria prefeitura de Cajazeiras, que disponibilizou um espaço fixo para os produtos serem comercializados. Além daqueles camponeses de Santo Antônio, passaram a participar do processo de constituição da feira agroecológica alguns assentados de Acauã, Frei Damião, Valdecir Santiago e Santo Antônio. Com o propósito de fortalecer a proposta que estava em construção, foram realizadas visitas de intercâmbio em outras feiras agroecológicas paraibanas, entre as quais a feira agroecológica da UFPB, como conta Deíde, uma das integrantes da *rede de cultivos agroecológicos*:

Foi muito bom. A gente foi lá, chegamos aqui encantadas. Socorro [Ferreira] planejou a feira, aí disse: “vamos visitar a [feira agroecológica] de João

¹⁶⁹ Maria do Socorro Ferreira (CPT-Sertão), Assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹⁷⁰ Maria do Socorro Ferreira (CPT-Sertão), Assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹⁷¹ A partir deste momento a entrega passou a ser feita por um irmão de Ana Cleide Gomes Pessoa, mais conhecida como Nova (Assentamento Santo Antônio), uma das participantes da feira agroecológica até os dias de hoje. O uso da bicicleta como um veículo para a entrega dos produtos, naquele momento, deveu-se ao fato de o novo responsável pelo transporte da produção não saber pilotar motos.

Pessoa”, aí a gente foi. Ele também foi. Zé Felix é um rapaz lá de Bartolomeu, ele tá na feira também, aí Zé Felix tinha muito produto nesse tempo, aí Socorro disse, “Zé Felix, leva o alface pra apresentar lá”, aí Zé Felix levou uma trouxa de alface, pois ele não vendeu todinha lá em João Pessoa? Nós ficamos doidas. Naquele tempo a gente não tinha muita produção assim, aí quando ele saiu com aquela trouxa desse tamanho dentro do ônibus a gente disse, “menina, esse homem é doido, esse homem é leso, levar uma trouxa de alface desse tamanho pra João Pessoa, a gente vai só olhar a feira de lá, num tá vendo que ele num vai vender uma coisa dessa”, pois ele num vendeu todinho?¹⁷²

Como é possível notar, os efeitos desta *visita de intercâmbio* foram mais positivos do que o esperado por aqueles camponeses. Se, inicialmente, a intenção era “só olhar a feira de lá”, a sugestão trazida por Socorro Ferreira – aquela de levar alface para ser vendido em João Pessoa – mudaria a própria dinâmica do evento: agora os participantes poderiam *experimentar* aquela nova forma de comercializar os produtos e avaliar com maior clareza a viabilidade daquela experiência. O resultado foi entusiasmante. A venda de toda a produção transportada para João Pessoa pelo Sr. Zé Félix, naquele dia, instigou bastante os camponeses, estimulando-os a darem continuidade àquele processo que estava em construção. Foi então que no dia 28 de Novembro de 2003 foi realizada a primeira feira agroecológica do Sertão Paraibano, em Cajazeiras, nas dependências do açougue público do município, local onde a mesma funciona até o presente momento.

As primeiras feiras realizadas não foram tão animadoras, especialmente em razão das vendas, que ficaram bem abaixo das expectativas. Foi preciso muita perseverança dos camponeses para manter os esforços necessários à permanência da comercialização dos produtos. Neste sentido, um episódio, relatado abaixo por Deíde, é considerado emblemático por vários camponeses que pudemos entrevistar¹⁷³, sendo mobilizado enquanto um exemplo elucidativo das dificuldades daqueles momentos iniciais de implantação da feira agroecológica de Cajazeiras:

No início, uma semana era ruim, a outra era boa, mas eu produzia bem pouquinho no início. Teve duas semanas que eu vendi só onze reais. Aí Socorro Ferreira disse, “Deíde vai desistir”, aí ela disse com ela mesma, “Ai, meu Deus... se fosse comigo, eu num ia mais não”. Um dia ela disse aqui, “Deíde, você é muito corajosa”, eu digo “por quê?”, “porque você foi pra feira, duas semanas seguidas, apurar onze reais”. Aí minha menina pequena foi e disse “Socorro, se mainha tivesse ficado em casa ela não teria ganhado

¹⁷² Aldeíde Pedro de Araújo (Deíde) (Feira Agroecológica de Cajazeiras), Assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹⁷³ Este mesmo episódio nos foi relatado por Emanuelle Alves (CPT-Sertão/Assentamento Frei Damião), Socorro Ferreira (CPT-Sertão/Assentamento Santo Antônio), além da própria Deíde (feira agroecológica de Cajazeiras/Assentamento Santo Antônio), em entrevistas realizadas em Jul./2008.

nem um real, como ela foi pra feira ela ainda ganhou onze”. Ela disse que foi uma lição pra ela, porque a menina pequena, nova, pensar nisso e ela já naquela idade, desestimulada. Aí no início foi complicado, mas depois tinha semana que a gente apurava sessenta, setenta, cem reais. Aí tinha semana que diminuía de novo, tinha semana que aumentava. Ainda hoje é assim. Tem semana que a gente apura muito, tem semana que a gente apura pouco. É porque teve uma época que a gente tinha cinquenta e dois produtos na feira, era muita coisa que a gente tinha. É porque não é só horta, a gente bota tudo. Bota ovo, bota galinha, peixe, tudo. Batata, banana, coco, goiaba, o que tivesse a gente levava pra feira¹⁷⁴.

A iminência da desistência permeou os primeiros passos daqueles camponeses com a feira agroecológica de Cajazeiras, até que – aos poucos – as vendas cresceram e o processo de comercialização foi se consolidando. O estímulo para a continuidade daquela experiência foi trazido pelas palavras de uma criança, razão pela qual se constituiu como uma “lição” para todos aqueles que estavam desestimulados pelas dificuldades. Apesar da instabilidade que continuou a se fazer presente, os momentos de crescimento nas vendas compensaram o descrédito inicial em relação à viabilidade da feira agroecológica, como exemplifica a própria Deíde, mais experiente:

A gente não tinha aquela fé. Porque tudo no mundo você tem que se dedicar. Isso é em tudo no mundo, é numa fábrica, é numa empresa, isso é em tudo no mundo. Você tem que se dedicar de corpo e alma. Aí, você leva hoje uma mercadoria, amanhã não vem, “não, isso não sai...” É assim mesmo, rapaz! Se hoje não vende, amanhã vende e você vai compensando aquele dia que você não vendeu¹⁷⁵.

Deste modo, a feira agroecológica de Cajazeiras continuava a ser realizada semanalmente, todas as sextas-feiras, desde a sua inauguração. Em 2004, entretanto, uma crise importante interferiu diretamente na dinâmica daquela feira, reconfigurando significativamente sua estrutura. Isto se deu em decorrência do fim do apoio cedido pela CPT ao transporte dos produtos, até então mantido por esta entidade. Naquele contexto, alguns dos camponeses que comercializavam na feira não possuíam uma produção suficiente para gerar uma arrecadação capaz de arcar de forma satisfatória – em sua própria avaliação – com os custos de transporte, agora sob a responsabilidade dos camponeses-feirantes. Isto obrigou vários deles a retirarem-se da feira, tendo saído do grupo aqueles integrantes dos assentamentos Valdecir Santiago, Frei Damião e Acauã, mantendo-se à frente daquela feira

¹⁷⁴ Aldeíde Pedro de Araújo (Deíde) (Feira Agroecológica de Cajazeiras), Assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

¹⁷⁵ Aldeíde Pedro de Araújo (Deíde) (Feira Agroecológica de Cajazeiras), Assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

Nova, Alzenir e Deíde, de Santo Antônio, e o Sr. Zé Felix, de Bartolomeu¹⁷⁶. Este último dirige-se de Bonito de Santa Fé até Cajazeiras, semanalmente, viajando cerca de 50 km, tendo como propósito comercializar sua produção. Deíde, junto com o seu marido, adquiriu um carro através do qual são levados à feira, todas as semanas, os produtos a serem vendidos aos consumidores. Neste caso, as despesas com combustível e motorista¹⁷⁷ são divididas entre a mesma, Nova, Alzenir e aqueles produtores agroecológicos do assentamento Santo Antônio que apenas enviam seus produtos através dessas feirantes. Enquanto isso, ao contrário daqueles camponeses de Valdecir Santiago e Frei Damião, que optaram naquele momento – diante da situação adversa – pela não continuidade da comercialização direta através da feira, os assentados de Acauã decidiram não mais comercializar em Cajazeiras, como antes faziam, mas criar uma feira agroecológica semelhante àquela que já participavam, em seu próprio município, Aparecida-PB. É nestas condições que nasce mais uma feira agroecológica no Sertão Paraibano.

A feira agroecológica de Aparecida (ver Foto 6) é realizada semanalmente, aos domingos, no mesmo dia, horário e local da feira-livre do município. Atualmente, além de doze camponeses do assentamento Acauã, compõem a feira dois produtores do recém criado assentamento Veneza, também localizado em Aparecida¹⁷⁸. O transporte dos produtos é realizado de forma individual, através de bicicleta, motos, caminhonetes e carros particulares.

¹⁷⁶ Parte da produção destes camponeses é comercializada também aos sábados, expostos em uma barraca armada na Rua Desembargador Boto, no centro de Cajazeiras. Neste dia, os produtos são ofertados por Nova, Alzenir e Deíde, todas residentes em Santo Antônio.

¹⁷⁷ Atualmente, o responsável pelo transporte dos feirantes e produtos para o local de comercialização é o filho de uma das integrantes da feira.

¹⁷⁸ Tratam-se de Francisco Fernando Filho e Antônio Tavares, que participam da feira desde 2008. Ambos residem em lotes vizinhos e sua produção agroecológica é realizada em sistema de parceria, dividindo-se os esforços com o trabalho no processo produtivo e o dinheiro arrecadado na comercialização dos produtos. Em entrevista realizada em Jul./2008, estes camponeses afirmaram que o interesse pela agroecologia cresceu após o incentivo da CPT, que viabilizou a sua participação em cursos, oficinas e visitas de intercâmbio. Ao mesmo tempo, afirmam que foi importante o apoio de outros produtores de Acauã, a exemplo de Alex Goveia, que os alertou para os riscos relativos ao uso de agrotóxicos e chamou a atenção para a importância da produção agroecológica.

Foto 6 – Feira agroecológica de Aparecida. Fonte: Trabalho de Campo – Jul./2008.

Os camponeses de Acauã estão organizados em torno de uma associação denominada Núcleo de Produtores Agroecológicos do Assentamento Acauã – NUPAC, através da qual são discutidas questões relativas à produção agroecológica, à feira, e aos demais canais de comercialização utilizados¹⁷⁹. Os alimentos agroecológicos oriundos de Acauã são produzidos a partir das mandalas, na várzea do rio Piranhas e na beira do *canal da redenção*.

A história do processo de formação das feiras agroecológicas do Sertão Paraibano, assim como a de todas as demais feiras aqui mencionadas, demonstra que o encurtamento da distância interposta entre produção e consumo revela-se um processo prenhe de desafios. Constituídas as feiras agroecológicas, as adversidades não deixaram de se fazer presentes, restando aos camponeses instituir estratégias destinadas à superação de novos obstáculos, antes desconhecidos: transporte dos feirantes e dos seus produtos aos locais de venda direta, planejamento da produção, manutenção de uma oferta satisfatória de produtos aos clientes, acesso a recursos financeiros/crédito, etc. Deste modo, se a *organização* foi um campo fundamental nos primeiros passos das feiras agroecológicas, servindo como meio para a conquista dos novos espaços para a comercialização da produção camponesa, mostra-se, pois, bastante relevante também após sua consolidação: se antes se tratava de formar as feiras agroecológicas, agora o desafio é *mantê-las* em funcionamento. Nesta perspectiva,

¹⁷⁹ Além da feira agroecológica é comum a realização de entregas diretas nas casas dos consumidores, tanto na cidade, quanto em comunidades próximas ao assentamento. Atualmente aqueles camponeses fornecem parte de sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, abastecendo escolas e outras instituições públicas do município.

reconhecendo a importância da esfera organizativa para as feiras agroecológicas, analisaremos mais detidamente esta questão no capítulo seguinte, destacando alguns mecanismos mobilizados pelos camponeses e assessores técnicos com vistas à sustentação das feiras agroecológicas paraibanas inseridas no nosso estudo.

CAPÍTULO 3

URDINDO ELOS, CONSTRUINDO COESÃO: A QUESTÃO ORGANIZATIVA NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS PARAIBANAS

Eu acredito que isso é um formato de união para a sociedade, eu vejo isso como um sistema de união.

Luiz Damázio de Lima.

A idéia de que as feiras agroecológicas podem ser interpretadas enquanto manifestações concretas de *insubordinação camponesa* é merecedora de atenção. Isto porque implica a delimitação de uma perspectiva determinada no tratamento do fenômeno analisado, o que exige explicitações e justificações quanto ao ponto de vista assumido. Neste prisma, torna-se imprescindível investigar de forma mais detida o *processo organizativo* das feiras agroecológicas estudadas, entendendo-se que o conjunto das atividades inseridas neste âmbito representa, mais claramente, o esforço coletivo direcionado ao alcance dos objetivos compartilhados pelos camponeses em questão. Deste modo, as atividades constitutivas da esfera de organização das feiras agroecológicas apresentam-se como variáveis relevantes ao entendimento destas experiências de comercialização, especialmente por revelarem mecanismos orientados à solidificação de laços de solidariedade e de coesão entre os camponeses. Interessa-nos aqui, portanto, identificar e analisar estes mecanismos tendo como objetivo a compreensão da realidade das feiras agroecológicas estudadas, bem como das expectativas dos camponeses e assessores técnicos em relação a esta realidade. Assim, consideramos possível contemplar estes propósitos através da investigação de alguns importantes elementos articulados nos seguintes itens: *regimentos, reuniões e assembléias; boletins informativos; visitas de intercâmbio; cursos/oficinas de capacitação*; e, por fim, *encontros*.

Regimentos, reuniões e assembléias

Temos como propósito aqui apresentar elementos que nos indiquem *como* são firmados os limites entre aquilo que é e o que não é considerado agroecologia pelos camponeses e assessores técnicos. Em outras palavras, pretendemos identificar algumas das variáveis que compõem os preceitos assumidos como referência para as práticas agrícolas realizadas por esses camponeses e quais os mecanismos que são utilizados para afirmar a viabilidade e importância de tais preceitos diante daqueles que não utilizam a agroecologia como referência. A elaboração de uma oposição em relação aos que não tomam a agroecologia como referência fundamental para as práticas ligadas à agricultura está intimamente ligada ao mecanismo de auto-regulação das práticas agroecológicas apoiado nos regimentos internos e mesmo por uma *postura agroecológica*, construída por meio das freqüentes discussões. Não são todos os grupos de camponeses que trabalham com a

agroecologia na Paraíba que possuem uma formalização jurídica, uma *associação*¹⁸⁰ e, portanto, um regimento interno. Entre as feiras agroecológicas paraibanas que estão no âmbito do nosso estudo, a feira agroecológica de Cajazeiras-PB¹⁸¹ é a única que não está, até o momento, organizada no modelo *associativo*. No entanto, essa feira está inserida na *Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano* (tendo também a participação dos integrantes da feira agroecológica de Aparecida-PB). Observemos algumas particularidades associadas a este processo organizativo:

- Elas [as feiras de Cajazeiras] têm um perfil jurídico ou funcionam como articulação?

EMANUELLE ALVES - Infelizmente como articulação. A gente está lutando pra ver... principalmente a rede de cultivos [agroecológicos], para transformar em uma associação, a Ecosertão, do jeito que existe a Ecoborborema, Ecovárzea, Ecosul, porque a gente fortalece a articulação em um nível local, mas também estadual. Para não ser um trabalho isolado, mas trabalhar junto com o pessoal do Litoral, da Borborema, fazer essa ligação.

- As redes têm algum regimento?

EMANUELLE ALVES - Assim, a gente até pensou em fazer essa coisa de regimento interno, estatuto, mas como a gente tava na luta de fazer a Ecosertão, a gente deixou mais pra frente... “Vamos discutir, vamos debater vamos trazer pessoas que entendam de agroecologia, vamos tentar desenvolver esse trabalho”¹⁸².

Transformar-se em uma *associação* é considerado um meio através do qual se estabelece uma aproximação junto aos demais grupos agroecológicos no estado, é colocar-se como *igual* no plano organizativo-institucional. Neste sentido, se constituir como *associação* ajuda a “fortalecer a articulação em um nível local, mas também estadual”. Nas palavras da entrevistada, sair do “isolamento” é um dos objetivos da busca pelo estabelecimento de uma associação das feiras do município de Cajazeiras-PB. Neste caso, não se trata de viabilizar a construção de uma concepção de agroecologia por meio de um regimento, já que essa concepção pode ser construída através da discussão, debate e através do contato com “pessoas que entendam de agroecologia”. É interessante notar que é exatamente no Sertão paraibano, região onde se encontram as feiras agroecológicas acima citadas, o local onde há uma maior

¹⁸⁰ Questionados sobre as razões que justificaram a escolha pelo modelo *associativo* ao invés do *cooperativo*, os entrevistados afirmaram que a segunda opção detém uma maior burocracia. Não temos conhecimento, até o momento, da existência de nenhuma *cooperativa* diretamente ligada à agroecologia na Paraíba.

¹⁸¹ Tal como dito no Capítulo 2, p. 101, em Cajazeiras são dois os pontos de comercialização agroecológica existentes, tendo como participantes os mesmos feirantes, integrantes dos assentamentos Santo Antônio (Cajazeiras) e Bartolomeu I (Bonito de Santa Fé).

¹⁸² Emanuelle Alves, CPT-Sertão, Assentamento Frei Damião, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em jul./2008.

mobilização dos mecanismos de afirmação da agroecologia (circulação de boletins informativos, visitas de intercâmbio, encontros regionais, etc.). A presença desses mecanismos nas experiências que envolvem direta e indiretamente as feiras agroecológicas parece tornar secundário, neste caso, o regimento interno como referência a ser seguida para a construção da agroecologia. Essa referência é, inclusive, dispensável, como fica claro nas palavras da entrevistada:

E a gente disse, vamos desenvolver esse trabalho da forma que a gente tem... Vamos pesquisar, vamos perguntar, e a gente foi fazendo isso. Socorro [Ferreira] já tinha uma linha mais aprofundada, dona Déide, dona Nova, foram trazendo coisas novas pra gente, mas já tinha muitas discussões, muitas experiências lançadas da AS-PTA e das formações dos colégios* também, porque quando a CPT ia fazer as formações, aí levava mais experiências pra gente e quando a gente começou a discutir na rede [de Cultivos Agroecológicos], é importante ter um regimento interno, mas não é tão importante pra gente discutir isso, não é seguir roteiros, mas seguir uma dinâmica, porque a agroecologia é uma imensidão de coisas, uma imensidão de sub-temas. Se você for tentar explicar a agroecologia, não consegue. Ela é infinita. Ela tem uma linha de trabalho belíssima, que quanto mais você produz, você trabalha com a agroecologia, mais você tem amor por ela. **Não é aquela coisa de hortaliças, de não colocar veneno, mas é o trabalho que você tem cotidianamente dentro de casa, o respeito que o pai e a mãe têm com o filho e o filho tem com o pai e a mãe, com o vizinho, respeito com os animais, cuidar bem daquela terra, ter todo um cuidado, ter toda aquela preocupação com o consumidor**, não é aquilo: “vou produzir algo de qualidade para a minha família e para o consumidor não vou”, tem toda uma paixão, toda uma dedicação que cada produtor agroecológico ele tem. Não é aquela coisa, “eu vou cumprir metas, vou cumprir regras, vou ter que fazer isso porque fulano de tal impôs”, não¹⁸³ (Grifo nosso).

As experiências pessoais de alguns dos envolvidos com a agroecologia na região foram utilizadas para consolidar uma visão de conjunto. O conhecimento acumulado por outras entidades, a exemplo da ASA e da AS-PTA, também foi fundamental para constituir um referencial que possibilitasse ao grupo “seguir uma dinâmica”, não simplesmente “roteiros”. O depoimento acima expressa uma idéia de que não são exatamente os mesmos caminhos das outras *associações* que se espera seguir, mas caminhos diferentes, com um ritmo diverso no passo-a-passo, para se chegar aos objetivos, estes sim compartilhados. Nas palavras da entrevistada, não adianta ter um roteiro a ser seguido, já que a “agroecologia é uma imensidão de coisas, uma imensidão de sub-temas”, não é algo objetivo o suficiente para ser adequadamente assimilado mediante o cumprimento de “regras”. Agroecologia não se

* O termo “colégios” diz respeito aqui às instituições de ensino onde são realizados os cursos técnicos ligados à agricultura na região.

¹⁸³ Emanuelle Alves (CPT-Sertão), Assentamento Frei Damião, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em jul./2008.

reduz ao racional, “quanto mais você produz, você trabalha com a agroecologia, *mais você tem amor por ela*”. Nessa concepção, a agroecologia é algo além da produção agrícola sem agrotóxicos, ela compõe uma cosmovisão fundamentada em valores como o *respeito*, *dedicação* e *preocupação* em relação à terra, ao ambiente, à família, vizinhos, clientes, etc.¹⁸⁴. Por esta razão, na opinião da entrevistada, é considerado secundário o uso do regimento, enquanto referencial para a prática agroecológica: ele é limitado para dar conta de apreender a “imensidão de coisas” que constitui a agroecologia.

A cosmovisão agroecológica, que tem como referência no seu conteúdo o *respeito*, *dedicação* e *preocupação* (em relação à terra, ao ambiente, à família, vizinhos, clientes, etc.), está presente também nos depoimentos de vários dos camponeses das feiras agroecológicas paraibanas que possuem uma organização no formato *associativo*¹⁸⁵. Nos documentos de regulação das práticas dos membros das associações (principalmente no regimento interno), essa cosmovisão é *parcialmente* traduzida. Essa “tradução”, embora parcial, configura-se como um *referencial mínimo*¹⁸⁶ para esses camponeses, mais um mecanismo de afirmação das práticas agroecológicas. Neste sentido, no nosso modo de ver, não é simplesmente o pertencimento a uma *associação* que dissolve uma visão “mais ampla” da agroecologia, mas a *limitação* das práticas agroecológicas às determinações dos seus documentos regulatórios. Em outras palavras, a redução da agroecologia a uma dimensão meramente jurídico-institucional, através das associações, implicaria no distanciamento desses camponeses de uma visão mais “ampla” da agroecologia, mas a implantação das *associações* não significa que essa redução se realizará.

Além de aglutinarem princípios a serem seguidos, os documentos de auto-regulação das *associações* têm um papel de definir *procedimentos* a serem utilizados em momentos de

¹⁸⁴ Parece-nos evidente uma importante relação entre a cosmovisão agroecológica, aqui descrita, com certos princípios e valores comumente atribuídos ao cristianismo católico. Em grande medida, isto se deve ao fato de que a agroecologia, na Paraíba, passou a ser assumida como uma das frentes de atuação da Igreja Católica, através de agentes pastorais e padres ligados à CPT, fundamentalmente a partir dos últimos anos da década de 1990. Como resultado, configurou-se uma forte unidade entre o discurso pastoral e o agroecológico, onde ambos, por vezes, passam a se referenciar mutuamente, alimentando uma prática com princípios norteadores comuns.

¹⁸⁵ São cinco as *associações* de camponeses que trabalham com a agroecologia atualmente em funcionamento na Paraíba. Na região da Mata Paraibana, as quatro feiras agroecológicas existentes estão organizadas em três *associações*: *Ecovárzea* (feira agroecológica da UFPB), *Ecosul* (feira agroecológica do Bessa), *Prohort* (feiras agroecológicas dos Bancários e Valentina). Na região do Agreste, as feiras agroecológicas (incluindo a feira regional, em Campina Grande, que faz parte do nosso estudo) constituem a *Ecoborborema*. No Sertão, a produção e comercialização agroecológica é organizada a partir do *Nupac*, da qual faz parte a feira agroecológica de Aparecida-PB.

¹⁸⁶ A idéia de que esses regimentos constituem um *referencial mínimo* está sustentada na concepção de que, embora a redução das práticas aos seus marcos regulatórios possa ser considerada uma *limitação* de uma visão mais “ampla” da agroecologia por alguns camponeses (a exemplo da entrevistada Emanuelle Alves), as práticas que respeitarem os limites impostos por esse documento serão consideradas agroecológicas.

transgressão das regras básicas assumidas como consenso pelos grupos. Os regimentos internos das associações foram construídos com base nos documentos de outras associações que trabalham com a agroecologia, resultado do contato estabelecido com outros camponeses e entidades através das visitas de intercâmbio. As adaptações realizadas e as regras presentes foram votadas em assembléia, o que dá legitimidade ao documento perante os grupos¹⁸⁷. Explicando a função do regimento interno no âmbito do processo organizativo das feiras agroecológicas, Luiz Damázio afirma:

Quando um grupo passa a se organizar, juridicamente ou não, ele tem o regimento, tem o estatuto, mas tem o regimento que é muito mais popular, é muito mais da prática diária. Então, dentro do regimento, por exemplo, Cleibson só pode participar da feira agroecológica se ele produzir, né? Só pode comercializar se ele realmente produzir. Se Cleibson não tá produzindo nada, então ele não tem o direito de participar dessa feira. Mas se ele produz uma parte do produto, aí tem outro produto que ele pegou de fora, que ele não produziu. Não é permitido, porque qual a garantia que Cleibson vai dar para o cliente, desse produto? Então, se ele não atender a essa regra, ele vai ser advertido verbalmente, se ele não atender ele vai ser advertido escrito e na terceira vez ele pode até ser suspenso e expulso. Então, esse é um exemplo de outros. **Porque o regimento precisa ser cumprido. Se a gente descumpre, a gente tá quebrando aquilo mesmo que nós decidimos, que nós organizamos. Então, é fundamental que o regimento seja visto como a determinação do trabalho, né?**¹⁸⁸ (Grifo nosso).

A legitimidade da aplicação de sanções punitivas aos membros que transgrediram as regras é justificada, como fica claro no depoimento acima, pelo “acordo” realizado em torno do cumprimento dos princípios contidos no regimento. Sendo o resultado de um *consenso*, o regimento “precisa ser cumprido”, já que, de outra forma estaria sendo “quebrado” aquilo que o grupo “decidiu”, que o grupo “organizou” como sendo “a determinação do trabalho”. Neste sentido, o desrespeito ao regimento é visto como uma negação ao próprio grupo, como algo que afeta diretamente cada um dos membros integrantes. De forma geral, a partir dos regimentos são normatizados procedimentos e critérios associados à aparência dos produtos, horários de início e término de feiras, exclusividade de comercialização entre produtores agroecológicos, assiduidade na participação em reuniões e nos dias de realização de feiras,

¹⁸⁷ O contato com os “documentos de regulação” de outras entidades já existentes mostrou-se algo relevante na criação das associações das feiras agroecológicas estudadas. Na Paraíba, o regimento interno da feira agroecológica da UFPB foi amplamente utilizado pelos camponeses das demais feiras agroecológicas enquanto referência para definição de seus regimentos. Os integrantes da feira agroecológica da UFPB, por sua vez, valeram-se do regimento da *Rede de Agroecologia Ecovida*, trazido do município de Santa Maria pelos membros desta feira, após uma visita de intercâmbio realizada em 2001. Para maiores informações sobre a *Rede Ecovida*, cf. o site www.ecovida.org.br (acesso em Mar./2009).

¹⁸⁸ Luiz Damázio de Lima, feira agroecológica da UFPB, Assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

entre outras questões. De fato, a transgressão de tais regras/princípios é suficiente para provocar discussões e debates importantes em assembleias e reuniões¹⁸⁹. Entretanto, nenhuma “falha” é comparável, em termos de gravidade, ao uso de agrotóxico no processo produtivo entre os camponeses ligados às feiras agroecológicas paraibanas. Isto porque é em torno do princípio da produção sem veneno que *todos* os grupos que constituem as feiras agroecológicas da Paraíba convergem. A flexibilidade no tratamento de uma falta dessa dimensão implicaria no distanciamento do conteúdo assumido como referência pelos próprios camponeses: o grupo deixaria de ser agroecológico. Neste sentido, a atitude transgressora de um indivíduo é entendida como uma afronta ao grupo, já que poderia ter implicações drásticas para todos os seus membros se, por exemplo, essa transgressão fosse descoberta por um cliente, que responsabilizaria não o indivíduo infrator, mas toda a feira pelo ocorrido. Para um exemplo de como essa questão é tratada, observemos as palavras da entrevistada:

A questão dos conflitos, eu acho que não existe não. Os conflitos que existem, o pessoal bota pra fora logo, o pessoal que sai das regras, né? Que foge aos limites. **Tem o regimento interno e o principal lá é produzir agroecologicamente na sua área, né? Não só no plantio das hortaliças, mas na produção de um modo geral**¹⁹⁰ (Grifo nosso).

Entendendo *conflito* como sinônimo de *transgressão* no interior do grupo, a entrevistada deixa claro que o principal papel do regimento é regular a produção agroecológica, entendida como atividade agrícola livre de agrotóxicos, e que o descumprimento dessa regra, ou seja, estar fora dos “limites”, tem como consequência a imediata expulsão. A radicalidade da medida punitiva deriva do seu caráter “exemplar”, onde o transgressor é publicamente reconhecido como alguém que comprometeu a integridade do grupo e a própria legitimidade das práticas por ele articuladas. O processo que culmina, no limite, na expulsão de algum dos membros de um grupo é desgastante (já que corresponde a um momento de reconfiguração de uma *unidade* ameaçada) e interfere consideravelmente na dinâmica interna das relações estabelecidas entre o “acusado” e os camponeses, técnicos, representantes de entidades, etc.

Para que a expulsão se realize é preciso que as “testemunhas” manifestem-se publicamente, em assembleia, convencendo os demais integrantes em relação à procedência da acusação. O processo que resulta na expulsão de um camponês considerado um

¹⁸⁹ Utilizaremos “reunião” como um termo para designar de modo mais genérico os diversos momentos utilizados para a discussão coletiva de questões associadas às feiras agroecológicas (assembleias, reuniões pós-feira, reuniões de avaliação anual, etc.).

¹⁹⁰ Socorro Goveia, feira agroecológica de Aparecida, assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em jul./2008.

transgressor não está livre de julgamentos morais, qualificações pessoais, e outros mecanismos de localização social que afetam diretamente a reputação do indivíduo na comunidade, dentro do grupo e no interior da própria família. Entendemos, por outro lado, que ocorrem também modificações consideráveis nas relações sociais estabelecidas no interior do próprio grupo (daqueles outros membros não diretamente envolvidos, entre si) após um caso de *acusação pública* dirigida a um dos membros. Isto é claramente exposto nas palavras do assessor técnico da AS-PTA, ao falar sobre o processo de “fiscalização” empreendido pelos próprios camponeses e do momento em que suspeitas de desvios de conduta tornam-se públicas:

Olhe, isso no início é complicado... Porque eles começam a dizer que um tá vigiando o outro, né? Então, fica todo mundo de orelha em pé, mas assim é uma coisa que hoje tá bem melhor. Ainda existe algumas resistências, principalmente daqueles agricultores que já têm o perfil mais de comerciante, entendeu? Então, pra esses agricultores, pra eles é meio difícil, porque eles sabem que os vizinhos todos sabem o que ele tá produzindo e o que ele tá trazendo, o que não é dele, que é do vizinho. Então fica todo mundo de orelha em pé. A gente já teve vários casos aqui de, por exemplo... inclusive a gente já teve o caso de ser expulso da feira, porque o camarada... e aí num foi nem na assembléia geral, foi o próprio grupo. Foi um grupo lá de Alagoa Nova, de vários agricultores daqui, então eram dez agricultores que faziam a feira aqui, então começaram a desconfiar do camarada e começaram a observar o horário que ele vinha pra feira, onde ele entrava... e um certo dia eles pegaram esse agricultor na CEASA, pegando produto. Então, imediatamente chamaram uma reunião deles lá do município e o sindicato tava presente e tiraram o camarada da feira. Ele disse “mas eu não tava comprando, eu tava levando produto...”, aí disseram “tava comprando que a gente viu”. Aí o cara saiu. Já teve desses casos aqui, entendeu? Aí quando eles começam a ter suspeita, começam a observar. Não falam pra ninguém. **Então, cada um que fique observando o outro, entendeu? Então, isso gera confiança também do grupo, né? Porque assim, se o cara tiver aqui e tiver com mal intenção, ele sabe que não vai adiantar. Então eles começam a botar os pés no chão. Se eles tiverem pensando que vêm pra cá pra ganhar dinheiro e superfaturar em cima dos outros, ele é quem vai se dá mal, porque tem toda uma articulação**¹⁹¹ (Grifo nosso).

Ao se dispor a fazer parte de uma feira agroecológica, seja mandando produtos, seja produzindo e comercializando, o camponês aceita se submeter a um processo de fiscalização realizado internamente, pelos vizinhos, pelos demais membros do grupo. É a eficiência desse mecanismo fiscalizador que faz com que os camponeses sintam-se “vigiados” e fiquem “de

¹⁹¹ Diógenes Fernandes, Pólo Sindical da Borborema, Campina Grande-PB, em entrevista concedida ao autor em Jun./2008.

orelha em pé”, pois se tiverem “mal intencionados” serão descobertos e imediatamente expulsos¹⁹².

Os camponeses que comercializam a sua produção nas feiras agroecológicas sentem-se ainda mais fiscalizados, pois são “vigiados” no processo produtivo e também nos momentos de realização da feira. Neste caso, se o camponês-feirante estiver ofertando, em sua banca, um produto que os vizinhos sabem que ele não produziu, este alimento é entendido como sendo de procedência duvidosa, cabendo a suspeita de que o feirante esteja “atravessando” a produção de desconhecidos, o que não dá garantia para o grupo da procedência agroecológica do produto comercializado. Como fica evidenciado nas palavras do entrevistado, são os vizinhos que garantem o bom andamento do processo – a eliminação das pessoas que não estão “bem intencionadas” – através de um cuidadoso e silencioso mecanismo de controle sustentado pela observação¹⁹³. O caso de expulsão relatado expõe todo o desdobramento do processo de fiscalização, desde a suspeita, passando pela observação do trabalho, chegando à concretização da acusação e a imediata expulsão do membro infrator. O “horário que ele vinha pra feira”, por “onde ele entrava” foram considerados aspectos que indicavam a resistência do feirante em expor os produtos para os demais camponeses. Querer “esconder” a produção é um indício de que os produtos foram comprados e, portanto, não produzidos pelo próprio camponês. Na opinião do entrevistado, esse mecanismo de fiscalização “gera confiança do grupo”, já que garante a eliminação dos indivíduos que estão pretendendo “ganhar dinheiro e superfaturar em cima dos outros”. Estes vão “se dar mal” porque existe uma “articulação” que neutraliza as transgressões com eficiência.

As assembleias e reuniões são importantes momentos de definição da postura dos grupos, de seus limites, bem do nível de rigidez no tratamento dos desvios e dos descumprimentos das normas. É por meio dessas reuniões e assembleias que atitudes individuais dos membros revelam a postura dos grupos, entendidos como síntese do conjunto de práticas, posturas, valores e concepções sobre a agroecologia de cada um dos indivíduos que o compõem. Por esta razão, nos momentos das reuniões e assembleias, as relações entre os camponeses do grupo são tensionadas, chegando ao limite da dissimetria interna, afetando

¹⁹² De acordo com Agnes Heller (1992, p. 90), “A sociedade humana tem a propriedade essencial de que o caráter público das ações influi nas próprias ações. O comportamento global dos homens transforma-se quando eles estão colocados diante do público, diante de seus olhos e diante de seu julgamento; os homens, nesses casos, adotam uma 'postura' num sentido redundante. Isso se deve, em parte, ao fato de que – colocado no meio público – o homem sente mais intensamente o dever de representar a humanidade, de dar exemplo”.

¹⁹³ Dois principais elementos, presentes nos relatos dos camponeses entrevistados, levantam suspeitas em relação ao uso do agrotóxico na produção. O primeiro deles é *cheiro do veneno*, facilmente sentido pelos vizinhos no momento da aplicação. O segundo diz respeito ao manejo agrícola no período da noite, prática considerada incomum e que, por esta razão, gera a desconfiança dos demais membros do grupo.

freqüentemente a própria idéia que o grupo tem sobre sua *união*, sobre a sua *unidade*. A cada momento de tensão, a *união* e a *unidade* entre os participantes são colocadas à prova, sendo ao mesmo tempo considerados importantes requisitos àquilo que se apresenta como principal razão de ser destes eventos: identificar e solucionar *o que está errado*¹⁹⁴. Neste processo, busca-se “mostrar que o grupo é unido e tem força de realizar o projeto”¹⁹⁵, mantendo “os participantes organizados, dando continuidade à experiência”¹⁹⁶, e, assim, “tomar as decisões que resolvem as coisas”¹⁹⁷.

Por sua própria dinâmica, as reuniões e assembléias acabam por se definir também como momentos educativos, chegando a ser entendidas “como uma escola: aprendizagem”¹⁹⁸, servindo para “adquirir mais experiência e conhecimento com os outros”¹⁹⁹, “aprender mais coisas e se informar”²⁰⁰ e, indo mais além, constituindo-se como “um conhecimento que a gente aprende: aprender a união e a força”²⁰¹. Nesta perspectiva, para os camponeses que participam das feiras, mais do que um momento de transmissão de *informação*, a reunião “é um processo de *formação* que gera autonomia no grupo”²⁰², possibilitando aos participantes terem “novos conhecimentos e uma organização, um sistema de vida”²⁰³. Adicionalmente, sendo a principal instância de deliberação das feiras agroecológicas, as assembléias formalizam uma rede de solidariedade que pode ser mobilizada em momentos emergenciais. Isto porque, é nas assembléias onde os participantes decidem ou se informam acerca de ofertas eventuais de aportes financeiros, na forma de empréstimos, para membros dos grupos das feiras. Nesta perspectiva, os camponeses dispõem do “fundo de feira”, uma espécie de

¹⁹⁴ Embasamo-nos aqui em informações obtidas através da aplicação de questionários com camponeses-feirantes. Neste caso, buscamos identificar, na concepção dos entrevistados, qual a principal importância das reuniões e assembléias, requisitando que os mesmos justificassem suas respostas (Cf. Questão 21, Anexo 1 – Questionário).

¹⁹⁵ Daniel Lopes Rodrigues, feira agroecológica da UFPB, assentamento Dona Antônia, Conde-PB, em questionário aplicado em Dez./2009.

¹⁹⁶ Marcos Antônio T. de Oliveira, feira, feira agroecológica da UFPB, assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB, em questionário aplicado em Set./2009.

¹⁹⁷ Rosiane Barbosa da Cruz, feira agroecológica do Valentina, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

¹⁹⁸ Gabriel Luiz da Silva Neto, feira agroecológica da UFPB, assentamento Boa Vista, Sapé-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

¹⁹⁹ Marta Lúcia F. da Silva, feira agroecológica regional de Campina Grande, sítio Lagoa de Gravatá, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁰⁰ Aldeíde Pedro de Araújo, feira agroecológica de Cajazeiras, assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁰¹ Hiolanda Maria Albuquerque de Souza, feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbu-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁰² Luiz Damázio de Lima, feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

²⁰³ Paulo Ferreira de Oliveira, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio Alvinho, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

“Fundo Rotativo Solidário”²⁰⁴ – de administração coletiva – ao qual se pode recorrer em tempos de necessidade: reposição de insumos, sementes ou materiais necessários à produção agrícola familiar; transporte de camponeses-feirantes doentes para hospitais e viabilização de tratamento médico de algum envolvido com a feira agroecológica (ou parentes)²⁰⁵, por exemplo.

Este conjunto mais ou menos difuso de expectativas e experiências associadas às reuniões e assembléias incide de diferentes formas sobre as opiniões que os camponeses têm acerca de sua própria união, tracejando posições, por vezes, ao mesmo tempo afirmativas e relativistas em relação a esta questão, algo que pode ser notado, por exemplo, no depoimento abaixo:

Esse grupo da feira é muito unido, sabe? Claro, tem alguns momentos que é igual a um casal. Sempre tem o “pega-pra-capar”. Aí a gente diz: “a roupa suja a gente lava em casa”. **Porque as roupas sujas a gente lava nas assembléias. Lá é onde tudo acontece. “Quer me dizer algo? Não vai me dizer aqui não, vai me dizer na reunião... na reunião a gente conversa”**²⁰⁶ (Grifo nosso).

Reunir é empreender um esforço para o (re)estabelecimento da *unidade*. Trata-se, essencialmente de um momento de arranjo das contradições internas de modo a constituir um conjunto articulado de propostas e objetivos compartilhados. É nas reuniões que se resolvem as crises. É lá que os problemas ganham visibilidade. Por esta razão “sempre tem o ‘pega-pra-capar’”, “porque as roupas sujas a gente lava nas assembléias”. Os desentendimentos, denúncias, encaminhamentos, propostas, são intencionalmente “guardados” para o dia das assembléias e das reuniões²⁰⁷ (“na reunião a gente conversa”).

Observemos abaixo um trecho de uma entrevista junto aos membros da coordenação da feira agroecológica da UFPB, no assentamento Padre Gino-PB²⁰⁸. Os depoimentos confrontam opiniões que articulam as *reuniões* com a concepção de *união* dos entrevistados:

²⁰⁴ Tal como definido por Carvalho (2008, p. 162), trata-se de um importante “mecanismo alternativo de financiamento, administrado por grupos informais e associações comunitárias”. A autora ressalta que o Fundo Rotativo Solidário “aparece como forma de crédito mais próxima de alimentar a perspectiva agroecológica, já que ela permite que cada grupo possa gerir seus recursos, mantendo-os circulando na própria comunidade”.

²⁰⁵ Exemplo apresentado por Severino Ramos da Silva, feira agroecológica da UFPB, assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁰⁶ Diógenes Fernandes Pereira, Pólo Sindical da Borborema, Campina-Grande-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

²⁰⁷ A periodicidade das assembléias (por vezes chamadas de “reunião”) pode variar de feira para feira, sendo, em geral, bimestral. Para a resolução de casos extremos, como aqueles referentes às denúncias por uso de agrotóxicos, são realizadas *assembléias extraordinárias* (fora das datas previstas).

²⁰⁸ Após participarmos de uma reunião da coordenação da feira agroecológica da UFPB, aproveitamos a presença de alguns camponeses e realizamos uma entrevista no formato de *grupo focal*, abordando aspectos

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA (SR. ZIZO) - Dentro da união, nas assembléias e nas reuniões sempre **tem as discussões que é pra consertar, que é muito importante pra o nosso trabalho, pra os nossos objetivos**, né? E é por isso que nós estamos aí, levando a frente o nosso trabalho, porque em todo trabalho que você tiver e não existir a união, ele não vai a lugar nenhum. **A união é feita pra nós vivermos dentro do grupo**, pra que se leve mais a frente, porque nós nunca paramos, nós temos que trabalhar pra crescer, aumentar e aumentar. **Porque nosso objetivo é só crescer e aumentar e sem a união a gente não tem nosso desenvolvimento e nosso crescimento dentro do nosso trabalho**²⁰⁹.

- Aproveitando o que o Sr. Zizo falou, eu queria saber o que vocês acham das divergências que existem às vezes dentro das reuniões, como é que vocês enxergam tudo isso... as divergências, as opiniões contrárias.

JOÃO RODRIGUES DA SILVA (JOÃO GUERRA) - A gente aceita isso, porque toda reunião existe os prós e os contras. Então quando a gente começa as reuniões, existem aquelas divergências. A gente vê isso como uma crítica construtiva, **porque elas servem pra consertar os erros e também como um conhecimento e como uma experiência pra gente saber quem são as pessoas também que têm um bom senso, que se prevalece sempre ao lado do bem e ao lado... contrário, né? Tem gente que, tudo bem, fica do lado contrário, né? mas no fim se conserta...** a gente leva isso como uma crítica construtiva. Né, Luizinho? Brigam, mas no fim tá tudo em paz, tudo beleza²¹⁰.

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA (SR. ZIZO) - Quando a gente fala das divergências que a gente tem nas nossas discussões, elas são, como João falou, pra consertar um ponto errado que tem. Aí tem gente que pensa, quando vê e participa das discussões, lá da universidade, os professores, os alunos, que têm muito contato com a gente e a gente tem muito contato com vocês, aí diz “rapaz, tá tendo briga...”, não. As discussões são pra colocar os pontos nos “is”, que é pra consertar e colocar as coisas pra frente. **As discussões que nós temos dentro das nossas reuniões e nas nossas assembléias, ali dentro se acaba. Tem que ser ali, porque ali é pra consertar as coisas erradas que têm. A gente num vai discutir as divergências dentro de uma assembléia que é pra quando sair, eu ficar com raiva de João, João sair com raiva de mim, não. A gente discute e ali dentro nós vamos brigar mesmo, mas por quê? Pra consertar as coisas erradas que tem**²¹¹.

LUIZ DAMÁZIO DE LIMA - Na verdade, nem todo mundo é santo. Na família, onde deveria ter mais o processo de união, tem umas brigas danadas. Então, isso entende-se como normal. Agora, claro que depende do processo disciplinar que se tem, do regimento que tem que ser cumprido, até pra manter o processo de união pra ter o processo de crescimento da organização. Mas eu

referentes à organização, produção e comercialização no ponto de vista daqueles que ocupam algum cargo de liderança da feira citada.

²⁰⁹ José Antônio da Silva (Sr. Zizo), feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jun./2008.

²¹⁰ João Rodrigues da Silva, feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jun./2008.

²¹¹ José Antônio da Silva (Sr. Zizo), feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jun./2008.

acho que **as assembléias que não têm isso, não crescem... não crescem. Eu tenho isso como crescimento**²¹² (Grifo nosso).

Um consenso entre os camponeses é a idéia de que as discordâncias, divergências, embates, presentes nas reuniões têm um objetivo central: consertar o que está errado. Neste sentido, um grupo *unido* é aquele que possui uma menor quantidade de coisas a serem consertadas, o que resulta em menos divergências internas. As discordâncias são manifestações dos pontos fracos e revelam a tentativa de manutenção da própria *união* do grupo²¹³. A apresentação das contradições nas reuniões, das idéias em conflito, revela a crise, cuja resolução é o (re)encontro com a *unidade*, então ameaçada. Nesse processo crítico de busca da *unidade* dos grupos, os indivíduos são julgados pelas suas atitudes, posturas, comportamentos, personalidade, valores, etc., em um jogo de avaliações morais que (des)qualificam os membros com base na forma de inserção no grupo e capacidade de se adequar aos princípios agroecológicos, tomados como referência. Desta forma, aqueles que não respeitam as regras, que não possuem o compromisso esperado pelo grupo – que comprometem o bom “desenvolvimento do trabalho” – chegam a ser considerados do “lado contrário” ao do bem.

Os momentos críticos e a própria tensão não são considerados como uma externalidade, algo que venha a surpreender os participantes. Pudemos observar em algumas assembléias que há uma espécie de estado de *tensão legitimada*, isto é, um tipo de crise entre participantes tolerada e entendida pelo grupo como parte do processo. Nesta *tensão legitimada*, os envolvidos na discussão podem estar sujeitos também à críticas pessoais, ironias e chacotas, cabendo-lhes a capacidade de se defender e demonstrar boa retórica. Posicionamentos apaziguadores, entretanto, também se fazem presentes, frequentemente mobilizados por aqueles encarregados pela boa condução das discussões nas reuniões e assembléias²¹⁴. A *intimidade* entre os membros do grupo é uma importante variável na definição do que é ou não considerado normal nessas discussões, definindo limites entre o

²¹² Luiz Damázio de Lima, feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jun./2008.

²¹³ Um dos depoimentos destaca a importância de se discernir as divergências presentes nas reuniões das “brigas”, principalmente para aqueles que vêm da universidade, que muitas vezes não entendem que essas discussões são para “colocar os pingos nos ‘is’”. O termo “briga” aparece logo abaixo, nas palavras de outro camponês que afirma que, no caso das reuniões, os membros do grupo “brigam, mas no fim tá tudo em paz, tudo beleza”.

²¹⁴ Tal como observado por Erving Goffman (2004, p. 19): “Uma interação pode ser propositadamente estabelecida como oportunidade e lugar para enunciar diferenças de opinião, mas em tais casos os participantes devem ter o cuidado de concordar em não discordar quanto ao tom de voz conveniente, vocabulário e grau de seriedade com que todo argumento deve ser exposto, e quanto ao mútuo respeito que os participantes discordantes devem cuidadosamente continuar a expressar uns para com os outros”.

tolerável e o ilegítimo; entre uma simples discussão e uma briga, sinônimo de desavença (que pode levar a uma ruptura). Acreditamos que é a dificuldade na definição de tais limites que torna incômoda a presença de alguém de “fora”, que pode assimilar a dinâmica de uma reunião de forma equivocada, do ponto de vista dos participantes, interpretando um simples debate (“para colocar os pingos nos ‘is’”), como uma “briga”.

Boletins informativos

Ter o nome estampado em um documento de divulgação de experiências agroecológicas é muito mais do que ser reconhecido como um agente promotor de práticas agrícolas bem sucedidas na agricultura. Trata-se de ser visto como alguém que tem iniciativa para inovar, inventar, experimentar, alguém apto a utilizar os limitados recursos que dispõe para transformá-los por meio do trabalho em resultados. Um lugar privilegiado para a exposição destes resultados são os boletins informativos²¹⁵. Estes boletins – caracterizados por reportagens curtas, em linguagem de fácil acesso e com diagramação organizada geralmente em menos de três páginas, quase sempre ilustradas com fotos – possuem um forte caráter de propaganda, atribuindo uma importância às idéias colocadas em prática pelos próprios camponeses, divulgando experiências realizadas para clientes (nos casos em que se referem às feiras agroecológicas), entidades ligadas à agroecologia e camponeses de outros lugares (o que possibilita a reprodução das experiências), bem como para o próprio Estado, servindo como um documento que torna visível a ação dos grupos de camponeses e entidades, facilitando o acesso a recursos e projetos.

Primeiro [a função dos boletins] é mostrar que a experiência existe, divulgar a experiência, esse é o grande objetivo. E registrar, deixar registrado para daqui há três, quatro, cinco, dez anos, vinte anos, cinquenta anos, pode ser que a CPT nem exista, você tem ali registrado a experiência daquela família. E depois também pode fazer o registro da história e marcar para a família. A família fica muito orgulhosa quando se vê na foto, quando se vê no boletim e pra própria comunidade mesmo, “olha, fulano tá aparecendo no jornalzinho”. Quando você leva eles pra feira e eles vão entregando, “olhe, aqui é minha experiência, vocês podem ver”, então é muito interessante²¹⁶.

²¹⁵ No Alto Sertão e no Agreste Paraibano, é comum que os camponeses que realizam práticas alternativas, baseadas na agroecologia, sejam chamados de *agricultores experimentadores*. Nas regiões citadas, em geral, a confecção dos boletins conta com o apoio principal da CPT, AS-PTA e da ASA. Na mesorregião da Mata, tendo também o apoio da CPT, os boletins são confeccionados a partir de projetos de professores da UFPB que apóiam as feiras agroecológicas da região.

²¹⁶ Maria do Socorro Ferreira, CPT – Sertão, assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em jul. 2008.

O “orgulho” que a família sente ao se ver na foto de um boletim transforma-se em estímulo para a continuidade das experiências realizadas. Do mesmo modo, ao “serem mostrados” publicamente, através dos boletins, os camponeses adquirem o respeito dos representantes de entidades ligadas à agroecologia e conquistam uma série de atributos (disposição para o trabalho, capacidade de mobilizar informação adquirida em cursos ou visitas de intercâmbio, por exemplo), que interferem na sua imagem nos assentamentos rurais e comunidades agrícolas. Ter a experiência “registrada” em um boletim significa aumentar a visibilidade do próprio trabalho e, com isso, passar a ter a oportunidade de expor pessoalmente as experiências em outros lugares. Muito mais do que “se ver”, trata-se de “ser visto” como um agente de transformação, alguém capaz de contribuir com outros camponeses e com a sociedade como um todo.

A exposição de experiências em boletins informativos, além de posicionar os seus protagonistas em uma dimensão pública, demarca ainda limites que definem experiências consideradas exemplares, solidificando “pontos de referência” para as práticas agroecológicas. Trata-se, portanto, de um mecanismo de transmissão de conhecimento fortemente fundamentado na *experiência* concreta de camponeses, reconhecendo-se suas potencialidades, bem como sua capacidade inventiva e transformadora. Isto pode ser notado nos trechos de boletins onde são descritos, pelos próprios camponeses, métodos de preparação de defensivos naturais, biofertilizantes e técnicas de manejo do solo²¹⁷. Nesta perspectiva, é possível, por vezes, encontrar nos boletins um esforço claro orientado para a atribuição de um *sentido político* às experiências camponesas, demarcando-se assim antagonismos alimentados pela própria agroecologia. Um exemplo claro disto pode ser notado em um trecho da matéria “Mandalas: uma prova de que a Reforma Agrária dá certo”, reproduzido abaixo:

Durante muito tempo as elites do sertão paraibano difundiram a idéia de que não era possível produzir alimentos na região sertaneja por causa do clima. Mas a reforma agrária e as novas técnicas de sobrevivência com o semi-árido provaram o contrário. Hoje, além de produzir arroz, feijão, milho, macaxeira, batata doce, hortifrutigranjeiros, bovinos, caprinos e pequenos animais domésticos, os assentamentos Acauã e Santo Antônio produzem hortaliças e verduras para as feiras agroecológicas, através das mandalas. Elas são uma lição de vida, ou melhor, uma filosofia de vida²¹⁸ (Grifo nosso).

²¹⁷ Cf., por exemplo, a seção “De produtor para produtor” de quatro edições do Jornal das Feiras Agroecológicas do Alto Sertão Paraibano, a saber: ano 1, n. 2; ano 1, n. 3; n. 4 e Jul./2006 (Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

²¹⁸ Jornal frutos da terra: jornal das feiras agroecológicas do Alto Sertão paraibano, ano I, n.2, p.2, s/d (Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

Camponeses dos assentamentos Santo Antônio e Acauã, participantes das feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida, respectivamente, são considerados os sujeitos que – através da reforma agrária e das “novas técnicas de sobrevivência com o semi-árido” [sic] – “provaram” que é possível produzir alimentos nessa região. Essa “prova” é, pois, uma resposta às “elites do sertão paraibano”. Neste sentido, as *mandalas* e as “novas técnicas de sobrevivência com o semi-árido” [sic], são o meio pelo qual se revela a viabilidade da reforma agrária, atestada pela produção e oferta de alimentos nas feiras agroecológicas²¹⁹. A demonstração do sucesso obtido valida a conclusão de que a produção agroecológica – muito mais do que um processo *técnico* – é uma “lição de vida, ou melhor, uma filosofia de vida”. Argumento semelhante apresenta-se num outro trecho de outra reportagem da mesma edição do boletim, abaixo citado:

Hoje, os assentados de Acauã e Santo Antônio mudaram de vida por causa das mandalas. **Pessoas que no passado foram humilhados [sic] por seus patrões hoje tiram delas (das mandalas) o sustento do dia-a-dia.** “Aqui era um campo de algodão. Lembro um dia que meu pai comprou uma cabra e o patrão mandou ele vender porque não gostava de animais e ele teve que vender. Ainda lembro desse dia, ele chorou, nunca esqueci disso”, lembrou Alzenir Bezerra, assentada em Santo Antônio, enquanto mostrava sua mandala²²⁰ (Grifo nosso).

Nota-se claramente a referência a dois momentos distintos e contraditórios. O primeiro deles (no tempo em que “aqui era um campo de algodão”) é marcado pela dependência e humilhação dos camponeses diante dos seus patrões. O segundo é caracterizado pela autonomia, pela possibilidade do “sustento do dia-a-dia”. O parâmetro que define a “mudança de vida” de um momento a outro é a mandala e a produção agroecológica, seu fundamento. A exposição do depoimento revela uma transformação da simetria da relação existente no passado, resultado na mudança do próprio *campo de poder*²²¹, tendo como base a composição de um novo panorama, definido pelo domínio do território sobre a perspectiva do trabalho familiar camponês.

²¹⁹ Encontramos uma referência semelhante – onde a produção de alimentos agroecológicos é entendida como “prova” da importância da reforma agrária – em uma publicação do Jornal Correio da Paraíba, de 22/08/2004 (Cf. Anexo 2 – Documentos – Reportagens). Na reportagem intitulada “Experiência exitosa em Pitimbu: agricultores investem no cultivo de produtos agroecológicos para não deixar a terra”, é relatada a experiência da feira agroecológica do Bessa (João Pessoa-PB), organizada por camponeses do Assentamento Apasa, localizado em Pitimbu-PB. A matéria chama a atenção para o fato de que os camponeses, por meio de sua organização, criaram “alternativas para driblar as dificuldades e se manterem na terra”.

²²⁰ Jornal frutos da terra: jornal das feiras agroecológicas do Alto Sertão paraibano, ano I, n. 2, p. 2, s/d.

²²¹ Para uma referência mais precisa ao sentido aqui empregado de *campo de poder*, cf. Raffestin (1993, p. 53), em passagem já apresentada no Capítulo 1, p. 53.

Através dos exemplos analisados acima observamos a relevância de considerar os boletins informativos como um elemento constitutivo do processo organizativo das feiras agroecológicas. Assim sendo, revelam-se também eles enquanto instrumentos mobilizados na configuração de uma *unidade*, isto é, na afirmação de limites nos quais os camponeses estão inseridos. Tal *unidade* é configurada, através dos boletins, mediante a identificação e transmissão de experiências camponesas (“*o quê fazemos*”) e do detalhamento sobre o processo de realização destas experiências (“*como fazemos*”). Desta maneira, expressam como estas experiências são reveladoras de uma posição política/identitária por parte dos camponeses que as realizam (“*quem nós somos*” e “*contra quem estamos*”).

Visitas de intercâmbio

Todas as feiras agroecológicas paraibanas que estão incluídas na nossa análise são o resultado daquilo que os camponeses envolvidos com a agroecologia denominam de “visitas de intercâmbio”. O termo já evidencia a centralidade da *troca* no conteúdo dessas visitas. Quando perguntados sobre “o que é trocado”, a resposta vinda dos camponeses é praticamente a mesma: *experiências*. Trata-se de um mecanismo primordial para a espacialização de informações referentes à agroecologia na Paraíba e sua eficácia é demonstrada pela própria existência das feiras agroecológicas e das demais práticas agrícolas voltadas para a agroecologia: as visitas de intercâmbio se configuram como o ponto de partida, a “semente” da própria agroecologia.

Os problemas que motivaram os primeiros passos com a agroecologia, por parte dos camponeses paraibanos, não são necessariamente os mesmos. Isto significa que as experiências alternativas construídas não serão necessariamente convergentes e, por consequência, não poderão ser avaliadas com os mesmos critérios. No entanto, podem coincidir alguns problemas de uma e de outra região do estado. É isto que justifica a busca pelo conhecimento das alternativas existentes para a superação desses problemas entre os camponeses de diferentes lugares. É nisso que se baseiam as visitas de intercâmbio. Conhecer o problema do outro e a solução elaborada para o seu enfrentamento é ampliar o horizonte de possibilidades do camponês visitante. Trata-se de um redimensionamento do próprio presente mediante o confronto de sua realidade com experiências elaboradas por outros camponeses, a partir de uma vivência passada.

A interação possibilitada pelas visitas de intercâmbio combina muitas vezes o passado do camponês anfitrião e o presente do visitante, onde o último tem a oportunidade de definir

com novos elementos as tentativas de criação de alternativas que poderão mudar o seu futuro. Essa coexistência temporal não anula as especificidades da realidade do camponês visitante, já que é ele quem faz o julgamento de como, por ventura, utilizará a experiência observada, bem como se faz sentido aplicá-la em sua realidade. Entretanto, as experiências não são apreendidas a partir de uma via de mão única. Aquele que transmite suas experiências também aprende, tomando conhecimento em relação às dificuldades e problemas existentes em outros lugares, assimilando novos elementos que podem ser utilizados como referências no próprio futuro. Além disto, receber visitantes interessados em conhecer as alternativas encontradas para a resolução dos problemas é motivo de satisfação para o camponês que apresenta as experiências e para a própria família, tal como pode ser notado a partir das palavras de Emanuelle Alves (CPT – Sertão):

A visita de intercâmbio, você poder ir pra uma área, o agricultor poder falar sua experiência pra trinta, quarenta jovens, **o gosto que a gente tem, sentir na fala dele e no olhar dele a paixão que ele tem de passar pra gente**. Quando a gente volta pra casa a gente fica “martelando” aquelas coisinhas na estrada, no caminho de volta, como aquela experiência pode ser encaixada na nossa área²²² (Grifo nosso).

As visitas de intercâmbio, ao transformarem práticas realizadas em referências, impulsionam a inclusão das experiências agroecológicas particulares em uma *dimensão pública*. Estar disponível para receber visitantes constantemente (o que significa abrir mão freqüentemente de horas essenciais do trabalho na agricultura) é uma característica importante para os camponeses que recebem as visitas. É comum que, inesperadamente, um ônibus cheio de alunos de um curso técnico ligado à agricultura pare em frente à casa de alguns desses camponeses para uma visita não programada. Nessas ocasiões, entretanto, geralmente a recepção se mantém nos padrões de cordialidade esperada de alguém que “aceitou” tornar público o processo de produção dos frutos do seu trabalho.

Se, por um lado, os boletins informativos registram as informações que estão em torno das práticas agroecológicas de alguns camponeses, as visitas de intercâmbio “movimentam” essas informações. Neste sentido, enquanto nos boletins as informações são “congeladas” de modo a ter visibilidade, nas visitas de intercâmbio estas são apreendidas em movimento, através da interação direta entre o camponês visitante e o anfitrião. A aplicação do que foi aprendido por parte do visitante é a própria *vivência* da informação recebida. Tal *vivência*

²²² Emanuelle Alves, CPT – Sertão, Assentamento Frei Damião, Cajazeiras-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008. A entrevistada falava, no trecho destacado, sobre a importância das visitas de intercâmbio para os jovens estudantes de escolas técnicas ligadas à agricultura.

reconfigura o aprendido, gerando *novas informações* passíveis de fazerem parte da mesma dimensão pública que possibilitou a criação de sua base concreta. Espera-se de quem visita a continuidade do processo de *apreensão – aplicação (prática) – divulgação*, possibilitando um aumento no número das experiências ao longo do tempo e um aprimoramento qualitativo das práticas realizadas (na medida em que uma quantidade maior de informações vai sendo mobilizada). Por este caminho, a dimensão pública que contém as experiências agroecológicas é um corpo em contínuo crescimento em seu conteúdo, tornando-se cada vez mais denso, por ser continuamente alimentado por novas informações. Isto não significa, entretanto, que ocorra necessariamente a reprodução das experiências visualizadas nas visitas de intercâmbio por parte dos camponeses visitantes, ou indo mais além, que aquelas experiências aprendidas nas visitas de intercâmbio e, por ventura, colocadas em prática, transformem-se necessariamente em modelos. O que ocorre é que para se introduzir no âmbito da dimensão pública das práticas agroecológicas, ou seja, que os novos “experimentadores” se coloquem entre os camponeses que detêm experiências consideradas modelo, é necessário algo além da simples aplicação das informações recebidas, é preciso que tenham sido alcançados resultados satisfatórios que justifiquem a valorização dessas práticas²²³. Isto quer dizer que é o sucesso da aplicação de informações recebidas em uma visita de intercâmbio que determina que o camponês, que antes era visitante, transforme-se ele também em anfitrião de outros camponeses.

Valendo-nos de informações obtidas através de aplicação de questionários junto a camponeses de feiras agroecológicas paraibanas, podemos afirmar com segurança acerca da existência de um importante processo de circulação de informações/experiências a partir das visitas de intercâmbio. Dos 58 camponeses entrevistados, 46 afirmaram já ter realizado alguma visita de intercâmbio (79%), enquanto apenas 12 disseram nunca tê-las feito (21%). Ao mesmo tempo, 48 alegaram ter recebido visitas de intercâmbio em sua área produtiva (83%), enquanto apenas 10 afirmaram nunca ter recebido visitas dessa natureza (17%). Analisando estes dados de forma mais minuciosa, temos que, dos 58 entrevistados, 40 afirmaram ter tanto recebido quanto realizado visitas de intercâmbio (69%); 8 disseram ter

²²³ Carvalho (2008, p. 164), em sua tese de doutorado sobre o “movimento agroecológico” na mesorregião do Agreste Paraibano, ressalta: “A identidade de experimentador surge relacionada a aquele agricultor que, em geral, tem aceitado a ‘causa da agroecologia’, e que tem buscado inovar em suas práticas de manejo e de convivência com as condições locais. Trata-se de uma identidade que surge, precisamente, a partir dos trabalhos desenvolvidos por organizações como a AS-PTA, o PATAC e outras, e que, de certa forma, também sofre alterações, com a mudança do perfil metodológico da instituição e com o avanço da dinâmica apresentada na região”.

apenas recebido (14%) e 6 apenas realizado (10%). Somente 4 disseram nunca ter nem recebido, nem realizado visitas de intercâmbio (7%).

O fato de 93% dos camponeses entrevistados terem tido algum tipo de experiência com visitas de intercâmbio, *recebendo e/ou realizando*, fundamenta-nos a interpretá-las como um recurso relevante à formação das feiras agroecológicas paraibanas. Isto nos revela a existência de um *fluxo dinâmico e eficiente* de informações fundamentadas essencialmente nas *experiências* dos camponeses. *Dinâmico*, por apresentar-se em franco *movimento*, na medida em que *visitantes* transformam-se com frequência em *anfitriões*; *eficiente* em razão da própria *reprodução* das experiências que tais visitas possibilitam. Ao mesmo tempo, o dado supracitado permite-nos inferir acerca da existência concreta de um rico panorama produtivo entre os envolvidos com as feiras agroecológicas. Em outras palavras, estamos diante de uma “realidade agroecológica” suficientemente relevante para ser transmitida e divulgada entre os camponeses envolvidos com as feiras agroecológicas paraibanas²²⁴.

Através dos questionários aplicados, identificamos 65 diferentes tipos de experiências que foram expostas e/ou visualizadas por meio de visitas de intercâmbio²²⁵. Destacam-se experiências diretamente associadas ao próprio processo produtivo, em especial aquelas através das quais são apresentadas **técnicas “alternativas” de manejo agrícola**: mandalas; cobertura morta; defensivos naturais; compostagem; construção de minhocários e aplicação de humos de minhoca em cultivos; barragem subterrânea; biofertilizantes. Também são citadas experiências constituídas visando fomentar a **reestruturação das unidades produtivas**: reflorestamento; construção de Sistemas Agroflorestais (SAFs); cerca viva; barreira de proteção contra erosão. Algumas das visitas de intercâmbio mencionadas pelos camponeses referem-se ainda à **participação em eventos** (Encontro Paraibano de Agroecologia e Festa da Semente da Paixão)²²⁶; **reuniões** com outros camponeses; **visitas a**

²²⁴ Um dado particularmente emblemático para ratificar a existência desta “realidade agroecológica” é aquele, já citado, segundo o qual 83% dos camponeses entrevistados já *receberam* visitas de intercâmbio, ou seja, foram anfitriões, expondo as experiências agroecológicas realizadas em sua unidade produtiva.

²²⁵ Esta informação deriva de duas questões presentes nos questionários aplicados. A primeira delas visava identificar quais experiências os camponeses que *realizaram* visitas de intercâmbio puderam conhecer (Cf. Questão 14.2, Anexo 1 – Questionário). A segunda buscava levantar quais as experiências *apresentadas* por aqueles camponeses que *receberam* visitas de intercâmbio em seus lotes (Cf. Questão 15.1, Anexo 1 – Questionário). Optamos por analisar as informações relativas às duas questões de forma indistinta, pois entendemos que este procedimento é suficiente para contemplar o objetivo que pretendemos alcançar neste momento: demonstrar a grande diversidade de experiências mobilizadas pelos camponeses através das visitas de intercâmbio.

²²⁶ A participação em eventos/encontros entendida como visita de intercâmbio, por parte dos camponeses entrevistados, resulta de um importante aspecto que atravessa tanto uma quanto outra dinâmica: as “trocas de experiências”. Entretanto, para fins analíticos, cabe considerar tanto as visitas de intercâmbio quanto os encontros/eventos como momentos distintos, portadores de especificidades, a despeito das correspondências existentes entre ambos.

sindicatos e incubadoras ou mesmo a assentamentos rurais, com o propósito de conhecer experiências de associativismo ou de organização de grupos. Citando **outras experiências**, de forma mais genérica, os entrevistados fizeram menção a visitas de intercâmbio a partir das quais puderam ter contato com a produção de flores, girassol, plantas medicinais, amendoim, doces, feijão, macaxeira, queijo, tomate, “cultivos especiais”²²⁷; bem como com a criação de caprinos, abelhas, galinhas e peixes. Foram feitas também referências a **explicações** que foram dadas por outros camponeses (como era a produção de antigamente e como é a atual; como não queimar; como plantar sem veneno; como diversificar a produção) e a momentos específicos de visitas (almoço agroecológico). Experiências de **beneficiamento de produção** também foram citadas (engenho de cana de açúcar e beneficiamento de mamão), somando-se àquelas ligadas a formas de comercialização, como outras feiras agroecológicas e Mercado Central²²⁸.

Quanto à espacialidade das visitas de intercâmbio, mostra-se clara a preponderância de um fluxo intra-estadual de informações/experiências, isto é, observa-se, entre os camponeses paraibanos, a opção dominante pela realização de visitas no interior da própria Paraíba. Certamente, em grande medida, isto se deve às maiores facilidades logísticas de mobilidade para municípios relativamente mais próximos. Ao mesmo tempo, cabe considerar como aspectos importantes, a este respeito, a utilização de contatos já firmados em outras ocasiões e o fervilhar de experiências em curso. Neste sentido, em momentos de interesse, os camponeses se valem de “redes” tecidas anteriormente (encontros de agroecologia, outras visitas de intercâmbio, cursos/oficinas, articulações, confraternizações, etc.), acionando os contatos disponíveis de acordo com as próprias necessidades/interesses (problemas a serem solucionados), oferta de experiências úteis e recursos financeiros disponíveis para possibilitar o transporte dos visitantes.

Com o propósito de dimensionar, de forma panorâmica, o fluxo dos camponeses no que se refere às visitas de intercâmbio, buscamos identificar os municípios visitados pelos integrantes de cada uma das feiras agroecológicas inseridas no nosso estudo. Deste modo, valendo-nos de informações obtidas através dos questionários aplicados, podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, cabe considerar a importância das visitas de intercâmbio realizadas em municípios próximos aos locais de moradia dos visitantes. Pelo que pudemos observar, este recurso é mobilizado por camponeses vinculados a todas as feiras agroecológicas, frequentemente tendo como propósito o contato com experiências de

²²⁷ Culturas de mais difícil produção, a exemplo do tomate e agrião.

²²⁸ Mercado Público de João Pessoa.

integrantes da mesma associação da qual os visitantes participam ou de associações/grupos articulados por uma mesma assessoria. Nota-se esta realidade entre os integrantes das feiras agroecológicas do Sertão Paraibano, assessorados pela CPT e CAAASP: aqueles da feira de Cajazeiras mencionaram ter participado de várias visitas de intercâmbio ao assentamento Acauã, em Aparecida, local onde está localizada a maior parte das unidades produtivas da feira agroecológica deste município; enquanto os feirantes de Aparecida mencionaram, do mesmo modo, visitas realizadas em Cajazeiras (no assentamento Santo Antônio) e Bonito de Santa Fé (no assentamento Bartolomeu I), especificamente nas áreas de produção dos alimentos ofertados na feira agroecológica de Cajazeiras. A referência a visitas de intercâmbio para o contato com unidades produtivas de integrantes da mesma associação/grupo foi observada, por exemplo, entre camponeses da feira agroecológica da UFPB: membros do assentamento Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo, afirmaram ter feito visitas de intercâmbio no assentamento Padre Gino, no vizinho município de Sapé, com o objetivo de conhecer as experiências de outros camponeses vinculados à mesma feira ou ter contato com a estrutura produtiva existente no assentamento visitado²²⁹. Camponeses da feira agroecológica regional de Campina Grande também afirmaram ter participado de visitas de intercâmbio em municípios próximos, em especial: Lagoa Seca, Alagoa Nova, Esperança e Soledade.

Municípios mais distantes, tanto no interior da própria Paraíba, quanto de outros estados, também são visitados pelos integrantes das feiras agroecológicas paraibanas. Alguns assentamentos do Sertão Paraibano, com destaque para Acauã (Aparecida-PB)²³⁰ e Santo Antônio (Cajazeiras-PB), são importantes referências não apenas em âmbito regional, mas também estadual, tendo sido visitados por integrantes das feiras agroecológicas da UFPB e Bessa, situadas no município de João Pessoa. Neste caso, a existência de uma assessoria comum, a CPT, certamente contribui para facilitar o estabelecimento dos contatos necessários para que uma visita deste tipo seja realizada, algo que explicaria, em parte, a ausência de referências a visitas de intercâmbio feitas nos municípios de Cajazeiras e Aparecida por parte dos integrantes entrevistados das feiras agroecológicas do Valentina e Bancários, também sediadas em João Pessoa, mas não assessoradas pela CPT. Estes últimos, por sua vez,

²²⁹ Referimo-nos aqui aos Centros de Apoio à Produção Agroecológica (Cepas), estruturas de produção existentes tanto no assentamento Dona Helena quanto no Padre Gino, servindo de motivação para visitas recíprocas entre camponeses residentes em ambos. Os Cepas foram criados a partir de um projeto desenvolvido pelo Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental (GEA), sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo José Adissi.

²³⁰ Uma menção a Acauã, considerado um “modelo de assentamento em todo o país”, pode ser encontrada no Jornal Correio da Paraíba, 14/11/2004 (Cf. Anexo 2 – Documentos - Reportagens).

mencionaram visitas de intercâmbio realizadas nos municípios paraibanos de Alagoa Grande, Lagoa Seca, Alagoa Nova e nos municípios pernambucanos de Recife (também citado por integrantes da feira agroecológica de Campina Grande), Chã Grande e Glória de Goitá. Este último município também foi mencionado por camponeses da feira agroecológica da UFPB e Bessa. Ainda em Pernambuco, foram visitados Abreu e Lima, por feirantes da UFPB; Ouricuri, por um participante da feira de Cajazeiras; e os municípios de Nova Olinda, Santa Cruz do Capibaribe e Brejo Madre Deus, por membros da feira agroecológica regional de Campina Grande.

Se existe uma conexão importante entre camponeses paraibanos e pernambucanos, suficiente para ter viabilizado várias visitas de intercâmbio, inclusive para destinos diversos, o mesmo não se pode dizer em relação ao também vizinho estado do Rio Grande do Norte. Para este, foi mencionada apenas uma visita, realizada isoladamente por José Alves da Silva (Zé Félix), integrante da feira agroecológica de Cajazeiras, algo que indica um importante afastamento dos camponeses das feiras paraibanas em relação às experiências agroecológicas existentes neste estado vizinho²³¹. Também isoladamente, pudemos identificar visitas de intercâmbio realizadas para estados mais distantes do Brasil e, inclusive, outros países. Neste caso, dois camponeses, entre os entrevistados, assumiram a posição de visitantes: José Alves da Silva (Zé Félix), já citado, e Luiz Damázio de Lima, participante da feira agroecológica da UFPB. O primeiro, além de inúmeras visitas no interior da própria Paraíba e em estados vizinhos, teve a oportunidade de conhecer o município de Anchieta, em Santa Catarina, e Cascavel, no Paraná. Em Anchieta, participou da “Festa das Sementes”, evento que aglutina protagonistas de experiências relevantes no que se refere à conservação e manejo das “sementes da paixão” e, em Cascavel, pôde ter contato com o processo de organização de camponeses acampados deste município, em especial aqueles vinculados ao MST. Por sua vez, Luiz Damázio de Lima visitou o município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, aproximando-se das experiências em agroecologia lá realizadas, cuja influência para a

²³¹ Existem, atualmente, importantes experiências em agroecologia no estado do Rio Grande do Norte. Um exemplo disso são as feiras agroecológicas realizadas nos municípios de Umarizal, Lucrécia e Caraúbas, apoiadas pela *Diaconia*, organização cristã dedicada à “construção solidária da cidadania e a garantia dos direitos humanos da população excluída na perspectiva da transformação social, preferencialmente na região Nordeste do Brasil” (Cf. http://diaconia.org.br/ong/index.php?option=com_content&task=view&id=69&Itemid=281, Acesso em Ago./2010). É importante ressaltar que assim como não identificamos qualquer visita de intercâmbio realizada para o estado do Rio Grande do Norte, por parte dos camponeses paraibanos estudados, também não encontramos qualquer menção a visitas recebidas, pelos paraibanos, de camponeses oriundos do Rio Grande do Norte.

formação da feira agroecológica da qual participa foi decisiva²³². Importante liderança da agroecologia na Paraíba, Luiz Damázio foi o único, entre os entrevistados, que realizou visitas internacionais de intercâmbio, tendo participado do Encontro ibero-americano de Cooperativas, realizado na Venezuela, em 2005, e de visitas em unidades produtivas na Áustria, no mesmo ano, onde também teve a oportunidade de transmitir, em escolas, suas experiências como camponês latino-americano para jovens daquele país. Para uma visualização mais clara dos fluxos de camponeses, aqui descritos, observemos o Mapa 3 (*Fluxo de visitas de intercâmbio realizadas por integrantes das feiras agroecológicas paraibanas estudadas*).

²³² Sobre a influência das experiências agroecológicas de Santa Maria-RS para a formação da feira agroecológica da UFPB, cf. Capítulo 2, p. 75-76.

Fluxo de Visitas de Intercâmbio Realizadas por Integrantes das Feiras Agroecológicas Paraíbanas Estudadas - 1998 a 2010.

A consolidação e circulação de experiências agroecológicas, mediante as visitas de intercâmbio, apresentam-se como um importante suporte para o desenvolvimento e manutenção das feiras agroecológicas, na medida em que: criam condições adequadas para possibilitar aos camponeses a abdicação do uso das técnicas “convencionais” de manejo, como aplicação de agrotóxicos e o recurso às queimadas; viabilizam o aprimoramento do processo organizativo através do estreitamento de vínculos com associações/grupos de camponeses de outros lugares; demonstram a viabilidade prática de certas estratégias para resolução de problemas produtivos, estimulando assim sua reprodução; inserem os participantes em redes/articulações, constituindo-se assim novos vínculos sociais que podem ser mobilizados, no futuro, diante de eventuais dificuldades encontradas; entre vários outros motivos. Por estas razões, sendo as visitas de intercâmbio um importante componente das feiras agroecológicas paraibanas, estas se inserem em sua dinâmica, apresentando-se, assim, como parte constitutiva do processo de *insubordinação camponesa* que visualizamos nesta realidade.

Cursos e Oficinas de Capacitação

As oficinas/cursos de capacitação definem-se como uma dinâmica de transmissão de informações associadas direta ou indiretamente à agroecologia. De maneira distinta das visitas de intercâmbio, fortemente caracterizadas pela “troca de experiências” *entre* camponeses, as oficinas/cursos fundamentam-se como canais estabelecidos entre camponeses e agentes “externos”, geralmente técnicos agrícolas, zootecnistas, professores universitários, extensionistas e funcionários de entidades governamentais e não governamentais que apóiam as feiras agroecológicas. Neste caso, as explicações sobre temas diversos são perpassadas por um caráter mais pedagógico, orientado à transmissão de conhecimentos específicos adquiridos pelos “emissores” – aqueles responsáveis pela oferta das informações – não apenas através da *experiência*, modo de assimilação predominante nas *visitas de intercâmbio*, mas, sobretudo, por meio de uma apreensão mediada por instituições formais de ensino/pesquisa, bem como por entidades ligadas à extensão agrícola. Com efeito, trata-se, predominantemente, de um contato *assessor-camponês*, viabilizando-se o estabelecimento de aproximações dos participantes com um arsenal “exógeno” de conhecimentos técnicos, aplicáveis à sua própria realidade. Assim, parece-nos evidente que os cursos/oficinas apresentam-se como momentos

privilegiados – embora, não exclusivos – de comunicação entre uma perspectiva mais acadêmica²³³ relacionada à agroecologia e à prática camponesa.

Cabe reiterar, entretanto, que não se trata aqui de considerar os cursos e oficinas de capacitação enquanto manifestações de um tipo verticalizado de transmissão de conhecimentos, nos moldes da extensão rural que se desenvolveu no Brasil a partir da segunda metade do século XX²³⁴. Estamos diante de metodologias e características bastante diferentes, apresentando-se, em certa medida, como formas antagônicas de conceber e praticar a extensão agrícola²³⁵. Por um lado, a “extensão difusionista” busca a superação dos conhecimentos, técnicas e práticas de manejo que têm como fundamentação a agricultura camponesa, substituindo-os por uma perspectiva de produção agrícola “moderna”, “economicamente viável”, mesmo que ambientalmente danosa. Por outro lado, a “extensão agroecológica” – na qual se inserem os cursos e oficinas de capacitação que temos mencionado – pressupõe o “pluralismo tecnológico, respeitando as condições do ecossistema local, as necessidades e decisões dos atores envolvidos” (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 5)²³⁶.

Deste modo, o entendimento dos cursos e oficinas de capacitação perpassa a consideração de suas especificidades e, ao mesmo tempo, a identificação de traços comuns com outros mecanismos de afirmação da agroecologia presentes na realidade estudada. Em outras palavras, é importante localizar os cursos/oficinas em um esforço mais amplo em prol da afirmação de práticas e conhecimentos agroecológicos. Uma importante evidência a este respeito, por exemplo, são os aspectos comuns entre tais cursos/oficinas e visitas de intercâmbio. Considerando os temas de tais cursos/oficinas, pudemos identificar uma grande correspondência em relação àqueles das visitas de intercâmbio. Assemelha-se, do mesmo modo, a grande diversidade de tipos de cursos/oficinas. No que concerne ao processo

²³³ Com destaque para a transmissão de conhecimentos técnicos produzidos no âmbito da Agronomia.

²³⁴ Referimo-nos aqui à extensão rural “difusionista” (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 8), cuja referência fundamental é a chamada “agricultura moderna”, tendo como base um discurso científico que fomentou a introdução e desenvolvimento de “tecnologias agroquímicas, mecânicas e novas práticas produtivas, abarcadas pelo que se convencionou chamar de ‘pacotes tecnológicos’. O objetivo era o aumento da produção, da produtividade e da renda, bem como a introdução de uma nova ‘mentalidade’ para o gerenciamento dos recursos naturais na agricultura. Ressaltava-se que as práticas produtivas, ditas como de baixa produtividade, deveriam ser transformadas e ‘modernizadas’, e que, para tanto, os agricultores deveriam usar o incentivo das políticas e dos recursos públicos. Trata-se de um processo que foi associado ao contexto da chamada ‘modernização conservadora’ no Brasil, ou seja, da implementação do desenvolvimento industrial na agricultura” (CARVALHO, 2008, p. 24).

²³⁵ Para uma análise cuidadosa de várias evidências a este respeito, cf. a tese de doutorado de Élvio Quirino Pereira (2004), bem como o trabalho de Fonseca (1985).

²³⁶ De forma mais ampla, o questionamento à perspectiva “moderna” de construção e transmissão de conhecimento tem conquistado espaço no interior das ciências humanas. Destacariamos, a este respeito, por exemplo, Aníbal Quijano (2005); Perry Anderson (2004); Arturo Escobar (2002; 2005); Edgardo Lander (2004; 2005) e Boaventura de Sousa Santos (1995; 2002 e 2005).

produtivo, identificamos, através de questionários aplicados junto aos camponeses de feiras agroecológicas paraibanas, os seguintes cursos: produção de hortaliças; produção agroecológica; defensivos naturais; produção de humos; avicultura; piscicultura; apicultura; biofertilizantes; bovinocultura; planejamento da produção e melhoramento da produção/comercialização. Além destes, foram mencionados ainda cursos mais diretamente relacionados à produção e venda de alimentos prontos: higiene; produção de queijo; reaproveitamento de alimentos; alimentação alternativa; produção de açúcar mascavo e produção de doce. No que se refere à organização política/associativa e gestão econômica da produção, destacam-se cursos sobre: comercialização solidária; meio ambiente (educação ambiental); gênero; associativismo/cooperativismo; custo de produção e administração rural. Por fim, foram citados pelos camponeses entrevistados cursos onde foram veiculadas “informações sobre agrotóxicos” e “cuidados com o solo”.

Esse cabedal amplo e diverso de informações tem um alcance significativamente vasto entre os camponeses das feiras agroecológicas paraibanas: 74% dos entrevistados afirmaram ter participado de pelo menos um desses cursos/oficinas. Entre estes, 48% disseram ter participado de cursos/oficinas *só depois* de ingressar na feira agroecológica da qual participa; 21% afirmaram ter participado tanto *antes* como *depois* de se envolver com a feira agroecológica e apenas 5% *só antes* da feira. Aqueles que *nunca* participaram de cursos/oficinas correspondem a 26% dos entrevistados. De forma mais geral, observa-se uma forte associação entre os cursos e oficinas e o funcionamento/manutenção das feiras agroecológicas paraibanas. Isto porque os temas dos cursos/oficinas alicerçam os camponeses com um aparato significativamente diverso de informações e experiências, contribuindo para a consolidação de práticas relacionadas direta e indiretamente às feiras agroecológicas.

Quanto aos locais nos quais os cursos e oficinas são realizados, identificamos, através de aplicação de questionários, três principais tipos: instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica (UFPB, SESC, SENAR, SEBRAE, SENAC); sede de ONG (AS-PTA), prédio da CPT, igrejas e conventos; unidades produtivas ou de experimentação agroecológica (assentamentos e comunidades rurais).

A participação em cursos/oficinas na UFPB, mais especificamente no Campus do município de Bananeiras – onde funciona atualmente o curso técnico em Agropecuária e o curso superior em Ciências Agrárias –, foi mencionada por camponeses da feira agroecológica

do Bessa. Por sua vez, o envolvimento com cursos no SESC²³⁷, SENAR e SENAC, foi citado apenas por integrantes das feiras agroecológicas do Valentina e Bancários, ambas articuladas pela Prohort. O SEBRAE foi mencionado tanto pelos membros da Prohort, quanto por participantes da feira agroecológica de Aparecida. Os camponeses desta última feira passaram a estabelecer um maior vínculo com a mencionada entidade, localizada em Sousa-PB, em decorrência da implantação das mandalas no assentamento Acauã, a partir de 2002²³⁸, processo que contou com o forte envolvimento de um dos técnicos integrantes do SEBRAE. A sede da AS-PTA, localizada no município de Esperança-PB, foi utilizada como local para a realização de cursos e oficinas para camponeses da feira agroecológica regional de Campina Grande, que se valeram da estrutura ali existente. Foram mencionadas ainda duas escolas como locais de realização de cursos e oficinas: uma delas, localizada em Gramame (João Pessoa-PB), citada por membros da feira agroecológica do Valentina e, outra, por camponeses da feira agroecológica de Campina Grande. É também grande a importância de espaços associados à Igreja Católica (mosteiros, conventos e a própria sede da CPT), enquanto locais propícios à realização de cursos e oficinas. Afirmaram ter realizado cursos nestes locais alguns camponeses das feiras agroecológicas da UFPB (sede da CPT-Litoral, em João Pessoa); Bessa (em igreja), Campina Grande (em convento²³⁹) e Cajazeiras (na sede da CPT-Sertão, também situada no município de Cajazeiras). Por fim, as unidades produtivas (assentamentos e comunidades rurais) são, certamente, os espaços onde são realizados de forma mais frequente os cursos e oficinas de capacitação, pelo que pudemos levantar. Afirmaram ter realizados cursos/oficinas nestes locais integrantes das feiras da UFPB (assentamento Padre Gino, assentamento Boa Vista, Sítio de Guimarães²⁴⁰), Bessa (assentamento Apasa), Valentina (Sítio no “Engenho Velho”²⁴¹), Cajazeiras (assentamentos Santo Antônio e Acauã) e Aparecida (assentamento Acauã).

Nos três tipos de locais indicados como espaços relevantes à realização de cursos e oficinas de capacitação temos aspectos importantes a serem ressaltados. Em relação aos cursos/oficinas realizados em instituições oficiais, consideramos válido destacar,

²³⁷ O SESC Gravatá, localizado no bairro do Valentina, é o principal ponto de apoio para a realização de reuniões e encontros organizados pela Prohort, associação que congrega os camponeses das feiras agroecológicas de Bancários e Valentina.

²³⁸ Cf. p 109 desta dissertação.

²³⁹ Trata-se aqui do Convento Franciscano Puarana, localizado em Lagoa Seca-PB, onde geralmente são realizados os maiores encontros de agroecologia da Paraíba, devendo-se isto à excelente estrutura do prédio, comportando um grande número de participantes.

²⁴⁰ Sobre o Sítio de Guimarães, cf. o capítulo 2 desta dissertação (p. 83).

²⁴¹ Comunidade rural, localizada em João Pessoa, na qual residem alguns camponeses integrantes das feiras agroecológicas do Valentina e Bancários.

particularmente, o papel das entidades de assessoria, não apenas através do envolvimento dos seus agentes com a “causa agroecológica”, mas especialmente enquanto espaços de produção de conhecimentos úteis aos camponeses envolvidos com as feiras agroecológicas. Isto aponta para a apropriação de novos espaços institucionais, guarnece os camponeses com um conhecimento técnico mais “especializado”. Como consequência, aumentam-se as possibilidades de soluções de dificuldades, eventualmente encontradas, no processo produtivo e de comercialização agrícola, mediante a aproximação já firmada com assessores e especialistas integrantes destas entidades. Por sua vez, o uso de conventos, igrejas ou da própria sede da CPT, indica a importância do apoio de setores progressistas da Igreja Católica aos camponeses e ao desenvolvimento da agroecologia na Paraíba. De forma predominante, observamos as referências a cursos/oficinas realizados em comunidades/assentamentos rurais. Nestes casos, as próprias unidades produtivas dos camponeses são utilizadas enquanto base fundamental para as explanações dos assessores técnicos, servindo de “laboratório” para experimentos e exposição de exemplos concretos sobre procedimentos a serem assumidos no processo de produção agroecológica.

Encontros

A construção da agroecologia como um posicionamento político compartilhado entre camponeses dificilmente seria possível sem a realização dos encontros. Estes viabilizam a articulação das experiências tornando-as visíveis em conjunto, consolidando um posicionamento político a ser exposto publicamente entre os camponeses sobre a agricultura “convencional” e o agronegócio. Na Paraíba, o mais importante destes encontros é o *Encontro Paraibano de Agroecologia – EPA*, realizado, em geral, a cada dois anos, contando com a participação de camponeses e entidades parceiras de várias regiões do estado²⁴².

O EPA é um momento de convergência das experiências agroecológicas existentes na Paraíba, bem como de denúncia contra a ação do agronegócio nas diferentes regiões do estado. O planejamento deste encontro é o resultado da realização de encontros menores, de onde partem os conteúdos fundamentados em problemas e alternativas locais, que deverão ser discutidos/apresentados no âmbito estadual. Referenciando-se na *Festa da Semente da*

²⁴² Para esta discussão sobre os encontros, em especial sobre o EPA, referenciamos-nos, fundamentalmente, em observações diretas feitas em duas ocasiões de realização deste encontro. Pudemos participar deste evento em sua 4ª edição, entre os dias 8 e 10 de maio de 2006, e na 5ª edição, entre os dias 5 e 6 de novembro de 2009. O local de realização dos dois EPAs citados foi o Convento Puarana, no município de Lagoa Seca-PB.

*Paixão*²⁴³, evento organizado pela ASA-PB, Carvalho (2008, p. 153) formula uma definição que nos parece útil para referimo-nos ao EPA. Segundo a autora,

Eventos como esse, são espaços sociais de diálogo, mas também de fortalecimento cultural e das redes sociais que estão sendo construídas. Além disso, esses eventos têm propiciado um debate crítico e participativo dos agricultores de diversas regiões, com a crescente participação das mulheres e dos jovens, na formulação de propostas de políticas públicas, discutindo-se, por exemplo, possíveis impactos sociais e ecológicos causados pelas políticas de liberação de transgênicos.

Em geral, o tempo de duração do EPA é de menos de uma semana e o espaço para a realização do evento é cedido por alguma das entidades que apóiam a agroecologia no estado²⁴⁴. Na abertura, as delegações das diferentes regiões são apresentadas, em um momento que mescla poesia e mística, tendo em geral a participação de algum “animador” (músico ou poeta), que recita palavras que clamam pelo respeito à natureza, pela igualdade entre os seres humanos, etc. Nesse momento fica claro o objetivo de constituir uma *unidade* entre as delegações, *integrando-as* de modo que seja possível consolidar uma *coesão* ao longo de todo o encontro (que é um sinal do seu sucesso), além de atribuir uma importância ao encontro em um contexto maior de degradação do meio ambiente e de desigualdade social. Nos demais dias, durante as manhãs e tardes, são realizadas as apresentações das experiências dos camponeses e discussões. Um momento importante do encontro, também realizado durante o dia, é o das feiras, onde produtos de delegação são expostos pelos produtores. Além do acesso aos produtos entre os participantes do encontro, a feira viabiliza a troca de sementes e informações sobre aspectos diversos. No período da noite são realizadas as “atividades culturais” (teatro, música, dança, poesia, repente, entre outras coisas), que divertem os participantes, criando laços de amizade e estimulando o estabelecimento de contatos para futuras visitas de intercâmbio. Nas palavras de um dos organizadores desse evento, temos explícita a idéia de que:

²⁴³ Trata-se de um importante evento realizado anualmente desde 2003, sob a organização da ASA-PB. O evento tem como objetivo fomentar a troca de experiências entre camponeses, fundamentalmente no que se refere ao manejo e conservação das sementes crioulas, mais conhecidas na Paraíba como “sementes da paixão”, a partir dos *Bancos de Sementes Comunitários*. Segundo dados da AS-PTA, somente no estado da Paraíba existem cerca de 80 Bancos de Sementes, com a participação de 3200 famílias que armazenam anualmente um estoque de mais de 32 toneladas de sementes (Informação disponível em: <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba/recursos-geneticos>, Acesso em Mar./2009).

²⁴⁴ Segundo João Macedo, assessor técnico da AS-PTA, o EPA assemelha-se, no que se refere à sua dinâmica, a outros encontros que tratam direta ou indiretamente da agroecologia (*Festa da Semente da Paixão, Encontro Nacional da ASA-ECONASA, Encontro Nacional de Agroecologia-ENA*, por exemplo). Isto se explica pela participação direta das mesmas entidades na organização e realização dos eventos citados.

Ele [o EPA] tem um caráter importantíssimo de formação e ao mesmo tempo de favorecer as trocas de experiências e com uma coisa que a gente tem procurado fazer com que os próprios agricultores que são os protagonistas das experiências e agricultoras, apresentem suas experiências. E aí o papel nosso tem sido mais de facilitar ferramentas metodológicas e isso tem sido uma prática extremamente positiva, porque favorece com que o entendimento para os outros agricultores que estão participando do evento, seja muito maior do que quando é um técnico que tá lá falando²⁴⁵.

As discussões e as “trocas de experiências”, realizadas durante o dia, são organizadas em salas que contam com a presença aproximada de trinta pessoas cada. Em cada uma das salas são discutidos aspectos referentes a um eixo-temático específico, tais como “agroecologia x agronegócio”, “os males causados pelos agrotóxicos”, “os 'dessabores' da monocultura”, entre outros. Temas como esses são apresentados pelos próprios camponeses que os conhecem de perto a partir de sua experiência. Neste rico espaço de interação, há lugar para os intelectuais, mas não é o de protagonista. Isto porque não se pretende com esses encontros a aglutinação das experiências para possibilitar a explicação da realidade com base nos instrumentos acadêmicos. O que se espera, ao contrário, é o encontro das experiências de modo a possibilitar a criação de *novas* experiências e o amadurecimento dos camponeses mediante a sistematização dos *erros*²⁴⁶ e *acertos* cometidos. Analisando esta dinâmica, Lima (2008, p. 135) afirma:

Os relatos dos agricultores, através da dinâmica denominada por eles de “carrossel”, que consiste em grupos de participantes que passam de sala em sala e assistem a depoimentos, permitiu-nos conhecer realidades bastante diferenciadas do Estado, como o desastre ambiental causado pela introdução da Algaroba no Sertão, a extração desmesurada de minério em Picuí, as doenças degenerativas pelo uso do agrotóxico no Agreste Paraibano e as condições precárias de trabalho dos bóias-frias nos canaviais da Zona da Mata. Vale ressaltar que essas experiências foram apresentadas pelos sujeitos sociais que vivenciaram essas realidades, participando da destruição e sendo também destruídos. Esses mesmos expositores destacaram a importância em suas vidas para a transição agroecológica, concretizada em vários projetos que estão sendo desenvolvidos, de maneira geral, de forma bem sucedida.

Nas discussões realizadas é comum o trânsito de escalas, de modo aparentemente desconexo. Neste sentido, discussões sobre a contraposição entre agroecologia e agronegócio caem, por exemplo, em relatos particulares sobre problemas no cultivo do tomate, que resulta

²⁴⁵ João Macedo, AS-PTA, Campina Grande-PB, em entrevista concedida ao autor em jul./2008.

²⁴⁶ As experiências apresentadas não são necessariamente positivas. Em uma das salas do 4º EPA um camponês apresentava as consequências do uso do agrotóxico ao longo de sua vida. Com manchas na pele e com a mobilidade do seu braço comprometida, ele explicava como manjava os agrotóxicos, quais utilizava, etc. Ao fundo, cartazes que alertavam sobre os perigos que envolvem o uso do veneno e, ao seu lado, um pulverizador, exposto como uma espécie de testemunha do seu passado.

em uma troca de receitas caseiras para o combate das pragas. Não se trata de uma desorganização nas discussões, causada pela ausência de uma delimitação escalar para o debate. Pelo contrário, representa a combinação de escalas que caracteriza os elementos presentes na própria realidade, configurada por conflitos em diferentes níveis.

Não se espera desses eventos a realização de um debate eminentemente teórico em torno da agroecologia, mas, fundamentalmente, a elaboração de respostas necessárias, pelos próprios participantes, aos problemas por eles enfrentados. Do mesmo modo, passam a ser identificadas as causas de tais problemas em outras escalas quando, por exemplo, se estabelece uma associação dos problemas no cultivo do tomate na parcela com o uso continuado dos agrotóxicos, que desequilibra o ecossistema e que é o resultado do avanço de uma agricultura “quimicamente dependente” em decorrência da “Revolução Verde”. De um lado, as experiências apresentadas dão substância ao discurso político agroecológico, embasando um posicionamento de oposição ao agronegócio (monocultura, agrotóxicos, desmatamento, etc.). De outro, esse discurso (ao localizar as experiências agroecológicas em outras escalas) também nutre essas práticas, atribuindo uma importância *social* às experiências particulares dos camponeses. Neste sentido há um movimento complementar entre o discurso político e a *prática* da agroecologia, sendo o *encontro* um momento importante para enrijecer tanto um como o outro, aglutinando-os.

Este processo de valorização das experiências agroecológicas camponesas é fortemente fundamentado em uma metodologia de transmissão de conhecimento assentada na comparação. Para que isto seja possível, os participantes ligados a cada delegação são orientados, antecipadamente, a sistematizarem experiências de camponeses ligados e não ligados à agroecologia. Em outras palavras, estabelecem-se condições para que os participantes possam avaliar e investigar, por si mesmos, as vantagens e desvantagens da agricultura agroecológica e da “convencional”. Desta maneira, são evidenciados com clareza aspectos importantes de uma e de outra, tomando como base unidades produtivas sob condições semelhantes. Para exemplificar esta “metodologia comparativa” relataremos abaixo, brevemente, a dinâmica de apresentação de um dos grupos participantes do EPA, realizado em 2009.

Referimo-nos aqui ao grupo de camponeses/assessores técnicos responsáveis pelas experiências agroecológicas da Zona da Mata Paraibana. Tendo como orientação inicial a idéia da “contraposição de experiências”, este grupo optou pela “análise comparativa” de uma unidade produtiva camponesa integrada às indústrias de cana de açúcar e de uma unidade de produção agroecológica. O objetivo era o de sistematizar informações sobre o processo de

trabalho, levantando dados sobre renda, custos de produção, uso de insumos, além de considerar características da propriedade e a satisfação dos produtores frente às suas condições de trabalho, sob os diversos aspectos. Com base nesta perspectiva, a exposição realizada, neste caso pelos assessores técnicos, teve início com uma breve contextualização histórica acerca do processo de ocupação do litoral nordestino, mais especificamente do paraibano. Destacou-se o avanço da produção de cana de açúcar e alguns dos seus problemas decorrentes: desmatamento, destruição ambiental, dizimação de “comunidades tradicionais”, migração forçada, trabalho penoso, etc. Após a contextualização, foi iniciada a comparação dos dados referentes a duas experiências com a terra, utilizando-se um projetor. De um lado, Marcos²⁴⁷, assentado, representante da produção agroecológica. De outro, Gabriel, também assentado, dedicado predominantemente ao cultivo de cana de açúcar, destinando às usinas. Em seguida, após uma breve apresentação dos assessores técnicos sobre os camponeses em questão²⁴⁸, foram exibidos os dados de cada um deles, referentes à *renda anual*, *custo de produção* e *valor consumido* no interior da propriedade (auto-consumo) dos dois produtores considerados²⁴⁹. Diante das informações apresentadas, os expositores destacaram as contrapostas expectativas dos dois camponeses. Segundo eles, Marcos afirmara ter como objetivo continuar diversificando a produção e investir cada vez mais na agroecologia, enquanto Gabriel esperava aumentar a produção de cana no interior do lote. Após a exposição dos dados, com o objetivo de ilustrar ainda mais a questão comparativa, o grupo iniciou a exibição do filme “Do bagaço à liberdade”²⁵⁰. Este começa com alguns depoimentos, entre os quais do próprio Marcos, sobre as dificuldades e problemas relacionados ao trabalho no corte/produção da cana. Diante deste quadro, a Reforma Agrária era apresentada pelos vários entrevistados do filme como uma solução importante por possibilitar o trabalho autônomo na terra e por viabilizar a prática de outros cultivos. Em seguida, ainda no filme, as experiências das feiras agroecológicas foram citadas como referências importantes para a superação da condição de dependência, tão característica dos tempos de “bagaço”. Com o término da

²⁴⁷ Certamente, a escolha dos camponeses que têm suas unidades produtivas analisadas não se dá ao acaso, especialmente daqueles “do lado” da agroecologia. Neste caso, o “camponês agroecológico” selecionado é Marcos Antônio T. de Oliveira, residente no assentamento Dona Helena, ex-cortador de cana de açúcar, assentado desde 1996 e um dos fundadores da feira agroecológica da UFPB. A unidade produtiva de Marcos Antônio é considerada um modelo pela grande diversidade de culturas e pelas “práticas alternativas” ali materializadas: reflorestamento, cerca viva, apicultura, cobertura morta, compostagem, cisterna de placas, barragem subterrânea, etc. Trata-se, pois, de uma importante referência para a agroecologia na Paraíba, cujo reconhecimento pode ser notado pelos inúmeros visitantes que já recebeu em sua propriedade, cujos municípios de origem somam, segundo o mesmo, mais de 10 (Questionário aplicado em Set./2009).

²⁴⁸ Estes camponeses mencionados não estavam presentes no evento.

²⁴⁹ Segundo os cálculos expostos, a renda anual de Marcos (produtor agroecológico) foi estimada em R\$ 9.960,00, enquanto a de Gabriel (produtor “convencional”) foi orçada em R\$ 4.650,00.

²⁵⁰ “Do bagaço à liberdade” (18 minutos), Prod. CPT e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

exibição do filme, abriu-se espaço para a discussão. Assim, a partir de então, os participantes puderam manifestar-se e debater suas impressões e conclusões a respeito do que foi visto e ouvido naquele momento. Entre os presentes, todos falaram. As conclusões e argumentos manifestados pelos camponeses foram os seguintes:

- Na agroecologia, a família se envolve mais com o trabalho;
- A escravidão é algo muito presente na produção de cana de açúcar, bem ilustrada no filme a partir da cor daqueles que deram depoimento, sendo todos afro-descendentes;
- Na agroecologia, há a valorização e aprimoramento dos conhecimentos camponeses, ao contrário da produção de cana de açúcar, fundamentada nos pacotes externos;
- É importante valorizar e disseminar essas experiências agroecológicas bem sucedidas para que as pessoas “de fora” possam saber;
- É grande a participação dos jovens no trabalho com a cana de açúcar, sendo necessário criar alternativas eficientes para tratar desta questão;
- A cultura (cana de açúcar) não é em si o problema, mas o “sistema de produção” no qual ela está inserida (agronegócio);
- É necessário observar a “dimensão educativa” ao tratar o tema, já que temos que construir mecanismos mais eficientes para convencer as pessoas da viabilidade da agroecologia;
- É preciso fazer o monitoramento das experiências agroecológicas paraibanas, com dados, demonstrando que as propriedades são auto-sustentáveis;
- A segurança alimentar e o auto-consumo são extremamente importantes nas experiências agroecológicas e insignificantes na opção pela monocultura;
- É preciso fortalecer a agroecologia e romper com o agronegócio.

Alguns aspectos destacam-se nas exposições dos participantes. Observe-se a forte associação entre a agroecologia e as questões de gênero (“na agroecologia, a família se envolve mais com o trabalho”) ²⁵¹, geração (“é grande a participação dos jovens no trabalho da cana”) e cor (“a escravidão é algo muito presente na produção de cana de açúcar, bem ilustrada no filme a partir da cor daqueles que deram depoimento, sendo todos afro-descendentes”). Do mesmo modo, nota-se o grande interesse no acompanhamento

²⁵¹ Sobre a relação entre a discussão de gênero e a prática agroecológica, cf. as dissertações de mestrado de Burg (2005) e aquela, mais recente, elaborada por De Biase (2010).

(“monitoramento”) das experiências agroecológicas existentes, assumindo-se, além disto, a necessidade da criação de estratégias para uma divulgação eficiente das vantagens da agroecologia para que “as pessoas” possam saber de sua “viabilidade”. É neste ponto que se ressalta, mais claramente, o caráter político da agroecologia: diferente da lógica produtiva que orienta a produção de cana de açúcar, a produção agroecológica “valoriza os conhecimentos camponeses” e interfere positivamente na “segurança alimentar”, pois o “auto-consumo” é uma de suas importantes características. Com efeito, os problemas são identificados não no tipo de cultivo (no caso, cana de açúcar), mas, de forma mais ampla, no seu “sistema de produção”, sendo, portanto, necessário “fortalecer a agroecologia e romper com o agronegócio”.

Como pudemos observar, a dinâmica da “análise comparativa”, mobilizada pelos participantes do EPA, mostra-se bastante proveitosa para a delimitação de uma posição clara frente aos temas e assuntos discutidos, fortalecendo, sobretudo, uma postura de negação e resistência ao agronegócio. Ao mesmo tempo, ao serem incentivados, junto com os assessores técnicos que compõem suas delegações, a articular informações e investigar as diferenças e especificidades da produção agroecológica e “convencional”, os camponeses passam a ter contato com um conjunto de instrumentos utilizados no tratamento de informações, muitas vezes antes desconhecidos, como é o caso das técnicas estatísticas e cálculos monetários de renda, por exemplo. Assim, os participantes fundamentam-se de forma mais consistente na defesa da produção agroecológica e, deste modo, da agricultura camponesa, entendida, essencialmente, como seu alicerce.

Neste capítulo, discutimos um conjunto de questões ligadas ao processo organizativo das feiras agroecológicas inseridas no nosso recorte analítico. Ao identificar e analisar instrumentos mobilizados pelos camponeses para afirmar uma unidade de interesses, solidificar coesão e articular estratégias de ação, pudemos compreender de forma mais aprofundada como são mantidas as feiras consideradas. Assim, tendo atravessado este percurso, podemos discutir, no capítulo seguinte, aspectos referentes à produção e comercialização agroecológica, investigando evidências de *insubordinação camponesa* nessa realidade.

CAPÍTULO 4

FEIRAS AGROECOLÓGICAS PARAIBANAS: NOTAS SOBRE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A gente não pode visar só o eu. Esse nosso trabalho aqui é uma união que a gente não pensa só no eu; vem eu, você, ele, ela, todo mundo faz parte desse contexto.

José Alves da Silva (Zé Félix).

Como vimos no primeiro capítulo, a produção e a comercialização são reveladoras de traços próprios subjacentes às relações sociais que os camponeses estabelecem no capitalismo. Em outras palavras, apontamos que o modo através do qual os camponeses relacionam-se com o mercado pode indicar certas condições de dependência ou autonomia, isto é, um domínio camponês ou capitalista sobre o produto do trabalho familiar e, assim, sobre *frações do território*. Nesta perspectiva, o esforço coletivo em busca da superação da dependência ao capital comercial e industrial configura uma prática de resistência, uma forma de *insubordinação camponesa* que, por si só, representa uma aspiração por um domínio territorial, pela possibilidade de apropriação camponesa do valor contido no produto do trabalho familiar: do trabalho objetivado na forma de renda da terra.

Neste contexto, tomando como base as feiras agroecológicas analisadas, é possível identificar aspectos que representam um domínio camponês de frações do território? Que elementos sobressaem-se enquanto característicos deste domínio? Diante destas questões e da busca por respostas, uma análise – mesmo que breve – de aspectos associados à produção e comercialização agroecológica na realidade estudada mostra-se imprescindível. A referência à *produção e comercialização*, enquanto um caminho analítico a ser percorrido neste capítulo, pode parecer algo impreciso ou, ainda, temerário. Entretanto, não tencionamos aqui esgotar ou abarcar todas as possibilidades de tratamento destas questões, senão compor um quadro específico de análise – isto é, uma possibilidade explicativa – suficientemente consistente para tornar mais inteligível a realidade aqui analisada.

Deste modo, discutiremos alguns temas articulados em cinco itens. No primeiro deles, analisaremos especialmente as relações de trabalho dos camponeses ligados às feiras agroecológicas paraibanas analisadas, ressaltando, assim, aspectos de destaque referentes às unidades econômicas aqui estudadas. No segundo item, “Unidades produtivas e práticas agroecológicas”, pretendemos discutir questões ligadas ao processo produtivo, visando estabelecer uma caracterização das unidades de produção, analisando também as “práticas agroecológicas” identificadas. No item “Um dimensionamento das feiras agroecológicas frente a outros canais de comercialização”, temos como propósito identificar o “lugar econômico” das feiras agroecológicas no interior das unidades econômicas camponesas responsáveis pelo seu abastecimento, buscando revelar, assim, sua importância enquanto canal de comercialização para os camponeses considerados, em relação a outros canais eventualmente mobilizados. O preço dos alimentos comercializados nas feiras agroecológicas será discutido no quarto item, “Considerações sobre os preços dos alimentos agroecológicos paraibanos”, onde analisaremos também como os camponeses interpretam esse aspecto. Por

fim, no item “A relação produtor-consumidor”, discutiremos a questão do vínculo estabelecido, através das feiras agroecológica, entre os camponeses e seus clientes, avaliando aspectos característicos dessa relação.

Feiras agroecológicas e relações de trabalho na produção

Theodor Shanin (1976, p. 17) define, de forma geral, a unidade de exploração camponesa como sendo formadora de “uma pequena unidade de produção-consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e é sustentada, principalmente, pelo trabalho familiar”. Esta definição é suficiente para contemplar, como ponto de partida, algumas características que se apresentam como proeminentes entre os sujeitos sociais inseridos no âmbito de nossa pesquisa. Com efeito, cabe, pois, aprofundar a discussão sobre as unidades de produção e sobre as relações de trabalho nelas engendradas, visando uma melhor compreensão do processo produtivo dos alimentos ofertados nas feiras agroecológicas paraibanas, ressaltando aspectos que se apresentam relevantes para o entendimento da realidade estudada. Nesta perspectiva, em princípio, cabe destacar a observação de Chayanov (1974, p. 47) para quem:

Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia de mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, **debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción** (Grifo nosso).

Reconhecendo a relevância da força de trabalho enquanto elemento constitutivo de qualquer processo produtivo, decidimos investigar este aspecto no âmbito das feiras agroecológicas paraibanas estudadas. Foi possível constatar que a força de trabalho familiar é a base da produção que sustenta as feiras agroecológicas paraibanas, sendo a fonte fundamental para a produção agrícola de *todos* os camponeses que pudemos entrevistar. Nesta realidade, identificamos que 26% dos entrevistados têm na família a *única* forma de mão de obra utilizada no processo de produção. Entre aqueles que combinam o trabalho familiar com outros tipos de força de trabalho, uma parte significativa (55%) afirmou fazer uso *também* de mão-de-obra temporária (diaristas ou jornaleiros); 16% disseram recorrer à *ajuda mútua*²⁵² –

²⁵² Optamos por qualificar, para os fins deste trabalho, a *parceria*, *troca de serviços* e *mutirão* enquanto práticas de *ajuda mútua*. Entretanto, cabe reiterar as especificidades de cada um dos tipos mencionados. Na *parceria*,

seja na forma de *parceria* ou *troca de serviços* (11%), seja mesmo através dos *mutirões* (5%) – e, por fim, 3% afirmaram contar com “assalariados fixos” trabalhando na produção agroecológica.

Quanto ao uso do “assalariamento” nas unidades agroecológicas de produção camponesa que analisamos, é pertinente estabelecer alguns esclarecimentos. Neste sentido, é suficiente a observação de Tavares dos Santos (1978, p. 43) quando este delimitou, de forma precisa, o significado do uso deste tipo de relação de trabalho na perspectiva da produção camponesa:

Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar.

A observação de um dos camponeses por nós entrevistados, a este respeito, é emblemática e ilustra, em certo sentido, a delimitação empreendida por Tavares dos Santos: “pobre não tem empregado”²⁵³. Olhando mais de perto os casos de “assalariamento” identificados, observamos a forte mobilização de laços parentais e vicinais como base da relação. Em outras palavras, os “assalariados” são, fundamentalmente, vizinhos ou parentes que, em troca de uma “ajuda” permanente no processo de produção agroecológico, recebem,

no contexto em questão, estabelece-se uma relação entre camponeses definida pela divisão dos esforços no processo produtivo, bem como dos frutos do trabalho, numa mesma unidade de produção. A *troca de serviços*, por sua vez, é caracterizada pela realização de serviços por parte de um camponês numa unidade produtiva de *outro* camponês, tendo este como retribuição uma quantidade equivalente de trabalho em sua propriedade. Por sua vez, os *mutirões* definem-se como momentos em que se realiza, numa determinada unidade produtiva, um trabalho concentrado por parte de várias famílias de camponeses, com o propósito de adiantar ou concluir determinada atividade (a construção de uma cisterna ou mesmo a colheita de determinado produto, por exemplo), sendo comum, como retribuição, que a família ofereça comida e bebida aos visitantes e que, quando solicitada, participe dos *mutirões* em outras propriedades. No caso específico dos camponeses das feiras agroecológicas paraibanas analisadas, é comum a prática do *mutirão* para fabricação de defensivos naturais, biofertilizantes, construção de estufas, realização de compostagem, etc. Para mais informações sobre a prática de *ajuda mútua* entre camponeses, cf. Santos (1978, p. 78).

²⁵³ Paulo Ferreira de Oliveira, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio Alvinho, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

no fim do mês, uma determinada quantidade de dinheiro, algo em torno de um salário mínimo²⁵⁴. Neste caso, a “ajuda” é empreendida tanto no processo produtivo (preparação de canteiros para o plantio de hortaliças, manejo das culturas, colheita, amarração e encaixotamento das verduras, por exemplo), quanto na comercialização dos produtos nas feiras agroecológicas (transporte de caixas, venda dos alimentos, armação das barracas, etc.).

O recurso aos “diaristas” – opção dominante entre aqueles camponeses que mobilizam outras relações de trabalho além da familiar, como vimos – decorre “do ciclo de existência da família camponesa, dando-se quando as pessoas em idade de trabalhar não são suficientes para desempenhar as tarefas com a rapidez necessária” (SANTOS, 1978, p. 41). Isto pode ocorrer em decorrência ou de um aumento da demanda no processo produtivo, comum em etapas específicas no ciclo agrícola de certas culturas (colheita, plantio, “limpa do mato”, por exemplo), ou como resultado de algum acidente sofrido por algum membro da família camponesa²⁵⁵. Tanto em um, como em outro caso, há um desequilíbrio na relação entre força de trabalho disponível e o trabalho a ser realizado, o que exige algum tipo de complementação. É importante mencionar que o uso de “diaristas”, no que se refere a sua recorrência, é bastante eventual na realidade aqui analisada, raramente passando de seis “contratações” por mês²⁵⁶. Quanto ao tipo de trabalho realizado pelos “diaristas”, predominam, como já pudemos adiantar, as tarefas associadas ao processo produtivo, isto é, ligadas aos cultivos e cuidados com a produção agrícola a ser destinada às feiras agroecológicas. Deste modo, mostra-se incomum a presença de “diaristas” na comercialização dos alimentos nas feiras, sendo esta uma atividade protagonizada, predominantemente, pela própria família camponesa e, ocasionalmente, assessorada por “assalariados fixos”, nos poucos casos em que se recorre a este tipo de força de trabalho.

No que se refere, mais especificamente, à *ajuda mútua* (parceria, mutirão, troca de serviços), parece-nos evidente que a criação ou adensamento de vínculos de sociabilidade, resultado do envolvimento com a feira agroecológica, é um fator relevante. Nesta perspectiva, a participação nas feiras agroecológicas, somando-se às demais esferas de relações com as quais os camponeses se envolvem, abre novas possibilidades de “socorro” em momentos em que os “braços” da família camponesa não são suficientes para realizar atividades no interior

²⁵⁴ Rosiane Barbosa da Cruz, feira agroecológica do Valentina, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em questionário aplicado em Nov./2009; José Roberto Batista, feira agroecológica do Valentina, Comunidade Mussumago, João Pessoa-PB, em questionário aplicado em Nov./2009;

²⁵⁵ Um caso deste tipo nos foi relatado por Severino Ramos da Silva, feira agroecológica da UFPB, assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

²⁵⁶ Em grande medida, a baixa quantidade de contratações decorre dos custos deste tipo de força de trabalho para a unidade camponesa, algo em torno de R\$ 20,00 por dia de trabalho.

da propriedade. Deste modo, quando os camponeses optam pela *ajuda mútua* (parceria, troca de serviços ou mutirões) enquanto meio de complementação ao trabalho familiar, frequentemente recorrem aos amigos e vizinhos, mas encontram um amparo especial naqueles colegas da feira agroecológica, pessoas com quem compartilham um ponto de vista específico em relação à produção agrícola²⁵⁷. Um exemplo disso é a parceria entre Antônio Tavares e Francisco Fernandes Filho, camponeses do assentamento Veneza (Sousa-PB), ligados à feira agroecológica de Aparecida:

– E como é essa parceria de vocês dois?

ANTÔNIO TAVARES – Vai dando certo até hoje, desde quando eu conheci ele, não tem problema entre a gente não. Se nós ganhar um real, a metade é dele e a metade é minha. Se eu estou precisando de alguma coisa, ele me ajuda...

– Vocês dividem também o trabalho na produção?

ANTÔNIO TAVARES – Dividimos.

FRANCISCO FERNANDES FILHO – É mais fácil. Às vezes ele sai e eu fico, as vezes eu fico e ele sai. Então, a parceria é bom por isso, porque quando a gente tá, a gente trabalha em conjunto nós dois, quando ele não tá, eu assumo... por isso que é bom parceria. A gente tá se dando muito bem. Moramos vizinhos.

– Como é a participação da família?

FRANCISCO FERNANDES FILHO – Acompanha. Parece até coisa do destino, a família dele tem dois rapazes e uma moça e eu tenho dois rapazes e uma moça. Eu tenho um filho que terminou os estudos agora, tá fazendo curso na Agrotécnica... ele me ajuda muito, ele tava de férias agora, ele me ajuda muito. Tudo que tem pra fazer, ele me ajuda. E a mesma coisa dele, que tem esses rapazes aí que ajudam. A gente sempre tá procurando de um lado e do outro pra ajudar²⁵⁸.

Sendo vizinhos, os camponeses supracitados puderam “derrubar as cercas” que dividiam seus lotes e passar a dividir, entre si, todo o trabalho na produção agrícola e todo o arrecadado financeiro, fruto do esforço de ambos. Neste processo, os membros da família de cada um “acompanham” as atividades produtivas comuns, participando como lhes compete no âmbito da divisão do trabalho que subjaz a lógica produtiva camponesa. Para um melhor entendimento deste aspecto, vale mencionar Tavares dos Santos (1978, p. 34), quando o mesmo destaca que, na unidade de produção camponesa, cada pessoa da família “desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no

²⁵⁷ Para maiores esclarecimentos acerca do processo de definição e afirmação deste “ponto de vista”, cf. o Capítulo 3.

²⁵⁸ Antônio Tavares e Francisco Fernandes Filho, feira agroecológica de Aparecida, assentamento Veneza, Sousa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família”. Shanin (1976, p. 18), similarmente, observa:

La división básica del trabajo en la explotación campesina está estrechamente relacionada con la estructura familiar y se ajusta a las líneas del sexo y la edad. Las funciones están rígidamente asignadas, con presiones poderosas que operan contra el cruce de las líneas divisorias. Reflejando una vez más la unidad esencial de la estructura social y económica, el principal supervisor y amo formal de la hacienda es, en general, el padre de la familia, que tiene amplios derechos sobre sus miembros; pero que, sin embargo, están restringidos, por obligaciones, hacia ellos, definidas tradicionalmente, es decir, una relación considerablemente “patriarcal”.

Na relação de *parceria* que estamos aqui analisando não se estabelece uma ruptura em relação à divisão do trabalho que comumente ocorre nas unidades familiares. Aqui, os dois “pais de família” compartilham a gestão de uma mesma unidade produtiva, alicerçados (“ajudados”) por cada um dos demais integrantes das duas famílias. Neste caso, há uma importante semelhança na estrutura familiar dos dois camponeses, coincidência que é, certamente, vista como positiva pelos mesmos: “parece até coisa do destino, a família dele tem dois rapazes e uma moça e eu tenho dois rapazes e uma moça”²⁵⁹. Esta interpretação justifica-se pelo fato de que a correspondência entre o número de integrantes, a faixa etária e o sexo dos membros das duas famílias criam condições para o estabelecimento de uma relação de parceria mais simétrica, podendo-se dividir de forma mais igualitária as atividades que compõem o processo de produção agroecológica.

Ademais, além de solidificar um amparo, uma base de sustentação do processo de produção agroecológico, entre estes camponeses, a parceria enrijece o laço de solidariedade entre as famílias que, em casos eventuais de necessidade, pode ser mobilizado por ambas as partes (“se eu estou precisando de alguma coisa, ele me ajuda”). Ao mesmo tempo, nesta perspectiva, ao se contar com o apoio comprometido do vizinho, na produção agrícola, abre-se a possibilidade de que um deles se ausente da unidade produtiva, sempre que for preciso, viabilizando-se, por exemplo, um maior envolvimento com reuniões, assembléias, cursos/oficinas, encontros e visitas de intercâmbio, ou seja, com atividades organizativas que,

²⁵⁹ Francisco Fernando Filho, feira agroecológica de Aparecida, assentamento Veneza, Sousa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

em geral, exigem o afastamento temporário do trabalho agrícola (“quando a gente tá, a gente trabalha em conjunto nós dois, quando ele não tá, eu assumo” e vice-versa)²⁶⁰.

Unidades produtivas e práticas agroecológicas

Após as considerações precedentes a respeito das relações de trabalho mobilizadas por camponeses ligados às feiras agroecológicas paraibanas, cabe apresentar, brevemente, algumas informações acerca das unidades de produção propriamente ditas, bem como analisar a opção por certas práticas nos limites de tais unidades.

Nesta perspectiva, começemos debruçando-nos sobre a questão do *tamanho* das propriedades aqui investigadas, elemento que indica a disponibilidade de área destinada aos cultivos dos produtos agroecológicos. A este respeito, partimos da constatação de que a produção agroecológica aqui discutida é realizada, em sua totalidade, em pequenos lotes. Destaca-se a presença de assentamentos de reforma agrária, com suas unidades de produção cujas dimensões variam entre 5 e 17 hectares²⁶¹. As propriedades camponesas adquiridas através de herança, compra ou posse²⁶² apresentam maiores variações quanto ao tamanho das unidades produtivas. Sob tais condições, as menores propriedades, entre aquelas dos camponeses consultados, possuem 1 hectare²⁶³, enquanto as maiores têm entre 18 e 22 hectares²⁶⁴.

²⁶⁰ Isto tem especial relevância se considerarmos que as hortaliças, produtos predominantes nas feiras agroecológicas paraibanas, exigem um manejo diário, especialmente no que se refere à irrigação e, em geral, por seu ciclo curto, ao replantio. Trata-se, pois, de um tipo de cultivo que “prende” muito os camponeses nas unidades produtivas, exigindo grande atenção e cuidado por parte do produtor.

²⁶¹ Os assentamentos cujos lotes são de tamanho mais reduzido estão localizados, predominantemente, no Litoral paraibano. Os lotes de menor tamanho, considerando-se apenas aqueles dos assentamentos rurais, estão situados no assentamento Apasa, em Pitimbu-PB, cuja produção abastece a feira agroecológica do Bessa. Ainda em relação aos assentamentos rurais, os maiores lotes estão situados em Cajazeiras e Aparecida, atendendo às feiras agroecológicas dos referidos municípios.

²⁶² Referimo-nos aqui, exclusivamente, àqueles camponeses que ainda permanecem na condição de posseiros, excluindo-se, portanto, aqueles casos em que posseiros transformaram-se em assentados de reforma agrária.

²⁶³ Trata-se de uma unidade de produção, adquirida por compra, localizada na comunidade Mata de Chica (Conde-PB), de um camponês participante da feira agroecológica dos Bancários; e de dois lotes no Sítio Almeida (Lagoa Seca-PB), também adquiridos por meio de compra, pertencendo a dois participantes da feira agroecológica regional de Campina Grande.

²⁶⁴ Dois camponeses ligados a feira agroecológica de Campina Grande incluem-se aqui, tendo um deles uma propriedade de 18 hectares (Sítio Ribeiro, Alagoa Nova-PB), adquirida por compra, e outro, proprietário do Sítio Lagoa de Gravatá (22 hectares), em Lagoa Seca-PB, sendo este herdeiro. Com 20 hectares, identificamos uma propriedade na Comunidade Cuiá, localizada em João Pessoa-PB, de um membro da feira agroecológica do Valentina, que a adquiriu através de herança.

Estas informações estão em conformidade, em grande medida, com dados divulgados recentemente pelo IBGE relativos ao uso de agricultura orgânica no Brasil²⁶⁵. Os dados evidenciam a grande importância das pequenas propriedades para a agricultura orgânica brasileira. Do total de 90.497 propriedades de agricultura orgânica identificadas, 73.673 possuem menos de 50 hectares, o que corresponde a 81%. Entre estas propriedades, destacam-se a faixa daquelas que possuem menos de 1 hectare, que totalizam 11.201 (15%); de 5 a menos de 10 hectares, correspondentes a 11.894 (16%); de 10 a menos de 20 hectares, possuindo 12.525 propriedades (17%); e, em especial, de 20 a menos de 50 hectares, totalizando 13.884 unidades produtivas (19%) (ver Gráfico 1):

Gráfico 1 – Uso de agricultura orgânica por grupo de área (ha) – Brasil – 2006.
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Org.: Thiago Araújo Santos.

Como é possível observar, além de não haver incompatibilidade entre a produção camponesa e a agroecologia, podemos afirmar a existência de uma considerável participação do campesinato brasileiro neste setor produtivo²⁶⁶. Tal como observou Saquet (2008, p. 146),

O sistema de produção orgânico é viável em pequenas áreas e permite a produção em pequena escala. Mesmo que a quantidade produzida pela agricultura seja pequena, a comercialização de alimentos orgânicos diretamente com os consumidores é possível, quer seja por meio da

²⁶⁵ No Censo Agropecuário de 2006, o IBGE discriminou, pela primeira vez, informações específicas sobre a prática da agricultura orgânica. Na coleta dos dados, o entrevistado deveria informar “se faz (ou não) agricultura orgânica, se sua produção é (ou não) certificada. Não foram consideradas como agricultura orgânica, as práticas agrícolas que, apesar de não utilizarem agroquímicos, o produtor não as identificava como tal ou desconhecia, ou não se interessava pelas normas técnicas exigidas pelas instituições e entidades de classe certificadoras” (Censo Agropecuário, IBGE, 2006).

²⁶⁶ Para uma análise específica sobre a importância das pequenas propriedades sob a perspectiva da produção agroecológica, cf. Toledo (2002) e Capanhola e Valarini (2001).

distribuição em residências, quer seja pela venda em feiras livres especializadas.

Tomando como referência as pequenas propriedades responsáveis pelo abastecimento das feiras agroecológicas paraibanas inseridas no nosso estudo, constatamos a existência de um processo específico de produção que se diferencia, em vários aspectos, daquele “convencional”²⁶⁷. Sob uma perspectiva agroecológica, observa-se a gestação de “novas práticas” que se opõem às formas de manejo consideradas danosas ao ambiente e aos próprios camponeses. Distintamente das unidades “convencionais”, fortemente dependentes dos recursos e conhecimentos técnicos externos (especialmente os agrotóxicos e insumos químicos), nas pequenas unidades agroecológicas, as pragas e doenças que afetam a produção passam a ser tratadas com a aplicação de receitas elaboradas com base na disponibilidade das matérias-primas²⁶⁸. A fácil aplicação e preparação dessas receitas constituem um forte estímulo para o seu uso e os resultados positivos e negativos que envolvem sua aplicação são passados a diante em um processo de aprimoramento contínuo, sendo as informações freqüentemente sistematizadas e divulgadas pelos próprios camponeses e entidades parceiras por meio dos boletins informativos, reuniões, conversas informais, etc. Organizadas, essas informações possibilitam a difusão da produção agroecológica nos assentamentos e comunidades rurais e, como consequência, a independência dos camponeses em relação aos agrotóxicos. A matéria orgânica presente na parcela (incluindo o esterco do gado) também é aproveitada mediante a produção de compostos ricos em *húmus* e nutrientes minerais a serem utilizados no preparo do solo para os cultivos. Outro exemplo possível de aproveitamento dos recursos da própria parcela é a aplicação da *urina da vaca* como nutriente para as plantas e repelente natural de insetos e pragas. A viabilidade do seu uso para os camponeses advém da sua disponibilidade, da ausência ou diminuição de custos financeiros e da facilidade na aplicação²⁶⁹. Pode ser destacado ainda o uso de palhas, gravetos e folhas como *cobertura*

²⁶⁷ O termo “agricultura convencional” é utilizado largamente pelos camponeses e assessores técnicos inseridos no nosso estudo, designando, de forma genérica, a prática agrícola realizada com uso de agrotóxicos e/ou insumos químicos no processo de produção.

²⁶⁸ Há uma ampla bibliografia onde se discute tecnicamente a questão do “manejo de pragas” sob o prisma agroecológico. Nesta perspectiva, tomando-se o *agroecossistema* como unidade fundamental de análise, vários autores buscam desenvolver técnicas de cultivo fundamentadas, entre outras coisas, na diversidade das culturas, manutenção da matéria orgânica, interação e equilíbrio dos “elementos” que compõem a unidade produtiva. A este respeito, cf., por exemplo, Altieri (1989, especialmente p. 171-195) e Gliessman (2001), na Agronomia e Ecologia, respectivamente. No campo específico da Entomologia (ciência dedicada ao estudo dos insetos), cf. o importante compêndio organizado por Metcalf e Luckman (1975).

²⁶⁹ Este foi um aspecto importante ressaltado por um recente estudo realizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), apresentado na Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar, em Roma (2007). Segundo o documento, “A característica mais marcante

morta disposta nos canteiros. Estes produtos possibilitam melhorias no cultivo, controlando a umidade e temperatura do solo, além de proteger as plantas das ervas daninhas e de espécies invasoras²⁷⁰. Além de tudo isso, vários materiais são utilizados na construção de instrumentos alternativos de baixo custo, que podem aumentar a produtividade agrícola solucionando problemas específicos na produção, ou simplesmente melhorando a qualidade de vida dos camponeses. Nesta perspectiva são inventadas *bombas* para a transferência de água sem uso de motor (a partir de manivelas, rodas de bicicletas e outros materiais), caixas artesanais de madeira para a apicultura, além de mecanismos de irrigação por microaspersão com cotonetes, gotejamento com garrafas pet, etc.

Sem dúvida, as práticas mencionadas contribuem para *requalificar* as unidades produtivas camponesas, dotando-lhes de outro “desenho”²⁷¹: mais diverso, rico, plural e complexo, apesar de seu tamanho relativamente reduzido²⁷². Assim, o lote do camponês transforma-se em um “laboratório” onde a capacidade criativa tem grande relevância e aquilo que dela advém pode gerar respostas eficazes aos problemas encontrados. Entretanto, é importante mencionar que, embora a maior parte dos camponeses paraibanos inseridos em nossa análise tenha tido contato direto com “práticas alternativas” (através de cursos, reuniões, assembléias, boletins, conversas informais, etc.) e, do mesmo modo, vários deles

da agricultura orgânica é que ela está baseada no uso de insumos disponíveis localmente e na independência em relação a combustíveis fósseis; trabalhando com processos naturais, estes sistemas reduzem os custos de produção e aumentam a resiliência dos agroecossistemas ao stress climático” (Cf. em <http://www.faser.org.br/noticias.php?id=51>, Acesso em Ago./2010). É importante destacar que a opção pelos “insumos disponíveis localmente”, contribui para tornar os camponeses mais independentes das indústrias de insumos químicos, diminuindo a necessidade de os mesmos recorrerem a empréstimos bancários para financiar a aquisição desses produtos. Um dado que coletamos, a este respeito, parece-nos bastante emblemático: a maior parte dos camponeses que pudemos entrevistar (70,2 %), não estava, no período das entrevistas, utilizando recursos provenientes de crédito bancário.

²⁷⁰ Além dos já citados, pudemos identificar o uso dos seguintes produtos (ou extratos destes, misturados com álcool, querosene ou água) como meio de evitar pragas e doenças nos cultivos: cal puro, angico, castanha de caju, mamão São Caetano, manipueira, sabão neutro, sulfato de cobre com cal (calda bordalesa), sabão neutro, alho, fumo, pimenta, cinzas, detergente com óleo e sabão, neem, óleo mineral, melão e mamona.

²⁷¹ Tomamos de empréstimo o termo “desenho” de Mariano Neto (2006, p. 23). Segundo o autor, “Entende-se por *desenhos*, as vertentes político-culturais e econômico-ambientais da abordagem territorial, enquanto espaço de poder em que são moldadas as novas paisagens, instituídas como agroecológicas. As mudanças são reveladas através da paisagem e a partir das várias práticas sócio-ambientais e agroecológicas nos sítios, nos canteiros e também nos novos ambientes das feiras agroecológicas. Então estes desenhos são territoriais, agroecológicos e sócio-ambientais”.

²⁷² Se tomarmos como referência Armando Bartra (2007, p. 86), podemos dizer que a agroecologia instrumentaliza os camponeses para (re)afirmar traços que já lhes são, de antemão, muito próprios: “En el reino uniforme que el capitalismo viene tratando de imponer cuando menos desde la primera revolución industrial, los campesinos son una anomalía: diversos por naturaleza, sustentan su polimorfismo perverso en múltiples y variadas maneras de interactuar con la biosfera. Porque mientras el sistema fabril es proclive a la especialización, la monotonía tecnológica y el emparejamiento humano, la agricultura es territorio de la heterogeneidad: variedad de climas, suelos, ecosistemas y paisajes que se expresa en diversidad productiva y sustenta pluralidad societaria y variedad cultural”.

mobilizem-se no sentido de consolidar experiências agroecológicas²⁷³, a reprodução de tais práticas e experiências nas unidades produtivas não é, certamente, generalizada. A este respeito, questionados sobre se usam, com frequência, defensivos naturais ou biofertilizantes – recursos básicos para a manutenção de uma produção sem uso de agrotóxicos – 16% dos camponeses que pudemos entrevistar afirmaram não usar, enquanto 84% deles disseram fazer uso de tais recursos. Embora represente a menor parcela dos camponeses entrevistados, consideramos esse percentual de 16% bastante expressivo, já que – não sendo permitido o uso de agrotóxicos – em momentos de incidência de pragas e doenças nos cultivos, especialmente nas hortaliças, são consideráveis as perdas ou dificuldades de manter a produtividade dentro dos níveis esperados (suficientes para atender ao consumo familiar e aos clientes das feiras agroecológicas), o que indica uma forte condição de vulnerabilidade dos camponeses²⁷⁴.

O uso de agrotóxicos ou adubos químicos por parte dos integrantes das feiras agroecológica estudadas, embora seja proibido (sendo isto um consenso em torno de todos os grupos de camponeses estudados, como demonstramos anteriormente²⁷⁵), mostra-se como algo que merece ser analisado. Nesta perspectiva, cabe identificar se há uso de tais produtos em alguma etapa ou área ligada ao processo de produção e se isto, na concepção dos camponeses, representa uma incoerência frente àquilo que assumiram como princípio para seu trabalho²⁷⁶. Além disso, consideramos importante compreender a relação dos camponeses com os agrotóxicos e adubos químicos (no passado).

Acerca do uso de agrotóxicos no passado, por parte dos camponeses ligados às feiras agroecológicas estudadas, observamos, mediante aplicação de questionários, que 34% disseram *nunca* ter utilizado regularmente agrotóxicos ou adubos químicos na produção agrícola. Assim, a maioria, correspondente a 66%, disse já ter utilizado de tais recursos no processo produtivo alguma vez na vida. Entre estes camponeses, 8% afirmaram ter utilizado

²⁷³ Tal como pudemos constatar em vários trabalhos de campo realizados em unidades produtivas agroecológicas nos assentamentos Dona Helena (Cruz do Espírito Santo-PB), Padre Gino (Sapé-PB), Acauã (Aparecida-PB), Santo Antônio (Cajazeiras-PB), bem como através de consultas em vários boletins informativos (cf. Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

²⁷⁴ Aqueles produtos de maior dificuldade de produção não são fáceis de serem encontrados em algumas das feiras agroecológicas paraibanas. Um importante exemplo é o tomate, alimento bastante procurado por clientes, mas que – por exemplo, nas feiras agroecológicas do Bessa e UFPB – raramente é ofertado com abundância. Por outro lado, pudemos constatar uma alta produtividade, inclusive desta cultura, entre aqueles camponeses responsáveis pelas feiras agroecológicas do Valentina e Bancários, localizadas em João Pessoa, e a feira regional Campina Grande. Nestes casos, reclama-se, inclusive, da “falta de clientes”, sendo bastante comum que vários produtos sobrem (nas palavras dos feirantes: “bóiem”) ao fim de cada dia de feira.

²⁷⁵ Cf. o Capítulo 3 desta dissertação (p. 128).

²⁷⁶ É importante ressaltar que não é o nosso propósito aqui assumir uma posição normativa, avaliando se a prática dos camponeses investigados é ou não “correta” mediante a conformidade com certos princípios técnicos assumidos por nós. Propomo-nos aqui, isto sim, a investigar a prática camponesa e o modo pelo qual esta prática é entendida pelos próprios camponeses, equacionando tais questões no âmbito das suas próprias organizações (associações e redes) e, assim, diante dos princípios por eles mesmos assumidos.

por menos de 1 ano; a maioria (45%), afirmou ter usado por um período de 1 a menos de 5 anos; 13% entre 5 e menos de 10 anos; 16% entre 10 e menos de 15 anos e, por fim, 10% afirmaram ter usado agrotóxicos regularmente por um período superior a 15 anos²⁷⁷.

O uso anterior do “veneno” embasa a atual crítica que vários destes entrevistados empreendem em relação a tais insumos, guarnece-os com um arsenal de situações passadas que fundamentam sua posição atual a favor da agroecologia. Desenvolve-se, pois, uma argumentação “testemunhal”, atravessada por exemplos vivenciados por quem, posteriormente, “se conscientizou” dos males causados pelos agrotóxicos. A este respeito, observemos o depoimento de Paulo Ferreira de Oliveira, que nos informou ter utilizado agrotóxicos por aproximadamente 15 anos²⁷⁸:

Eu comecei a plantar verdura em 1976, de uma maneira totalmente rústica, só com os ensinamentos da providência divina e fui trabalhando, trabalhei até 1990. Naquele tempo não tinha energia, tudo era na mão. Aguava com a cuia, assim. Depois veio energia, eu comprei uma bomba, um motor bomba. A química, eu não sabia o que era. Eu usei bem vinte anos. Olha meu corpo como é... é só eu coçar que faz isso, olhe*. Eu não morri porque Deus é grande. Eu mexia com a mão... mexia. Nós usávamos uma faixa de 14 espécies de veneno... “isso é bom pra isso, isso é bom pra dar flor, isso é bom pra crescer, isso é bom pra num sei o que...” e tudo aí foi misturando, né? Até que um certo ano morreu um sobrinho meu. Dezenove anos, em véspera de se formar... foi pulverizar uma laranjeira e tava com um corte no braço, pingou em cima, só durou sete dias. Leucemia. Foi pra João Pessoa, mas num teve mais jeito. Na outra semana morreu outro vizinho. Aí nós começamos a procurar o que é que estava acontecendo. Perguntamos à EMATER, na época era só EMATER, num tinha AS-PTA ainda não. O vizinho morreu pulverizando. Ele tava pulverizando, só andou como daqui naquele muro. Subindo uma ladeira, quando chegou lá, só foi emborcar assim, “meu irmão, me ajuda que eu tou morrendo” e só fez cair. Aí a gente começou a procurar saber o que tava acontecendo e o resultado é porque a gente tava usando veneno sem nenhuma precaução. Tudo assim... eu num mexia com a mão?! Aí foi que entrou o sindicato, que entrou a AS-PTA e nós tivemos muitas reuniões, muitos encontros, nós trouxemos gente, agrônomo de São Paulo, da Bahia, do Paraná, de todo canto, a gente trouxe pra ver o que tava acontecendo. Então, era os venenos demais. Então nós passamos a criar um trabalho sem veneno. A gente produz mais, a gente não tem problema de saúde mais, graças à Deus acabou, tudo aí é sem veneno [aponta para as hortaliças dispostas sobre a barraca, na feira]²⁷⁹.

²⁷⁷ 8% dos entrevistados não souberam determinar o tempo em que utilizaram agrotóxicos nos cultivos.

²⁷⁸ Paulo Ferreira de Oliveira, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio Alvinho, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

* O entrevistado passa a mão sobre o seu braço, de onde se pode perceber o desmembramento de pequenos fragmentos de pele, similares à caspa. Esse gesto do entrevistado ilustra o tom trágico que percorre toda a sua narrativa.

²⁷⁹ Paulo Ferreira de Oliveira, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio Alvinho, Lagoa Seca-PB, em entrevista concedida ao autor em jun./2008.

As palavras do entrevistado deixam nítida a idéia de que a imprudência no uso do agrotóxico era decorrência direta da “ignorância” em relação ao perigo resultante da aplicação descontrolada do produto. Foi preciso que ocorressem mortes, para que a comunidade empreendesse um pedido de ajuda (junto à EMATER) para descobrir “o que estava acontecendo”. Só após a realização de “muitas reuniões, muitos encontros” e do contato com vários agrônomos de diferentes lugares do país é que parte dos camponeses notou que os problemas existentes eram causados pelo agrotóxico, pelo excesso de veneno. A agroecologia foi a consequência da negação da situação relatada: foi preciso “criar um trabalho sem veneno”. O sucesso da mudança é destacado pelo entrevistado em seguida: com a agroecologia, “a gente produz mais, a gente não tem problema de saúde mais, graças a Deus acabou, tudo aí é sem veneno”.

A preocupação do entrevistado mostra-se pertinente se considerarmos o fato de que o Brasil está entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo²⁸⁰ e que, segundo vários estudos²⁸¹, são abundantes os riscos de intoxicação e doenças associadas ao uso desses produtos. A situação é ainda mais grave quando levamos em conta a presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil, como foi comprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através do seu Programa Nacional de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). A pesquisa revelou a presença de resíduos irregulares de defensivos agrícolas nos seguintes produtos: morango (43,6% de contaminação), tomate (44,7%), alface (40%), banana (4,3%), batata (1,36%), cenoura (9,9%), laranja (6%), maçã (2,9%) e mamão (17,2%). Estes dados são fruto de um total de 1.198 amostras recolhidas pelas vigilâncias sanitárias de Estados e municípios que foram analisadas. Ficou constatado também o uso de agrotóxicos já proibidos²⁸².

Sabendo-se, pois, dos riscos e dos danos sociais e ambientais²⁸³ relacionados ao uso de agrotóxicos, as práticas agroecológicas, empreendidas por esses camponeses, passam a assumir um conteúdo fortemente crítico. Como vimos anteriormente, entre os camponeses paraibanos entrevistados, há uma concepção fortemente disseminada de que a agroecologia contrapõe-se aos agrotóxicos, configurando um conjunto de práticas que materializam alternativas ao seu uso e, do mesmo modo, podem representar parte de uma visão de mundo

²⁸⁰ Cf. reportagem “Brasil lidera uso mundial de agrotóxicos”, Jornal “O Estadão de São Paulo”, 07/08/2009, disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not_imp414820,0.php (Acesso em Jul./2010).

²⁸¹ Como exemplo, podemos mencionar os seguintes trabalhos: Adissi et. al. (2000); Adissi e Pinheiro (2005); Soares et. al. (2005); Medeiros et. al. (2009) e Araújo et. al. (2000).

²⁸² Informação obtida através do site: <http://www.dr-organico.com.br/noticias/index.php?id=2> (Acesso em Jul./2010).

²⁸³ Sobre os danos ambientais associados à aplicação de agrotóxicos, cf., por exemplo, Novaes (2001).

“mais ampla” ²⁸⁴. Nesta perspectiva, estamos diante de uma *relação negativa* entre agroecologia e agrotóxicos, reiterada enquanto aspecto constitutivo dos grupos/associações que formam as feiras agroecológicas paraibanas²⁸⁵.

Essa *negação* aos agrotóxicos é, mais precisamente, a própria definição de agroecologia expressa por vários camponeses ligados às feiras agroecológicas estudadas. Isto pôde ser observado, também, a partir das respostas dadas pelos entrevistados à seguinte questão: “Sua produção é agroecológica? Por quê?” ²⁸⁶. Diante da pergunta, a totalidade dos entrevistados afirmou que *sim* e, justificando a resposta, 88% mencionaram o fato de não usarem agrotóxicos e/ou terem passado a substituí-los pelos defensivos naturais²⁸⁷. É importante destacar que, mesmo entre aqueles que não citaram, diretamente, os agrotóxicos (os 12%), é possível identificar referências indiretas à negação em relação ao seu uso (pressupondo, pois, a sua não utilização), tratada a partir de seus efeitos positivos: “(minha produção é agroecológica) porque é um meio de viver melhor, tanto no aspecto humano e ambiental” ²⁸⁸; “porque produzo de maneira sustentável, sem agredir o meio ambiente” ²⁸⁹; “(porque) eu acredito que esses produtos são mais saudáveis. Antes eu comprava a morte e pagava para morrer, hoje eu vendo saúde” ²⁹⁰; “porque é mais saudável” ²⁹¹. Nesta perspectiva, mostra-se evidente uma relativa homogeneidade das respostas dos entrevistados, com pequenas variações relacionadas, fundamentalmente, à abordagem a partir da qual a negação aos agrotóxicos é tratada.

Pudemos identificar, do mesmo modo, que apesar de todo o sistema de regramento existente, isto é, dos “mecanismos de fiscalização” ²⁹² que buscam manter os integrantes das feiras nos limites das regras compartilhadas, práticas consideradas inapropriadas pelos

²⁸⁴ Sobre este aspecto, cf., nesta dissertação, o Capítulo 3 (p. 126).

²⁸⁵ A este respeito, basta mencionar os diversos mecanismos formais e informais de controle e normatização aos quais estão auto-submetidos os camponeses, tendo estes mecanismos como objetivo estabelecer e afirmar os limites assumidos coletivamente pelos feirantes envolvidos com os grupos/associações. Neste processo, a não utilização dos agrotóxicos apresenta-se como critério fundante de todos estes grupos/associações, compartilhado formalmente pelos integrantes das feiras agroecológicas.

²⁸⁶ Cf. questão 17, Anexo 1 – Questionário.

²⁸⁷ Além da não utilização de agrotóxicos/adubo químico, foram mencionados, por alguns destes camponeses, também os seguintes aspectos enquanto justificativa para definir sua produção como agroecológica: não praticar queimadas, diversificar a produção, fazer cobertura morta, trabalhar com compostagem orgânica, preservar a natureza, ter cerca viva, reflorestar e preservar o solo.

²⁸⁸ Orlando Soares Correia, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio sem nome declarado, Alagoa Nova-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁸⁹ Oclécio Virgínio Marciel, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio Almeida, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁹⁰ José Alves da Silva (Zé Félix), feira agroecológica de Cajazeiras, Assentamento Bartolomeu I, Bonito de Santa Fé-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

²⁹¹ Josineide Moraes, feira agroecológica do Valentina, Sítio Cuiá, João Pessoa-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

²⁹² Cf. p. 129-130 desta dissertação.

camponeses e assessores técnicos podem ser, pelo menos temporariamente, realizadas. Isto se tornou evidente após algumas respostas de uma das entrevistadas²⁹³, que afirmou: “(minha produção é agroecológica) porque não uso veneno, só para (combater a) formiga”²⁹⁴. Sendo desnecessário afirmar que isto é “usar veneno”, podemos, neste caso, confrontar esta resposta com outras, da mesma entrevistada, referentes a diferentes questões presentes no questionário aplicado. Assim, indagada sobre “O que é agroecologia para o Sr./Sra?”²⁹⁵, a mesma respondeu, sem hesitar: “Produzir tudo natural, sem veneno”²⁹⁶. Após uma pequena pausa, onde possivelmente lembrou-se da resposta anterior na qual afirmara que usava veneno para combater a formiga (e que sua produção é agroecológica), continuou: “(na agroecologia) às vezes usa veneno fraquinho... sabendo usar, pode usar veneno, pra não perder”. Observa-se, por um lado, um conhecimento mínimo das regras que acompanham a participação na feira agroecológica e, por outro, a falta de capacidade, interesse ou possibilidade para o cumprimento de tais regras, o que acabou servindo como meio de relativização de seu rigor.

Sabendo-se que, em grande medida, as reuniões e assembléias são consideradas ocasiões fundamentais de definição e afirmação de limites, servindo como meio de “consertar o que está errado”²⁹⁷, é pertinente avaliar a relação desta entrevistada com estes eventos. Assim, pedimos para que a mesma respondesse à seguinte questão: “Qual é a importância das assembléias e reuniões realizadas pelo grupo da feira agroecológica? Por quê?”. Sua resposta foi imediata: “Não participo. É desorganizado... um dia eu fui, mas não teve reunião”²⁹⁸. Por seu caráter “desorganizado”, a entrevistada justifica a sua ausência permanente (“não participo”). Sabe-se que a não participação em assembléias e reuniões é considerada, por si só, um motivo suficiente para advertências e, no limite, expulsão de camponeses em feiras agroecológicas paraibanas²⁹⁹: indica a não disponibilidade para compartilhar a afirmação dos

²⁹³ Sabendo que a exposição do nome real da entrevistada, neste caso, poderia abrir a possibilidade de que a mesma fosse hostilizada ou mesmo expulsa da feira da qual participa, em razão do caráter controvertido da temática abordada, optamos aqui por omiti-lo. Interessamo-nos, pois, neste trabalho, não na punição de quem eventualmente cometeu “irregularidades”, mas no alcance de mediações úteis para tornar o nosso objeto de análise mais inteligível.

²⁹⁴ Questionário aplicado em Nov./2009.

²⁹⁵ Cf. questão 19, Anexo 1 – Questionário.

²⁹⁶ Questionário aplicado em Nov./2009.

²⁹⁷ Cf. p. 134 desta dissertação.

²⁹⁸ Questionário aplicado em Nov./2009.

²⁹⁹ Presenciamos, em meados de 2005, uma tensa assembléia entre os camponeses da feira agroecológica da UFPB, na qual estava sendo deliberada uma punição para uma participante que havia faltado várias vezes aos momentos de comercialização na feira e não participava de assembléias e reuniões. Na ocasião, firmou-se um acirrado debate, entre os participantes, em torno da possibilidade de o regimento interno permitir a expulsão imediata, sem medidas prévias, como advertências. Neste caso, o regimento interno previa, antes de uma expulsão, no caso do referido motivo, advertências verbais e escritas, algo que foi respeitado pelos defensores da expulsão da feirante em questão. Reincidindo no “erro”, a feirante acabou posteriormente expulsa por decisão tomada em assembléia.

limites e, de maneira indireta ou implícita, o não reconhecimento destes limites. Nesta perspectiva, cabe a observação de Norbert Elias (2000, p. 40), para quem “A opinião grupal tem, sob certos aspectos, a função e o caráter de consciência da própria pessoa. Esta, na verdade, sendo formada num processo grupal, permanece ligada àquela por um cordão elástico, ainda que invisível”. Neste caso, o “cordão elástico” ao qual se referiu Norbert Elias, mostra-se ainda mais maleável, algo que pode ser explicado pelo fato particular de a pessoa em questão (nossa entrevistada) não ter participado diretamente da formação do grupo ao qual está atualmente envolvida: trata-se, neste caso específico, de alguém originalmente vinculado a uma feira livre que, em determinado momento, teve a oportunidade de inserir-se na feira agroecológica³⁰⁰, algo que se deu, como pudemos observar, sem que houvesse uma absorção ou comprometimento satisfatório – dentro das expectativas compartilhadas e afirmadas pelos próprios integrantes do grupo – com as práticas e preceitos agroecológicos. Com efeito, a manutenção do distanciamento entre práticas e atitudes da entrevistada e as normas/expectativas do grupo da qual a mesma participa indica um nível considerável de inconsistência na efetivação dos “mecanismos de controle” responsáveis pela afirmação dos limites que definem o próprio grupo, tornando-o vulnerável a denúncias externas e, no limite, à dissolução.

O pouco comprometimento em relação às atividades, práticas e concepções associadas à feira agroecológica, neste caso, parece-nos que está associado a um sentimento de frustração de uma expectativa que a entrevistada possuía em relação ao novo grupo em que passou a se envolver. Atentamo-nos para este aspecto quando observamos sua reação à nossa pergunta “Qual é a principal importância da feira agroecológica para o Sr./Sra.?”³⁰¹. Como resposta, obtivemos: “Nenhuma, porque é o mesmo preço do convencional e fica no prejuízo, às vezes fica até mais barato”³⁰². Esta perspectiva foi reiterada quando perguntamos se a mesma sentia-se satisfeita com os preços dos alimentos vendidos na feira agroecológica³⁰³: “Não. Porque é mais saudável e é o mesmo preço (que os produtos convencionais) e sai no prejuízo. Os clientes preferem com veneno, limpinho”³⁰⁴.

Observa-se que a idéia do “prejuízo” está fortemente relacionada com as eventuais perdas derivadas de uma exposição dos produtos às pragas e doenças. Aqueles alimentos que “sobrevivem” a condições tão adversas têm a aparência considerada inapropriada à

³⁰⁰ Informação obtida por meio de questionário aplicado em Nov.2009.

³⁰¹ Cf. questão 20, Anexo 1 – Questionário.

³⁰² Questionário aplicado em Nov./2009.

³⁰³ Cf. Questão 24, Anexo 1 – Questionário.

³⁰⁴ Questionário aplicado em Nov./2009.

comercialização, ou pelo menos insuficiente para satisfazer as exigências dos consumidores (“os clientes preferem com veneno, limpinho”), o que resulta numa diminuição do seu preço e, como consequência, do arrecadado financeiro ao fim de cada feira. Nesta realidade, cabe reiterar que o esforço de vários camponeses e assessores técnicos pela disseminação das “práticas agroecológicas” (uso de compostos orgânicos, defensivos naturais, biofertilizantes, cobertura morta, húmus, reflorestamento, sementeiras, estufas para conservação de mudas, etc.) tem como propósito criar condições mínimas para viabilizar uma satisfatória “produção sem veneno”. Neste caso, tais “práticas agroecológicas”, não são mobilizadas, como constatamos após perguntarmos se a entrevistada fazia uso de algum defensivo natural/biofertilizante em alguma cultura³⁰⁵. Justificando sua resposta negativa, a mesma afirmou: “porque dá muito trabalho”³⁰⁶. Parece, portanto, considerável a sua exposição às adversidades que acompanham a produção agrícola. Isto se agrava se considerarmos o aparente distanciamento da entrevistada em relação aos demais feirantes, por exemplo, ao isentar-se de participar das atividades que integram e fortalecem a unidade dos membros da feira agroecológica (reuniões, assembléias, visitas de intercâmbio³⁰⁷). Assim, em momentos de crise (incidência de pragas e doenças sobre as culturas), por não integrar-se de forma tão intensa ao grupo, a mesma não pode compartilhar, do mesmo modo que os demais, seus problemas e, assim, contar com o apoio dos companheiros para solucioná-los. Recorre, então, eventualmente, àquilo que lhe resta: os agrotóxicos.

A análise de um “caso limite”, como este que expusemos, serve-nos como um parâmetro para o entendimento das feiras agroecológicas, na medida em que aponta para a existência de relações distintas, por vezes contraditórias, com as práticas que referenciam os grupos/associações da Paraíba, aqui estudados, ligados à agroecologia. Entretanto, o “olhar negativo” em relação à agroecologia, que acabamos de expor, não é, certamente, o predominante entre os camponeses estudados. Ao contrário, as feiras agroecológicas – sua dinâmica, os resultados a ela associados, sua organização, etc. – são bastante valorizadas pelos camponeses, equacionadas, por vezes, como a materialização de uma conquista almejada há anos. Tal conquista, vale destacar, é o resultado de um amplo esforço coletivo, um processo atravessado por desafios e superações, marcado por eventos e situações que, quando rememorados, chegam a emocionar alguns camponeses, protagonistas dessa história.

³⁰⁵ Cf. Questão 30, Anexo 1 – Questionário.

³⁰⁶ Questionário aplicado em Nov./2009.

³⁰⁷ A mesma nunca participou de visitas de intercâmbio, conforme nos informou em questionário aplicado em Nov./2009.

A este respeito, observemos o depoimento de Geraldo Rodrigues, integrante da feira agroecológica da UFPB:

Eu lembro como se fosse hoje. Quando eu vendia uma caixa de acerola por R\$ 5,00 (cinco reais), que cheguei aqui, vendendo direto ao consumidor, e apurei R\$ 30,00 (trinta reais), mudou 100%. Rapaz, 100%, pense aí... Cheguei em casa, minha filha olhou lá onde guarda comida, depois que eu cheguei e fiz a feira, né? Aí, minha esposa disse que ela disse: “graças a Deus”. De lá pra cá começou a melhorar. Melhorou, melhorou... A gente respeita muito o meio ambiente, né? E isso é muito importante. Quando eu lembro disso eu me emociono³⁰⁸.

De modo similar, nos relata Manuel de Sousa Olegário (Sr. Nequinho), integrante da feira agroecológica do Bessa:

Quando eu entrei nesse processo, eu entrei com o objetivo das coisas simplesmente melhorarem, como melhorou. Melhorou 70%, então como você me perguntou: o que eu não tinha condição de comprar, hoje tenho, graças a Deus. Até porque eu faço compra no Conterrâneo, ali em Itambé. Ontem mesmo minha esposa foi. É um supermercado, bem grande... Então, ontem ela foi, quando chegou, eu olhando assim e pensando “graças a Deus”. Quem me dá essa condição é a feirinha, porque antes não tinha condição não, meu amigo. Eu chegava ali em Alhandra... com R\$ 50,00 (cinquenta reais) ou R\$ 60,00 (sessenta reais) ninguém faz nada, e hoje principalmente, que o real desvalorizou-se numa condição que só Jesus mesmo pra socorrer nós, porque você chega ali no mercado com R\$ 100,00 (cem reais), num dá pra nada. Então lá a gente faz feira pra passar mês. Então, eu tenho o mês todinho, movimentando, caminhando pra feirinha, juntando o dinheiro, pra quando chegar no fim do mês ir lá no Conterrâneo, prestar conta lá e fazer novas compras e tá em ordem. Estamos devendo, pagamos ontem, mais uma (feira) que veio pra casa, já ficamos devendo. Isso é muito bom, rapaz. É muito bom... Então melhorou muito, viu? 70% de melhoria depois que eu comecei a participar desse processo, porque antes era só chicotada, sofrimento, andar magro, fraco, sem comer bem e hoje, graças a Deus, o camarada chega aqui e diz, “rapaz, o que foi que ele fez...”, quando eu tirava aqui um cento de coco e levava pra feira, o coco aqui é R\$ 0,10 (dez centavos) aqui no mato, aí eu levava pra feira, chego lá e vendia aquele cento de coco todinho, boto R\$ 50,00 (cinquenta reais) no bolso, à R\$ 0,50 (cinquenta centavos), aí o homem (um cliente) chega e diz, “mas, irmão, num dá pro senhor fazer aqui dez por R\$ 4,00 (quatro reais) não, à R\$ 0,40? (quarenta centavos)”, eu digo: “dá”!³⁰⁹

É possível observar claramente, a partir dos depoimentos supracitados, o significativo impacto exercido pelas feiras agroecológicas sobre o consumo da família camponesa.

³⁰⁸ Geraldo Rodrigues, feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jan./2010.

³⁰⁹ Manuel de Sousa Olegário (Sr. Nequinho), feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbu-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.

Destaca-se a importância da venda direta – relação entre produtores e consumidores não mediada pelo capital comercial (atravessadores) –, dando condições para a apropriação familiar da renda da terra produzida no interior da unidade produtiva. O estabelecimento deste elo entre produtores e consumidores é entendido como causa fundamental das melhorias que puderam ser notadas pelos entrevistados. Adicionalmente, ainda no âmbito do consumo, é importante destacar a possibilidade aberta de melhorias na alimentação dos camponeses, como decorrência direta da diversificação nos cultivos e inclusão na “mesa” da família de alimentos (sem agrotóxicos), muitas vezes antes desconhecidos ou não consumidos³¹⁰.

Um dimensionamento das feiras agroecológicas frente a outros canais de comercialização

Já apontamos, de forma sumária, indícios de que as feiras agroecológicas constituem-se como uma importante estratégia econômica mobilizada pelos camponeses, impactando financeiramente, de forma positiva, as unidades familiares aqui investigadas. Com efeito, cabe analisar de forma mais detida esta questão. Assim, em princípio, mostra-se relevante localizar as feiras agroecológicas em meio a outras formas de comercialização utilizadas pelos camponeses inseridos em nosso estudo. Tendo esta questão em vista, buscamos levantar, através dos questionários aplicados, a proporção entre os alimentos vendidos nas feiras agroecológicas e aqueles comercializados através de outros canais (atravessadores, feiras livres, usinas, fábricas, etc.), identificando o destino dos produtos. Como resultado, constatamos a grande relevância das feiras agroecológicas enquanto canal de comercialização da produção camponesa estudada. A este respeito, basta mencionar que expressivos 40% dos entrevistados afirmaram ter a feira agroecológica como *único* meio mobilizado regularmente para a venda dos seus produtos, não recorrendo, pois, a atravessadores ou outras formas de

³¹⁰ O consumo dos alimentos agroecológicos, entre os camponeses, e as vantagens associadas a isto é algo significativo para vários daqueles que pudemos entrevistar. Em visitas, muitas vezes não programadas, às residências de camponeses – onde tivemos a oportunidade de contar com grande hospitalidade e generosidade dos anfitriões – pudemos consumir e presenciar o consumo (por crianças, inclusive) de verduras frescas, especialmente alface, tomate, couve, coentro e rúcula, combinadas com feijão, arroz, carne, etc.. A importância dos alimentos agroecológicos para o consumo familiar foi algo também revelado mediante aplicação dos questionários. A este respeito, basta dizer que 91% dos entrevistados afirmaram consumir, no âmbito da unidade familiar, *todos* os alimentos agroecológicos produzidos. Os 9% restantes, correspondem àqueles que disseram consumir apenas *uma parte* desses produtos, alegando, por exemplo, que “a família não gosta muito de verdura” ou que “a juventude come pouca verdura”. Em relação a este aspecto, Mariano Neto (2006, p. 199) mostra-se menos otimista: “Ao observar as práticas alimentares dos agricultores, nota-se que os mesmos não seguem os hábitos alimentares das novidades por eles propagadas. Muitos reclamam dos sabores fortes, do cheiro e das fibras de algumas folhas, legumes e tubérculos, mas todos possuem receitas na ponta da língua para oferecer aos consumidores que freqüentam as feiras agroecológicas locais”.

comercialização³¹¹. Identificamos ainda que 46% dos camponeses entrevistados, integrantes das feiras agroecológicas, mobilizam *também* outros canais de comercialização para a venda dos *mesmos* produtos que são comumente comercializados por eles na feira agroecológica. Enquanto opções de comercialização para estes produtos, os camponeses afirmaram valerem-se de feiras livres, outras feiras agroecológicas, “vendas individuais”³¹², venda direta para os clientes que vão até os assentamentos/sítios buscar os produtos, atravessadores, supermercados e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Um menor número dos entrevistados, algo em torno de 7%, afirmou ter um tipo de produção dissociada das feiras agroecológicas, isto é, direcionada a outros canais de comercialização distintos: atravessadores, proprietários de usinas e fábricas de farinha. Os produtos comercializados nesta condição, citados pelos entrevistados, foram a cana-de-açúcar, urucum e mandioca, tendo os camponeses alegado que a relação com intermediários, neste caso, mantém-se em razão da ausência de meios para o beneficiamento desses produtos, o que inviabiliza a sua venda direta. Também 7% dos camponeses entrevistados disseram ter uma produção destinada à feira agroecológica, mobilizar outros canais de comercialização para a venda dos mesmos produtos vendidos nas feiras agroecológicas e, além disso, ter também uma produção *distinta* daquela vendida nas feiras agroecológicas.

Sendo as feiras agroecológicas um importante meio para a comercialização da produção entre aqueles camponeses que pudemos entrevistar, como vimos, cabe investigar a participação deste canal de comercialização em meio aos demais, sob um ponto de vista monetário. Para isto, optamos pela realização de um levantamento simples em algumas das feiras agroecológicas consideradas na pesquisa³¹³. Neste levantamento, identificamos os produtos comercializados por cada produtor em um dia de feira, escolhido ao acaso, bem como a quantidade e o preço dos produtos vendidos. Com base nestas variáveis, obtivemos o ingresso financeiro em um dia de feira (renda bruta) de cada feirante considerado. Como resultado, constatamos que a média da renda bruta, por feira, desses camponeses é de R\$ 226,21, o que, como estimativa, equivale a R\$ 904,84 por mês, para cada produtor-feirante³¹⁴.

³¹¹ Destes camponeses, 85% possuem algum tipo de rendimento complementar e 15% disseram sobreviver *apenas* das feiras agroecológicas. Entre os tipos de rendimentos complementares mobilizados, destacam-se os recursos obtidos através do Programa Bolsa Família, aposentadoria e salários de algum membro da família que exerce outras atividades não relacionadas diretamente à produção agrícola familiar (pedreiro, vendedor autônomo, assessor da CPT e trabalho em usina).

³¹² A situação aqui designada como “venda individual” é aquela na qual o produtor dirige-se à cidade, sozinho ou apenas com sua família, para comercializar os alimentos agroecológicos aos clientes que passarem pelo local.

³¹³ Pudemos levantar os dados mencionados de 30 camponeses das seguintes feiras agroecológicas: Cajazeiras, Aparecida, UFPB, Bessa e Valentina.

³¹⁴ Considerando aqui um mês com quatro semanas, isto é, com quatro feiras agroecológicas realizadas.

Entre os feirantes considerados, 27% obtiveram uma renda bruta inferior a R\$100,00, e a maior parte, algo em torno de 67%, arrecadaram, nas semanas da pesquisa, valores que oscilam entre R\$ 100,00 e R\$ 400,00. Entre os camponeses aqui considerados, dois (6%) destacaram-se com uma arrecadação semanal de R\$ 985,00 e R\$ 604,75, superando substancialmente a média, elevando-a³¹⁵ (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Renda bruta (R\$) em um dia de comercialização em feiras agroecológicas paraibanas, por produtor-feirante. Fonte: Trabalho de Campo/2009-2010. Org.: Thiago Araújo Santos.

Com o propósito de obter um quadro comparativo entre os rendimentos adquiridos através das feiras agroecológicas acima mencionados, e aqueles logrados mediante a comercialização por outros meios (atravessadores, usinas, PAA, feiras livres, etc.)³¹⁶, solicitamos aos entrevistados que nos dessem informações sobre seus rendimentos mensais formados pela comercialização dos produtos *fora* da feira agroecológica. Assim, obtivemos uma média mensal, por camponês, de R\$ 466,25, pouco mais da metade da renda bruta estimada obtida, por mês, através da feira agroecológica, que, como vimos, foi de R\$ 904,84. Esta informação demonstra que, ainda que os camponeses citados mobilizem outras formas de comercialização, a feira agroecológica apresenta-se, para eles, como a principal fonte de ingresso financeiro para a unidade familiar. Isto fica ainda mais evidente quando comparamos a renda bruta mensal obtida através da feira agroecológica com os ganhos mediados por

³¹⁵ Trata-se de um dos integrantes da feira agroecológica do Bessa, o Sr. Pelé, que tem como principal produto comercializado a carne de sol (como mencionamos no Capítulo 2, p. 89) e uma participante da feira agroecológica do Valentina.

³¹⁶ Excluem-se, portanto, neste caso, aqueles que afirmaram ter como único canal de comercialização de seus produtos a feira agroecológica.

outros canais de comercialização, de cada produtor-feirante. Nesta perspectiva, constata-se a preponderância dos rendimentos obtidos através das feiras agroecológicas sobre aqueles oriundos de outros canais de comercialização, entre *todos* os camponeses mencionados, como pode ser visualizado no Gráfico 3³¹⁷:

Gráfico 3 – Renda bruta mensal (R\$) obtida através das feiras agroecológicas paraibanas e de outros canais de comercialização, por produtor-feirante. Fonte: Trabalho de Campo/2009-2010. Org.: Thiago Araújo Santos.

As informações acima discutidas são suficientes para demonstrar que as feiras agroecológicas possuem centralidade no âmbito da unidade familiar camponesa aqui investigada. Em outras palavras, tomando como base a comparação com outras possibilidades de comercialização, estas feiras se constituem algo fundamental na vida dos homens e mulheres que pudemos entrevistar; tanto no que se refere ao destino dos produtos, quanto em relação ao retorno financeiro advindo desta opção. Como consequência, pode-se inferir acerca da atual condição de marginalidade de formas tipicamente “convencionais” de comercialização da produção (atravessadores, usinas, fábricas, etc.) no âmbito das unidades econômicas camponesas aqui consideradas. Com efeito, isto aponta para a concretude da *negação* da situação passada, ou seja, para a radicalidade da mudança acompanhada pela escolha da agroecologia enquanto referência produtiva e estratégia de comercialização. Tal mudança, como vimos, requalifica as unidades produtivas, estimulando a diversificação dos

³¹⁷ Foi possível obter informações sobre o rendimento bruto, em um dia de feira e, além disso, o faturamento mensal com a comercialização de produtos *fora* da feira agroecológica, de apenas 14 dos camponeses entrevistados. Neste caso, consideramos que, apesar de não abarcar a totalidade dos camponeses ligados às feiras agroecológicas paraibanas e nem de todos os nossos entrevistados, os dados são suficientemente coerentes para viabilizar a comparação aqui proposta.

cultivos, a negação ao uso de agrotóxicos, a prática do reflorestamento, o uso de compostagem, a aplicação de cobertura morta, o aproveitamento dos recursos disponíveis nos lotes, etc. Deste modo, além de trazer inegáveis benefícios de ordem econômica aos camponeses protagonistas dessas experiências de produção e comercialização, a opção pela agroecologia abre novas possibilidades de oferta de alimentos saudáveis diretamente aos consumidores das cidades nas quais as feiras agroecológicas estão situadas, denotando sua importância social, tanto no que se refere à esfera da produção (camponeses), quanto ao consumo (clientes).

Considerações sobre os preços dos alimentos agroecológicos paraibanos

Em primeiro lugar, cabe destacar que os alimentos produzidos sem agrotóxicos, na Paraíba, são ofertados – em todas as feiras inseridas no nosso estudo – por um preço semelhante, eventualmente mais baixo, ao das feiras livres e supermercados. Este, inclusive, é considerado um aspecto atrativo destas feiras agroecológicas, alimentando propagandas divulgadas em diversos veículos de comunicação, com o objetivo de atrair mais clientes, como demonstra uma reportagem divulgada no Jornal Correio da Paraíba, onde se enfatiza que a “Feira agroecológica no Bessa vende fruta 30% mais barato”:

O consumidor pessoense pode reduzir em até 30% os gastos na compra de hortaliças e raízes, como macaxeira e inhame, nas feiras agroecológicas de agricultores de assentamentos de reforma agrária, que estão se espalhando por bairros de João Pessoa. Uma alternativa para quem quer levar para casa produtos livres de agrotóxicos. No bairro do Bessa, em João Pessoa, o preço do quilo do tomate da feira dos agricultores custa R\$ 1,00, enquanto que nos supermercados o preço sobe para R\$ 1,50³¹⁸.

A relação entre os preços das feiras agroecológicas e do “mercado convencional”, pode ser também encontrada em boletins informativos. Em dois desses boletins são divulgadas comparações de preço, ambos demonstrando que nas feiras agroecológicas consideradas, os alimentos são, em sua maioria, mais baratos do que nos estabelecimentos comerciais onde a procedência dos produtos não é “garantida”³¹⁹. Os dados apresentados nos

³¹⁸ “Feira agroecológica no Bessa vende fruta 30% mais barato”, Jornal Correio da Paraíba, 22/12/2002 (Anexo 2 – Documentos - Reportagens).

³¹⁹ Participamos da elaboração de um desses boletins, quando, na ocasião, estávamos na condição de bolsista de extensão universitária no projeto ligado à feira agroecológica da UFPB, coordenado pela Profa. Dra. Valéria de Marcos. Trata-se do Boletim Projeto Feira Agroecológica, ano I, n. 2, Abr./2006 (Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

dois boletins, em forma de tabela, dizem respeito às feiras agroecológicas da UFPB³²⁰ e de Cajazeiras³²¹. Organizamos os dados encontrados e chegamos aos gráficos³²² abaixo posicionados:

³²⁰ Cf. Boletim Projeto Feira Agroecológica, ano I, n. 2, Abr./2006. (Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

³²¹ Cf. Jornal Frutos da Terra: jornal das feiras agroecológicas do Alto Sertão Paraibano, ano I, n. 2. (Anexo 2 – Documentos – Boletins Informativos).

³²² A oferta dos produtos citados pode variar entre um gráfico e outro, o que não prejudica a comparação de preço aqui pretendida, já que a intenção não é comparar os preços entre as feiras agroecológicas, mas de cada uma delas com os estabelecimentos comerciais correspondentes em cada gráfico.

Gráfico 4 – Relação de preços entre estabelecimentos comerciais em Cajazeiras-PB (R\$) – 2006. Fonte: Jornal Frutos da terra, ano I, n.2. Org.: Thiago Araújo Santos.

Gráfico 5 – Relação de preços entre estabelecimentos comerciais em João Pessoa-PB (R\$). Fonte: Boletim projeto feira agroecológica, ano I, número 2, abril de 2006. Org.: Thiago Araújo Santos

Observa-se o menor preço das feiras agroecológicas no que se refere à maioria dos alimentos analisados. Nos dados do Gráfico 5, por exemplo, constatamos que os preços dos produtos da feira agroecológica da UFPB chegam a ser 61% mais baixos do que o dos supermercados considerados na pesquisa. Diante disto, é pertinente avaliar a interpretação dos camponeses. Com este propósito, por meio de aplicação de questionários, perguntamos aos feirantes se os mesmos consideram-se satisfeitos com os preços dos alimentos comercializados na feira agroecológica. Constatamos, basicamente, três padrões de respostas. Um primeiro grupo, composto pela maioria dos camponeses entrevistados, correspondente a 51% deles, afirmaram-se satisfeitos com os preços dos produtos vendidos na feira. Como justificativa para essa resposta, foram recorrentes as referências ao passado, ao tempo em que havia a dependência aos atravessadores: “Sim, porque antes a gente vendia para o atravessador e acabava com a gente. É a pior praga que existe”³²³; “Sim, pois se fosse vender ao atravessador, seria pior”³²⁴; “Sim, pois se a gente fosse vender em São Tomé (sítio onde reside), ia vender ao atravessador”³²⁵; “Sim, porque se for de outro jeito é pior”³²⁶. Um segundo grupo de camponeses, algo em torno de 33% dos entrevistados, se disse satisfeito com o preço dos alimentos, mas demonstrou, ao mesmo tempo, certa expectativa para que houvesse um aumento. Neste caso, as respostas foram mais hesitantes: “Sim, mas acho que deveria ser melhor”³²⁷; “Mais ou menos. Tem alguns produtos que é R\$ 6,00 (seis reais) o quilo e aqui vende por R\$ 2,00 (dois reais). Tem gente que valoriza, tem gente que não”³²⁸; “Poderia ser maior, já que vende pelo mesmo preço do convencional”³²⁹. Por fim, um terceiro grupo, composto por 16% dos entrevistados, afirmou-se insatisfeito com os preços dos alimentos vendidos na feira agroecológica. Vários entrevistados deste grupo argumentaram que não há, nas suas respectivas feiras, um reconhecimento adequado das especificidades da produção agroecológica, por parte dos clientes: “Ainda não. Os produtos agroecológicos são

³²³ Francisco Paulo dos Santos, feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em questionário aplicado em Dez./2009.

³²⁴ Marluce Paulino da Silva, feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em questionário aplicado em Dez./2009.

³²⁵ Juarez, feira agroecológica de Campina Grande, Sítio São Tomé, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³²⁶ Francisco Fernando Filho, feira agroecológica de Aparecida, assentamento Veneza I, Aparecida-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³²⁷ Ana Cleide Gomes Pessoa (Nova), feira agroecológica de Cajazeiras, assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³²⁸ Severino do R. Moreira de Lima, feira agroecológica da UFPB, assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

³²⁹ José Matias de Silva, feira agroecológica do Valentina, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

pouco valorizados”³³⁰; “Se for dizer a verdade, não está adequado. É baixo demais”³³¹; “Não, não usamos veneno. Às vezes os clientes não querem pagar mais, mas temos muito trabalho”³³²; “Essa é uma questão de preocupação. Quem compra não entende a diferença dos produtos. As pessoas não aceitam outro preço”³³³.

Nesta realidade, constatamos que as feiras agroecológicas que absorvem um maior nível de insatisfação, tomando-se como base os preços dos alimentos ofertados, são aquelas do Valentina, Aparecida e Campina Grande. Em relação às duas primeiras, um importante elemento explicativo para esta menor satisfação, por parte dos camponeses, diante do preço dos alimentos vendidos é o fato de os feirantes agroecológicos dividirem o mesmo espaço com os comerciantes de feiras livres, sem grandes distinções de aparência entre a feira agroecológica e a “convencional”. Certamente, isto colabora para comprimir ainda mais os preços dos alimentos agroecológicos, lançando os camponeses na concorrência com outros comerciantes, dificultando a realização de delimitações (por vezes desejáveis³³⁴ pelos próprios feirantes), entre a agroecologia e a agricultura “convencional”: “Era para ser mais caro, mas a gente tá vendendo aqui junto com o povo do CEASA”³³⁵. Entre os integrantes da feira agroecológica regional de Campina Grande, por sua vez, destaca-se como elemento que

³³⁰ Hiolanda Maria Albuquerque de Sousa, feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³³¹ Rivaldo Justino Nunes, feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em questionário aplicado em Dez./2009.

³³² Marta Lúcia, feira agroecológica de Campina Grande, Sítio Lagoa de Gravatá, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³³³ Maria do Socorro Goveia, feira agroecológica de Aparecida, assentamento Acauã, Aparecida-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³³⁴ Tomemos como exemplo o seguinte depoimento do coordenador da Prohort, membro da feira agroecológica do Valentina, expondo as dificuldades de “dividir espaço” com uma feira livre: “Tem dificuldade, tem dificuldade... a partir do momento em que uma feira de orgânico passa a dividir espaço com uma feira de convencional, tem dificuldade porque a gente nem sempre consegue diferenciar de forma mais chamativa, né? A diferença do orgânico pro convencional. As pessoas que já freqüentam constantemente a feira, elas já sabem diferenciar, mas as pessoas que vão chegando pela primeira vez, muitas pessoas é possível que elas comprem até enganada, né? Que elas levem pra casa um produto que comprou lá do outro lado (na feira livre), achando que a feira como um todo é uma feira de produtos orgânicos” (Walter Joaquim de Souza, feira agroecológica do Valentina, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008.)

³³⁵ Gilvaneide dos Santos, feira agroecológica do Valentina, Comunidade Engenho Velho, Gramame-PB, em questionário aplicado em Nov./2009. Se, para alguns camponeses que pudemos entrevistar, esta aproximação física entre a feira agroecológica e a feira livre é indesejável, pois dificulta a delimitação das diferenças entre a agroecologia e a “agricultura convencional”, observamos que, por parte dos “feirantes livres” essa interpretação também pode ser encontrada, embora por razões distintas. Neste caso, a insatisfação resulta da possibilidade dos feirantes agroecológicos baixarem o preço dos produtos por serem eles também produtores, gerando uma “concorrência desleal” para aqueles feirantes livres que revendem os alimentos: “O único atrito que existe é porque a gente consegue vender mais em conta, né? Porque a feira é direto do produtor, então a gente consegue vender mais barato e às vezes o pessoal da feira convencional, que compra aqueles produtos para revender e às vezes eles têm que vender por aquele preço fixo, então tem tido ali um atrito” (Walter Joaquim de Souza, feira agroecológica do Valentina, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul./2008).

contribui para um maior nível de insatisfação em relação ao preço dos alimentos comercializados (em comparação às outras feiras agroecológicas), a própria trajetória de vida dos camponeses. Diferente dos integrantes das demais feiras agroecológicas inseridas no nosso estudo, anteriormente subjugados aos atravessadores, vários membros da feira regional de Campina Grande já tinham acesso à comercialização através de feiras livres ou CEASA antes do estabelecimento da feira agroecológica, tendo, pois, uma experiência anterior com o mercado de venda direta³³⁶. Isto colabora, na nossa compreensão, para um posicionamento relativamente mais “exigente”, por parte dos integrantes da feira agroecológica regional de Campina Grande, em relação aos preços dos alimentos ofertados.

A referência aos baixos preços dos alimentos ofertados nas feiras agroecológicas paraibanas contraria, certamente, a concepção bastante corrente de que os “produtos orgânicos” são, necessariamente, mais caros do que aqueles “convencionais”. Contraria, do mesmo modo, o posicionamento de autores como Martínéz Alier (1998), que defende a idéia que os camponeses que prestam “serviços ecológicos” – *externalidade positivas*, em suas palavras – deveriam ser recompensados por toda a sociedade, devendo ser reconhecida a especificidade do *valor social* desse “tipo de agricultura que usa pouca energia dos combustíveis fósseis e que é capaz de conservar e melhorar os recursos genéticos” (ALIER, 1998, p. 158). O autor defende que é preciso, da mesma maneira, “desacreditar socialmente a agricultura moderna enquanto produtora de externalidades negativas (empobrecimento genético, desperdício energético), que não sabemos como traduzir em valores crematísticos, mas que é prudente evitar” (ALIER, 1998, p. 159-160).

Alguns dos camponeses ligados às feiras agroecológicas consideradas têm se valido desse tipo de argumento para acessar mercados mais “seletivos”. Este é o caso dos produtores ligados à Prohort, que mantêm as feiras agroecológicas do bairro dos Bancários e Valentina. Além de ofertarem seus alimentos nas feiras citadas, os feirantes estabeleceram as “feiras itinerantes”, isto é, a venda dos alimentos agroecológicos diretamente aos consumidores em um ônibus personalizado, em dias, locais e horários específicos³³⁷. Como já adiantamos no capítulo 2, neste caso, a definição do preço segue uma lógica bastante distinta daquela das

³³⁶ Como exemplo, podemos mencionar Marta Lúcia F. da Silva, sítio Lagoa de Gravatá, Lagoa Seca e Orlando Soares Correia, sítio Ribeiro, Alagoa Nova, feira agroecológica regional de Campina Grande, em entrevistas concedidas ao autor em Jan./2010. A condição de vida desses camponeses, em comparação com aqueles das demais feiras agroecológicas aqui estudadas, mostra-se bem mais estável. Basta mencionar que, entre estes camponeses da feira agroecológica regional de Campina Grande, 70% herdaram as propriedades em que residem, indicando uma maior fixidez à terra (por vários anos), o que, em certa medida, colabora para o alcance de melhores posições para a comercialização dos alimentos produzidos.

³³⁷ Cf. p. 96, Capítulo 2 desta dissertação.

feiras agroecológicas que os mesmos produtores constituem³³⁸, resultando em um aumento de preço na ordem de 100% em comparação ao mercado “convencional” e às demais feiras agroecológicas. A escolha dos locais de comercialização responde, do mesmo modo, a uma opção deliberada por uma clientela “de luxo”, portadora de um poder aquisitivo suficientemente alto para aceitar tamanha diferença de preço³³⁹. A experiência concomitante com a comercialização agroecológica em um bairro periférico – no caso da feira agroecológica do Valentina – e através da “feira itinerante”, que possui um caráter fortemente elitizado, revela uma importante contradição, mencionada com frequência pelos camponeses da Prohort: não são aqueles clientes das “feiras itinerantes” que mais reclamam dos preços, mas, curiosamente, os da feira agroecológica do Valentina, onde os alimentos são bem mais baratos³⁴⁰. Os primeiros, quando se mostram insatisfeitos, questionam, predominantemente, a qualidade, diversidade da oferta e aparência dos produtos comercializados³⁴¹.

Se, por um lado, é plenamente legítimo que os camponeses sejam “retribuídos” financeiramente pelos “serviços ecológicos” que prestam à sociedade por sua forma específica de produzir, por outro, consideramos pertinente questionar a possibilidade de um suposto desenvolvimento exclusivo dos “mercados seletivos”, isto é, a venda dos alimentos agroecológicos com preços que superem excessivamente aqueles dos alimentos convencionais e aos atualmente ofertados nas feiras agroecológicas. Isto porque aos clientes com poder aquisitivo mais baixo não restaria, nesta hipótese, outra possibilidade senão a de recorrer aos alimentos “convencionais”, comprometendo, assim, um importante elo aberto entre o campo e a cidade, viabilizado pelas feiras agroecológicas. Nesta perspectiva, além de se constituírem em importantes canais de comercialização aos camponeses, as feiras agroecológicas

³³⁸ Cf. nota 131, p. 96, Capítulo 2.

³³⁹ Como já mencionamos, as “feiras itinerantes” da Prohort ocorrem, atualmente, em dois dos bairros mais nobres da cidade de João Pessoa, Tambaú e Manaíra. Sobre o “perfil econômico” dos clientes das feiras agroecológicas, podemos nos valer do estudo de Lima (2008, p. 171), que incluiu a feira agroecológica do Bessa e Mariano Neto (2006, p. 190), que abordou a agroecologia no Agreste Paraibano, referenciado nas feiras agroecológicas de Lagoa Seca, Remígio, Esperança e a comercialização realizada no Centro da cidade de João Pessoa-PB, em frente ao “restaurante Oca”, por Paulo Luna Freire, produtor orgânico de Lagoa Seca-PB. Os dois autores encontraram traços bastante semelhantes, identificando, principalmente, enquanto clientes das feiras agroecológicas: professores, desportistas, médicos, advogados, juízes, funcionários públicos e aposentados. Entretanto, se as profissões citadas, de forma geral, indicam uma boa condição financeira, localizando os clientes das feiras consideradas em um *status* econômico, no mínimo, de classe média, certamente este não é o caso de todas as feiras agroecológicas paraibanas. Entre as feiras inseridas no nosso estudo, a feira agroecológica do Valentina parece-nos, a este respeito, aquela cujos clientes possuem um poder aquisitivo mais baixo. Uma evidência a este respeito foi explicitada por Silva (2010, p. 126), em um estudo sobre o perfil dos consumidores da referida feira, onde foi constatado que a ocupação predominante, entre os entrevistados, foi a de pedreiro, seguida das donas de casa e vendedores.

³⁴⁰ Isto certamente contribui para que esta feira agroecológica esteja entre aquelas onde os camponeses demonstram um maior nível de insatisfação com os preços dos produtos vendidos, entre as feiras analisadas.

³⁴¹ Walter Joaquim de Souza, Prohort, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Abr./2010.

materializam um vínculo que em muito beneficia também aqueles trabalhadores que residem na cidade, dando-lhes a possibilidade de adquirir produtos saudáveis sem adições de preço, sendo dignas de valorização social também por esta razão.

A relação produtor-consumidor

Sabendo dos obstáculos que acompanharam a construção de cada uma das feiras agroecológicas paraibanas³⁴², considerando também os resultados obtidos a partir desta construção, podemos, mais seguros, entender o que alicerça a concepção predominantemente positiva compartilhada pelos camponeses em relação a esses locais de comercialização. Sem dúvida, nesta realidade, a relação dos camponeses com os clientes apresenta-se como aspecto fundamental, entendida, muitas vezes, como causa das melhorias obtidas através das feiras agroecológicas. Com efeito, a relação “face a face” entre produtores e consumidores, possível através das feiras agroecológicas, representa o momento de “fechamento” de um processo penoso, indica o desfecho do enlace entre as anteriormente separadas “pontas” da produção e do consumo. Não é à toa que qualquer tipo de atitude de integrantes das feiras agroecológicas que possa ameaçar a continuidade dessa realidade é vista como um “alvo” a ser combatido e eliminado, ou pelo menos enquanto algo a ser corrigido. Nesta perspectiva, observemos o que diz José Antônio (Sr. Zizo), membro da feira agroecológica da UFPB:

Porque isso aí, a gente tem que confiar no nosso trabalho e ter consciência com a gente mesmo e com os que estão lá na cidade, na universidade, nos esperando. Quando qualquer um de nós pensar que estamos enganando, é a gente mesmo que está sendo enganado. Por quê? O que nós queremos é a confiança deles (dos clientes), porque a gente sem ter a confiança deles, pra gente a nossa profissão não vale nada, né? O que é que faz a gente crescer? O que faz a gente crescer é ele vim comprar a mim essa semana, pela primeira vez, e pra semana ele voltar novamente na minha banca. Quando chega outra pessoa desconhecida, que nunca comprou, o povo diz: “pode comprar que a mercadoria é muito boa e confiável, eu compro e eu confio, pode comprar também”. É por isso que nós não estamos aqui para olhar defeito de nossos parceiros de trabalho. Se eu mesmo desconfiar, se Luizinho desconfiar, Geraldo, João Guerra... que algum que está no meio de nós, tiver usando agrotóxico, ele vai ser denunciado em uma reunião da assembléia, para todo mundo ver, certo? É por isso que a confiança é a coisa melhor que tem: a confiança. Não adianta você ter dinheiro e eu não confiar em você, viu? Então, é melhor a pessoa não tendo nada e ter a confiança, porque a gente com a confiança, a gente consegue tudo quanto a gente quer³⁴³.

³⁴² Pudemos discutir este aspecto, de forma mais detida, no capítulo 2.

³⁴³ José Antônio (Sr. Zizo), feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Jul/2009.

A “consciência” é algo que, segundo José Antônio, deve ser preservado. Não apenas “com a gente mesmo”, mas com “os que estão lá na cidade, na universidade, nos esperando”. Este vínculo, que se mostra aqui bastante pessoalizado, com aqueles “da cidade” é algo, do mesmo modo, entendido como merecedor de respeito: “sem ter a confiança deles, pra gente a nossa profissão não vale nada”. O “crescimento” está diretamente vinculado à “confiança” dos clientes, pressuposta no seu retorno semanal à feira. Confiantes da qualidade dos produtos, tais clientes divulgam para outras pessoas e, assim, a feira cresce: a “gente” cresce. Neste contato “face a face”, podem ser estreitados importantes elos entre produtores e consumidores, enrijecendo-se vínculos, superando-se a impessoalidade e o distanciamento tão característicos das relações entre as esferas da produção e consumo no capitalismo³⁴⁴.

Com base nessa relação “solidária” entre produtores e consumidores, os clientes das feiras agroecológicas têm a oportunidade de conhecer e acompanhar o próprio processo produtivo dos alimentos que consomem, realizando visitas nas casas dos camponeses. Tais visitas ocorrem tanto a partir de convites pessoais³⁴⁵, quanto por meio de confraternizações (geralmente de periodicidade anual) realizadas em espaços próximos às unidades produtivas (escolas, sedes de associações, etc.), tendo como claro propósito fortalecer ainda mais esse elo estabelecido através das feiras agroecológicas. Neste aspecto, as confraternizações (festas) organizadas pelos camponeses da feira agroecológica do Bessa ganham destaque ante as demais feiras, sendo eventos marcantes para clientes e camponeses, representativos da relação de amizade que foi se consolidando ao longo do tempo de existência da feira agroecológica. Sobre estas confraternizações, uma das clientes da referida feira afirma:

Eu acho isso uma idéia excelente, porque a gente quebra essa relação que o capitalismo cria, essa distância entre o produtor e o produto, e essa relação extremamente... de mercadoria, porque eu acho que a gente enquanto

³⁴⁴ Um exemplo claro do estreitamento de vínculos entre produtores e consumidores, superando em muito a impessoalidade de uma relação meramente comercial, foi o caso em que o próprio José Antônio (Sr. Zizo) tornou-se padrinho de casamento de um de seus clientes. Sobre isto, ele conta: “Ele (o cliente) chegou lá com uma menina dizendo que era uma conhecida dele. Aí a gente conversando, aí eu gosto de brincar, aí eu disse: ‘Ela é uma conhecida, mas quem sabe num vai ser uma futura namorada depois’, aí ele olhou pra mim assim e botou pra rir: ‘Esse seu Zizo, num tem jeito não’. Aí o tempo foi passando, aí ele chegou e disse: ‘mas, Seu Zizo, aquilo que o senhor falou, num é que aconteceu mesmo: estamos namorando’. Aí passou, passou o tempo, e quando dei fé chega ele e convida eu e minha esposa pra gente ser padrinho e madrinha do casamento dele” (José Antônio, feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2007).

³⁴⁵ Em Jan./2007, pudemos participar de uma festa de aniversário de 15 anos da filha de Gabriel Luiz da Silva Neto (“Gabriel Boiadeiro”), integrante da feira agroecológica da UFPB, no assentamento Boa Vista, em Sapé-PB. Nesta ocasião, estavam presentes, além de parentes do anfitrião, vários clientes-amigos, vindos de João Pessoa.

consumidor, acaba se transformando também num objeto. E na relação que está sendo construída aqui, a gente sai desse lugar de objeto e passa a ser sujeito e eles também passam a ser sujeitos. Eu acho que é uma relação entre sujeito e sujeito. E na sociedade capitalista, a sociedade é, geralmente, objeto-objeto. Ou seja, quem está vendendo é o atravessador, nunca é o produtor, e a gente termina perdendo a coisa do sujeito, porque a gente nunca tem tempo, inclusive, de estabelecer uma relação “face a face”, estabelecer um vínculo, ter uma convivência maior, de poder interagir, conversar, estar junto... porque é tudo muito rápido, você vai lá na loja, compra o produto, vai embora. Ou vai na feira, compra um produto e vai embora, não tem tempo de ficar conversando. E aqui, não. Aqui, além de a gente ter tempo de interagir, ainda tem a festa que fortalece muito mais essa interação³⁴⁶.

Participamos, em dezembro de 2009, de uma dessas confraternizações, organizada pelos integrantes da feira agroecológica do Bessa. A partir do início da manhã, famílias inteiras de clientes começavam a chegar, ou com seus carros particulares, ou num ônibus fretado pelos próprios camponeses, exclusivamente para o transporte dos clientes do local de realização da feira (em João Pessoa-PB), até o assentamento Apasa, em Pitimbu-PB. Ao chegarem ao assentamento, os clientes foram recepcionados com um farto café da manhã repleto de frutas, sucos, pães, biscoitos, cuscuz, leite e café. Em um ambiente descontraído, os participantes conversavam, entre outras coisas, sobre a feira, a produção agrícola e a respeito de outros encontros e visitas, rememorando-os. Após o café da manhã, uma parte dos clientes acompanhou um grupo de camponeses para uma visita às unidades produtivas, onde puderam ter um contato direto com os alimentos agroecológicos que consomem, inteirando-se, do mesmo modo, acerca do processo de produção (ver Foto 7). Neste momento, os clientes tiveram a oportunidade de obter informações sobre tipos e variedades das hortaliças, aplicação de insumos, colheita, etc. Presenciamos, do mesmo modo, conversas entre produtores e consumidores sobre reforma agrária e ocupação de terras, expondo-se a importância da luta para a conquista do “pedaço de chão”. Em seguida, foi servido um “almoço agroecológico” na escola do assentamento, refeição que antecedeu um divertido “bingo” onde foi sorteada uma caixa cheia de frutas e verduras. No encerramento do evento, já no final da tarde, foi ofertado aos participantes um bolo, entregue após uma seção de discursos de feirantes, assessores técnicos e clientes, que reafirmavam a importância da relação de amizade e respeito

³⁴⁶ Telma Maria Veloso, professora universitária, cliente da feira agroecológica do Bessa, em entrevista concedida ao autor em Jan./2010.

constituída através da feira agroecológica (ver Foto 8). Uma banda de forró, composta por jovens do próprio assentamento, animou o evento até o seu encerramento³⁴⁷.

Foto 7 - Visita de cliente a uma unidade de produção como parte das atividades ligadas à confraternização da feira agroecológica do Bessa. Foto: Thiago Araújo Santos. Dez./2009.

Foto 8 – Clientes da feira agroecológica do Bessa sendo homenageados com discursos dos camponeses e assessores técnicos. Foto: Thiago Araújo Santos. Dez./2009.

A referência a este evento é aqui mobilizada como um indício de existência de uma relação bastante particular entre produtores e consumidores, estabelecida a partir das feiras agroecológicas. Para ratificar ainda mais este aspecto, basta mencionar que 100% daqueles que pudemos entrevistar, de todas as feiras analisadas, fizeram colocações elogiosas acerca da relação estabelecida com os seus clientes³⁴⁸. Entre as declarações dos camponeses, as mais recorrentes foram aquelas onde se ressaltava a amizade existente e comparava-se essa relação firmada com os consumidores à família: “(a importância da relação com os clientes é) Conhecer novas pessoas. Muitos formam novas famílias. Eles visitam nossas áreas. Tem uma

³⁴⁷ Esta dinâmica aqui descrita assemelha-se, em grande medida, à identificada por Lima (2008, p. 167), referente às confraternizações da feira agroecológica do Bessa (qualificadas pela autora como “integração”) realizadas em 2004, 2005, 2006 e 2007.

³⁴⁸ Respostas referentes à seguinte pergunta: “Qual a importância da relação com os clientes” (Questão 23, Anexo 1 – Questionário).

relação de amizade”³⁴⁹; “Boa, pois cria um círculo de amizade, que se torna quase parente e eles acreditam na mudança”³⁵⁰; “Temos uma troca de experiências; eles apóiam a gente. É como uma família. Somos amigos”³⁵¹; “É um convívio familiar. Eles confiam e têm a gente como irmão, ajudam a gente com o que podem, são parceiros”³⁵²; “A amizade. A troca de experiências... A gente explica pra eles para quê servem os produtos”³⁵³; “A relação de confiança e amizade. Há conversas familiares, é diferente do supermercado”³⁵⁴; “O relacionamento. O encontro semanal é como uma família; tem uma relação de amizade”³⁵⁵; “A ligação consciente entre vendedor e consumidor, receber visitas dos clientes, pois há laços de confiança”³⁵⁶.

Se as motivações iniciais dos camponeses nos momentos em que as feiras agroecológicas estavam se constituindo eram predominantemente ligadas à produção e comercialização dos produtos (busca pela eliminação dos atravessadores, negação aos agrotóxicos, etc.), os efeitos decorrentes da criação das feiras agroecológicas vão muito além dessas questões. Um destaque importante é a mudança na visão de vários desses camponeses sobre seu *lugar social*, isto é, sobre o papel que exercem na sociedade através do trabalho realizado na sua vida cotidiana. A este respeito, Frei Anastácio, um dos fundadores da CPT, na Paraíba, e importante incentivador das feiras agroecológicas, observa que “uma das questões mais importantes é a valorização do trabalhador. Eles sentem que aquilo que eles produzem tem valor e aceitação. Isso levanta a auto-estima deles”³⁵⁷. Isto pode ser claramente observado no depoimento de José Cândido (Folha), integrante da feira agroecológica do Bessa:

Quando a gente falta com algum tipo de mercadoria, então o consumidor sempre fala, então ali você tá mostrando que o produto que você trabalha a

³⁴⁹ José Antônio da Silva (Sr. Zizo), feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

³⁵⁰ Daniel Lopes Rodrigues, feira agroecológica da UFPB, assentamento Dona Antônia, Conde-PB, em questionário aplicado em Dez./2009.

³⁵¹ Josinaldo Soares dos Santos, feira agroecológica da UFPB, assentamento Padre Gino, Sapé-PB, em questionário aplicado em Set./2009.

³⁵² Heleno Bernardes de Lira, feira agroecológica do Bessa, assentamento Apasa, Pitimbú-PB, em questionário aplicado em Dez./2009.

³⁵³ Ana Cleide Gomes Pessoa (Nova), feira agroecológica de Cajazeiras, assentamento Santo Antônio, Cajazeiras-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³⁵⁴ Maria do Socorro Goveia, feira agroecológica de Aparecida, assentamento Acauã, Aparecida-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³⁵⁵ Rosiane Barbosa da Cruz, feira agroecológica do Valentina, Ponta de Gramame, João Pessoa-PB, em questionário aplicado em Nov./2009.

³⁵⁶ Oclécio Virgínio Marciel, feira agroecológica regional de Campina Grande, Sítio Almeida, Lagoa Seca-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

³⁵⁷ Anastácio Ribeiro (Frei Anastácio), João Pessoa-PB, em entrevista concedida ao autor em Abr./2010.

cidade consome. Então, isso daí é uma coisa que reforça para você trabalhar mais, “o pessoal quer e eu tenho como produzir”, então isso aí é um meio de incentivar você a trabalhar, você se sentir bem, você é feliz. Aqui você tem consumidores que você não é tratado como se fosse consumidor e vendedor, é tratado como se fosse amigo, às vezes até mesmo da família, às vezes como se fosse um filho. Isso aí trouxe um negócio que o agricultor não conhecia. Você vê o consumidor dessa feira, tem até umas pessoas de classe média, e você vê que não são aquelas pessoas tão fechadas. São pessoas que querem saber como é que se trabalha, como se planta, quer saber da sua vida, conta a vida delas. Então, a feira agroecológica hoje não é só um ponto de agricultura e de comércio... é um ponto de referência social. Ali você tá aprendendo muitas coisas com essa feira agroecológica. Não é só trabalhar e vender. Então, é trabalhar, é comercializar e é você se comunicar. A gente aprende muito com o pessoal aqui. É muito importante isso aqui. Para mim e para muitos companheiros meus, é algo que a gente não esperava dentro da reforma agrária³⁵⁸.

A “comunicação” estabelecida entre os produtores e consumidores é vista não apenas como um vínculo entre pessoas. Ambos representam o *campo* e a *cidade*, combinados através do estreitamento e do ajuste de interesses/posições antes desvinculados: “o pessoal quer e eu tenho como produzir”. Saber “o que o pessoal quer”, ter a possibilidade de produzir e, em especial, ter como ofertar aos consumidores os produtos que os mesmos esperam, é algo que “reforça para você trabalhar mais”. Mais do que isso: faz “você se sentir bem, você é feliz”. Isto, “o agricultor não conhecia”. Como consequência, estreita-se um vínculo não apenas comercial, mas também de amizade e, mais do que isso, cria-se um laço familiar. Por esta razão, superando a condição de “ponto de agricultura e comércio”, a feira agroecológica transforma-se em um “ponto de referência social”, “algo que a gente não esperava dentro da reforma agrária”.

O enfoque das feiras agroecológicas enquanto formas de *insubordinação camponesa* sustenta-se na realidade concreta de *negação* que os camponeses paraibanos, aqui considerados, puderam empreender diante da situação que atravessavam no seu passado. A relação tecida com os clientes, cuja importância atribuída pelos camponeses já observamos claramente, é um momento fundamental deste processo. Constitui-se o ponto em que os produtos – enquanto objetivação do trabalho familiar – são comercializados e a renda da terra, antes subordinada pelo capital comercial/industrial, passa a ser apropriada pelos produtores. A desvinculação aos atravessadores e a consolidação de uma produção e comercialização assentadas na agroecologia, possibilitaram, além de uma melhoria na renda, o empreendimento de uma série de transformações nas relações sociais estabelecidas pelos

³⁵⁸ José Cândido (Folha), feira agroecológica do Bessa, assentamento APASA, Pitimbu-PB, em questionário aplicado em Jan./2010.

camponeses, entre si (por meio de sua organização), e com a sociedade como um todo. Neste processo, foram sendo configuradas *frações camponesas do território* dotadas de um significado político próprio. Estas frações territoriais revelam a materialização de uma estratégia coletiva, de classe, orientada ao alcance da autonomia camponesa sobre o trabalho familiar e seus frutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha das feiras agroecológicas enquanto objeto de análise – assumida nesta dissertação – levou-nos a atravessar, mesmo que brevemente, campos teóricos mais ou menos consolidados. Pudemos, assim, tomar contato com o instrumental analítico, relacionado direta ou indiretamente ao tema em estudo, em desenvolvimento na Agronomia, Ecologia, Ecologia Política e Sociologia Rural. Neste percurso, atentamo-nos para a importância de empreender uma “apreciação geográfica” das feiras agroecológicas, isto é, uma análise assentada no arsenal teórico desenvolvido no âmbito da Geografia, submetendo a problemática em questão a categorias, conceitos e teorias desta ciência, equacionando, deste modo, as feiras agroecológicas nos limites do temário geográfico. Esta opção mostrou-se proveitosa na medida em que viabilizou o estabelecimento de conexões entre a realidade das feiras agroecológicas com fenômenos “mais amplos” (que transpõem os limites aparentes dessas formas de comercialização), já incorporados a tradições de pensamento na Geografia. Assim, dedicamo-nos a compreender as feiras agroecológicas enfocando, sobretudo, os aspectos sociais a ela relacionados. Nesta perspectiva, ferramentas analíticas da Geografia Humana e, mais especificamente, da Geografia Agrária se constituíram a base para a nossa investigação.

Diante de questões demandadas pelo próprio objeto pesquisado, observamos a importância de atribuir centralidade ao campesinato: sob um prisma *ontológico*, como classe social responsável pela afirmação e constituição das feiras agroecológicas; sob o ponto de vista *gnosiológico*, enquanto categoria analítica fundamental à nossa pesquisa. Tal como pudemos delimitar no Capítulo 1, direcionamo-nos, assim, para o entendimento das relações sociais que subjazem as feiras agroecológicas, circunscrevendo tais feiras no universo dos intercâmbios que os camponeses estabelecem com a sociedade na formação econômico-social capitalista. Em outras palavras, situamos as feiras agroecológicas enquanto uma estratégia para a comercialização dos alimentos produzidos sob uma perspectiva específica, estratégia esta configurada pelos camponeses e assessores técnicos com o propósito de viabilizar a superação de entraves no processo produtivo e de circulação da produção agrícola. Desta maneira, como decorrência da própria investigação empreendida, analisamos as feiras agroecológicas como produto de um esforço dos camponeses paraibanos dirigido à superação da dependência/subordinação camponesa ao capital comercial e industrial no campo.

Com base neste viés interpretativo, o conjunto de transformações associadas à consolidação de “espaços agroecológicos” para a venda direta da produção camponesa aos clientes, na medida em que representa a conquista de melhores condições de acesso ao mercado para a comercialização dos produtos, encerra um conteúdo político evidente: revela-

se parte integrante – enquanto uma manifestação singular – da luta dos camponeses paraibanos por sua reprodução social, pela manutenção de uma condição de classe.

Assim, se a *luta pela terra* consiste em um processo carregado de tensões e conflitividade, exigindo dos camponeses a articulação de interesses, adensamento de vínculos intra-classe e capacidade de organização, as dificuldades que os acompanham após a conquista do “pedaço de chão” não são, certamente, menos penosas. Como vimos no capítulo 2, os camponeses, contando com o essencial apoio de entidades de assessoria no processo de *luta na terra* se valeram, em grande medida, de vínculos urdidos em eventos anteriores (como a conquista de assentamentos, por exemplo), mantendo ou recriando a coesão necessária para a constituição de qualquer estratégia coletiva: sustentando a efetivação de novas conquistas no alicerce firmado no passado. A própria manutenção das feiras agroecológicas – isto é, a continuidade de seu funcionamento – mostrou-se igualmente desafiadora, exigindo novas soluções para problemas e dificuldades antes desconhecidas: transporte dos camponeses-feirantes e dos produtos do campo à cidade, manutenção de uma oferta satisfatória dos alimentos, melhorias na aparência das hortaliças, aumento na diversificação dos cultivos agroecológicos, etc. Com efeito, do mesmo modo que a *luta pela terra* – nos casos dos assentamentos rurais – não findou na sua conquista, na legitimação do domínio dos camponeses sobre a porção de terra almejada, o esforço que resultou na constituição das feiras agroecológicas paraibanas não se encerrou, de modo algum, com o seu estabelecimento.

Por suas motivações, aspectos constitutivos e sua própria dinâmica – incluindo todos os desafios que antecedem e perpassam cotidianamente estas experiências – inscrevemos, nesta dissertação, as feiras agroecológicas enquanto práticas de *insubordinação camponesa*. Ressaltamos alguns traços definidores destas *práticas de insubordinação* na análise de elementos relacionados ao processo de organização, produção e comercialização das feiras agroecológicas estudadas.

Como pudemos expor no capítulo 3, na nossa análise sobre o processo organizativo das feiras agroecológicas, a adoção da agroecologia como uma referência para as atividades agrícolas – por meio de sua materialização enquanto *prática social* – mostrou-se, na realidade estudada, um processo atravessado por transformações importantes, fruto de um esforço coletivo, por parte dos camponeses, em prol do desenvolvimento dessa perspectiva de produção e comercialização específica. Deste modo, no âmbito da organização das feiras agroecológicas, pode-se observar a afirmação de iniciativas de organização coletiva, estabelecendo-se espaços de discussão política e de deliberação em nível local, estadual e nacional (associações, grupos, redes, encontros, articulações, etc.). Tais iniciativas servem

como instrumento de ação direcionado à superação de adversidades que afetam direta ou indiretamente os camponeses envolvidos. Internamente, são valorizadas e divulgadas as práticas agroecológicas consideradas “exemplares”, consolidando-se um novo padrão para a atividade agrícola bastante distinto daquele “convencional”: socialmente mais justo e ambientalmente mais limpo. Externamente, os camponeses – articulados – encontram-se guarnecidos, por suas próprias organizações, para afirmarem seus interesses junto ao Estado ou alinharem-se diante de outras classes sociais.

A materialização das “práticas agroecológicas” – resultado desse processo organizativo – mostra-se, do mesmo modo, fértil de elementos que nos indicam uma condição de *insubordinação*. Desde o processo de divulgação das “experiências agroecológicas”, os traços de *insubordinação camponesa* se explicitam. Ao invés da submissão à “extensão difusionista”³⁵⁹ – que carrega o pressuposto do monopólio do conhecimento nas mãos dos especialistas –, observa-se a emergência de formas mais horizontalizadas de transmissão de saberes, nas quais, por meio de articulações entre os próprios camponeses, mediadas pelos assessores técnicos, viabilizam-se as “trocas de experiências” e a comunicação face a face entre os produtores envolvidos com as feiras agroecológicas (por exemplo, através das visitas de intercâmbio, cursos/oficinas e encontros). Evidencia-se, assim, o protagonismo dos próprios camponeses no aprimoramento e desenvolvimento das atividades agrícolas e no delineamento de caminhos para a superação de problemas que os atingem.

No processo produtivo, a reprodução de técnicas de cultivo “alternativas” (cobertura morta, compostagem, defensivos naturais, etc.) se constitui um alicerce essencial para a manutenção e desenvolvimento das feiras agroecológicas estudadas, como pudemos analisar no capítulo 4. O recurso a tais práticas provê os camponeses com as ferramentas necessárias a uma abdicação segura aos agrotóxicos, dotando-lhes de melhores condições para viabilizar mudanças qualitativas no âmbito das unidades produtivas. Deste modo, na medida em que possibilitam a negação aos agrotóxicos, as práticas produtivas agroecológicas geram mais autonomia e controle dos camponeses sobre os recursos utilizados na produção dos alimentos, diminuindo a necessidade de empréstimos, distanciando-os, assim, da dependência às indústrias oligopolistas do setor de insumos químicos. Desta maneira, os camponeses desvencilham-se de mecanismos de subordinação empregados pelo capital industrial, que, contando com a mediação do Estado, tem uma participação importante na drenagem da renda da terra³⁶⁰.

³⁵⁹ Sobre a “extensão difusionista”, cf. Capítulo 3, p. 148.

³⁶⁰ A este respeito, cf. Capítulo 1, p. 49.

Por fim, diante da realidade analisada neste trabalho, consideramos importante destacar que as particularidades associadas ao processo de organização e produção agroecológica encontram na *comercialização* seu primordial momento de realização. Nesta perspectiva, observamos que a venda direta dos produtos, através das feiras agroecológicas, passou a viabilizar o estreitamento de vínculos – entre camponeses e clientes – que constituiu a base de uma relação reconfigurada entre produção, distribuição e consumo, entre campo e cidade. Com efeito, esta reconfiguração, na medida em que transformou o modo de apropriação dos resultados do trabalho familiar, redefiniu os traços do domínio sobre porções específicas do território, fundamentando, assim, a constituição de *frações territoriais camponesas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADISSI, Paulo José et. al. Riscos e desgastes no trabalho com agrotóxicos: o caso de Maravilha/Boqueirão-PB. *Anais do Seminário Internacional sobre o uso de agrotóxicos*. João Pessoa, UFPB, 2000.
- ADISSI, Paulo José; PINHEIRO, Francisco Alves. Análise de risco na aplicação manual de agrotóxicos: o caso da fruticultura do Litoral Sul Paraibano. *Anais do XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Porto Alegre-RS, 2005.
- ALIER, Juan Martínez. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenal: Ed. da FURB, 1998.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2ª Edição. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1964.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia: ciência da sociedade. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2008.
- ARAÚJO, Adélia et. al. Impacto dos praguicidas na saúde: estudo da cultura do tomate. *Revista de Saúde Pública*. V. 34, n. 03, 2000.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- BAMAT, Thomas; IENO NETO, Genaro (org.s.). Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO-UFPB, 1998.
- BARTRA, Armando. Marginales, polifónicos, trashumantes: los campesinos del milenio. *In.*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marya Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (orgs). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1a Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BAUDEL WANDERLEY, Maria de Narazeth. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *In.*: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (orgs) *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- BENEVIDES, Cezar. Camponeses em marcha. Ed. Paz e terra, 1985.
- BERNSTEIN, Henry. V. I. Lenin and A. V. Chayanov: looking back, looking forward. *The Journal of Peasant Studies*. V. 36, n. 1, Jan./2009.
- BURG, Inês Claudete. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. Tese, antítese, síntese, tese,... *Boletim Paulista de Geografia – Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, n. 77, abr., 2001.

CAPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. *Caderno de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v. 18, n. 3, p. 63-101, Set./Dez., 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma Nova Extensão Rural. In: Anais do Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu (SP): UNESP/FCA/DGTA/Instituto Giramundo Mutuando, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER- IICA, 2004.

CARVALHO, Cynthia Xavier de. Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2008.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In.: SILVA, José Graziano da.; STOLCKE, Verena (org.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

DE BIASE, Laura. Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção. (Mestrado em Ecologia Aplicada) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2010.

DORE, Elisabeth. Campesinato. In.: BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1988. PAIM, J. S., 1986

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: A questão agrária. Silva, J.G. e Stolke, V. Trad. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ESCOBAR, Arturo. Modernidad, Globalización y Cultura. In.: Región, ed. Planeación, Participación y Desarrollo. Medellín: Corporación Región, 2002

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In.: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

FABRINI, João Edmilson. Contradição e resistência como parâmetros para compreensão do campesinato. In.: A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2003.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In.*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (org.) São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FONSECA, MariaTeresa Lousa. A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em Agricultura Sustentável. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2001

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 12ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOLDMAN, Marcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUTERRES, Ivani. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Desde el pensamiento social agrario. Córdoba: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 2006.

HARDING, Neil. Comuna Russa. *In.*: BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1988. PAIM, J. S., 1986

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Trad. C. Iperioig. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia – Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, n. 84, jul. 2006.

LANDER, Edgardo. Eurocentrismo, saberes modernos y naturalización del orden global del capital. *In.*: ISHITA, Banerjee; MIGNOLO, Walter D.; DUBE, Saurabh. (org.) Modernidades Coloniales: otros pasados, historias presentes. México: El colegio de México, 2004.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes coloniais e eurocêtricos. *In.*: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Aline Barboza de. Assentamento APASA-PB: a agroecologia na construção de novas territorialidades. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2008.

LIMA, Valéria Raquel Porto de. Gestão dos Recursos Hídricos: conflito e negociação da água do canal da redenção – Sertão da Paraíba. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2009.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 1989.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MALAGODI, Edgard. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças. *In.*: BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth (org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

MARCOS, Valéria de. Construindo alternativas: a produção agroecológica através da mandala. Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente-SP, 2005.

MARCOS, Valéria de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do Alto Sertão Paraibano. (CC Território e campesinato: referenciais para uma análise geográfica), 2006, Rio Branco-AC. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco-AC: AGB Nacional, 2006.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. Rev. Agrária, São Paulo, n. 7, 2007a.

MARCOS, Valéria de. Novas (u)topias, velhos horizontes: reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável. *In.*: Ana Maria Preve; Guilherme Corrêa. (Org.). Ambientes da ecologia. Perspectivas em política e educação. Santa Maria-RS: editora UFSM, 2007b.

MARCOS, Valéria de. Reforma Agrária & Produção Camponesa: A realidade dos assentamentos rurais paraibanos. *In.*: BAMAT, Thomas.; IENO NETO, Genaro (org.s.). Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO-UFPB, 1998.

MARCOS, Valéria de. Et al. Feira agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, Novembro, 2005.

MARIANO NETO, Belarmino. Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações. (Doutorado em Sociologia Rural). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10ª Ed. Editora HUCITEC: São Paulo, 1996.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In.*: MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. Introdução à crítica da Economia Política. *In.*: MARX, Karl. Para a crítica da economia política do Capital: o rendimento e suas fontes. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. Trad. Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra. Raízes. Vol. 24, n.1/2. Jan./Dez., 2005.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1982.

- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEDEIROS, Marcos Barros. Principais produtos químicos responsáveis por acidentes de intoxicações em municípios da Paraíba. Revista Brasileira de Agroecologia. Vol. 4, n. 2, 2009.
- METCALF, Robert; LUCKMANN, Wiliam. Introduction to insect pest management. New York, Wiley – Interscience, 1975.
- MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Vanderlei Messias. A valorização do espaço. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Capitalismo, Geografia e Meio ambiente. *Tese de Livre Docência*. DG/FFLCH/USP, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- MOREIRA ALVES, Márcio. A igreja e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MOREIRA NETO, Mariana; FORTUNATO, Maria Lucinete; BUENO, Rovilson José. Relações de Poder/Saber: protagonismo de jovens em assentamentos rurais do alto sertão paraibano. Campina Grande: EDUEFCG, 2005.
- MOREIRA NETO, Mariana. Andando pra riba e pra baixo - Lembranças femininas: das barracas ao Assentamento de Acauã. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2001.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- NOVAES, Regina Reyes. De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Grafia, 1997.
- NOVAES, Washington. Dilemas do desenvolvimento agrário. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, set.-dez., 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 58, set., 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. 3ª Edição. Editora Ática S.A. São Paulo, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. *In.*: FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In.*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (org.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: Transformações recentes. *In.*: ROSS, Jurandir L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5 ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: A Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. *In.*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (org.) São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PEREIRA, Elvio Quirino. Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social? Visões opostas do apoio à agricultura familiar. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2004.

PERRY ANDERSON. A batalha das idéias na construção de alternativas. *In.*: BORON, Atílio A. (org.) Nova hegemonia mundial: alternativas de mudanças e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, – CLACSO, 2004.

PINHEIRO, Sebastião et. al.. A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1998.

PORFÍRIO, Waldir. Bandeiras Vermelhas: A Presença dos Comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa/PB: Textoarte, 2003.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.*: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROMEIRO, Ademar, et al. (orgs.). Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda; o. Relatório da FAO em Debate. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

SAQUET, Adriano Arriel. Reflexões sobre a Agroecologia no Brasil. *In.*: ALVES, Adilson Francelino et. al.. Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. (org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

SANTOS, Luis Carlos Rebellato dos. *Formação e consolidação da Rede Ecovida de agroecologia e a sua experiência de Certificação Participativa*. S/d. (disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Rede%20Ecovida%202003.pdf>, acesso em Mar./ 2010).

SHANIN, Theodor. *Economía campesina: una generalización in.: Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Anagrama, 1976.

SHANIN, Theodor. *El campesinado como factor político*. In.: SHANIN, Theodor. (org.) *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Theodor. *Lições camponesas*. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (org.) São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SHIVA, Vandana. *Biopiratería: el saqueo de la naturaleza y del conocimiento*. Barcelona: Icaria editorial, 2001.

SILVA, Deinne Airles da. *O perfil do consumidor da feira de transição agroecológica do bairro Valentina Figueiredo, na cidade de João Pessoa-PB*. Revista Espaço Acadêmico, n. 107, Abr./2010.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1a Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Wagner Lopes. *Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis-RJ*. RER, Rio de Janeiro-RJ, Vol. 43, n. 04, out./dez., 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAVARES, Roberta de Oliveira. *O uso da Mandala no assentamento Acauã, em Aparecida-PB*. (Relatório de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. In.: THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Víctor Manuel. *Agroecología, sustentabilidad, y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 2, Abr./Jun., 2002.

VARELA, Francisco. A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba. 4ª Edição. João Pessoa: Idéia, 2006.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas (1954 – 1964). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WILSON, Edmund. Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

Questionário – Feira Agroecológica _____. Data: ____/____/_____.

Dados Pessoais/familiares

1. Nome Completo: _____ 2. Idade ____ 3. Sexo: ☐ M ☐ F
4. Localidade: ☐ Assentamento ☐ Comunidade rural _____. 5. Município: _____
6. Em qual município o Sr./Sra. nasceu? _____
7. Qual foi o último local de moradia antes do assentamento/comunidade rural?
- ☐ Mesmo imóvel ☐ Outro imóvel rural ☐ Área urbana
- Município: _____ Município: _____
8. Como adquiriu a propriedade (*apenas para moradores de comunidades rurais*):
- ☐ Compra ☐ Herança ☐ Doação ☐ Posse ☐ Outro: _____
9. Qual o tamanho da propriedade: _____ *hectares*
10. Composição familiar (da mesma residência, incluindo o entrevistado)

Primeiro nome	Idade	Grau de escolaridade	Condição familiar (relação com o titular da propriedade)	Ocupação atual	Rendimento externo (aposentadoria, trabalhos, etc.)

Organização/Participação

11. Existem grupos organizados dentro do assentamento/comunidade (Associação, Grupo de Mulheres, etc.)?
- ☐ Sim ☐ Não / 11.1. Se sim, de quais grupos o Sr./Sra. participa? _____

11.2. Se não participa, por qual motivo não participa? _____

12. Participa da coordenação de algum/alguns desses grupos? ☐ Sim ☐ Não

12.1. Se sim, de quais? Qual cargo? _____

Capacitação

13. Já fez algum curso/oficina de capacitação para melhorar a produção/comercialização? Em que momento?

☐ Nunca fez ☐ Fez antes da feira ☐ Fez antes e depois da feira ☐ Fez só depois da feira

13.1. Se fez, que tipo de curso foi feito? _____

13.2. Onde? _____

14. O Sr./Sra. já realizou alguma visita de intercâmbio? ☐ Sim ☐ Não

14.1. Se sim, para quais municípios? _____

14.2. Quais experiências o Sr./Sra. foi conhecer? _____

15. O Sr./Sra. já recebeu visitas de intercâmbio em sua parcela? ☐ Sim ☐ Não

15.1. Se sim, quais experiências o Sr./Sra. mostrou? _____

15.2. Quem foram os visitantes (estudantes, agricultores, etc.) e de onde vieram? _____

Feira agroecológica/agroecologia

16. Participa da feira agroecológica desde (ano):

[] 2000 [] 2001 [] 2002 [] 2003 [] 2004 [] 2005 [] 2006 [] 2007 [] 2008 [] 2009

17. A sua produção é agroecológica? [] Sim [] Não / Por quê? _____

18. Costuma trazer produtos de outras pessoas para a feira agroecológica? [] Sim [] Não

18.1. Se sim, de que forma adquire esses produtos?

[] Compra para revender [] Vende só para ajudar [] Vende e cobra uma parte [] Outro _____

18.2. Qual é a relação que o Sr./Sra. tem com quem repassa esses produtos?

[] Vizinho [] Parente [] Desconhecido [] Outro _____

19. O que é agroecologia para o Sr./Sra.? _____

20. Qual é principal importância da feira agroecológica para o Sr./Sra.? _____

21. Qual a importância das assembléias e reuniões realizadas pelo grupo da feira agroecológica? Por quê? _____

22. Qual é o papel das entidades apoiadoras para a feira agroecológica (CPT, AS-PTA, etc.)? _____

23. Qual é a importância da relação com os clientes da feira agroecológica para o Sr./Sra.? Por quê? _____

24. O Sr./Sra. se sente satisfeito com o preço que os produtos são vendidos na feira agroecológica? Por quê? _____

25. Qual é o principal “inimigo” da agroecologia, em sua opinião? _____

Processo de trabalho/produção

26. Quantas pessoas da família além do Sr./Sra. participam na produção agrícola? _____

26.1. Quais são os nomes dessas pessoas? _____

27. Que outras relações de trabalho são utilizadas na produção agrícola da sua propriedade?

[] Diarista [] Mutirão [] Parceria [] Empregado [] Outro _____

28. O Sr./Sra. já usou regularmente agrotóxico alguma vez? [] Sim [] Não

28.1. Se sim, por quanto tempo? _____

29. O Sr./Sra. usa agrotóxico atualmente em alguma cultura? ☐ Sim ☐ Não

29.1. Se sim, quais produtos usa e em quais culturas? _____

30. O Sr./Sra. usa algum defensivo natural/biofertilizante em alguma cultura? ☐ Sim ☐ Não

30.1. Se sim, de onde vem esse produto (fabricação própria, comprado na cidade, etc.)? _____

30.2. Quais são os produtos usados e em quais culturas? _____

31. Está atualmente fazendo uso de crédito para custear a produção? ☐ Sim ☐ Não

31.1. Se sim, qual? _____ 31.2. De quanto? _____ 31.3. Foi a Fundo Perdido? ☐ Sim ☐ Não

31.4. Para quais produtos? _____

Informações sobre os produtos

32. Dos produtos que você vende na feira agroecológica a sua família consome regularmente:

☐ Nenhum ☐ Todos ☐ Apenas uma parte (especificar os produtos consumidos) _____

33. O Sr./Sra. produz algo para ser comercializado em outro canal de comercialização que não seja a feira agroecológica (*só produtos que não são vendidos na feira*)? ☐ Sim ☐ Não

33.1. Se *sim*, quais os produtos e onde são comercializados (usina, atravessador, etc.) _____

33.1. Se *sim*, por qual motivo o Sr./Sra. não vende esses produtos na feira agroecológica? _____

33.2. Se *sim*, a sua família consome algum/alguns desses produtos? Quais? _____

34. Entre os produtos que o Sr./Sra. vende na feira agroecológica, algum é vendido *também* em outros canais de comercialização? ☐ Sim ☐ Não

34.1. Se *sim*, qual canal de comercialização (atravessador, feira livre, etc.) e quais produtos? _____

34.2. Por qual motivo o Sr./Sra. vende esses produtos *também* em outros canais de comercialização *além da feira agroecológica*? _____

35. Qual o ganho mensal obtido com a venda dos produtos *fora* da feira agroecológica? _____

36. O Sr./Sra. produz algo direcionado *exclusivamente* para o consumo familiar (*que não comercializa*)?

☐ Sim ☐ Não

36.1. Se *sim*, quais produtos? _____

36.2. Se *sim*, por qual motivo o Sr./Sra. não leva esses produtos para serem comercializados na feira agroecológica? _____

ANEXO 2 – DOCUMENTOS

BOLETINS INFORMATIVOS

Jornal

Frutos da terra

Jornal das Feiras Agroecológicas do Alto Sertão Paraibano, ano I, nº 2

Conheça as
Mandalas, uma
alternativa de
produção
utilizada no alto
sertão paraibano.
E veja também,
as mudanças que
elas trouxeram
para os
assentados da
Reforma Agrária.

Jovens assentados se
formam e contribuem
na melhoria de suas
comunidades

Pag 03

Crianças e
adolescentes cultivam
mudas de árvores em
Assentamentos

Pag 03

Compare os preços das
feiras agroecológicas
com outros
estabelecimentos
comerciais.

Pag 04

Editorial

As novas técnicas de produção para as regiões semi-áridas trazem benefícios que tornam a agricultura sustentável.

O Projeto Comunica que elabora este jornal, trabalha neste sentido. Ele faz parte de um projeto maior, o Conviver, que implementa ações estruturantes de fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido, visando ampliar seu potencial produtivo e sua capacidade de geração de ocupações e renda.

De fundamental importância, o Projeto Conviver incentiva ações na área da Inovação Tecnológica que fortalece projetos de difusão de alternativas tecnológicas para convivência com o semi-árido.

Por isso, nesta edição, o Frutos da Terra apresenta uma das alternativas de produção utilizadas no alto sertão paraibano, as mandalas. Você também vai conhecer os jovens que se formam e trabalham nos assentamentos e as crianças que cultivam mudas. Por fim, você vai conferir os preços mais baratos das feiras agroecológicas.

Expediente

Projeto Comunica no Semi-Árido.

Equipe jornal stica:
Angelina de Oliveira,
Dodora Medeiros,
Heloisa de Sousa,
Paula Adissi

Contato: (83) 3351-6032
email: comunicacaopb@
veloxmail.com.br

Mandalas: Uma prova de que a Reforma Agrária dá certo

Durante muito tempo as elites do sertão paraibano difundiram a idéia de que não era possível produzir alimentos na região sertaneja por causa do clima. Mas a reforma agrária e as novas técnicas de sobrevivência com o semi-árido provaram o contrário.

Hoje, além de produzir arroz, feijão, milho, macaxeira, batata

doce, hortifrutigranjeiros, bovinos, caprinos e pequenos animais domésticos, os assentamentos Acauã e Santo Antônio produzem hortaliças e verduras para as feiras agroecológicas, através das mandalas. Elas são uma lição de vida, ou melhor, uma filosofia de vida.

Como funciona

As mandalas são uma das técnicas adotadas pelos assentamentos de convivência com o semi-árido. Têm a forma de um círculo, semelhante a um prato. Armazena água no fundo e ao seu redor são plantados, em pequenos espaços de terra, verduras e hortaliças.

No centro, onde fica a água, pode ser criado peixe e ao redor (nas beiradas do prato) patos. No restante do círculo pode ser plantado feijão, bananeiras e o capim para a alimentação dos bichos. Por isso, as mandalas são uma filosofia de vida, pois junta criação de animais com agricultura que se completam num trabalho de solidariedade da natureza.

Mandala do Assentamento Santo Antônio

Da água nasce a vida

Hoje, os assentados de Acauã e Santo Antônio mudaram de vida por causa das mandalas. Pessoas que no passado foram humilhados por seus patrões hoje tiram delas o sustento do dia-a-dia. "Aqui era um campo de algodão. Lembro um dia que meu pai comprou uma cabra e o patrão mandou ele vender porque não gostava de animais e ele teve que vender. Ainda lembro desse dia, ele chorou, nunca esqueci disso", lembrou Alzenir Bezerra, assentada em Santo Antônio, enquanto mostrava sua mandala.

Mais gente em torno das mandalas

Seu Sales, assentado de Angélica I

Por causa dessa mudança de vida, outros assentados se animaram em produzir através das mandalas.

No assentamento Angélica I foi implantada a primeira. Segundo o técnico agrícola Antônio Gonçalves, dentro de 30 dias

os assentados já estarão produzindo alface, coentro e cebolinha na mandala que começou a ser construída desde o dia 5 de junho.

Para o agricultor, Francisco Sales da Silva, a mandala pode melhorar a sua produção e complementar a renda da família. Seu Sales, como é conhecido, está empolgado para começar a produzir organicamente e vender sua produção na feira agroecológica de Aparecida.

Jovens estudam e levam conhecimento para os assentamentos

Os filhos de assentados agora podem cursar Agropecuária e Agroindústria na Escola Agrotécnica Federal de Sousa. O curso é resultado de uma parceria entre a Escola, a CPT e o INCRA, através do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária. Ao todo são 109 beneficiados em todo o Estado e 43 no alto sertão paraibano.

São jovens como Carla Rayanne, 16 anos, do assentamento Angélica, em Aparecida, que cursa Agropecuária na mesma sala que sua mãe, Maria Ilza. Todos os dias são 3 ônibus até chegar à escola. Ela afirma que o sacrifício vale a pena, pois os conhecimentos adquiridos vão ser usados pra ajudar sua comunidade. "Não quero me formar pra trabalhar fora não, quero trabalhar no meu assentamento. Só de imaginar que na próxima colheita eu já vou poder dar dicas pra ajudar eles a ter mais produção, já é muita coisa pra mim," afirma com os olhos brilhando.

E para quem já se formou como o técnico agrícola Cícero Fábio, conhecido

por Negão, assentado em Acauã, (Aparecida), defender a agroecologia, agricultura familiar e o meio ambiente é fundamental. "Agora tenho uma outra visão da agricultura, antes pra mim era só milho e feijão, hoje vejo alternativas, a cultura irrigada, a comercialização direta, a valorização do agricultor como protagonista de sua história" explica ele.

Essa troca é um dos pontos importantes nesse tipo de formação, os jovens estudam, se formam e retornam para os assentamentos, onde contribuem ainda mais com seu desenvolvimento.

Viveiro de Mudas: cultivando vida

Cultivando mudas, educando crianças, plantando árvores e comercializando o verde, é isso que faz os viveiros de mudas coordenados por jovens no interior dos assentamentos Acauã, Santo Antônio e Frei Damião.

Crianças e adolescentes desses assentamentos da Reforma Agrária, em Aparecida e Cajazeiras, estão produzindo mudas de árvores para comercialização, reflorestamento e arborização de seus assentamentos. Esta iniciativa vem se desenvolvendo há quatro anos.

Cada assentamento reservou um espaço para instalação do viveiro de mudas. Lá são cultivadas espécies florestais, nativas e exóticas, árvores frutíferas, forrageiras, ornamentais, e medicinais, como linhaça, malva,

hortelã e cicatrizante.

Além do trabalho ambiental de reflorestamento e de alternativa de renda que os viveiros possibilitam, existe ainda um outro aspecto importante que é o de educação ambiental e de incentivo à cultura rural que se realiza com crianças e adolescentes.

"O mais importante não é nem o dinheiro, e sim o trabalho educativo que a gente faz com as crianças em relação à natureza, o lixo e a agricultura," diz Aline Kelly coordenadora do viveiro de mudas de Santo Antônio.

Viveiros: pequenas árvores cuidadas por pequenas pessoas. Vivendo, reflorescendo, e reflorestando terras e mentes. O meio ambiente e as futuras gerações agradecem.

Viveiro de mudas no Santo Antônio

De produtor para produtor

Seu Zé Correia, assentado em Santo Antônio dá sua dica de defensivo natural que pode ser usado contra pulgão, grilo e lagartas que atingem as hortas.

"Meia xícara das pequenas de detergente desmanchado em meio litro d'água, aí coloca um pouco de pimenta e está pronto. Sendo que as hortas só podem ser aguçadas até dois dias antes da colheita."

Fala Alisson

Alisson é produtor de hortaliças e comercializa na feira orgânica em Aparecida. É filho de assentado e mora no assentamento Acauã.

"Eu produzo hortaliças, principalmente alface e coentro, e vendo na feira todo domingo. Com este dinheiro eu ajudo lá em casa e compro algumas coisas pra mim.

A minha vontade é de ser agricultor, estudar, fazer curso técnico em agricultura, e poder entender mais sobre plantio."

É + Saúde !!!

A berinjela é um vegetal com poder de diminuir o colesterol e reduzir a ação das gorduras sobre o fígado.

É rica em vitamina C que combate inflamações dos rins, bexiga e uretra. Ótima para quem sofre de artrite, gota, reumatismo, diabetes e inflamações da pele em geral. Também é laxante.

Além disso, possui vitamina B5 que protege a pele, ajuda na regularização do sistema nervoso e aparelho digestivo.

Delícias da Agroecologia

Berinjela recheada

Ingredientes:
berinjela, queijo mussarela, queijo parmesão ralado, sal, tomates sem pele e molho de tomate.

Modo de fazer:

Corte a berinjela em fatias e coloque-as de molho na água com vinagre por 15 min. Enxugue e adicione sal. Frite as fatias e reserve-as. Faça das fatias uns rolinhos, colocando no meio delas o queijo e os pedaços de tomate. Coloque os rolinhos numa travessa untada e jogue por cima molho de tomate.

Para terminar, cubra com queijo mussarela e queijo parmesão ralado. Leve ao forno por 15 minutos.

Alimentos mais saudáveis sem gastos extras

Os alimentos produzidos sem agrotóxicos que são comercializados nas feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida possuem um alto valor nutricional, são bem mais saudáveis, respeitam o meio ambiente e além disso são frutos da Reforma Agrária.

Fora todos esses benefícios, há também outro diferencial que faz deles produtos melhores ainda, o

preço.

Confira na tabela abaixo os preços de alguns produtos comercializados nas feiras agroecológicas, na feira livre e em supermercados da cidade de Cajazeiras e veja a diferença.

A agroecologia é assim, você leva muito mais saúde pra sua mesa e não paga mais por isso.

Estabelecimentos Comerciais

Produtos	Feira Agro-Ecológica	Feira livre	Hortifruti	Supermercado Araújo	Supermercado Brasil
Alface (pé)	0,50	1,00	1,00	0,90	1,00
Banana maçã (dúzia)	2,50	3,00		3,00	3,60
Mamão (kg)	0,70	0,59	0,99	0,99	0,89
Jerimum leite(kg)	1,00	1,00	1,29	1,45	1,20
Batata doce(kg)	0,75	1,00	1,25	1,25	0,98
Macaxeira(kg)	1,00	1,00	1,25	1,25	1,20
Limão(20 unid)	0,50	1,00	1,00	1,60	2,00
Berinjela (unid)	0,25	0,25	0,50	-	-
Cenoura (kg)	0,50(molho)	1,39	1,69	1,69	1,69
Coentro (molho)	0,50	0,50	0,50	0,50	0,10 (peq)

*Pesquisa realizada no dia 23 de junho de 2006.

Locais das feiras

SEXTA

CAJAZEIRAS

No antigo açougue Municipal a partir das 6h da manhã

SÁBADO

CAJAZEIRAS

Desembargador Boto, 912 a partir das 6h da manhã

DOMINGO

APARECIDA

Mercado Público Municipal a partir das 6h da manhã

APOIO:

Projeto Inovação Tecnológica: Conviver no Semi-Árido

projeto
Comunica

Ministério do Desenvolvimento
Agrário

Secretaria da Agricultura
Familiar

A agroecologia se expande

No alto sertão paraibano, mais famílias se articulam para comercializar em novas feiras agroecológicas em Sousa, Cajazeiras e Bonito de Santa Fé.

Pág. 04

Agricultura familiar

Conheça a agricultura familiar, um modelo agrícola baseado na pequena e média propriedade que é responsável por 60% da produção de alimentos no Brasil.

Pág. 02

Assentamentos utilizam os bancos de sementes para garantir as safras de diversas culturas de um ano ao outro.

Pág. 03

Apicultura é alternativa de produção para famílias assentadas do semi-árido

Pág. 03

Editorial

A pesar de escutarmos muito sobre o agronegócio na televisão, ele está em crise e representa uma agricultura comprometida apenas com os bancos, voltada para os lucros obtidos pela exportação.

É preciso construir um novo modelo agrícola que passe, necessariamente, por um novo modelo de desenvolvimento nacional, que priorize a distribuição de renda, a indústria nacional e dê prioridade absoluta a geração de trabalho e emprego para o povo ter renda.

Atualmente, o modelo é agroexportador e está baseado na monocultura e no uso de veneno. Dos 60 milhões de hectares cultivados, temos hoje 70% dedicados apenas à cana, soja e laranja. O modelo é perverso. A sociedade brasileira precisa pensar outro modelo para a organização da produção agrícola. O agronegócio não resolve a pobreza e a desigualdade do povo brasileiro no meio rural. Pelo contrário, só agrava.

Já a agricultura familiar fortalece o mercado interno e é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja.

Expediente

Projeto Comunica no Semi-Árido.

Equipe jornalística:
Angelina de Oliveira,
Dodora Medeiros,
Heloisa de Sousa,
Paula Adissi

Contato: (83) 3531-6032
<http://www.sertaoagroecologico.com.br>

A agricultura familiar e o combate à desigualdade social

S. João Bosco e família na horta

Seu João Bosco e os oito filhos que ele cuida trabalham juntos para produzir coentro, alface, batata-doce, pimentão, maracujá e macaxeira. Eles tiram cerca de 800 molhos de coentro e 500 pés de alface, produzidos agroecologicamente, e vendem as sobras, toda semana, para os mercados e supermercados da região. "O meu pai passou a vida toda trabalhando para os outros. Hoje eu trabalho para mim e é o suficiente para sustentar os 8 filhos que crio. Daqui, tiro o que preciso pra comer e ainda vendo toda semana o restante da produção", declara João Bosco.

Um novo modelo de agricultura se faz necessário

A reforma agrária e a agricultura familiar mostram que é possível construir um novo modelo agrícola, baseado na pequena e média propriedade.

Dona Francisca e Seu João, por exemplo, assentados em Acauã, no município de Aparecida, produzem para a feira agroecológica, hortaliças e verduras sem agrotóxicos, em apenas 16 ha de terras. Uma demonstração de que não é preciso grandes extensões de terras para produzir bem. "Com muito esforço e ajuda de meu marido e meus filhos produzimos hortaliças para as feiras agroecológicas neste pedaço de terra que conseguimos com luta", declara D. Francisca.

No entanto, é necessário aumentar os investimentos para a agricultura familiar. O maior volume de

crédito ainda é absorvido pelo agronegócio que são as grandes propriedades que exportam, visando lucros elevados. Os produtos de exportação ainda são isentos de ICMS na produção, na comercialização e na importação de insumos agrícolas.

Existem 120 milhões de brasileiros que querem consumir, mas não tem renda, mudar o modelo agrícola significa a possibilidade de envolver essa parte da população, diminuindo a desigualdade social.

D. Francisca e S. João na colheita do alface

A agricultura familiar é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja.

Banco de sementes: paixão e forma de garantia sustentável

O Banco de Sementes (BS) é uma forma antiga que os agricultores utilizavam para garantir as safras de diversas culturas de um ano ao outro. Hoje eles estão organizados de forma comunitária. Nos assentamentos Bartolomeu I (Bonito de Santa Fé) e Frei Damião I (Cajazeiras), esses bancos têm o objetivo de abastecer os agricultores e preservar as sementes mais antigas e resistentes para o próximo plantio, o que garante um jeito sustentável para renovação do cultivo das sementes.

Segundo Seu Zê Félix, coordenador do BS de Bartolomeu I que existe desde 1985, a vantagem do banco é que o agricultor tem a possibilidade de guardar e controlar a seleção das sementes para que haja uma cultura de qualidade. "Se o agricultor planta e por acaso perde a safra, ele vai até o banco, garantindo a replanta", argumenta Seu Zê Félix.

Já o banco de sementes de Frei Damião I (Cajazeiras) é coordenado pela experiência de Seu Feliciano. Ele juntamente com seu genro, Laelson Vieira, são responsáveis pelas sementes antigas que armazenam em silos vedados com cera da

abelha arapuá (podendo passar até 10 anos em perfeito estado).

Seu Feliciano explica que no começo o banco era familiar e que sempre teve o objetivo de ajudar os agricultores que estão começando. "O amor da gente é a semente, pois desde solteiro eu acompanhava o trabalho do meu pai que sempre guardava a semente. Fui eu quem disse em Campina Grande que a semente

era da paixão dos nossos pais, então isso pegou e ficou conhecido como Semente da Paixão", diz Seu Feliciano, emocionado.

Banco de sementes de Frei Damião I

De produtor para produtor

Seu João Bosco, assentado em Bartolomeu I dá sua dica de defensivo natural. Ele utilizou a receita no maracujá e no tomate na época do inverno.

"Na verdade, fiz um tambor com diversas ervas para usar no tomate na época do inverno. Peguei 2 kg de quina-quina, 3 kg de folhas de melão são Caetano, 2 kg folha de pinha, 3 kg angico, 3 kg maniçoba, 1 kg de folha de pereiro e 2 kg de nim, juntei tudo e coloquei num tambor com 40 litros d'água e deixei descansar por 40 dias."

Fala Seu Zê

Essuélcio Moraes Rodrigues é consumidor assíduo das feiras agroecológicas e revela porque compra alimentos sem agrotóxicos.

"Compro na feira agroecológica desde o início, porque tenho um restaurante e penso na qualidade da comida e bem-estar do cliente. São frutas, macaxeira, batata-doce, coentro, alface, mamão, tudo bem fresquinho. Em contrapartida, ganho clientes porque eles me vêem comprando na feira e escolhem comer no meu restaurante."

Jorra mel nos assentamentos do alto sertão paraibano

produzir mel", explica Aldenor e acrescenta, "como disse uma vez Dom José Maria Pires: 'a abelha não faz mal, faz mel'".

Laelson Vieira, agricultor do assentamento Frei Damião, localizado em Cajazeiras, era um dos que não acreditava na viabilidade da criação de abelha. Mas, hoje depois de seis meses, ele está animado. Adquiriu 11 colméias, coletou 100 litros de mel e já vendeu tudo. "Agora que comecei vi que vai dá certo. Criação de animal é mais difícil, já a abelha não, ela trabalha sozinha pra gente. Além disso, a venda do mel é um complemento pra renda da família", declara Laelson.

Segundo Aldenor, que é apicultor há dezoito anos, a produção de mel é uma ótima alternativa para a agricultura familiar. Ela é uma atividade que pode ser desenvolvida numa pequena área, não requer muitos investimentos, e se cuidada da maneira certa, a produtividade é garantida", explica.

Além disso, a criação de abelha muda o hábito alimentar da família, através do mel, da própolis e da cera, e se comercializado, pode ainda gerar uma renda extra.

O mel do sertão é conhecido como um dos mais gostosos, por sua cor clara e sabor refinado. Isto se dá principalmente pelas floras do marmeleiro e da alfazema.

Segundo o técnico agrícola e apicultor Aldenor Tomás, nessa região os agricultores não acreditam muito na apicultura e acabam permanecendo apenas com as criações tradicionais, como bovino, ovino e caprino. Mas, para ele a atividade apícola é muito adequada ao semi-árido. Já as abelhas, mesmo na seca, são capazes de sobreviver e

É + Saúde!!!

A banana é uma fruta de alto valor nutritivo, muito rica em açúcar, carboidratos e sais minerais, principalmente cálcio, ferro, sódio e potássio, e vitaminas A, B1, B2, B6 e C. É conhecida como calmante intestinal, por estimular o apetite e as funções digestivas.

De efeito adstringente, suaviza o intestino delgado, grosso e reto, sendo aplicada em casos de diarreia aguda ou crônica e combate a anemia.

Delícias da Agroecologia

Bolo de banana maçã

Ingredientes: 12 bananas maçã amassadas, 4 ovos, 1 colher de sopa de bicarbonato, 3 xícaras de farinha de trigo, 150 gramas de margarina, 1 xícara de açúcar, 1 xícara de açúcar mascavo, 1 colher de sopa de canela em pó, 1 xícara de ameixa preta, 1 xícara de castanha de caju.

Modo de Fazer: Misture as bananas amassadas com o bicarbonato. À parte, bata os ovos com o açúcar e a margarina. Coloque os demais ingredientes, deixando por último as frutas picadas. Adicione a banana. Leve a assar em forma untada.

Novas feiras se espalham nas cidades

As feiras agroecológicas, experiência que vem dando certo no sertão paraibano, tem perspectivas de crescer. Agora, mais famílias que produzem agroecologicamente se articulam para comercializar seus produtos nas feiras.

Em Bonito de Santa Fé

Famílias do assentamento Bartolomeu I se preparam para abrir uma feira agroecológica em Bonito de Santa Fé. Algumas já comercializam na feira livre da cidade, mas como não vendem apenas o que produzem, em suas bancas ainda existem produtos com agrotóxicos. A intenção é levar pra feira somente a produção do assentamento, que é livre de venenos e adubos químicos.

Agroecologia de volta a Sousa

Sousa terá sua feira de volta, é o que garante as famílias do assentamento Acauã. Segundo Socorro Ferreira, articuladora da Rede de Cultivos Agroecológicos, essa feira foi suspensa por dificuldade de transporte, mas voltará com todo gás. "Era muito ruim trazer os produtos, mas agora o transporte vai ser feito através de um reboque de moto, que já está sendo providenciado", explica ela.

Em Cajazeiras

Outra feira será aberta, agora na rua Dr. Coelho. Esta será sustentada por famílias do assentamento Bartolomeu I, como a de seu João Bosco. Ele está experimentando outras culturas pra poder diversificar os produtos. "Não dá pra entrar numa feira só com alface, estou começando a plantar outros alimentos pra aumentar a variedade", fala seu João.

Feira Agroecológica de domingo em Aparecida

Já a do antigo açougue vai ser fortalecida com mais produtores. "Estamos trabalhando com 14 famílias de 2 acampamentos e com famílias do assentamento Frei Damião. Lá tem a perspectiva da terra que é virgem e tem muito peixe, o que atrai fregueses", explica Socorro Ferreira. Famílias que ainda não produzem agroecologicamente estão recebendo orientações para deixar de lado os venenos, que tanto fazem mal a saúde.

A proposta da Rede de Cultivos Agroecológicos é fazer um treinamento para que se comece a produzir cenoura, beterraba, couve-flor e repolho, pois são produtos que faltam nas feiras. Depois, a ideia é abrir um restaurante com comidas caseiras feitas só com produtos agroecológicos.

O meio ambiente e a saúde agradecem!

Locais das feiras

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
CAJAZEIRAS No antigo açougue Municipal a partir das 6h da manhã	CAJAZEIRAS Desembargador Boto, 912 a partir das 6h da manhã	APARECIDA Mercado Público Municipal a partir das 6h da manhã

APOIO:

**Projeto Inovação Tecnológica:
Conviver no Semi-Árido**

projeto
Comunica

Secretaria da Agricultura
Familiar

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário
GOVERNO FEDERAL**

Frutos da terra

Conheça a história de vida dos que lutam pela reforma agrária: as dificuldades, as conquistas e a esperança do povo sem-terra

Pág. 02

Conheça as alternativas de armazenamento de água utilizadas pelas famílias assentadas no semi-árido.

pág. 03

Rede Saúde e Alimentação trabalha o uso correto das plantas medicinais nos assentamentos

pág. 03

Veja porque os alimentos agroecológicos respeitam o meio ambiente e a saúde humana.

pág. 04

Editorial

Durante quatro meses, o projeto "Comunica: Inovação tecnológica no semi-árido" trabalhou divulgando as feiras agroecológicas do sertão paraibano, nos diversos meios de comunicação. Produziu faixas, folders, camisetas, propagandas em rádio e Tv, além de um site e do jornal "Frutos da Terra".

O projeto veio fortalecer a reforma agrária, a agricultura familiar e as feiras agroecológicas que são resultado dessas lutas.

Chegamos na última edição, mostrando alternativas de armazenamento de água no semi-árido e como a Rede Saúde e Alimentação ajuda as famílias assentadas a viver melhor. Também veremos por que alimentos orgânicos são mais saudáveis e como a Reforma Agrária muda a vida das pessoas.

Por fim, desejamos ter colaborado e que o "Frutos da Terra" tenha alcançado o seu objetivo, gerando bons frutos para as famílias assentadas do semi-árido.

Expediente

Projeto Comunica no Semi-Árido.

Equipe jornalística:
Angelina de Oliveira,
Dadora Medeiros,
Heloísa de Sousa,
Paula Adissi

Contato: (83) 3531-6032

comunicacaopb@veloxmail.com.br

Reforma Agrária e melhoria de vida

Nas beiras das estradas, embaixo de lona preta, muitas vezes empunhando uma bandeira, outras vezes não. Carregam consigo apenas a necessidade extrema e uma reivindicação: o direito de trabalhar na terra.

No país considerado a maior fronteira agrícola do mundo, existem 4,5 milhões de famílias Sem Terra que lutam por um pedaço de chão para trabalhar, viver e tirar seu sustento. Famílias como a de José Ferreira Filho, assentado em Angélica I, em Aparecida-Pb que morava na propriedade desde moleque e em 2005 viu sua vida mudar. "Nasci nesta fazenda. Meu pai passou 39 anos trabalhando nesta propriedade. Ser assentado foi ver a liberdade chegando de repente", declara José Ferreira emocionado.

A luta pela terra fez S. José, 40 anos, enxergar o que antes não percebia. "A gente tem a ilusão de que o patrão é uma coisa boa, mas a gente é explorado e de qualquer forma é submisso a ele", desabafa. Dos seus dez irmãos, cinco

moram em Angélica I, que tem 34 famílias assentadas.

Para quem foi beneficiado com a reforma agrária, os olhos brilham e o coração se enche de desejo que os outros tenham essa oportunidade. É o caso de S. Francisco Sales que saiu de Angélica I (Aparecida) com 25 anos e tinha o sonho de voltar, mas o patrão não deixava. "Tinha o sonho de voltar a Angélica, onde enterraram meu umbigo. Agora que consegui voltar não saio nunca mais", conta S. Sales aliviado e espera que outros como ele consigam a terra. "Eu nunca tive uma casa. A reforma agrária mudou minha vida. Nunca pude comprar uma cabra, um jumento. Hoje tenho duas vacas, uma casa e a alegria de viver no lugar que eu pisava quando criança", continua S. Sales.

"Ser assentado foi ver a liberdade chegando de repente" - José Ferreira, assentado de Angélica I

Várzeas de Sousa- o sonho da terra

"Lembro do primeiro dia em que cheguei aqui. Dia 24 de maio de 2004, chegamos meia noite e meia, tava frio, nunca vou esquecer", declara Jacodemes Garrido de Sousa, acampado há 2 anos e 3 meses na beira da BR-230 em Sousa.

O acampamento tem 53 famílias e é acompanhado pela Comissão Pastoral da Terra. A reivindicação é que o governo do estado desapropriar 1.000 hectares para reforma agrária. As terras das várzeas de Sousa são as mais férteis de todo o sertão da Paraíba. O governo federal e estadual investiram 105 milhões de reais na construção do canal de redenção para destiná-las à produção de alimentos para exportação.

Diante disso, camponeses Sem Terra

pedem ao governo do estado para desapropriar as várzeas. "Aqui enfrentamos a fome, a sede, a calúnia e a injustiça", declara Dulcicleide Garrido que está acampada há 2 anos nas várzeas de Sousa, onde é coordenadora.

Mesmo enfrentando dificuldades, preconceito e perseguição, as famílias acampadas em Sousa seguem confiantes. "Queremos fazer agricultura familiar e conquistar a liberdade", conclui Jacodemes.

Enquanto a vitória não vem, os agricultores e agricultoras fazem

luta, interditam rodovias, acampam e mostram a urgência da reforma agrária para a sociedade.

Acampamento várzeas de Sousa

Barragens subterrâneas e cisternas são alternativas de armazenamento de água no sertão paraibano.

Cisterna no assentamento Angélica I

Para que a água não falte nem nos períodos de seca, alguns assentamentos localizados na região semi-árida do alto sertão paraibano buscaram formas de armazenamento deste líquido.

Água garantida para consumo humano

Uma alternativa bastante utilizada na região são as cisternas, um reservatório que consegue guardar até 16.000 litros de água, total suficiente para uma família de 5 a 8 pessoas utilizar durante seis meses, período em que chegam as chuvas novamente. Essa água vem das chuvas e escorrem através de canos que vem dos telhados até a cisterna. É exclusiva para consumo humano, sendo usada para beber e cozinhar. Hoje 80% das famílias no sertão já tem uma cisterna em casa

Tem água também para o plantio

Outra forma também utilizada no sertão são as barragens subterrâneas, que acumulam a água de chuva no perfil do solo e permite sua utilização em cultivos por meio da técnica de agricultura de vazante ou subirrigação.

A técnica consiste em utilizar uma lona de plástico que vai até o subsolo para impedir que a água passe, armazenando a água da chuva e evitando que ela evapore com tanta rapidez. Assim, a terra fica úmida por um longo tempo, sendo propícia para o plantio.

Para Zé Baixinho, do assentamento Waldecir Santiago (Cajazeiras), a barragem subterrânea foi a solução. "Foi muito bom, pois a minha produtividade aumentou na seca, a terra deu amendoim, batata, arroz e até pasto pro gado", explica ele muito contente.

Famílias assentadas não tiram da terra só os alimentos, mas também os remédios pra sua saúde

A utilização das plantas para a cura das doenças sempre foi um costume dos agricultores. No entanto, observou-se que muitas famílias nos assentamentos utilizavam as plantas medicinais de forma incorreta.

Pensando nisso, foi criada a Rede Saúde e Alimentação, que tem o objetivo de trabalhar e resgatar o uso correto das plantas medicinais, bem como desenvolver a questão da alimentação saudável nos assentamentos. "Algumas famílias não tinham o conhecimento das plantas e usavam de qualquer jeito e outras que não usavam se endividavam nas farmácias comprando medicamentos de laboratórios", explica Elza Gomes, uma das coordenadoras da Rede.

Hoje, a maioria dos assentamentos possui uma farmácia viva comunitária, onde as plantas medicinais são cultivadas e partilhadas por todas as famílias.

As mulheres desenvolvem 95% das atividades da Rede. Elas fazem chás, lambedores, cozimentos e vão começar a produzir pomadas e tinturas.

Além desse trabalho, as assentadas ainda aprendem os benefícios dos produtos agroecológicos e a importância de comer alimentos variados. "Hoje já se observa a troca do refrigerante pelo suco, do miojo pelo arroz de leite, ou seja, hábitos saudáveis que ensinam as crianças a comerem bem desde cedo", afirma Elza.

É a mãe terra dando alimento e cura aos seus filhos.

Farmácia viva no assentamento Acauã

De produtora para produtor

Ana Cleide (Nova) é assentada em Santo Antônio, e vende na feira agroecológica de Cajazeiras.

"Você pega um punhado de pimenta malagueta e água e passa tudo no liquidificador. Depois bota numa bomba com 5 litros d'água e aplica 8 dias antes da colheita. Serve para matar o pulgão que dá na couve-flor, no repolho e na beterraba".

Fala Seu Zé

"O melhor da gente produzir agroecologicamente é saber que vamos comer um alimento sem veneno.

Você colocar veneno na sua própria horta, isso é suicídio não é? Existe uma cultura do povo em achar que só dá se pulverizar. Aqui não existe nada disso, é só tirar e comer.

Eu mesmo nunca usei veneno."

Seu José Ferreira mora no assentamento Angélica I, em Aparecida.

É + Saúde!!!

Jerimum

É um legume de alto valor nutritivo.

Contém vitamina A, um nutriente antioxidante ótimo para fortalecer a visão. Ajuda nas defesas do organismo e previne o envelhecimento precoce.

Possui vitaminas do complexo B e sais minerais (cálcio, fósforo e ferro).

Suas sementes são energéticas, fornecem uma boa dose de fibras (importante para o bom funcionamento do intestino) e funcionam também como vermífugo.

Delícias da Agroecologia

Farofa de jerimum

Ingredientes

1/2 kg de jerimum;
Manteiga ; Farinha de mandioca; Sal a gosto.

Modo de fazer

Descasque o jerimum, tire as sementes e corte-o em pedaços grandes. Leve-o para cozinhar em água e sal.

Escorra, amasse com um garfo, coloque manteiga, misture e corrija o sal. Vá incorporando a farinha aos poucos, mexendo devagar.

A farofa de jerimum não pode ficar seca e sim, úmida. Portanto, a quantidade de farinha é fundamental.

Agricultura da vida

No alto sertão paraibano assentados da reforma agrária provam que é possível produzir alimentos agroecológicos. Eles desenvolvem uma agricultura que respeita o meio ambiente e é livre de qualquer tipo de agrotóxico ou adubo químico, ao contrário da agricultura convencional.

Os benefícios da agroecologia

Produzir agroecologicamente também envolve fatores sociais e ambientais como explica Cícero Fábio, conhecido como Negão, que é técnico agrícola e assentado. "A agroecologia é sinônimo de pequena produção, baseada na família e na diversidade de culturas. Ainda é comprometida com a saúde de quem consome, com a natureza e as gerações futuras." diz ele energicamente.

Seu Sales mostra orgulhoso sua produção

"Eu trabalhei a vida toda com veneno, já me intoxiquei que vi o mundo amarelar, já vi amigos meus morrer de repente," relata seu Francisco Sales, assentado em Angélica I (Aparecida).

Seu Sales não usa mais veneno em suas hortas, mas, diz ainda sentir cheiro de agrotóxico em seu suor. "Ainda hoje quando estou muito suado sinto cheiro de veneno".

Agricultura da morte. Veneno é bicho perigoso

A manipulação de agrotóxicos é algo extremamente perigoso. Os casos de intoxicação não são raros, e muitas vezes levam agricultores à morte.

São muitos os depoimentos de quem já trabalhou com agrotóxicos. Agricultores relatam casos de tonturas, queda de pressão, câncer e até mortes fulminantes.

Vantagens do alimento agroecológico

O alimento agroecológico é cultivado sem interferência de agrotóxicos, está livre de contaminações. Por isso, cresce e se desenvolve de forma natural. Além disso, dura mais e tem um alto valor nutricional.

Quem consome ainda leva para casa o compromisso com a saúde do trabalhador, com a biodiversidade e exercita o consumo solidário.

Visite o site

www.sertaoagroecologico.com.br

Locais das feiras

SEXTA

CAJAZEIRAS

No antigo açougue Municipal a partir das 6h da manhã

SÁBADO

CAJAZEIRAS

Desembargador Boto, 912 a partir das 6h da manhã

DOMINGO

APARECIDA

Mercado Público Municipal a partir das 6h da manhã

APOIO:

Projeto Inovação Tecnológica:
Conviver no Semi-Árido

projeto
Comunica

Secretaria da Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário
GOVERNO FEDERAL

Jornal Frutos da Terra

Jornal das Feiras Agroecológicas

Junho/2006

Conheça a história das feiras que vendem alimentos sem agrotóxicos no alto sertão paraibano. E veja também as alternativas de produção para o semi-árido. Pág. 02

A FORÇA E A LUTA
DAS MULHERES PARA
MANTER AS FEIRAS
AGROECOLÓGICAS.
PÁG 03

A AGROECOLOGIA E AS
FEIRAS MUDAM A VIDA
DE FAMÍLIAS
ASSENTADAS DA
REFORMA AGRÁRIA.
PÁG 03

O CAMINHO QUE OS
ALIMENTOS PERCORREM
ATÉ CHEGAR NA MESA
DO CONSUMIDOR. PÁG 4

Editorial

O Jornal Frutos da Terra foi elaborado com o objetivo de divulgar as feiras agroecológicas do sertão paraibano.

Entendendo que a agroecologia e agricultura familiar são formas que se contrapõem as grandes empresas de agricultura que só exportam, este jornal tem o intuito de fortalecer e divulgar a luta pela reforma agrária e a melhoria de vida que se tem com ela, que é um benefício para o povo brasileiro.

Frutos da Terra faz parte das atividades de assessoria de comunicação desenvolvidas pelo projeto COMUNICA, esta edição é a primeira de uma série de quatro que serão publicadas mensalmente.

Nesse jornal você vai conhecer a história das feiras e as formas de produzir sem agrotóxicos que os agricultores assentados descobriram.

Vai poder conferir como a agroecologia mudou a vida dos assentados, e também conhecer as mulheres que impulsionam a organização das feiras agroecológicas.

Por fim, você vai descobrir a dura caminhada que os agricultores fazem até chegarem nas feiras.

Então boa leitura e saboreiem o Frutos da Terra!

Expediente:

Projeto Comunica no Semi-Árido.
Equipe jornalística: Angelina de Oliveira, Dodora Medeiros, Heloisa de Sousa, Paula Adissi.

Contato: (83) 3351-6032
Comunicacaopb@veloxmail.com.br

E Assim Começam as Feiras....

Feira Agroecológica do Sábado em Cajazeiras

As feiras agroecológicas do sertão surgiram em dezembro de 2004, quando os agricultores assentados fizeram uma visita de intercâmbio às feiras que acontecem em João Pessoa. Eles viram que era possível produzir sem agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e resolveram dar início a produção agroecológica no alto sertão. Participam das feiras os assentamentos Santo Antônio (Cajazeiras), Bartolomeu I (Bonito de Santa Fé) e Acauã (Aparecida).

Em Cajazeiras, são vendidos os frutos vindos dos assentamentos Santo Antônio, desapropriado há 8 anos para 32 famílias e de Bartolomeu I que existe há 18 anos.

O assentamento Acauã, que tem uma área de 2.825 hectares, pertencia à família Gadelha, mas desde 1998 foi dividido para 130 famílias. Ele sustenta a feira de Aparecida que acontece conjuntamente com a feira da cidade nos dias de Domingo.

Agricultura Familiar - essa é de casa!

Além da história de vida e luta que possuem em comum, as famílias desses assentamentos também se aproximam em outro aspecto. É que a base de sustentação da produção das feiras é realizada pela família. Quando o assunto é plantar todos colocam a mão na terra.

Diferentemente das grandes empresas de agricultura que plantam apenas para exportar, a reforma agrária tem o compromisso com os brasileiros. Os agricultores assentados cultivam variedades, como feijão, hortaliças, verduras e frutas. O objetivo é primeiro plantar para comer e depois vender o que sobrar. Assim, eles garantem o sustento da família e um dinheiro extra.

Mandalas: O círculo das águas

Os assentamentos Santo Antônio e Acauã ainda adotaram uma técnica bastante interessante para driblar a seca e continuar produzindo. São as mandalas, uma espécie de bacia que armazena água no centro e um cano redistribui para as hortas, gotejando todos os dias nas folhas e verduras.

É uma alternativa para manter a produção, mesmo diante de todas as dificuldades do clima sertanejo. Para quem vê, as mandalas são como uma espécie de círculo verde, a água no meio e ao redor tudo bem verdinho.

A Agroecologia Mudando a Vida dos Assentados

A vida das famílias que produzem para as feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida melhorou bastante depois que começaram a vender seus produtos diretamente aos consumidores. Para Ana Cleide, mais conhecida como Nova, do assentamento Santo Antonio, em Cajazeiras, a mudança na vida de sua família foi enorme. "Mudou cem por cento, tá n t o financeiramente como na saúde da nossa família" afirma ela.

Com as feiras, as famílias assentadas não precisam mais vender seus produtos a atravessadores. Seu Zé Félix, do assentamento Bartolomeu, diz que durante muito tempo vendeu sua

produção a revendedores. "O atravessador só compra quando ele ganha de cinquenta por cento pra lá, e agora o que a gente vende é todo nosso", explica o agricultor.

Já para Dona Alzenir Bezerra, a mudança de vida começou desde que a fazenda onde nasceu e se criou foi desapropriada e se transformou em assentamento da reforma agrária. "Hoje sou assentada, tenho liberdade, tudo que a gente planta é da gente,

antes era do patrão". E depois que passou a produzir para as feiras as coisas melhoraram ainda mais. "Com o dinheiro das feiras a gente compra o que a gente não planta, e ainda paga a energia", diz Dona Alzenir satisfeita.

Dona Alzenir mostrando muito orgulhosa sua produção agroecológica

Mulheres da Terra e das Feiras

O sucesso das feiras agroecológicas de Cajazeiras e Aparecida deve-se, principalmente, à liderança de mulheres como: Nova, Alzenir, Deide, Maria José e Francisca.

Foram as mulheres que deram luz às feiras. Elas começaram a realizar serviços de entrega em domicílio para 11 famílias. A demanda aumentou e fazer as entregas se tornou impossível, foi aí que as feiras nasceram.

Apesar de muitas pessoas não

acreditarem que elas pudessem dar certo, estas mulheres continuaram. E até hoje vem superando o maior obstáculo que é transportar os produtos dos assentamentos até os locais onde são vendidos.

Não fosse a determinação delas, que se colocaram à frente dos maridos e batalharam para que as feiras continuassem acontecendo todo fim de semana, as feiras já tinham se encerrado há muito tempo. "Quando a gente tá aperreada, pensar em parar é fácil. Mas se pararmos, depois pra conseguir voltar e conquistar os mesmos fregueses que temos hoje será muito mais difícil. Às vezes a gente trabalha só pra pagar o transporte, mas não pára", comenta Nova.

Todos cuidam da terra, do plantio, do cultivo e da colheita, mas na hora da comercialização dos produtos, os maridos ficam em casa. Todo dinheiro apurado nas feiras pelas mulheres serve para manutenção das suas casas e das famílias.

Dona Nova na feira do Sábado em Cajazeiras

De produtor Para produtor

Seu Zé Félix, agricultor assentado em Bartolomeu I, dá sua dica de produção agroecológica e de respeito ao meio ambiente.

"Uma das coisas que eu utilizo muito aqui para descansar a terra, é deixar o mato crescer. Porque quando isso acontece, além de recompor os nutrientes do solo, ainda a terra fica protegida do sol. É um descanso para a próxima cultura!"

Fala Dona Maria!

"Eu sempre compro aqui porque conheço o pessoal e sei que eles não usam veneno. É um alimento melhor para a saúde".

Dona Candu, consumidora há dois anos da feira agroecológica de Aparecida.

É + Saúde !!!!!

Conheça o valor nutricional do milho!

Assim como todos os outros grãos de cereais, o milho é altamente energético e enriquecido em amido. Também é mais rico em gordura, sendo pobre em fibra bruta, o que contribui para seu alto poder digestivo.

A farinha de milho é mais saudável, ajuda no combate à anemia e é recomendável para as mulheres grávidas.

Delícias da agroecologia

Beju de milho

Ingredientes: milho, água quente e goma. Modo de fazer: junta três partes de goma e uma parte da massa de milho. Colocar na chapa quente como se fosse fazer tapioca. O ponto é o mesmo da tapioca.

Massa de milho: coloca o milho na água quente, depois moe e peneira. Em fogo baixo, torra em uma panela mexendo com colher de pau. Quando não grudar mais no fundo, aumenta o fogo até dá o ponto de farinha.

Do campo até sua mesa

Alimentos fresquinhos vindos diretamente do campo. É isso que se encontra nas feiras agroecológicas do sertão. Mas, para que cheguem até os consumidores, os produtores enfrentam uma dura rotina de trabalho e transporte. As famílias do assentamento Santo Antonio que produzem para as feiras de Cajazeiras começam a colheita na quinta-feira à tarde. Dona Alzenir Bezerra explica que o transporte é feito através de uma camioneta fretada pelas famílias.

D. Francisca após colheita no assentamento de Acauã

"Nós saímos de lá 4 e meia da madrugada, mas a gente acorda bem antes disso pra arrumar tudo. Vale a pena, pois quando a gente chega já tem frequêns esperando", afirma.

Seu Zé Félix, do assentamento Bartolomeu, em Bonito de Santa Fé, também segue uma dura caminhada até chegar à feira. A colheita começa na quinta. Com tudo colhido, é hora de pegar a estrada. Seu Zé arruma tudo numa carroça de burro e vai para rodovia, onde pega um ônibus até Cajazeiras. Lá, deixa as coisas no açougue, onde acontece a feira e dorme num alojamento. Antes das 4, já é hora de estar de pé para arrumar tudo e não deixar o frequêns esperando.

Em Aparecida

A rotina na feira de Aparecida não é muito diferente. Dona Francisca de Sousa, do assentamento Acauã, localizado em Aparecida, colhe no sábado à tarde, assim como Dona Maria José, que ainda faz bolos e pamonhas à noite, e chá e café antes de sair para a feira. Quando o rio está seco, elas fretam um carro para o transporte.

Uma das maiores dificuldades das assentadas de Aparecida é quando o rio enche e não dá passagem. Elas

levam todas as coisas numa carroça até a margem do rio, atravessam de canoa, mandam tudo por um moto táxi para feira e seguem a pé com o restante das coisas na mão. A caminhada é de quase uma hora. Para Dona Maria, as dificuldades são muitas, mas o compromisso é maior. "É muito trabalhoso quando o rio está cheio, mas a gente nunca falta um domingo, porque temos um compromisso com o povo", declara com firmeza.

Locais das Feiras

SEXTA

CAJAZEIRAS

no antigo Açougue Municipal
a partir das 6 horas da manhã

SÁBADO

CAJAZEIRAS

Rua Desembargador Boto, 912
a partir das 6 horas da manhã

DOMINGO

APARECIDA

Mercado Público Municipal
a partir das 6 horas da manhã

REALIZAÇÃO

Projeto
Comunica

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

BOLETIM PROJETO FEIRA AGROECOLÓGICA

ANO 1, NÚMERO 2 - ABRIL DE 2006

Convidamos os clientes e interessados a participarem dos encontros para a construção dos critérios de Certificação dos produtos da feira

Dia 28 de abril, 15 horas
Agroecologia, Certificação e Consumo Responsável

Dia 19 de maio, 15 horas
Valor Nutritivo dos Alimentos Orgânicos

LOCAL: Auditório do DEP/CT/UFPB

Pesquisa aponta as características dos consumidores que frequentam a Feira Agroecológica

Pág. 02

O projeto comparou os preços da feira com o dos grandes supermercados da cidade. Confira o resultado.

Pág. 03

Você sabe o que é "Consumo Responsável"? Sabe da sua importância?

Pág. 04

Perfil do consumidor da feira agroecológica

Levantamento através de questionários mostra que tipo de consumidor frequenta a feira

O Projeto Feira Agroecológica do campus I da UFPB aplicou

cerca de 100 questionários em agosto de 2005, visando traçar um perfil dos frequentadores da feira. Na tentativa de identificar quem são e de onde vêm os clientes foram levantadas questões como o grau de consciência em relação ao significado e importância da feira e o conhecimento sobre alimentos orgânicos. Embora a maioria pertença à comunidade universitária (57%), professores, alunos e funcionários, é também significativa a presença de moradores de bairros próximos à Universidade (31%) e até mesmo de bairros mais distantes como Cabo Branco, Atipiano e Manaira (13%).

Entre os motivos que os levam a frequentar a feira, o principal mesmo é pelos produtos serem orgânicos, seguido de longe por outros como qualidade, localização e preços. O fato de serem produtos vindos de assentamentos da Reforma Agrária também foi lembrado, embora em menor ênfase que o produto orgânico.

Motivos da compra na feira

Fidelidade dos clientes

A maioria são "fixos" e metade dos entrevistados declarou frequentá-la desde o início.

Tempo que frequenta a feira

Frequência do cliente

Um elevado nível de satisfação

O índice do atendimento revelou ser considerado bom para 71 de 100 clientes entrevistados e excelente para 22 deles. Tal fato se confirma pela relação de proximidade, amizade e "fidelidade" existente entre os camponeses e os clientes.

Quanto à aparência e a qualidade dos produtos, o índice teve inferências de bom e excelente.

Qualidade dos produtos

Foi notada uma conscientização dos clientes acerca da diferença dos

produtos agroecológicos com relação aos produtos comercializados em feiras livres e supermercados.

Na época da pesquisa, 64% dos entrevistados consideraram boas a quantidade e a variedade dos produtos ofertados pela feira agroecológica, 27% apontaram como regular e 9% como excelente.

Infra-estrutura

Cerca de 60% dos entrevistados classificaram como boas as condições de higiene da feira. A maioria das sugestões de melhoria se referiram à providências que facilitem o trabalho dos camponeses, por exemplo, mais banheiros próximos à feira e maior quantidade de torneiras junto às barracas. O excesso de insolação foi também indicado como problema da atual localização da feira.

Os resultados da enquête foram discutidos com os agricultores da feira e alguns encaminhamentos já estão sendo realizados para superar alguns dos problemas indicados. O principal deles refere-se ao local da feira e a infraestrutura disponível. Um projeto que visa um novo local já foi elaborado e sua viabilidade está sendo analisada pela Prefeitura Universitária. A proposta inclui melhorias como praça de alimentação, pontos de energia e água, uma melhor estrutura de barracas e banheiros.

Vida saudável e bolso saudável

Uma equipe do Projeto feira agroecológica visitou os maiores supermercados da cidade para comparar os preços da feira com os supermercados.

Um alimento agroecológico possui uma qualidade nutricional superior aos alimentos convencionais por ser oriundo de uma produção limpa, que não polui o ambiente e os trabalhadores, e por não conter resíduos químicos danosos à saúde humana. Mas e os preços da feira agroecológica? São compensadores? Afinal,

como se fala por aí, esse negócio de alimento orgânico costuma ser caro, "coisa de elite". Para checar essa situação, nossa equipe levantou alguns preços nas principais redes de supermercados de João Pessoa e os comparou com os praticados na Feira. Vejam os resultados:

PRODUTOS	SUPERMERCADOS				FEIRA	Diferença média (%)
	Carrefour R\$	Bompreço R\$	Pão de açúcar R\$	Preço médio R\$		
Agrião	0,95	0,75	0,45	0,72	0,50	43,4
Alface	1,39	1,19	0,78	1,12	0,50	124
Alface Americana	2,05			2,05	0,50	310
Batata Doce	1,59	1,19	0,89	1,22	1,00	22,3
Berinjela	2,05		1,65	1,85	1,50	23,3
Beterraba	1,99	1,49	1,49	1,66	1,00	65,7
Cebolinha		0,79	0,29	0,54	0,50	8
Cenoura	1,18	1,35	0,84	1,12	1,00	12,3
Coentro	0,78	0,19	0,29	0,42	0,50	16
Couve	0,78	0,39	0,45	0,54	0,50	8
Espinafre	1,89	1,49	1,73	1,70	1,00	70,3
Goma	2,99	2,01	2,87	2,62	2,00	31,2
Hortelã	0,95			0,95	0,50	90
Inhame	4,99	2,39	1,98	3,12	2,00	56
Jiló	3,29	2,49	1,97	2,58	1,50	72,2
Macaxeira	1,59	1,39	1,09	1,36	1,00	35,7
Manjerição	0,98	0,69	0,83	0,83	0,50	66,7
Maracujá	2,69	3,15	2,69	2,84	1,00	184,3
Mostarda	0,95	0,69	0,50	0,71	0,50	180,4
Nabo	1,15	1,39	3,77	2,10	0,75	42,7
Pepino	5,15	1,25	1,14	2,51	1,00	151,3
Pimentão	2,49	3,29	1,69	2,49	1,00	149
Rúcula	0,95		0,85	0,90	0,50	80
Salsa	0,95	0,79	0,83	0,86	0,50	71,3
Diferença Média Geral (%):						61,8

Vejam que, com exceção do coentro, todos os demais preços foram superiores nos supermercados. Importante, ainda, ressaltar que de todos os produtos pesquisados, nenhum era agroecológico. Mas como explicar essa realidade? Afinal, 61,8% de diferença média entre os preços é bastante significativo. O preço dos produtos da feira são mais baratos porque os

camponeses da Ecovárzea não praticam a agricultura e economia capitalista convencional (aquela cuja lógica de mercado se baseia na especulação e na busca do lucro acima de tudo), e sim, praticam economia camponesa que, em si, é solidária, com preços justos para quem produz e para quem consome.

O que é Consumo Responsável?

É notável a mudança, mesmo que lenta, nos hábitos diários de uma parcela da população que tem passado a praticar um consumo responsável. Essa mudança na consciência se dá em função de uma preocupação global em relação à qualidade de vida, ao pagamento de preços justos aos produtores, ao respeito às condições de trabalho, à preservação ambiental e à busca de condições mais igualitárias de desenvolvimento. Além disso, através do consumo responsável, os artigos produzidos localmente têm preferência em relação àqueles vindos de fora - de outros países ou de outras regiões. No caso dos produtos agrícolas, estimula e consolida o desenvolvimento da produção camponesa e, entre elas, aquelas realizadas nas áreas de assentamento rurais de Reforma Agrária.

Mas, o que vem a ser o Consumo Responsável?

O Consumo Responsável, nada mais é do que o estabelecimento de mudanças no modo de pensar, agir e consumir das pessoas. Quem consome, escolhe, decide, opta. Consumir responsabilmente significa passar a pensar no que está por trás dos produtos que levamos para a nossa casa. Não se trata apenas de escolher produtos que fazem bem à saúde e não agredem o

ambiente, mas, principalmente, consumir produtos que promovam a fixação de famílias camponesas no campo, particularmente aquelas que se encontram nas áreas de assentamentos rurais, estimulando o crescimento e o fortalecimento da economia local. Passando a dar preferência a alimentos naturais e frescos produzidos por muitas

famílias camponesas ao invés de alimentos industrializados, que contêm conservantes, ou que tenham recebido agrotóxico na produção, melhoramos circunstancialmente a economia, o ambiente e a nossa saúde. Ao frequentar feiras livres como a feira agroecológica do Campus I da UFPB e ao adquirir produtos naturais e artesanais, movimentamos a produção local, e beneficiamos centenas de

famílias.

Se você ainda não havia pensado nisso antes, esta pode ser a hora de começar. Consumir com responsabilidade, significa fazer-se algumas perguntas como: De onde vêm esses alimentos? Como são produzidos? Quem produz? Que tipo de desenvolvimento estou financiando? É acima de tudo envolver-se num movimento social e solidário, pela preservação ambiental, e contribuindo não só para melhorar a qualidade de vida da sua família, mas também a de várias famílias envolvidas no processo de produção, na trajetória e na comercialização dos produtos.

Expediente

Prof. Paulo Adissi
(Depto. Engenharia de Produção)
Prof(a). Valéria de Marcos (Depto.
Geografia)
Cida Alves (Jornalismo)

André Duarte (Engenharia de
Produção)
Katia Cristina (Geografia)
Mariana Borba (Geografia)
Thiago A. Santos (Geografia)

Contato: projetofeiraagroecologica@yahoo.com.br
Tel: 3216 - 7808

EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS AGROECOLÓGICAS DOS AGRICULTORES ZÉ FÉLIX E JOÃO BOSCO - ASSENTAMENTO BARTOLOMEU I - BONITO DE SANTA FÉ/PB.

Ano de 2006.

Projeto de Assentamento Bartolomeu fica localizado no Município de Bonito de Santa Fé/PB.

É uma área histórica no processo de luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba, pois em torno dos açudes públicos foi onde começou as primeiras lutas dos agricultores organizados pela garantia do direito de ter terra para trabalhar, no ano de 1989. Hoje ainda tem sua situação irregular, mas trabalham na terra há 17 anos um total de 22 famílias.

Estamos destacando a história de luta e conquista não só do ponto de vista político mas especialmente cultural dos agricultores

Zé Felix e João Bosco nas margens do açude público de Bartolomeu. Desde o ano de 1999 iniciaram ainda que de forma tímida a discussão juntamente com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CAAASP (Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano), entidades de apoio, sobre a agroecologia. Participaram de algumas reuniões inicialmente de Bancos de sementes Comunitários, onde era incentivado e fortalecido a prática de gerações, de selecionar e armazenar suas sementes adaptadas para o plantio do ano seguinte. Iniciou-se também através de cursos e visitas de intercâmbio o trabalho com viveiros de mudas, com fruteiras, plantas forrageiras e outras

O trabalho com construção de cisternas e Fundos Solidários comunitários cursos para produção de defensivos naturais, calda bordaleza e desta forma foi desencadeando todo um processo de conscientização sobre a importância de uma prática voltada para o respeito a conservação do meio em que viviam, as práticas agroecológicas. Os agricultores Zé Felix e João Bosco contam apenas com 2,5 ha de terras para trabalhar, que margeiam o açude, o principal plantio são hortaliças, esta área é trabalhada por toda a família.

A família de seu Zé Felix são 10 pessoas a do sr. João Bosco 11, no total que vive da produção desta terra, toda a família contribui nas hortas, seja limpando, fofando a terra, um processo usado para facilitar o nascimento das hortaliças. São trabalhadas de forma diversificada, frutas como: banana, coco, mamão, maracujá e outras; alface, couve, cenoura, beterraba, cebolinha, coentro, tomate, berinjela... João Bosco está trabalhando também com um sistema de cerca viva, pois além desta diversidade de cultivos ainda criam ovelhas na área e estabelece uma área de 0,5 ha de preservação da mata ciliar.

EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS AGROECOLÓGICAS DOS AGRICULTORES ZÉ FÉLIX E JOÃO BOSCO - ASSENTAMENTO BARTOLOMEU I - BONITO DE SANTA FÉ/PB.

Ano de 2006.

A produção de frutas e hortaliças são comercializadas na feira Agroecológica em Cajazeiras nas Sextas Feiras, juntamente com outras famílias de municípios vizinhos que também produzem de forma agroecológica, além desta feira o agricultor João Bosco repassa para as feiras livres nos municípios de Bonito de Santa Fé, Serra Grande e São José de Caiana. Segundo os agricultores a produção agroecológica é muito bem aceita no mercado o que garante o mercado certo para os produtos, além disso são muitas as outras vantagens, economicamente as famílias faturam por mês R\$ 1.500,00 geral, ficando livre um total de R\$ 700,00.

Para os Srs. João Bosco e Zé Felix a forma agroecológica de trabalhar na terra tem proporcionado muitos ganhos para a família, pois os filhos passam a ter uma formação agroecológica desde cedo, já que toda a família é envolvida no processo, foram introduzidas, frutas, verduras e hortaliças no hábito alimentar de forma saudável e já é possível ver resultados concretos como a melhoria na saúde dos filhos e mais qualidade de vida em vários aspectos.

"ECOS À SAÚDE"

BOLETIM DA FEIRA AGROECOLÓGICA PARAIBANA

Ano 2, nº. 3, Junho de 2006/Bessa, João Pessoa-PB

SUMÁRIO

- 1 - Nossa Proposta
- 2 - Nossa História - Entrevista
- 3 - Olhares sobre a "integração" - relato da equipe do "projeto terra para que te quero"
- 4 - Regimento da Feira
- 5 - Desafios, Diálogos, Intercâmbios

1. NOSSA PROPOSTA

As feiras agroecológicas já estão razoavelmente conhecidas pela sociedade pessoense. Até na mídia, diversas reportagens já foram transmitidas sobre esta iniciativa dos camponeses assentados. Mas, é provável que nem todos saibam da história dessas feiras, especialmente sobre o processo político organizativo que as originou. Conforme já ressaltamos em nosso primeiro Boletim, a luta inicial foi contra o latifúndio, mas vale ressaltar que a terra conquistada não é doada; com a "imissão de posse", assumem os assentados compromisso de pagá-la. Esse é o caso dos camponeses que fazem a feirinha do Bessa assim como de outros assentados de todo o Brasil.

Isto posto cabe indagar: Você já pensou por que pessoas precisam se organizar e correr até risco de vida, para conquistar um pedaço de chão? Por que nunca foi feito a tão propalada Reforma Agrária em nosso país? Não seria social e economicamente mais justo para todos os brasileiros, se aqueles que querem e precisam trabalhar na terra a possuísse? Será que os que trabalham a terra na Paraíba têm a posse da mesma?

E quanto à comercialização da produção agrícola?

Foi tendo esta preocupação que a Feira Agroecológica do Bessa foi idealizada por seus apoiadores e realizadores. Constitui esta uma forma alternativa de resistência às formas como se organizam a produção e a comercialização dos alimentos no mundo de hoje. Enquanto estratégia, ela exclui de suas relações àquele que compra direto do produtor e depois revende para os comerciantes a um preço muito mais caro, o atravessador. Este procedimento resulta num preço mais baixo para quem compra na feirinha do Bessa e nas demais feiras agroecológicas.

2. NOSSA HISTÓRIA - ENTREVISTA

A história dos camponeses da Feira do Bessa tem suas bases numa postura frente a acontecimentos como os que são relatados a seguir por Carminha, que acompanhou todo o processo de formação da feira, e que nos conta a experiência de sua família a respeito do uso de agrotóxico:

"Meu esposo foi à vida toda agricultor, era o que ele gostava de fazer, aprendeu com os pais dele que também era agricultor. Quando ele começava a aguar as planta ele sentia mal, ele sentia dor de cabeça, ele ficava com o estômago inchado e ficava arrotando do mesmo cheiro do agrotóxico. Aí com o tempo ele começou a se sentir fraco, ele pegava um balaio de feijão pra botar em cima do carro ai ele se sentia cansado. Outro dia a gente tava sentado assim no terraço da gente e agente percebeu que ele tava com um braço mais fino que o outro. Ai ele foi pro médico, o médico falava que era coluna, falava que era um bocado de coisa. No início até tratamento de Hanseníase ele fez, com três meses de tratamento ele tinha perdido nove quilos. Ai foi pro hospital novamente, lá no hospital eu via que todas as pessoas que tinha Hanseníase tinha problema de pele, mas meu marido não tinha, ele dizia: o meu problema esta na força dos meus braços que eu não tenho doutor. Depois, ele foi para o HU fez uns exames, aí nesse exame deu neuropatia monitona musculatória. Aí depois desse resultado lá no hospital, os médicos sempre perguntavam se ele aguçava com agrotóxico e ele respondia que aguçava, mas também os médicos não diziam que era por causa disso. Ai com o tempo ele perdeu a força do outro braço que foi afinando, afinando. Ele passou cinco meses sem poder trabalhar e até hoje eu só penso que ele morreu por causa do agrotóxico."

Dona Carminha

3. OLHARES SOBRE A "INTEGRAÇÃO" RELATO DA EQUIPE DO "PROJETO TERRA PARA QUE TE QUERO"

O dia 20 de novembro de 2005 amanheceu claro e luminoso, os camponeses do assentamento Apasa, assim como os técnicos da CPT e os representantes da Cáritas não pouparam esforços para mostrar aos frequentadores da Feira Agroecológica do Bessa, simpatizantes e apoiadores da agricultura agroecológica o quanto gostam do que fazem e como desejam melhorar a sua produção.

Nesse segundo ano consecutivo de atividade de integração os convidados foram recebidos com um típico Café Ecológico, servido com uma diversidade de frutas tropicais, sucos, cuscuz, tapioca, manteiga, batata doce, bolos, arroz de leite, geléias e doces caseiros. Os convidados serviram-se junto com os camponeses num clima de solidariedade e partilha.

A equipe feminina, ao mesmo tempo em que encaminhava o almoço que seria servido ao meio dia, serviu o café ecológico com a ajuda de parte da comunidade masculina.

Em toda a associação reinava um clima de descontração. Os presentes representavam os movimentos sociais, as organizações governamentais e não governamentais, pesquisadores e alunos da UFPB, políticos e religiosos.

Não faltaram atividades, realizadas em diversos ambientes da associação, para integrar e descontrair os participantes como bate-papo na varanda, exposição de belíssimos artesanatos e vídeos que contavam a história da Feira.

Por volta de 10h, parte dos presentes dirigiu-se às áreas de plantação, onde conheceu a produção de frutas, verduras e hortaliças. Chamava a atenção o clima de curiosidade e de descoberta e, mais ainda, a satisfação dos camponeses em mostrar o resultado do seu trabalho. Ali todos os presentes vivenciaram situações de aprendizagem e troca de saberes.

De volta à associação, foi servido o almoço. O cardápio estava composto de: saborosas comidas regionais à base de peixes, galinhas de capoeira, bode, carne-de-sol, camarão, ovos, batata, farofa, arroz, feijão, saladas, frutas e sucos. Após o almoço, os técnicos da CPT, Luiz Sena e Flávio, juntamente com o Coordenador da Feira, o Folha, agradeceram aos presentes e abriram espaço para os pronunciamentos. Muitos e calorosos foram os depoimentos, reforçando a importância de uma alimentação saudável e da continuidade da feira, além dos laços de amizade e solidariedade existentes entre os frequentadores da feira e os camponeses do assentamento.

Após o almoço saíram todos satisfeitos e bem alimentados. A atividade de Integração no APASA Pitimbu-PB foi de fato um sucesso!

Cursos realizados pelo Projeto com os produtores da feirinha do Bessa

1 – O Curso de Práticas Conservacionistas na Agricultura Tradicional, baseou-se no sistema de produção agroecológica e objetivou reverter alguns dos problemas clássicos que entravam o crescimento e desenvolvimento da produção agrícola camponesa com a adoção de formas alternativas de produção.

Participantes da oficina

As aulas deste curso foram divididas em três momentos: 1) discussões teóricas e oficinas onde prevaleceu a troca de saberes; 2) produção de composto orgânico e a construção de minhocários; 3) a companhia dos

minhocários e do sistema de compostagem.

Registramos neste curso a ativa participação e integração dos camponeses em busca de soluções viáveis à sua produção, respondendo aos objetivos do projeto e da equipe diretamente envolvida nesta atividade. As respostas à implantação destas tecnologias sociais foram altamente positivas.

2 – O Curso de Processamento e Embalagem de Produtos Agroecológicos objetivou o aproveitamento das frutas e verduras com agregação de valor e oferta de um produto diferenciado aos frequentadores da feira, proporcionando a possibilidade de utilização da produção durante a safra, quando as "sobras" de produção acumulam-se e visa também, o aproveitamento dos vegetais em conservas e doces.

Tivemos momentos de muita integração e de aprendizagens neste curso. Marcou nosso contato, no último dia de aula, uma homenagem carinhosa onde os alunos falaram sobre as suas aprendizagens e entregaram uma carta, onde diziam que éramos amigos e lá no Apasa seríamos sempre recebidos como tal. O mais interessante é que a carta não possuía data para, como explicou uma jovem, "não virar passado..."

Cursos de doces e derivados realizados

3- O Curso de Administração Rural envolveu práticas relacionadas aos custos de produção. Sabendo das demandas dos frequentadores da feira relativas aos seus produtos, os assentados abraçaram a idéia de melhorar a produção. Para isso, tiveram aulas práticas de composição dos custos relacionados à produção de doces. Partimos das descobertas acerca de quanto e qual o tipo de doce a produzir para atender as necessidades do mercado em que estamos inseridos. Foram premissas básicas: o conhecimento dos custos; noções de como atender bem os clientes e a busca de retorno econômico das suas atividades.

Curso de Administração Rural para moradores de assentamentos

As experiências de cada um foram consideradas "o tempero" e o conhecimento produzido foi mútuo. Aprendemos, sobretudo, o amor à vida e a terra, claramente visualizado na produção agroecológica e na vontade de proporcionar uma vida melhor aos que com eles convivem. A esta prática de vida, os frequentadores da *Feirinha do Bessa* respondem, durante o convívio semanal, com sorrisos e com a partilha de saberes através de dicas e receitas trocadas ao sabor de conversas amenas.

INFORME

Nos dias 6 e 7 de Janeiro de 2006, o Centro de Formação Rural (CRF), localizado no Assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, recebeu os assentados que organizam a feira agroecológica da Universidade (UFPB) junto com a Comissão Pastoral da Terra. Foram dois dias de discussão entre produtores, CPT e apoiadores da feira, com o objetivo de analisar o ano que se passou, apontando os pontos negativos, positivos e as melhorias necessárias na feira. Discutiram também, a possibilidade de formar uma rede que integre todas as experiências de feiras agroecológicas do Estado da Paraíba. Um primeiro passo foi dado.

No dia 05 de fevereiro foi realizada na Cáritas uma reunião de articulação com os vários parceiros e apoiadores das feiras do Bessa e da UFPB, estiveram presentes representantes da UFPB, do Banco do Brasil, de ONG'S, da Ecovárzea e técnicos da CPT sob a coordenação da Cáritas. Desta reunião diversas propostas de atuação voltadas para a melhoria das feiras foram aprovadas.

4. DESAFIOS, DIÁLOGOS, INTERCÂMBIOS

Diante de tantos desafios que ainda devemos superar, um deles reservamos para nosso dialogo por meio desse Boletim. O desafio que está na ordem do dia é: manter a feira regularmente no período do verão, no qual as chuvas são escassas. Sem água fica difícil produzir todos os alimentos que oferecemos, principalmente as hortaliças.

O que fazer, então? Lutar pela liberação de créditos adequados às nossas necessidades para que possamos efetivar projetos de irrigação é uma saída. Outra, adotar tecnologias alternativas que levem água até as nossas plantações. Enfim, precisamos de apoio e pedimos a quem possa nos indicar outras saídas para este problema, que nos informe.

Preparação do minhocário do Senhor Antônio

Atividades práticas

Entrega de certificados: Troca de saberes no Curso de Práticas Conservacionistas

Integração no assentamento Apasa: Camponeses, freqüentadores, simpatizantes e apoiadores da Feira Agroecológica do Bessa

Confraternização no assentamento Apasa: saboreando a produção agroecológica

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA FEIRA DO BESSA

CONTATOS

Associação dos Agricultores do Assentamento Apasa do Abiaí - AABIAÍ
Tel.: (83) 3299-9034

Comissão Pastoral da Terra - CPT-PB
E-mail: cptpb@uol.com.br
Tel.: (83) 3221-6115

Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba Logepa

Tel.: (83) 3216-7432 - Ramal 30
Cel.: (83) 9118-3937

E-Mail: logepa@ccen.ufpb.br / logepa_ufpb@yahoo.com.br

EXPEDIENTE

Editores

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Marco Antônio Mitidiero

Projeto Gráfico e Diagramação

Fernanda Barboza de Lima
Richarde Marques da Silva

Assistentes

Aline Barboza de Lima
Cláudia Simoni Velozo da Silva

APOIO E PATROCÍNIO

CÁRITAS BRASILEIRA
Solidariedade pela vida

CPT-PB

ANEXO 2 – DOCUMENTOS***REPORTAGENS***

Acauã é modelo de assentamento

Famílias têm laboratório de inclusão digital, incentivo à leitura e mais dignidade

FOTOS: ASSUERO LIMA

FERNANDO DE OLIVEIRA

O assentamento de Acauã, em Aparecida (409 quilômetros de João Pessoa), é hoje modelo de assentamento em todo o país graças à adoção do sistema de agricultura familiar auto-sustentável. Lá, onde moram cerca de 600 pessoas foi construída a primeira mandala comunitária (onde trabalham 12 famílias) e as ações se estendem também para a área de inclusão digital e educação. Outras 70 mandalas estão instaladas em Acauã.

Todo o sistema de irrigação é abastecido pela água do Canal da Redenção, que passa pelas várzeas de Sousa e um dos grandes problemas é que nem sempre elas estão cheias. "Estamos preocupados com este assentamento, pois só teremos

uma não adivinha tudo, qualquer não mais houver interrupção no fornecimento da água das várzeas", declara Mário Guimarães, catalisador de operações estratégicas da Mandalla.

Depois de 10 dias sem água, somente na última quarta-feira os moradores puderam voltar ao trabalho. A agricultora Maria José da Silva, 42 anos, diz esperar que não falte água para que haja interrupção no trabalho. Ela lembra que por pouco não passou fome e, por isso, viu na mandalla uma forma de resgate da sua cidadania. "Se falta água, além de nos prejudicar com relação à colheita, não haverá nem para o consumo. É preciso que algo seja feito", solicita. Dentre os itens que cultiva juntamente com as outras famílias estão a beterraba, cenoura, rabanete, alface, que são divididos para o consumo e vendidos na feira. Os municípios de Chã de Velha e Sousa.

Computador

A assentada Francisca de Sousa, 51 anos, já conseguiu comprar um rack, ventilador e outros eletrodomésticos com o dinheiro adquirido com a venda das hortaliças produzidas na mandalla. A sua renda, que era de, no máximo, R\$ 100 já chegou a até R\$ 300. São produzidos, além das hortaliças, frutas como a ba-

A assentada Francisca de Sousa, 51, produz hortaliças sem agrotóxicos, mas teme pela falta de água do Canal da Redenção, que abastece as Várzeas de Souza

nana e o coco.

O assentamento Acauá tem cerca de 90 crianças e, pensando no futuro delas, foi criado também um pequeno centro de inclusão digital com quatro computadores, instalados no Centro Comunitário do assentamento. De acordo com o vetor de articulação política da Mandalla, Júlio César Nobrega, o objetivo é proporcionar a chance de um futuro melhor para eles. "Temos vários deles matriculados e hoje, alguns ex-alunos já atuam como instrutores. Isto é muito gratificante para nós pois estamos proporcionando desenvolvimento sustentável para estas pessoas", disse.

Além disso, são realizadas palestras sobre temas diferenciados a exemplo do incentivo à leitura, doenças sexualmente transmissíveis, e vários outros.

O conceito que permeia a ideia e seu próprio nome vem da mandalla cosmica. A palavra significa círculo em sânscrito e aponta para a interação entre os elementos, cada um deles influenciando o outro. De acordo com o idealizador do projeto e vetor de coordenação e integração da agência Mandalla, Willy Pessoa, 55 anos, a ideia é mostrar ao agricultor que é possível ampliar os seus horizontes, conseguir o seu lugar ao sol", explica. A parceria com o Fome Zero vem da iniciativa do grupo Bayer em apoiar a implantação das mandallas no Nordeste. A primeira participação foi em 2003, quando foi feita a doação de medicamentos para 51 municípios carentes do Estado de Minas Gerais. Sentindo a neces-

idade de uma ação de caráter mais sustentável, fizemos uma pesquisa em projetos de todo o país e chegamos à agência Mandalla", afirmou Eckart-Michael Pohl, gerente de comunicação empresarial da Bayer.

Estrutura

A mandalla básica conta com 30 metros de diâmetro e 1,80 metros de profundidade, com capacidade para até 30 mil litros que são bombeadas de um outro reservatório através de um sistema de tubos. No sistema são empregados materiais de baixo custo, como hastes de cotonetes de ouvido (que servem como microaspersores) e garrafas plásticas (os gotejadores).

Além de baratear os

custos, estas ideias contribuem para a redução do impacto ambiental", completa Willy Pessoa.

Trabalhando inicialmente a produção da alimentação para a sustentação da família, os três primeiros círculos são os da qualidade de vida, uma vez que já a partir deles é possível ter geração de renda através da comercialização dos excedentes da produção. Os círculos seguintes são os da produtividade econômica, onde é possível uma colheita em alta escala, que será dimensionada de acordo com a demanda do mercado consumidor da região.

O último círculo é o do equilíbrio ambiental. "Nela serão plantadas fruteiras e plantas de grande porte, que serão utilizadas como quebra-vento natural", sendo usadas também para a alimentação animal", explica o vetor de coordenação e integração da Mandalla.

Nas mandallas, matrizes, há também a inserção de animais de forma organizada e planejada. São colocados na propriedade 3 galhos, 24 codornas, 6 galinhas, 300 alevinos de peixes, 4 galinhas d'angola, 3 marrecos de pequim, 2 cabras e um quilo de minhoca.

Além da matriz (básica), existe ainda outro tipo de mandalla, a spin, que tem a mesma estrutura da básica, mas não precisa, necessariamente, que os capetões estejam dispostos de forma circular nas sementes vegetais e inexistência ou existência em menor número das sementes animais.

INSPIRAÇÃO HOLÍSTICA

Os agricultores de assentamentos vendem seus produtos em barracas montadas no Bessa

SEM ATRAVESSADOR

Feira agroecológica no Bessa vende fruta 30% mais barato

JANAÍNA ARAÚJO

O consumidor pescoense pode reduzir em até 30% os gastos na compra de hortaliças e raízes, como macaxeira e inhame, nas feiras agroecológicas de agricultores de assentamentos de reforma agrária, que estão se espalhando por bairros de João Pessoa.

Uma alternativa para quem quer levar para casa produtos livres de agrotóxicos. No bairro do Bessa, em João Pessoa, o preço do quilo do tomate da feira dos agricultores custa R\$ 1,00, enquanto que nos supermercados o preço sobe para R\$ 1,50.

Segundo o técnico agrícola da Comissão Pastoral da Terra, Luís Sena, os agricultores - cerca de 35 famílias diretas e 100 indiretamente - se organizam e mantêm um calendário de produção para o

ano inteiro. As feiras no bairro do Bessa funcionam na avenida Nilo Peçanha, das 6h00 até às 14h00, todos os sábados. No total, 10 barracas pracionizadas funcionam com muitos tipos de produtos cultivados nos assentamentos.

Os agricultores que participam da feira moram nos assentamentos Dona Antônia, Rick Charles, Frei Anastácio, no município do Conde, e Apasa e Sede Velha do Abiaí, localizados no município de Pitimbu.

O objetivo da feira, de acordo com o técnico Luís Sena, é gerar renda para os agricultores, evitando a passagem pela mão dos atravessadores, que não valorizam o trabalho do agricultor.

"Os assentados estão aprendendo a vender e valorizar o que produzem, sem passar pela mão dos atravessadores. Além disso,

é monitorado e o consumidor sabe que está levando para casa, isto é, um produto orgânico, com preço baixo e de qualidade", afirmou. Os agricultores que trabalham diretamente na feira, segundo os organizadores, chegam a tirar R\$ 100,00 por semana. Com a interferência dos atravessadores, a renda não ultrapassaria R\$ 20,00.

Ontem, além das frutas da região, como manga, caju, mamão, graviola e acerola, também foram vendidos galinhas de capoeira e bolos. Hortaliças e a goma de tapioca são procurados com frequência pelos consumidores. A feira é uma promoção da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) com apoio da Associação Comunitária Amigos do Bessa. Na UFPA, as feiras orgânicas também de assentamentos acontecem nas sexta-feiras pela

Experiência exitosa em Pitimbu

Agricultores investem no cultivo de produtos agroecológicos para não deixar terra

ANDRÉA BATISTA

A reforma agrária na Paraíba também guarda experiências exitosas. É o caso do Assentamento da Apaza, em Pitimbu (município do litoral sul, a 70 quilômetros de João Pessoa), que deu certo, graças à organização dos agricultores, que têm buscado alternativas para driblar as dificuldades e se manterem na terra. Cerca de 30 famílias da comunidade estão conseguindo uma renda média semanal de R\$ 100,00, vendendo seus produtos na Feira Agroecológica do Bessa, em João Pessoa. Hortaliças, frutos e raízes sem agrotóxicos são a grande atração da feira. Segundo os agricultores, os consumidores mais exigentes com a saúde, se interessaram em clientes e cobram um aumento na produção.

Os irmãos José e Joaquim Cândido são sócios na

produção de hortaliças. Eles são paraibanos, que já foram tentar a sorte em São Paulo, se arrependeram e voltaram para construir um futuro mais tranquilo, ao lado da família. Cada um recebeu do governo uma parcela de terra, aonde mantêm uma horta ecologicamente correta. Os agricultores usam urina de, pimenta malagueta e melão (sobra do mel de engenho) para repelir os insetos, invés de agrotóxicos. Também usam um biofertilizante à base de esterco de gado e nutrientes

"Produzimos alface, acelga, couve, brócolis, berinjela, nabo, rabanete, cenoura, coentro, salsa, rúcula... Vendemos tudo na feira do Bessa. Não sobra nada. A procura por produtos cultivados sem veneno é muito grande. Dá trabalho plantar, mas não corremos o risco de ficar doentes e nem de contaminar as pessoas com o alimento que produzimos", disse José.

Os irmãos José e Joaquim Cândido são sócios na horta orgânica

Na Apaza, crianças estudam apenas até a 4ª série

Dona Canceleção-Silva tembra dos conflitos na luta pela terra em Pitimbu

Canceleção Silva é a presidente da Associação

Incentivo ao plantio de cana

Segundo José Inácio de Moraes, a viabilização do projeto de assentamento é essencial para que os trabalhadores possam aproveitar a fertilidade do solo na cidade e modificar a situação de penúria em que se encontram. "A Usina Tanques teve 90% de sua área desapropriada em 1995. Quando houve a desapropriação a atividade da usina foi inviabilizada infelizmente e hoje a região se trata de uma verdadeira favela rural", destacou.

Ele acredita que pelo menos 215 pequenos plantadores de cana ficaram com a atividade inviabilizada por conta do fechamento da usina. "A função da reforma agrária é gerar renda, emprego e cidadania para o agricultor. Essas famílias estão passando necessidade dependendo da distribuição de cestas básicas do Governo Federal. Queremos impedir que o pessoal transfira as favelas do meio urbano para o meio rural", comentou Moraes.

A ideia de que os agricultores assentados plantem cana é combatida pela Comissão Pastoral da Terra e o Movimento Sem Terra. Segundo o Padre Luigi Pescamona, coordenador da Diocese de Guarabira, a cana não é recomendada porque os agricultores vão depender sempre dos usineiros. "Nós da CPT orientamos os agricultores a produzir uma cultura diversificada, mas, adequada para a microrregião. A cana é voltar ao passado de lutas e exploração", define.

No Litoral, projetos dão certo

No assentamento Dona Antônia, no município do Conde, a situação das 110 famílias instaladas é bem diferente do que ocorre na maioria dos projetos do Estado. Assim como ele, os projetos que estão situados no litoral sul apresentam uma boa condição, em relação às dificuldades encontradas em outras regiões, por conta do clima.

Na localidade existe uma infra-estrutura básica razoável para a sobrevivência das famílias, que contam com o apoio do poder público no financiamento das benfeitorias. As crianças contam com uma escola da rede municipal com turmas da 1ª fase do ensino fundamental (da alfabetização à 4ª série), com merenda e fardamento pago pelo Município. A comunidade é servida por ônibus em três horários diários, telefone público, eletrificação e água de poço. Na área de saúde, as famílias contam com ambulância e um gabinete odontológico, que atende duas vezes por semana contribuem para a qualidade de vida.

Segundo o presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Dona Antônia, Walter Alves de Lima, o trabalho em conjunto das pessoas e uma boa assessoria técnica no início do plantio contribuíram para o bom desempenho até agora. Ele também destacou o fato de que a grande maioria dos assen-

A realidade de assentados no Conde: "Temos produção aqui"

tados ter experiência no trabalho com a terra. "Quem não trabalhava com cultura de subsistência, já havia trabalhado com cana-de-açúcar e aprendeu com os outros", explicou.

Os agricultores assentados produzem quase tudo que consomem dentro do próprio assentamento, e tem clientela certa no comércio de Pernambuco. No ano passado, foram vendidos mais de 6 mil toneladas de mandioca e 75 mil quilos de inhame para os feirantes pernambucanos. Além disso, a batata doce, a banana, o feijão, o milho, frutas, verduras e até mel de abelha é produzido no assentamento.

De acordo com José de Cupissura, a produção de mel no assentamento, já

chegou a cerca de 11 toneladas por mês. A produção é comercializada nas feiras promovidas pelos movimentos da região sul, na UFPE e no bairro do Pessa, em João Pessoa.

As famílias também mantêm criações de porcos, bode, cavalos e aves para o consumo próprio. Como é próprio dos assentamentos de trabalhadores rurais, parte da produção local é destinada a outros agricultores que ainda aguardam um lote de terra. Na roça coletiva, eles produzem coco, acerola, a renda gerada por essas culturas são revertidas em benefícios para a própria comunidade. Com isso, eles já adquiriram um caminhão para transportar a produção.

ANEXO 3 – MAPAS ADICIONAIS

Governo do Estado da Paraíba
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA
Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA

Convenções Cartográficas:

- Capital do Estado
- ★ Cidades > ou = 20.000 hab.
- Outras Cidades
- Limite Estadual
- Limite Municipal

Microrregiões:

Brejo Paraibano	Esperança	Piancó
Cajazeiras	Guarabira	Sapé
Campina Grande	Itabiana	Seriót Oriental Paraibano
Carió Ocidental	Itaporanga	Seriót Oriental Paraibano
Carió Oriental	João Pessoa	Serra do Teixeira
Catolé do Rocha	Ural Norte	Sousa
Cuitemá Ocidental	Ural Sul	Umbuzeiro
Cuitemá Oriental	Patos	

Escala Gráfica:

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad 69 2006

0 5 10 20 30 40 Km
1:1.200.000

Fontes:

Sedes Municipais (DER, 1999);
Limites Municipal e Estadual (IBGE, 2000).

Coordenado:

MICRORREGIÕES DO ESTADO DA PARAÍBA

ATLAS DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DA PARAÍBA

02

Governo do Estado da Paraíba
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA
Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA

Convenções Cartográficas:

- Capital do Estado
- ★ Cidades > ou = 20.000 hab.
- Outras Cidades
- Limite Estadual
- Limite Municipal

Mesorregiões:

- Litoral Paraibano
- Agreste Paraibano
- Borborema
- Sertão Paraibano

Escala Gráfica:

Sistema de Coordenadas
Geográficas
Datum: Sad 69 2006

0 5 10 20 30 40 Km
1:1.200.000

Fonte:

Sedes Municipais (DER, 1999);
Limites Municipal e Estadual (IBGE, 2000).

Coordenado:

MESORREGIÕES ESTADO DA PARAÍBA

ATLAS DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DA PARAÍBA

01